

Realização



gente se fala

Patrocínio



Ministério da Cultura



Apoio



MULHERES NEGRAS DO BRASIL

Schuma Schumacher
Érico Vital Brazil



Schuma Schumacher
Érico Vital Brazil





COORDENAÇÃO GERAL DO PROJETO

Schuma Schumacher

CONCEPÇÃO DE PROJETO ORIGINAL

Érico Vital Brazil

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Érico Vital Brazil

Schuma Schumacher

PESQUISA HISTÓRICA E ICONOGRÁFICA

Érico Vital Brazil - COORDENAÇÃO

Schuma Schumacher

PESQUISADORAS

Ana Cristina Pereira Lage; Ana Luiza Amaral; Clarisse Hoffman; Giovana Xavier; Monique de Araújo Oliveira; Nadja Nicolaevski; Rosa Esteves; Sandra Regina Ribeiro; Valéria Garcia.

ASSISTENTE DE PESQUISA

Ana Migotto; Cristiano Oliveira de Souza; Kelly Cristina Nascimento; Laudelino Constanti.

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO

Miriam Juvino

ELABORAÇÃO DE TEXTOS

Ana Cristina Lages; Antonia Quintão; Carlos Eugenio; Marcondes de Moura; Denise Viola; Érico Vital Brazil; Flavio dos Santos Gomes; Giovana Xavier; Helena Teodoro; Joselina da Silva; Juliana Barreto Farias; Mariza Soares; Nilza Iraci; Raul Lody; Rita Amaral; Schuma Schumacher; Sueli Carvalho.

CONSELHO CONSULTIVO

Carlos Eugênio Marcondes de Moura; Edson Lopes Cardoso; Emanoel Araújo; Flávio dos Santos Gomes; Givânia Maria da Silva; Glória Maria; Henrique Cunha Junior; Hildézia Medeiros; Ivan Costa Lima; Ivete Sacramento; Jocélio Teles dos Santos; Lúcia Xavier; Maria Conceição Lopes Fontoura; Mary Isabel Pereira; Matilde Ribeiro; Mundicarmo Ferretti; Nilcéa Freire; Nilza Iraci; Raul Giovanni da Motta Lody; Ricardo Freitas ; Vanda Menezes; Zélia Amador de Deus; Zezé Mota.

DESIGN

Bete Esteves e Ione Alves

Complexo D projetos gráficos Ltda.

TRATAMENTO DE IMAGENS

Alexandre

REVISÃO

Queremos registrar nossa profunda gratidão as equipes que participaram incansavelmente desse projeto, ao Conselho Consultivo, as Instituições, as pessoas que nos incentivaram e as que nos deram inúmeras contribuições. Agradecemos em especial àquelas citadas na página 493.

COPYRIGHT © 2006 by Schuma Schumacher e Érico Vital Brazil

Todos os direitos reservados e protegidos pela lei nº 9.610 de 19 de fevereiro de 1998
Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida total ou parcial sem prévia autorização, por escrito, da editora.



MULHERES NEGRAS DO BRASIL

Schuma Schumacher

Érico Vital Brazil

Na formação do povo brasileiro, a diversidade de raízes culturais teve importância fundamental. Desse profundo emaranhado fomos e continuamos a ser feitos.

A estas alturas, os brasileiros têm plena consciência disso. O peso da presença da raiz africana em nossa formação, por exemplo, continua sendo objeto de estudos para reforçar, ampliar e consolidar essa consciência.

Por isso mesmo, é mais do que oportuno que se dedique atenção cada vez maior ao resgate e à divulgação da importância da mulher negra na formação do nosso povo, e sua imensa contribuição para o desenvolvimento do Brasil. Mais que um ato de elemental justiça, mergulhar nesse universo – e trazê-lo à tona – é essencial para que o brasileiro reconheça o papel desempenhado por essas mulheres ao longo da nossa história.

O projeto Mulheres Negras do Brasil, que contou com o patrocínio da Petrobras, tem uma proposta ambiciosa: ajudar a mudar mentalidades e superar preconceitos. Contribuir para combater a discriminação que ainda existe. E fazer isso divulgando histórias que, por si só, já bastariam para valorizar a importância capital da presença das mulheres negras na vida brasileira.

Aqui se conta desde as origens das mulheres africanas trazidas como escravas até sua participação nas lutas pela liberdade, na resistência pela vida, na batalha cotidiana contra os preconceitos. São histórias de dignidade – e também de conquistas e contribuições. No fundo, trata-se de estimular novos passos no reconhecimento do papel desempenhado por elas na sociedade brasileira, um gesto de resgate da história e da memória de todos nós.

Ao longo de seus mais de 50 anos, a Petrobras – maior empresa brasileira e maior patrocinadora das artes e da cultura em nosso país – teve como missão principal a mesma que norteia nossas ações nos dias de hoje: contribuir para o desenvolvimento do Brasil.

Nos esforçamos cada vez mais para apoiar ações que nos ajudem a conhecer mais e melhor a história do nosso país e do nosso povo. Porque sabemos que um povo que não se conhece, que não sabe de onde veio, dificilmente saberá conhecer os caminhos que o levará ao futuro. E dificilmente será um país desenvolvido.

PETROBRAS

O livro Mulheres Negras do Brasil resgata a trajetória de personagens fundamentais para a construção da identidade do País. Discriminadas por serem mulheres, negras e pobres, tiveram cada conquista acompanhada de muita luta e persistência. Conhecer a sua história é entender a própria evolução social do Brasil.

Desde que chegaram ao solo brasileiro, a vida das mulheres negras foi marcada pela fé e pela superação. Até mesmo filhas da nobreza eram transformadas em escravas pelas mãos dos europeus. Foi o caso, por exemplo, de Na Angotimé, rainha de Daomé (hoje, Benin) que veio para o Brasil como escrava e fundou a Casa das Minas, em São Luís (MA); de Anastácia, filha de uma princesa africana, que se sacrificou para ajudar escravos e que muitos cultuam como santa; de Teresa de Benguela, rainha africana que liderou o revolucionário Quilombo do Quariterê e alavancou a economia na região do pantanal mato-grossense; de Aqualtune, avó do lendário Zumbi e organizadora, ao lado de Ganga Zumba, de um estado negro estruturado, sob o comando do Quilombo dos Palmares.

Mulheres que sucederam essas heroínas africanas também não se renderam à condição de escravas. Chica da Silva virou mito não só da liberdade feminina e racial, como colocou aos seus pés os nobres do Arraial do Tijuco, em Minas Gerais. Adelina, escrava que aprendeu a ler e escrever cedo, teve presença marcante na campanha abolicionista no Maranhão. Francisca, chamada de rainha pelos negros muçulmanos radicados em Salvador no início do século XIX, comandou violentas insurreições.

Depois da Abolição, a escravatura deixou rastros por meio da discriminação. Mas novas mulheres se insurgiram contra essa situação. Antonieta de Barros, órfã de pai ainda na infância, não desistiu um só minuto do seu sonho de estudar e tornou-se a primeira mulher negra a assumir um mandato popular no Brasil ao ser eleita deputada estadual em Santa Catarina. Seu exemplo foi seguido por Benedita da Silva, primeira mulher negra a ocupar uma vaga no Senado Federal e, posteriormente, a governar um estado brasileiro – o Rio de Janeiro.

Esses foram apenas alguns exemplos de mulheres negras que entraram para a história do País. Elas representam muitas outras, anônimas, mas não menos importantes para o desenvolvimento social brasileiro. Nada mais justo que a trajetória das mulheres negras no Brasil seja eternizada neste livro.

O Banco do Brasil não poderia ficar de fora do projeto por reconhecer o papel das mulheres na sociedade e valorizar a cultura negra. Personagem ativo da nossa história, o BB, às vésperas de completar 200 anos, é testemunha da evolução do País. Por isso, é uma empresa identificada com a diversidade cultural e racial. O apoio do Banco a este livro é, portanto, um reconhecimento mais que justo àquelas que criaram alicerces para a construção de uma nação formada por um povo singular e autêntico.

BANCO DO BRASIL



Apresentação

Convivemos hoje, com o reconhecimento público da perversa desigualdade social em todo o Brasil, cujo mais altos índices de exclusão apontam muito especificamente para as mulheres negras. São elas as mais profundamente afetadas pelo descaso e pelo esquecimento.

O projeto “Mulheres Negras do Brasil” tem como proposta principal o resgate histórico e a ampla divulgação da valorosa e decisiva participação das afrodescendentes na formação e desenvolvimento do país. Para tanto, nossa meta é a edição de um livro com acabamento especial, que contará com uma exposição para o seu lançamento, no início de 2006.

Apresentaremos a trajetória das mulheres negras pela história do Brasil em quatro grandes capítulos, organizados cronologicamente. O resultado de uma pesquisa específica em diferentes acervos e instituições, já previamente levantados por nossa equipe, dará ainda mais subsídios para a elaboração dos textos, que terão estilo jornalístico e manterão uma linguagem acessível em sua edição.

Pretendemos priorizar a reprodução do vasto e precioso material iconográfico ainda desconhecido. Buscaremos diversos tipos de documentos do séc. XVI ao séc. XX: diários, mapas, periódicos, fotografias, caricaturas e ilustrações, etc. Todo esse conteúdo será emoldurado e alinhavado por um projeto gráfico primoroso e criteriosamente selecionado.

Serão 3000 exemplares no formato de 27 X 23 cm, com 200 páginas em 4/4 cores, papel couché matt 180 gr no miolo e capa dura com encadernação especial.

Putat lut enim augait wis eum in ea feummy nonsed te verosto eugait dolobor eraestrud tatie vel utem irit, venisi.

Sumsan ut ing el etue veliquat wis autpat, con vel iriuscilit er suscidunt nonumsa ndiamet, quam iuscili quamcon vel duis exeraes sequat -

Em sendo mulher negra, percorrer as páginas deste livro é ter a alma devastada e dilacerada pela dor, pela memória de infindáveis humilhações, suplícios e punições por carregar simultaneamente uma cor de pele e um sexo considerados a marca do pecado original, raiz de todos os males e dores dos homens. Somos testemunhas, sobreviventes dessa história em que uma raça e um sexo condenados compõem uma unidade que aprisiona o corpo feminino negro deslocando-o para o domínio do não-ser. Antítese do ser hegemônico, os homens brancos; antítese do ideal feminino, as mulheres brancas.

Se não é possível subtrair a violência dessa história como foi comum em nossa tradição cultural de romantizar a escravidão no Brasil e abrandar as suas conseqüências nota-se, nesta obra, o esforço de seus autores para evitar a vitimização, e resgatar os gestos largos ou miúdos de resistência que restauram a humanidade de seres humanos transformados primeiro em objetos de exploração e depois em seres humanos discriminados ou descartáveis. Então, em sendo mulher negra, percorrer as páginas desse livro é também ter a alma aquecida pelo orgulho das lutas e resistências travadas no passado e no presente das quais emergimos, cada vez mais fortes, como atesta o florescimento de organizações de mulheres negras por todo o país.

Manejando essas múltiplas contradições os autores fazem emergir aqui, contextos, personagens desconhecidas, gestos do cotidiano, tarefas sendo realizadas, violências padecidas, conformando seres humanos concretos portadores de história, dignidade e luta. Vidas jorrando, se perdendo ou se afirmando em períodos históricos sensível, delicada e cuidadosamente recortados, cada qual com suas cores e sombras e a percorrer-lhes todos, mulheres negras. São *Elas nos Primeiros séculos do Brasil*; são elas *Abolindo o Império*; são elas conformando a *República das Mulheres*; são elas *Rasgando os panos*; marcações dos diferentes tempos e contextos em que elas, primeiro escravas, depois libertas, sempre oprimidas ou discriminadas, resistem, combatem, superam a negação peremptória de sua plena humanidade que a raça e o sexo lhes impõe como um atavismo até o presente. Assim a busca arqueológica perfaz a reconstrução do tempo por meio da Iconografia, dos documentos, fotografias, relatos de viajantes, disposições arquitetônicas, levantados com esmero trazendo-nos personagens que saem das sombras e ocupam ruas, moinhos de açúcar, cozinhas, senzalas, quilombos.

Livres, as suas saias rodadas, as cores vistosas, os panos da costa, os torsos coloridos começam a esmaecer. Os tons vão se acinzentando como a existência diante da evidência de que a conquista da liberdade e da igualdade pode ser sempre frustrada pela ação implacável do racismo e da discriminação. Mas lá como cá, hoje como ontem a subordinação imposta como destino é subvertida e lá vêm elas: são professoras, escritoras, deputadas, pintoras, doutoras, atletas, maestrina, compositora, ativistas, militantes desafiando os persistentes processos de exclusão.

Assim, *Mulheres Negras do Brasil* é uma publicação que reafirma a frase que vimos utilizando com frequência no âmbito do Movimento de Mulheres Negras: *"Nossos passos vêm de longe"*. Ela reflete a longa trajetória em que se vem constituindo a inserção dos povos negros no Brasil, revelando no interior dessa saga, uma outra história, mais invisível, a das mulheres negras. Mulheres ocultadas e silenciadas por uma historiografia oficial que, na maior parte de sua expressão, permanece branca e masculina, e que mantém na irrelevância formas de resistência humana a processos de opressão que deveriam compor o patrimônio das lutas libertárias do país e de toda a humanidade. É essa lacuna que este livro preenche, iluminando trajetórias de vida, sofrimentos, lutas e conquistas apesar de todas as estratégias de opressão, sujeição e eliminação.

É esse percurso feito de passos vindos de tão longe que essa obra organizada por Schuma Schuma e Érico Vital Brazil reconstrói, como produto de pesquisa rigorosa, conjugada com compromisso e sensibilidade social em que a reconstrução da memória histórica presta-se, como contribuição, para a perseguição de novos cenários históricos, novos devires dos quais estejam banidos desigualdades, discriminações e exclusões de gênero e de raça.

Sueli Carneiro



Sumário

13. *Elas nos primeiros séculos do Brasil*

As Africanas chegam ao novo mundo	15
Negras mulheres, suas imagens	29
Escravidadas: uma dívida histórica	39
Com o mundo na cabeça e um tabuleiro em cada esquina	61
Mulheres mocambeiras	81

89. *Abolindo o império*

Liberdade: entre a legalidade e o enfretamento	91
As mulheres do sagrado: mães de santo, mães de tantos	107
Irmandades Negras: estratégias de resistência e existência	157
Fazendo Milagres	171
Curando e aparando vidas	177

189. *República das mulheres*

Nos porões do preconceito	191
A estética afro-brasileira: signos de beleza que atravessam o tempo	203
Transpondo obstáculos: o acesso à educação	211
Com muita dignidade e pouco reconhecimento	229
Rompendo padrões	271
Juntando forças: a participação das mulheres no movimento negro brasileiro	293

313. *Rasgando os panos*

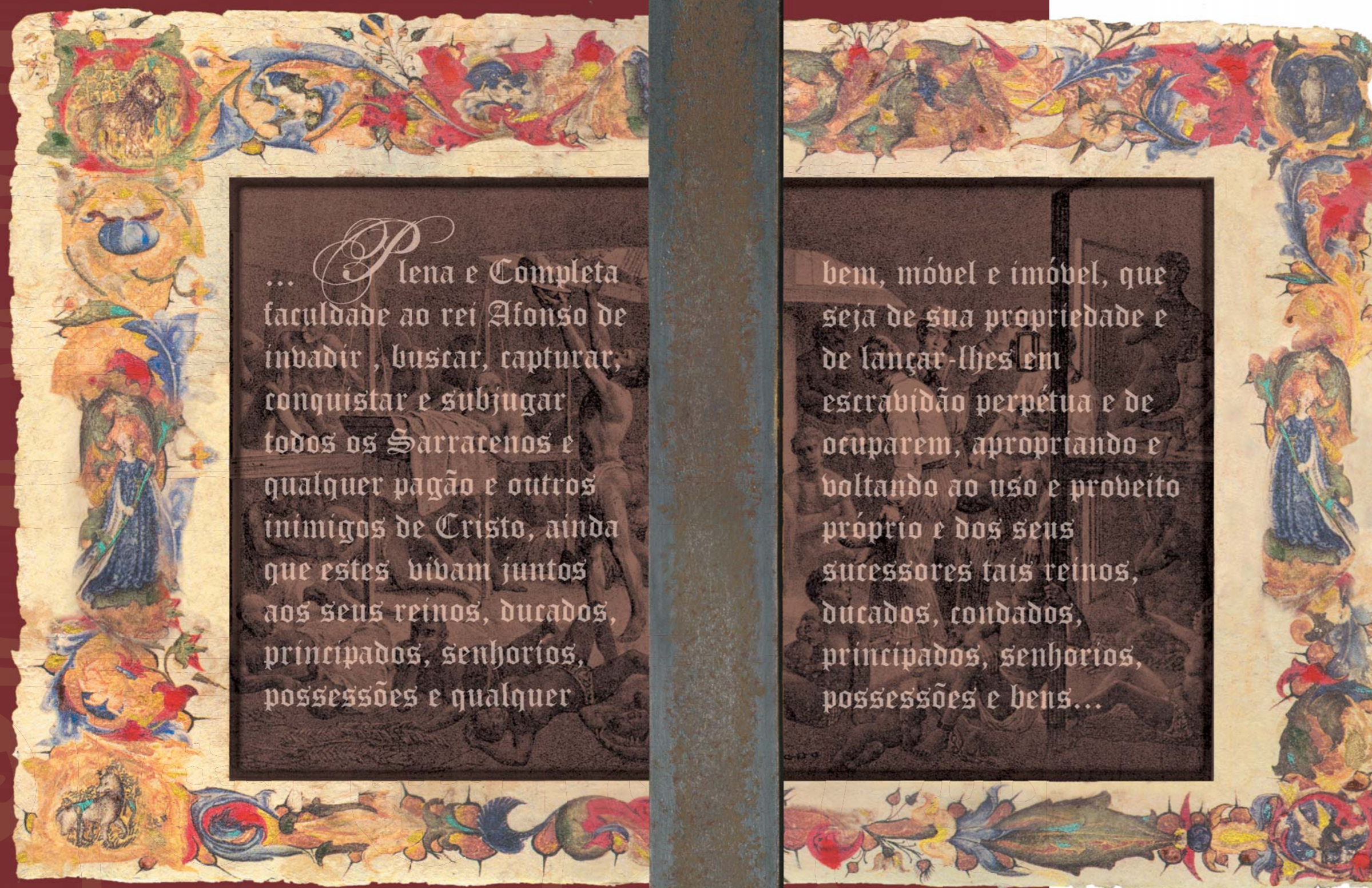
No mundo da política: do sufrágio à tribuna	315
Mulheres negras em movimento um panorama das últimas três décadas	327
Cultura: tecendo valores	381
Mãos que produzem arte	415
Pelos palcos da vida ou artisticamente falando	419
Suor e raça: alcançando o pódio	465

481. *Bibliografia*

22222

Elas nos primeiros séculos do Brasil





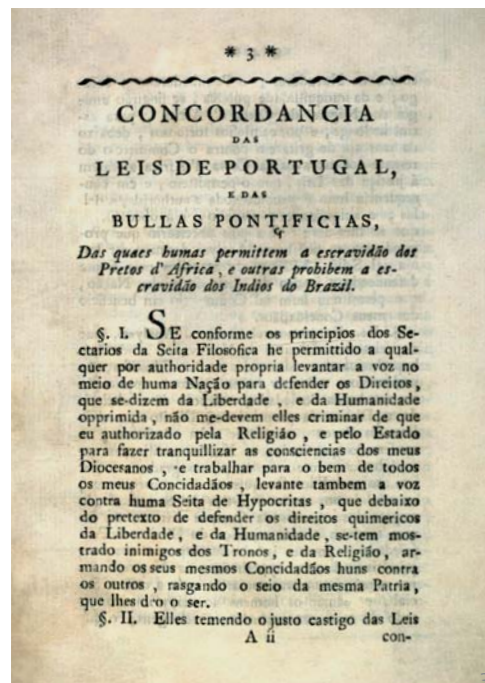
2
Trecho da Bula Papal de Nicolau V, 1454, em obra da
artista plástica Susi Sielski Cantarino

As Africanas chegam ao novo mundo

Entre meados do século XVI e 1850, foram traficados para o Brasil em torno de quatro milhões de escravos, entre congos, angolas, benguelas, cassanges, minas e outros indivíduos vindos dos mais diversos grupos étnicos, vilas, cidades e regiões do continente africano. Da região costeira, os mercadores de escravos, também conhecidos como *tangosmãos*, partiam para ataques e expedições a lugares remotos, onde adquiriam cativos. Em sua célebre *Crônica de Guiné*, o português Gomes Eanes Zurara destaca que, já no século XV, assim que atingiam o litoral da África, os europeus escolhiam ao acaso um local considerado mais adequado e lá se instalavam para praticar a “caçada humana”.w

Em janeiro de 1454, o papa Nicolau V reconhecia, na bula *Romanus Pontifex*, a posse dos territórios africanos descobertos pelo reino de Portugal. Depois de uma longa disputa entre castelães e portugueses pelas terras encontradas na chamada Guiné africana, as duas partes, seguindo a tradição medieval, pediram ao papa a confirmação de suas conquistas. Num primeiro momento, o papado se mantém neutro, mas – depois do apoio do rei português, Afonso V, à cruzada contra os turcos – confirmaria os interesses do soberano português, garantindo-lhe a posse das terras africanas conquistadas no século XV. Essa bula papal garantia também a posse de Ceuta (subtraída aos mouros), o domínio dos mares adjacentes, o direito exclusivo de comércio, pesca e navegação na região e de organizar a administração eclesiástica cristã nos novos territórios. Sem contar ainda que os “muitos habitantes da Guiné e outros negros”, deveriam ser convertidos à fé católica e poderiam ser capturados, conquistados, subjugados ou lançados à “escravidão perpétua”.

Embora antes da chegada dos europeus ao seu litoral, homens e mulheres africanos já fossem escravizados, sobretudo nos territórios islâmicos, no entanto, aquela era uma situação bem diferente da encontrada nas Américas anos depois. Segundo Antônio de Oliveira Mendes, um veterano residente no Brasil e na África, pessoas eram capturadas como cativas por várias razões: condenações por juizes locais, sob acusações de adultério ou roubo; pela substituição de mulheres, filhos e filhas ou outros parentes do sexo masculino condenados à escravidão; ou simplesmente pela tomada como prisioneiros de guerra. Com a chegada dos mercadores europeus ao continente, os conflitos entre os diversos grupos étnicos se acirraram e muitas sociedades se desestruturaram. Dos entrepostos e feitorias estabelecidos ao longo de toda a costa litorânea, saíam para as Américas as embarcações carregadas de pessoas escravizadas.



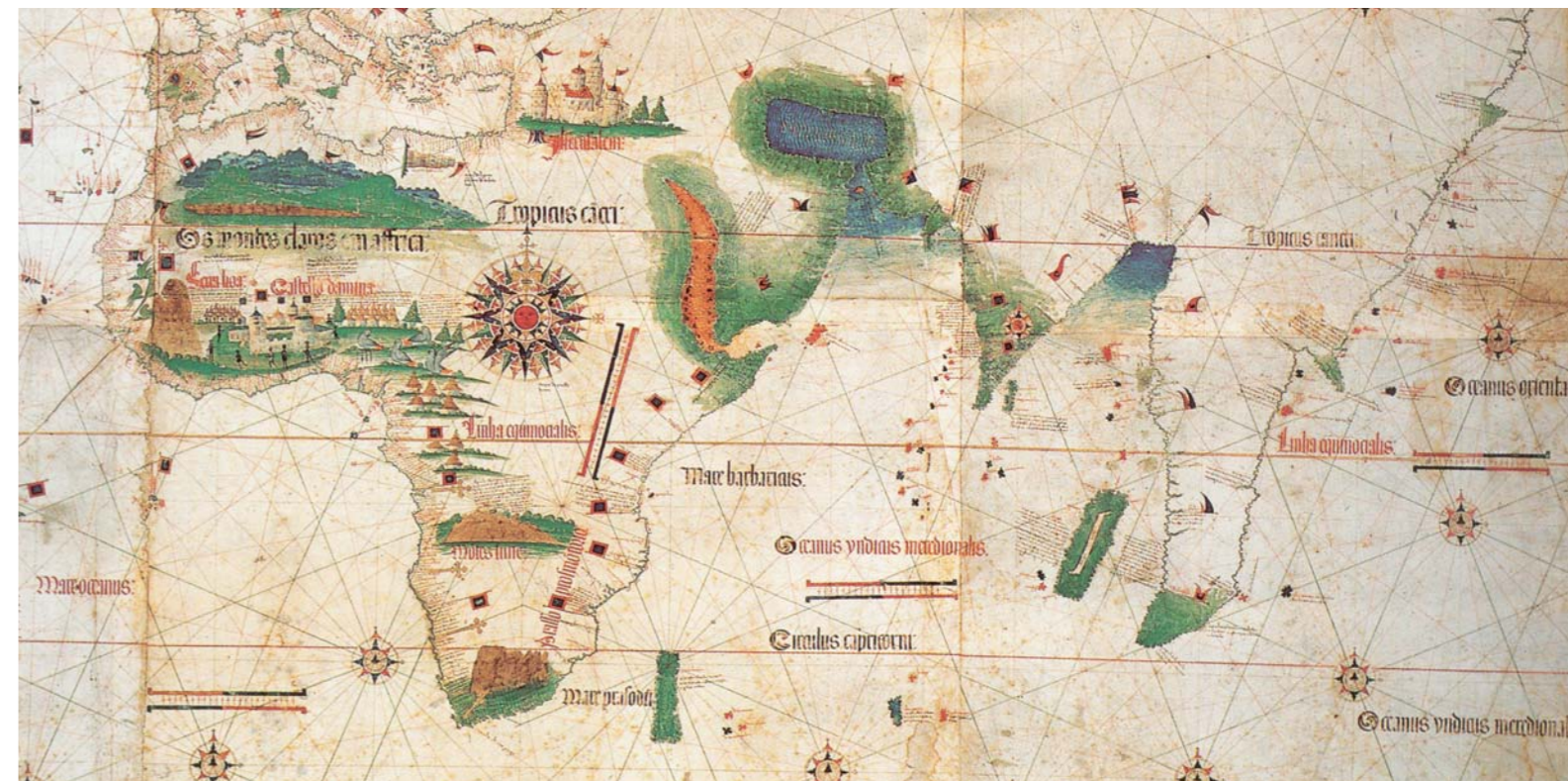
3 Folheto – Concordância das leis de Portugal e das bulas pontificias das quais umas permitem a escravidão dos pretos d'África e outras proibem a escravidão dos índios do Brasil, 1808. Autor José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho. Acervo Biblioteca Nacional

4 Brasão de armas da família Mina, Séc. XVI. In livro da Nobreza e Perfeição das Arras (pág.187). Acervo Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, Lisboa.

O conjunto de homens e mulheres africanos que se espalhavam pelas cidades escravistas do Império brasileiro não constituíam, contudo, um grupo homogêneo e indiferenciado de seres humanos. Cada um tinha uma história própria, trazia consigo referências familiares, étnicas, tradições culturais e religiosas que fortaleciam e fundamentavam a reconstrução de suas vidas deste lado de cá do Atlântico. Havia, e ainda há, muitas maneiras de ser africanas. A riqueza e a diversidade cultural de suas terras de origem sempre estiverem presentes em diferentes ofícios urbanos, nas festas e religiosidades, nos modos de vestir e falar da população brasileira. Muitas mulheres mbundu, originárias da África Centro Ocidental, armavam suas quitandas pelas ruas, praças e centros urbanos de diversas cidades do Brasil, vendendo legumes, verduras e outros produtos, e recriando costumes das quitandeiras ambulantes de Luanda, em Angola. O pano da costa, também conhecido como pano de alaká, adornava os ombros das africanas da Costa da Mina e, na Bahia, passou a ser usado também nas cerimônias rituais nos terreiros de candomblé.

Mas as famosas “nações” africanas, contatadas e incluídas no tráfico transatlântico, não correspondiam necessariamente a grupos étnicos específicos. Eram antes o resultado da reunião de vários grupos embarcados num mesmo porto, provenientes de uma mesma ilha, vila ou reino. Por exemplo, Cabinda era um importante porto de comércio negreiro, localizado ao norte do rio Zaire, e, em consequência, muitos cativos que aqui chegavam no século XIX eram conhecidos como cabindas porque haviam saído dali. Nesse conjunto, podiam estar incluídos os nsundis, tekes, ou tios, e os gabãos, grupos que estavam associados ao tráfico na região. Muitos dos congos que viviam no Rio de Janeiro nesse mesmo período eram bacongos do norte de Angola e do sul do Zaire. Já o termo mina designava, desde os séculos XVII e XVIII, os cativos que saíam da África ocidental, sobretudo da região conhecida como Costa da Mina. O nome originara-se do castelo de São Jorge da Mina, também chamado Elmina, na Costa do Ouro (atual Gana); e, por extensão, o litoral de Mina veio identificar a região costeira a leste de Elmina – o litoral da Costa do Ouro, ao leste da Nigéria, ou toda a área da baía de Benin.

Entre a escravaria traficada, as mulheres correspondiam, numa média geral, a um contingente 20% inferior ao número de escravos transportados. O comércio das africanas esteve, de algum modo, associado ao tráfico dos homens e às demandas diferenciadas por cativos tanto nas Áfricas como nas Américas, variando ainda ao longo do tempo. Nas regiões islâmicas, a busca por mulheres e crianças escravadas era maior que a por homens adultos. Como as africanas escravizadas no litoral estavam muito distantes das rotas comerciais do interior do continente, era mais vantajoso vendê-las aos traficantes das embarcações negreiras do Atlântico. Mas aos comerciantes interessava, sobretudo, o escravo jovem, do sexo masculino. Era comum então que o apresamento de jovens meninas fosse proporcional à disponibilidade dos homens. Pelas correspondências comerciais trocadas entre os senhores e negociantes, vemos o tipo de escravo mais desejado: os *moleques* ou *molecões*, sem ou com pouca barba. Quando não era possível comprá-los, optavam por



5 Mapa 1 – Carta Del Cantino, 1502. Apesar de autoria ignorada, este mapa mundi ficou conhecido como Carta Del Cantino, por ter sido, provavelmente, reproduzido por cartógrafo português a mando de Alberto Cantino, agente secreto italiano. Acervo Biblioteca Estense e Universitária, Modena, Itália.

6 Mapa 2 – Planisfério, Arques, 1550. Autor Pierre Descelliers. Acervo The British Library, Londres, Inglaterra.



molecas de peito atacado, ou em pé. Em 1732, “uma negra mina de peito em pé” foi avaliada em 100\$000 réis, por ser jovem e ter uma aparência saudável.

No final da década de 1830, entre os escravos levados pelo navio *Brilhante*, estavam 186 homens e 39 mulheres. Já a escuna *Feliz* carregava 130 escravos e 37 escravas. Em 1843, quando o tráfico de escravos já havia sido oficialmente abolido no Brasil, encontramos notícias de que, no Rio de Janeiro, cerca de três quartos dos africanos desembarcados ilegalmente era de homens, dos quais a metade tinha entre 10 e 20 anos de idade. Mas a proibição do comércio transatlântico não impediria que muitas meninas e jovens africanas continuassem aportando nas praias brasileiras.

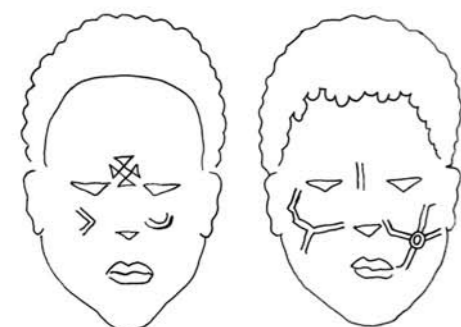
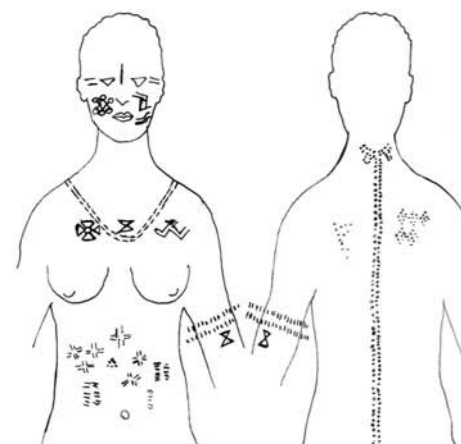
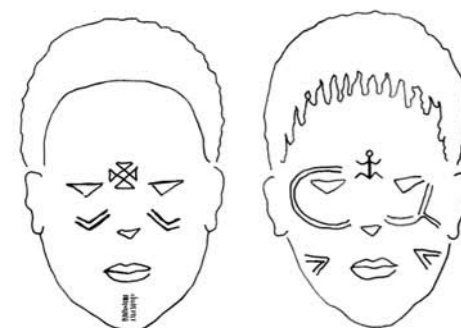
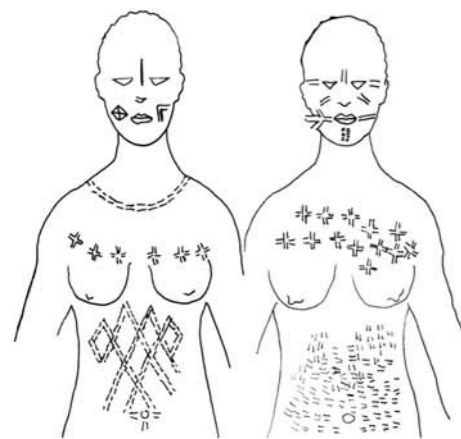
Mais de um mês após ter saído da cidade de Lagos, na costa ocidental da África, a jovem que nascera no reinado de Fon, no Daomé, desembarcava no novo e desconhecido continente. A chegada não foi nada fácil. Após encalhar no mar, os “homens da tripulação embarcaram os moleques e as meninas em uma canoa vinda da terra”, conduzida por quatro meninos brancos. A africana fon segurou em uma corda e assim chegou até uma praia próxima. Dali, foi levada por “oito pretos armados”. Seu nome ninguém quis saber. **Eva**, como seria batizada mais tarde, estava entre os cerca de 500 passageiros do navio *Relâmpago* que, a partir de 1850, percorreu a Costa da África, recolhendo sua “carga humana” e, em 29 de outubro de 1851, chegou desastrosamente ao seu destino final, a capital baiana.

O infame comércio de escravos africanos havia sido definitivamente abolido em 1850. Mas algumas embarcações continuavam a desafiar o Atlântico. Mais pressa e risco para os traficantes, piores condições para os cativos embarcados.



7
Habitantes da Guiné. Gravura de Hans Burgkmair impressa na obra de Baltazar Sprenger. Acervo Die Merfart um Erfahrung, 1509. Augsburg.)

8
Rainha Nzinga Matamba com seu séqüito, séc. XVII. Gravura de Antonio Cavazzi Montecucolo. Coleção particular.



Na arriscada travessia, além da vigilância constante das autoridades inglesas e brasileiras, não era raro surgirem outros obstáculos inesperados. Foi o que aconteceu com o *Relâmpago*. Depois de um longo período no mar, o navio encalhou perto de uma praia na Bahia e, quase um mês após o desembarque, as mulheres e os homens negros, tripulantes compulsórios assustados e seminus, foram levados às autoridades da Auditoria da Marinha. Sem, Abel, Noé, Adão e Eva foram os únicos a relatar as agruras daquela viagem.

No processo de apreensão do navio, instaurado pela Marinha do Brasil, a jovem fon que contava com cerca de 16 anos quando fora vendida em sua terra natal, foi descrita como uma mulher “de cinco pés de altura, cara redonda, olhos grandes, nariz chato, beijos revirados, principalmente os de baixo, pés pequenos”. Mas ela não foi a única a ficar sob o olhar perscrutador de uma sociedade escravista que buscava nos corpos das cativas referências para os usos e abusos para o trabalho, a riqueza ou a exploração sexual. Outras mulheres nagôs foram observadas em detalhes. Entre as meninas, estava **Guilhermina**, com apenas sete anos, “retinta” e de “altura regular”. Já **Lúcia**, de 11 anos, foi considerada “feia”, com seus três sinais abaixo dos olhos e um outro na testa. No grupo das mocinhas entre 12 e 17 anos, vemos Inocência, de “cor bastante fula”, com os “seios apontando”, uma cicatriz grossa e saliente tirando uma perpendicular entre as clavículas e o umbigo, mais duas – também destacadas – “num meio círculo a morrer nas virilhas”. **Inácia**, por sua vez, era tida como bonita, com seus olhos vivos, peitos pequenos, e o lado esquerdo do ventre e mão direita bordados. Não faltaram na lista as mulheres adultas, como **Constança**, de 20 anos, com marcas étnicas espalhadas por seu rosto, corpo e braços; ou **Urânia**, de “seios caídos”, alta e retinta em seus 24 anos.

Não se sabe que destino tiveram essas mulheres ao desembarcarem no Brasil. Os muitos africanos que continuavam chegando entre os anos de 1831 e 1856, através do comércio ilegal de escravos, ficaram conhecidos como *africanos livres*. Em terra firme, eram transportados pelos pequenos portos, ancoradouros, enseadas ou mesmo pelas praias abertas, especialmente nas províncias do Rio de Janeiro, Bahia ou São Paulo, onde ainda era grande a demanda pela população cativa. De acordo com os tratados internacionais, esses homens e mulheres deveriam ser remetidos à África, mas, na maioria das vezes, acabavam permanecendo por aqui. Sob tutela do Estado Imperial, eram empregados em obras públicas ou serviços particulares, em troca de poucos salários. Eram os últimos passageiros de uma história que remonta ao século XVI, quando as primeiras levas de cativas africanas começaram a chegar às terras brasileiras para trabalhar nos engenhos recém criados.

As histórias dessas mulheres chegam até nós através dos diários de bordo das embarcações negreiras, dos relatórios comerciais, das anotações pessoais e de outros tantos documentos anotados por pombeiros, pilotos, religiosos e funcionários das companhias de comércio europeias. São registros que revelam um olhar masculino e europeu sobre as relações sociais, como um todo, e sobre a presença feminina nas sociedades escravistas, em particular. Ainda assim, descortinam trajetórias das muitas mulheres negras que viviam deste lado de cá do Atlântico desde o período colonial.

Mal alimentadas e cansadas de percorrer a pé muitas milhas, as africanas aprisionadas chegavam aos portos de embarque em péssimo estado. Nas embarcações, eram submetidas a toda sorte de maus tratos. O bacharel baiano Luís Antônio de Oliveira descreveu em suas *Memórias*, divulgadas em 1793, como a sujeira, os ratos, piolhos, a cegueira e a sarna iam corroendo seus corpos. A morte vinha pelo escorbuto, sarampo, bexiga e diarreias que dizimavam boa parte dos embarcados, começando pelas crianças. Às mulheres, por vezes era dispensado um tratamento diferenciado. A elas, permitia-se permanecer no convés, onde o ar puro e a retirada dos ferros do tornozelo aliviavam as duras condições da viagem. Porém, a permanência no convés também as deixava à mercê dos marinheiros que “serviam-se” sexualmente delas a qualquer hora do dia.

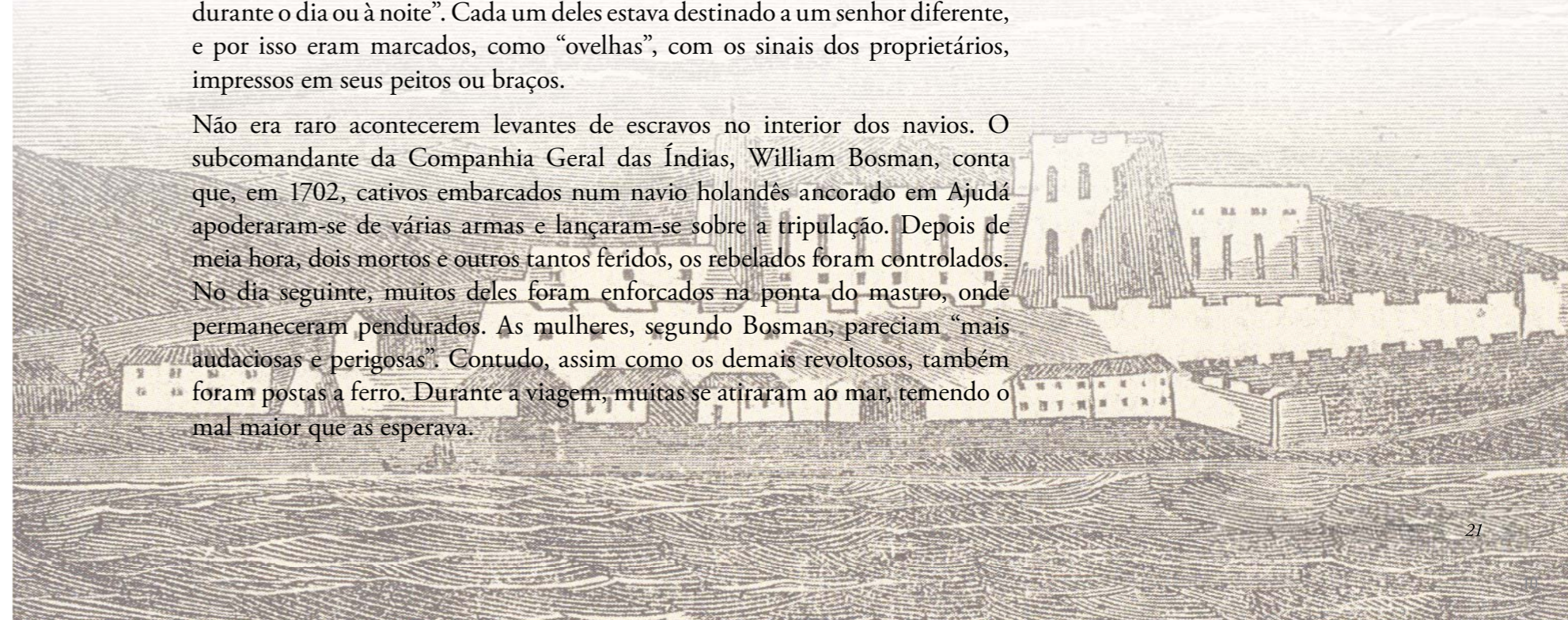
Nos navios, os espaços para os cativos e as provisões disponíveis eram muito limitados e caros. Sem contar que os traficantes quase sempre, para aumentar seus lucros, levavam um excesso de pessoas a bordo, suprimindo essas cargas populosas com alimentação e água insuficientes. Um decreto de 1684 permitia que fossem transportados sete escravos por tonelada, para os navios com vigias, e cinco escravos, para os navios sem vigias. Contudo, apenas alguns anos após sua promulgação, um observador europeu, referindo-se aos traficantes de escravos portugueses, comentava que “lamentável ver como amontoam esses pobres miseráveis, 650 ou 700 em um navio, os homens amarrados em estacas nos porões, as mulheres entre os conveses e as que estão grávidas na grande cabine, e as crianças junto ao leme, o que naquele clima quente ocasiona um cheiro intolerável”.

Mais de um século depois, o reverendo Robert Wash que acompanhou um grupo britânico de abordagem ao navio português *Veloz*, descreveria as duras condições da embarcação, capturada no médio Atlântico em 1829. De acordo com o relato do religioso, o *Veloz* estava há 17 dias no mar e, durante esse período, 55 escravos mortos haviam sido atirados na água. Quando apresada, a embarcação ainda carregava 336 homens e 226 mulheres, num total de 562 cativos, “fechados sob escotilhas gradeadas, entre conveses”, confinados numa área “tão baixa que eles sentavam entre as pernas uns dos outros, e tão amontoados que não havia possibilidade de deitarem ou mudarem de posição, durante o dia ou à noite”. Cada um deles estava destinado a um senhor diferente, e por isso eram marcados, como “ovelhas”, com os sinais dos proprietários, impressos em seus peitos ou braços.

Não era raro acontecerem levantes de escravos no interior dos navios. O subcomandante da Companhia Geral das Índias, William Bosman, conta que, em 1702, cativos embarcados num navio holandês ancorado em Ajudá apoderaram-se de várias armas e lançaram-se sobre a tripulação. Depois de meia hora, dois mortos e outros tantos feridos, os rebeldes foram controlados. No dia seguinte, muitos deles foram enforcados na ponta do mastro, onde permaneceram pendurados. As mulheres, segundo Bosman, pareciam “mais audaciosas e perigosas”. Contudo, assim como os demais revoltosos, também foram postas a ferro. Durante a viagem, muitas se atiraram ao mar, temendo o mal maior que as esperava.

9
Marcas corporais

10
Representação do Castelo de São Jorge da Mina in Diário Ilustrado de 1881. Acervo Arquivo Histórico Ultramarino, Portugal.



Após a longa travessia pelo Atlântico, as cativas chegavam a nova terra magras, como sombras cambaleantes, nas palavras de um observador do século XIX, tinham as “feições contraídas, seus grandes olhos parecendo que iriam saltar das órbitas a qualquer momento, e, pior que tudo, suas barrigas franzidas, formando um perfeito buraco, como se elas tivessem se desenvolvido no sentido das coisas”. Dos portos, eram levadas para os armazéns ou ruas onde eram expostas à apreciação dos futuros proprietários. Até os anos 30, quando o tráfico de escravos tornou-se ilegal, a população cativa normalmente aportava em cidades brasileiras, como Belém, São Luís do Maranhão, Fortaleza, Recife, Bahia, Rio de Janeiro, Santos, Paranaguá, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Durante o século XIX, o Rio foi o maior entreposto escravista do Império, fornecendo trabalhadores para São Paulo, regiões mineiras interioranas de Goiás e Minas Gerais, e a própria província do Rio de Janeiro. Era o tempo das fazendas de café do Vale do Paraíba. Nos cinquenta primeiros anos do século XIX, a Bahia recebeu um fluxo majoritário de escravos da Costa ocidental, embarcados nos portos da baía do Benim, que se concentraram no Recôncavo e na cidade de Salvador. Para Minas Gerais, que – ao longo do século XVIII – havia absorvido parte da população africana em suas minas de ouro e diamantes, já quase não subiam escravos vindos diretamente da África. E m sua passagem pelo Recife, em 1820, Maria Graham observaria que a maior parte dos escravos novos da cidade ficava fechada em depósitos. Havia, contudo, alguns que se amontoavam nas vias públicas, como os cerca de 50 cativos que encontrou, entre “meninos e meninas com todos os indícios de doença e inanição, conseqüências da comida insuficiente e do longo confinamento em lugares insalubres”.

Ao chegarem como escravas ao Brasil, as africanas recebiam nomes cristãos e, da noite para o dia, viravam Marias, Evas, Felicidades. Uma repentina metamorfose simbolizava a passagem da condição de africanas para a de cativas. Mas muitas delas procuravam, a todo custo, preservar seus velhos nomes étnicos ou religiosos, conservando uma parte importante e muito significativa de sua memória pessoal. Seus nomes cristãos eram úteis apenas nas relações com os europeus, “eram nomes de terras de brancos”, como se dizia na época. Já entre seus patrícios, continuavam a circular com seus nomes originais, que haviam trazido de suas terras. É assim que muitas africanas passam a ser identificadas como **Josefa Mina**, **Catarina Moçambique**, **Catarina Angola** ou **Maria Emini**.



11

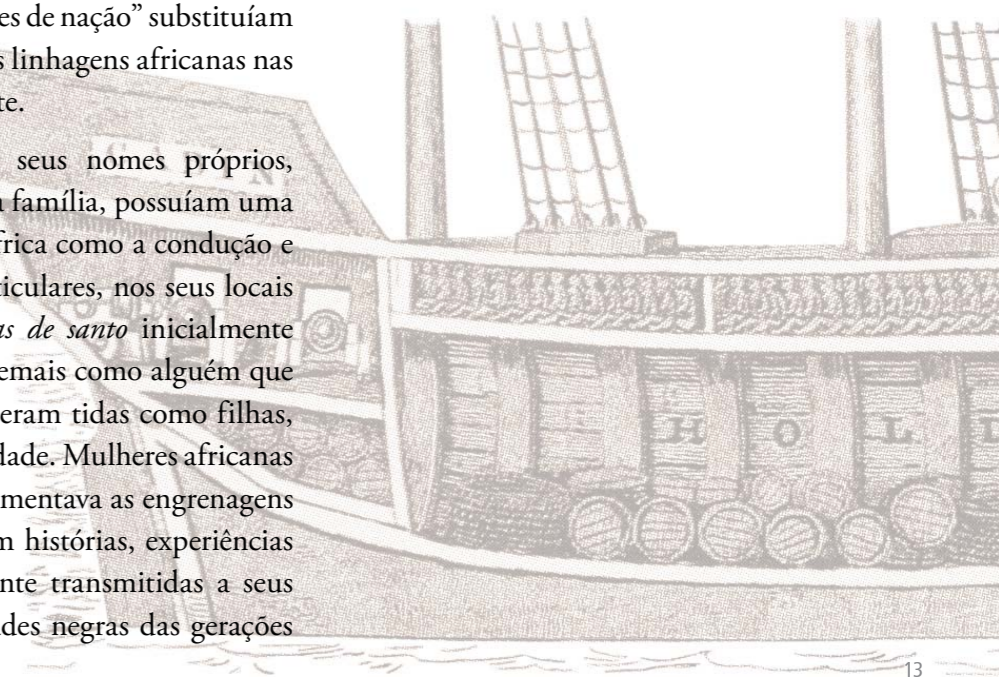
A população escrava africana, e também parte dos libertos, encontravam dificuldades em formar famílias e isso talvez explique porque acabaram redefinindo a abrangência semântica da palavra parente, escolhida entre tantas do repertório da língua dos senhores para designar o termo patrício. Diante das dificuldades em recompor uma rede familiar consanguínea, a identificação com outros homens e mulheres que tinham a mesma origem étnica ganharia contornos de uma grande família simbólica, podendo mesmo ser o principal canal de solidariedade e organização da vida da maioria das africanas e dos africanos que aqui viviam. Recorrendo a elementos comuns de seu passado africano, identificavam-se, nas cidades e comunidades recriadas na diáspora, como parentes étnicos. Além de falarem uma mesma língua, uniam-se em torno de práticas culturais e crenças, como acontecia com muitos iorubás – na Bahia, conhecidos como nagôs, no Rio, como minas – tidos como descendentes de Oduduwa e originários da cidade sagrada de Ile Ifé e no Maranhão os daomeanos, denominados jêjês. Esses novos arranjos sociais entre os chamados “parentes de nação” substituíam o apoio e a proteção anteriormente assegurados pelas extensas linhagens africanas nas quais o culto aos ancestrais tinha um papel muito importante.

Vivendo “no meio dos seus”, as africanas, preservando seus nomes próprios, continuavam a fazer sentido para o grupo, pertenciam a uma família, possuíam uma história em comum, que podia incluir tanto a captura na África como a condução e a vida nas cidades brasileiras. Ao se reunirem em casas particulares, nos seus locais de trabalho, em irmandades religiosas ou entre as *famílias de santo* inicialmente reorganizadas nas senzalas, podiam ser identificadas pelos demais como alguém que veio de determinada cidade ou, ainda que simbolicamente, eram tidas como filhas, irmãs, companheiras ou mães de outros membros da comunidade. Mulheres africanas que não eram simplesmente uma mão-de-obra cativa que alimentava as engrenagens de um cruel sistema escravista. De suas Áfricas, elas traziam histórias, experiências e saberes de vida e liberdade, preservadas e estrategicamente transmitidas a seus descendentes, marcando e pulsando a história e as identidades negras das gerações futuras.

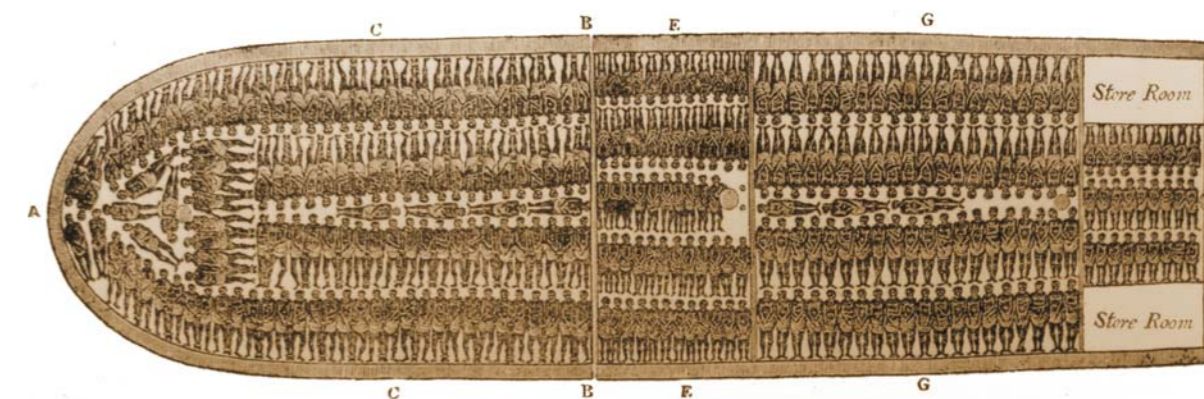
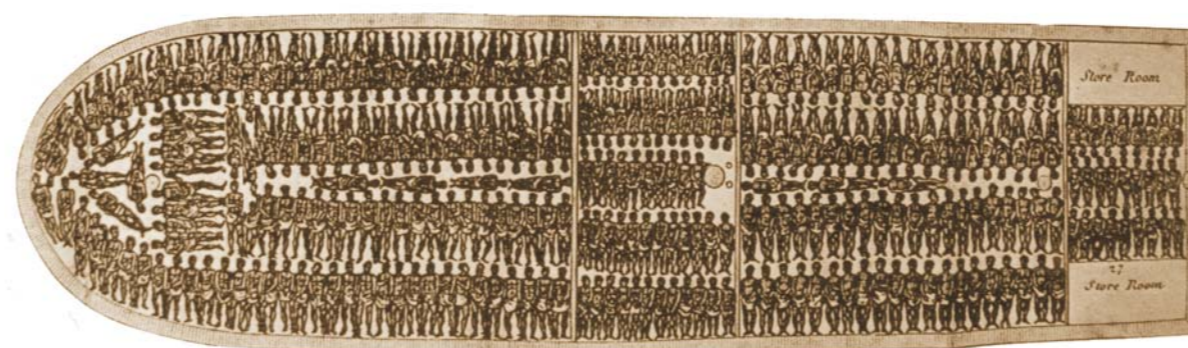
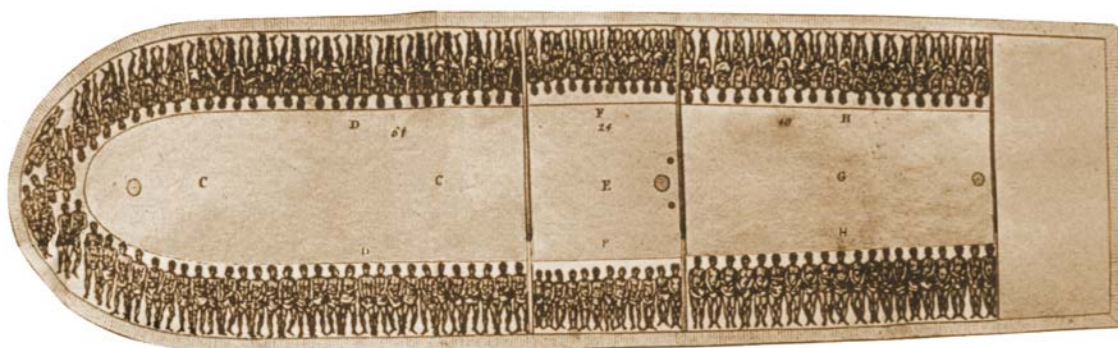
11
Detalhe de navio de escravos. Litografia de C. Robert Walsh e T. Kelly, 1830. Acervo Biblioteca Nacional.

12
Cortes horizontais de plataforma de navios negreiros, com arrumação dos escravos in Abstract of Evidence de Thomas Clarkson, 1791.

13
Secção de Navio de Escravos. Litografia de Robert Wash e T. Kelly, 1830. Acervo Biblioteca Nacional.

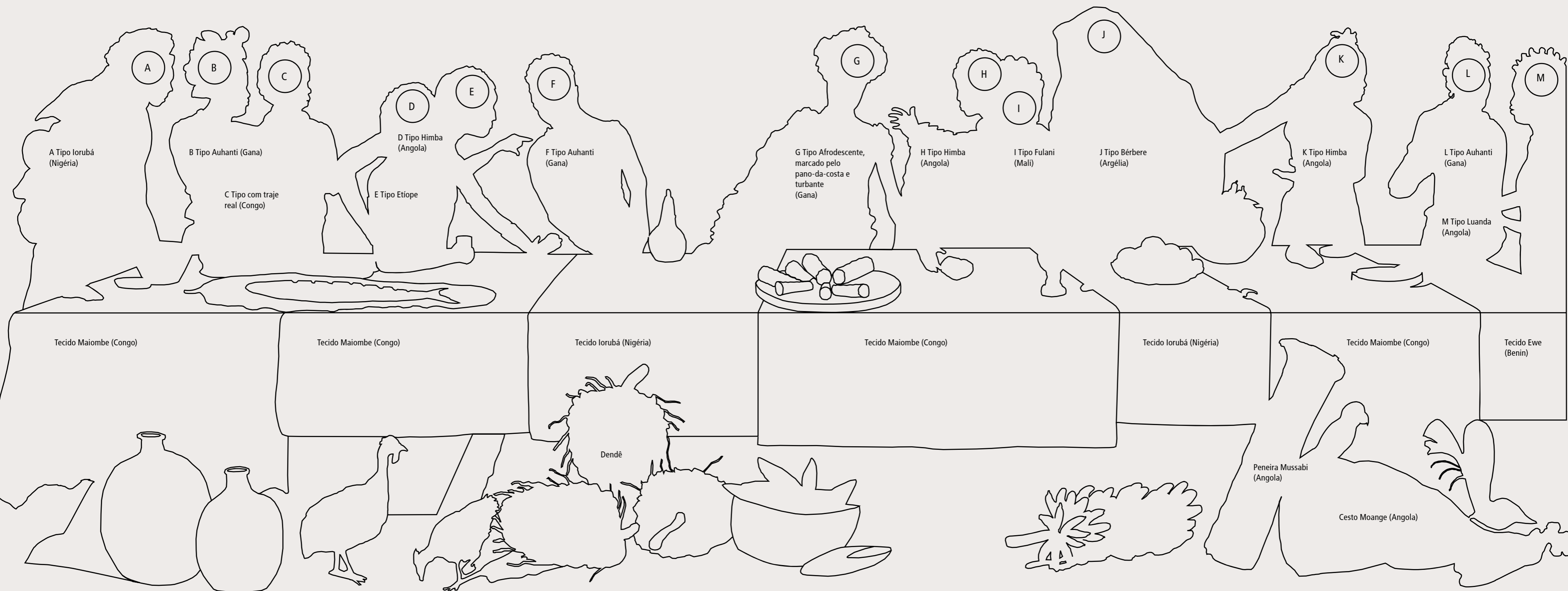


13



12







15
Negra brasileira do século XVII – tela atribuída a
Albert Eckhout. Reprodução cedida por Carlos Eugênio
Marcondes de Moura.

Negras mulheres, suas imagens

A população negra está presente em dezenas de telas do primeiro grande artista a pintar paisagens brasileiras, **Franz Post** (1612-1680), geralmente compondo o cenário, pontilhando a paisagem nas vistas panorâmicas, bem como em situações de trabalho nos engenhos pernambucanos ou em momentos de lazer nos arredores de Olinda. (ilustr. págs. 30/31).

Uma das primeiras e mais belas representações pictóricas da mulher negra no Brasil colonial está envolta em interrogações.

A quem atribuir a autoria do retrato a óleo que o historiador de arte Thomas Thomsen reproduziu em 1938, no seu pioneiro livro sobre o pintor **Albert Eckhout** (1610-1666) e que também o sociólogo Gilberto Freyre fez constar na quinta edição de *Casa Grande e Senzala*, com o título: *Negra brasileira do século XVII?* (ilustr. pág. 28)

Cinco décadas depois, em 1989, a conclusão de Thomsen sobre a autoria da tela foi refutada por P. J. P. Whithead e M. Boeseman em importante obra literária sobre os artistas trazidos pelo conde Mauricio de Nassau ao Brasil. Esses dois escritores se eximiram de atribuir qualquer crédito autoral ao retrato.

O pouco que se sabe a respeito dessa imagem atíca a curiosidade, tanto mais que não foi citada contemporaneamente por nenhum outro historiador da arte que tenha escrito sobre o período nassoviano. As informações colhidas são que o quadro pertencia ao acervo do castelo de Charlottenburg, em Berlim, e que a jovem negra retratada também figura em um dos dez painéis, sem assinatura, que decoravam o castelo de Pretzels, no Elba, Alemanha. Essas pinturas, igualmente atribuídos a Eckhout, buscavam o decorativismo e o pitoresco, sendo que a moça comparecia a um destes painéis, de corpo inteiro, numa atitude de dança ao lado de músicos chineses. Tempos depois essas obras foram transferidas para o castelo de Schwedt, o qual foi destruído por um incêndio em 1945, nos últimos dias da segunda guerra mundial. Hoje essas telas são conhecidas apenas por precárias fotografias.

Não há maiores dúvidas, porém, quanto à autoria de *Negra com criança*, tela que Albert Eckhout pintou e assinou em 1644, no Brasil. (ilustr. pág.32) Sobre esta, críticos e historiadores discordam em relação ao lugar representado, situando-o em algum ponto da África: Costa do Ouro, Gana, Guiné ou Angola. Um destes estudiosos, Valladares, levantou

a hipótese, ainda que um tanto fantasiosa, de que a mulher retratada fosse concubina de um dos dignitários do Reino do Sonho, localizado na embocadura do Rio Congo. Esse autor comparou a mulher retratada a uma “divindade africana” enfeitada com colares e pulseiras de pérolas, ouro e latão. Cabe aqui a pergunta - Por que não esposa, já que se levantaram suposições no plano da fantasia?

Amplia-se a perplexidade em torno desta retratada, o fato de **Zacharias Wagener** (1614-1668), o despenseiro alemão a serviço de Maurício de Nassau, ter reproduzido essa mesma figura, que leva, acima do seio esquerdo, o monograma do fidalgo holandês marcado a fogo. Isso suscitou também, em alguns autores, suspeitas de que foi dele a criação original desta imagem e que Eckhout a teria copiado depois.



Ainda no século XVII, em gravura de **Johann Nieuhoff** (1628-1672), a mulher negra foi representada com destaque, aparece em primeiro plano com pandeiro na mão e em passos de dança, enquanto seu companheiro toca um curioso instrumento, cabaça com função de reco-reco. (ilustr. pág. 33)



A produção pictórica em torno das afro-brasileiras, no século XVIII, foi pouco menos parcimoniosa. A partir da descoberta das minas de ouro e diamantes nas Gerais, bem como em Goiás e Mato Grosso, a coroa portuguesa passou a exercer rigoroso controle sobre a presença de estrangeiros na colônia, os quais se viram impedidos de penetrar no interior. As naus européias atracavam apenas em alguns portos da costa, a tripulação e os viajantes eram estreitamente vigiados. Entretanto, nesse período, alguns poucos não tiveram que vivenciar essa fiscalização. Por volta de 1776, as circunstâncias do cargo permitiram que o militar de

Turim, **Carlos Julião** (1740-1811), capitão italiano a serviço de Portugal, transitasse livremente por Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro. Dotado de algum mérito artístico, deixou em seus conhecidos *figurinhos*, um pequeno, mas interessante repertório de imagens das mulheres negras, que além do registro de suas ricas indumentárias, foram especialmente retratadas no universo do trabalho e da vida religiosa dos tempos coloniais. (ilustr.págs. 34/35; 60/61; 144 a149)

Duas de suas aquarelas (ilustr.págs.378/379) mostram um cortejo exclusivamente formado de mulheres, no qual as soberanas e seus séquitos participam dos festejos do Dia de Reis, provavelmente da procissão de São Benedito e Nossa Senhora do Rosário, em Minas Gerais. Nelas estão retratadas as rainhas coroadas e abrigadas sob um pátio, apresentam-se majestosamente acompanhadas por figuras femininas com seus vários instrumentos: flauta, tambor, reco-reco, pandeiro, trompa, violão e marimba ou senza, muito encontrado na região do Zaire-Angola.

Em 1808, logo após a chegada da família real ao Brasil, mediante a abertura dos portos às nações estrangeiras, as resoluções de acautelamento e repressão à presença de estrangeiros são praticamente suprimidas. A partir desse momento os territórios da então colônia, logo Império, foram livremente explorados por comerciantes, diplomatas, militares, expedições científicas, viajantes e artistas de passagem. Percursos que resultaram numa explosão de imagens, veiculadas através das mais diversificadas linguagens – desenho, aquarela, pintura, gravura, escultura, fotografia - que, independentemente de seu maior ou menor mérito artístico e de suas abordagens enviesadas, muito registraram sobre a sociedade brasileira e como a mulher negra dela participava naqueles tempos.



16 Engenho com igreja, óleo sobre tela. Franz Post, Pernambuco, cerca de 1640. Acervo Fundação Maria Luisa e Oscar Americano.

17 Detalhe ampliado da imagem 16.

18 Detalhe ampliado da imagem 19.

19 Vista parcial de Olinda, óleo sobre tela. Franz Post, PE, cerca de 1640. Acervo Fundação Maria Luisa e Oscar Americano.

Alguns dos vários artistas e fotógrafos que deixaram também seus testemunhos visuais da população negra no Brasil oitocentista, foram: a escritora e ilustradora escocesa **Maria Dundas Graham Callcott** (1785-1842), (ilustr.págs.70/71); o barão dinamarquês **George Heinrich Von Lowenstern** (1776-1858) (ilustr.págs.64/65), os litógrafos cariocas **Joaquim Lopes de Barros Cabral** (1816-1863) (ilustr.págs.72/73) e **Frederico Guilherme Briggs** (1813-1870) (ilustr.págs.72/73), ambos formandos da Academia Imperial de Belas Artes no Rio de Janeiro; o alemão **Edouard Hildebrandt** (1818-1869), considerado um dos melhores aquarelistas do começo do século XIX (ilustr.págs.68/69) e, entre outros, pioneiros da fotografia no Brasil: o francês **Victor Frond** (1821-1881) (ilustr. págs.52/53), o açoriano **José Christiano de Freitas Henriques Júnior** (1832- 1902) e o brasileiro **Marc Ferrez** (1843-1923).

Muitas das imagens criadas passavam por um complicado processo de elaboração e intervenções que as modificavam. Com efeito, percorria-se uma longa trajetória a partir do momento que elas eram esboçadas ou desenhadas pelo cientista, pelo artista ou pelo mero viajante. O hábito de reprodutibilidade a época, fazia com que esses registros iniciais fossem gravados em metal, pedra ou madeira e, durante esse processo, o gravurista já introduzia alterações na criação original. Geralmente as tiragens se destinavam a ilustrar edições de livros ou eram vendidas unitariamente ao público interessado. Especialmente os livreiros, tendo em vista o lucro, eram os principais responsáveis por renovadas intervenções, contratavam coloristas que, em busca do que concebiam ser o pitoresco e o exótico, desconhecendo aquele remoto universo brasileiro que as figuras retratavam, recorriam ao artifício e esbanjavam cores, na questionável suposição de que o resultado final seria do gosto da clientela. Como exemplo, entre outros artistas, a produção artística de **Jean Baptiste Debret** (1768-1848) e **Johan Moritz Rugendas** (1802-1858) foi bastante comprometida por tais abusos.

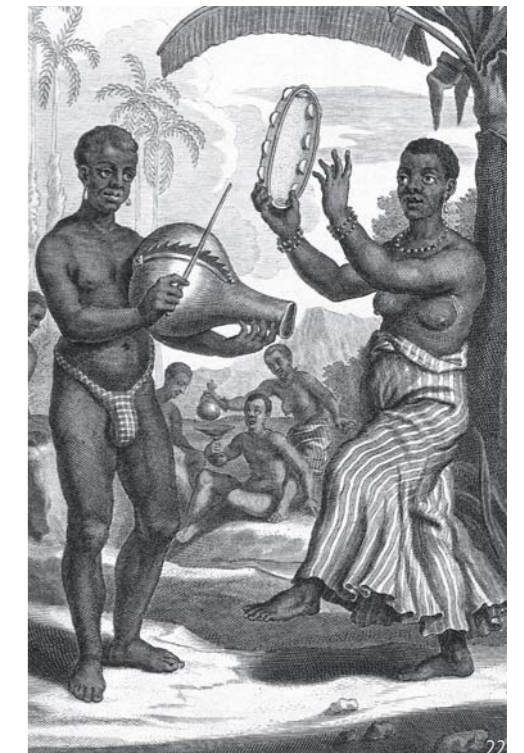
Outro procedimento, não de todo incomum, era a apropriação de imagens de um artista por outro, o que, no conceito da época, não era visto como plágio. Assim, o militar português de origem belga, **Joaquim Cândido Guillobel** (1787-1859), desenhista, cartógrafo, topógrafo e arquiteto, teve suas *figurinhas* (ilustr.págs. 62/63) copiadas pelo tenente inglês **Henry Chamberlain** (1796-1844), que as agrupou em pequenos conjuntos, inserindo-as em cenários urbanos, estes sim, de sua criação.

A celebre imagem de mulher negra, feita por volta de 1817, a partir de desenho do viajante francês **Jacques Etienne Victor Arago** (1790-1854), está na origem de uma das mais extraordinárias apropriações e reinterpretções da religiosidade popular. Trata-se da gravura intitulada *Châtiment des esclaves - Castigo dos escravos*. (ilustr.pág. 171) Nela se vê uma africana com mordança de metal, punição a que os escravocratas recorriam para coibir o uso de bebidas alcoólicas ou impedir a geofagia. Essa gravura foi exposta na Igreja do Rosário, no Rio de Janeiro, por ocasião da exposição comemorativa dos 80 anos da Abolição, em 1968.



20

A partir de então, a retratada foi identificada como sendo uma escrava denominada Anastácia, que teria sido uma princesa africana aprisionada e, conta o dito, tornou-se após sua morte, uma grande promotora de milagres, especialmente por ter sofrido extremos martírios em sua condição de cativa. Desde essa época a imagem vem sendo objeto de culto de milhões de devotos em todo o país.



20
A Negrinha. Albert Eckhout, c. 1641. Acervo Biblioteca Jagiellonska, Cracóvia. Polônia.

21
Negra da Costa do ouro Africana, óleo sobre tela de Albert Eckhout, 1644. Acervo National Museet, Copenhague.

22
Danças lúdicas de negros com instrumentos. Gravura de Johann Nieuhoff, séc. XVII. Acervo Biblioteca Guita e Jose Mindlin.



A inserção da população negra no catolicismo, durante séculos, a religião imposta oficialmente pelo Estado, foi tema recorrente na produção dos artistas viajantes, sobretudo, Jean Baptiste Debret, que retratou cerimônias de batismo, casamento e ou morte. Essas imagens podem provocar encantamento estético, mas ao comentá-las, o que ele fez em relação a cada uma delas, escancarava seu pensamento etnocêntrico, racista e sexista, revelando assim as idéias e relações de poder de sua época. Faz-se oportuno transcrever suas observações a respeito do desenho litografado: *Casamento de negros de uma casa rica* (ilustr. pág. 36):

“É igualmente decente e de bom tom nas casas ricas do Brasil fazer casarem-se as negras sem contrariar demasiado suas predileções na esperança de um marido; esse costume assenta na esperança de prendê-los melhor à casa. Naturalmente apaixonados, é, com efeito, somente em detrimento do serviço que os criados pretos conseguem visitar suas amigas, o que leva os mais ousados a pernoitar escondido, fora de casa; essa primeira indisciplina os arrasta não raro ao roubo, a fim de se mostrarem amantes generosos. É para evitar essas conseqüências funestas que, na alta sociedade quase sempre se obriga a criada de quarto da senhora a casar com o cocheiro do amo; o mesmo ocorre com as outras negras empregadas no serviço interno, que são casadas com os criados de confiança do dono da casa. Assim, mais especialmente protegidos, esses casais legítimos podem esperar presentes por ocasião do nascimento de cada um de seus filhos, de modo que, não raro, quando são metódicos, juntam algum dinheiro graças aos benefícios realmente consideráveis que devem a seus senhores ou aos inúmeros amigos da casa. O crioulo orgulha-se de ter nascido de pais casados. Na cerimônia de casamento é o criado de categoria superior que serve de padrinho ao inferior e Nossa Senhora é a madrinha de todos. [...] É digno de observar-se que a negra, extraordinariamente sensual, embora fiel e casta no casamento, não resiste ao desejo de conquistar o amor do dono por meio de cuidados particulares e tocantes atenções escondidas sob a aparência da humildade; deve-se dizer que essa artimanha dá excelentes resultados em todas as circunstâncias.”

A prática de limar os dentes caninos e incisivos e as escarificações faciais e corporais, atributos de beleza que se observam em várias imagens, eram encaradas como evidências de barbárie e desgraçosidade, como lanhos, protuberâncias, afecções de pele, calombos ou cicatrizes. Tais apreciações estavam muito longe de corresponder àquilo a que elas se referiam. A ignorância de outras culturas e de seus valores estéticos, aliada a postura etnocêntrica, não permitiu o reconhecimento de seus significados profundos. As escarificações, até hoje praticadas entre muitos povos da África, poderiam representar a filiação a um determinado clã, a ligação com divindades por parte dos iniciados, correspondências curativas e protetoras, a profissão herdada através da linhagem paterna e ou tinham simplesmente o sentido de aformoseamento do corpo.

A população negra era destituída de beleza nas representações do conhecido artista e jornalista italiano **Angelo Agostini** (1843-1910). Em sua célebre *Revista Illustrada*, publicada no Rio de Janeiro, entre 1876 e 1896, deixou, juntamente com outros artistas que com ele colaboraram, um testemunho da vida social e política do país, através da caricatura, do retrato e do *portrait-charge*. As imagens da mulher e do homem negro foram invariavelmente apresentadas sob o signo do grotesco – salvo às mocinhas negras que ele qualificava como sendo “do caroço”, certamente uma gíria da época que expressava a atração erótica que elas despertavam. A exceção foi o tratamento digno dado às imagens daqueles personagens negros que alcançaram projeção no meio social, entre eles: pintores, políticos, jornalistas, atores e literatos. A *Revista Illustrada*, que se queria progressista, somente humanizou as imagens do negro por ocasião do seu engajamento na campanha abolicionista ao longo da qual divulgou a violência praticada contra os escravizados (ilustr.págs. 97/99/101/104) Também propagandeou todas as ações libertárias promovidas por centros e associações emancipadoras, indivíduos e governos, com destaque para o Amazonas e Ceará, as primeiras províncias a extinguir a escravidão. Logo após a Abolição, entretanto, Agostini e seus artistas retornaram às representações de sempre, escarnecendo a inserção do negro no meio social. Nessa fase já não se tratava mais de posturas ambíguas, mas de declarado racismo divulgado com chocante desenvoltura.

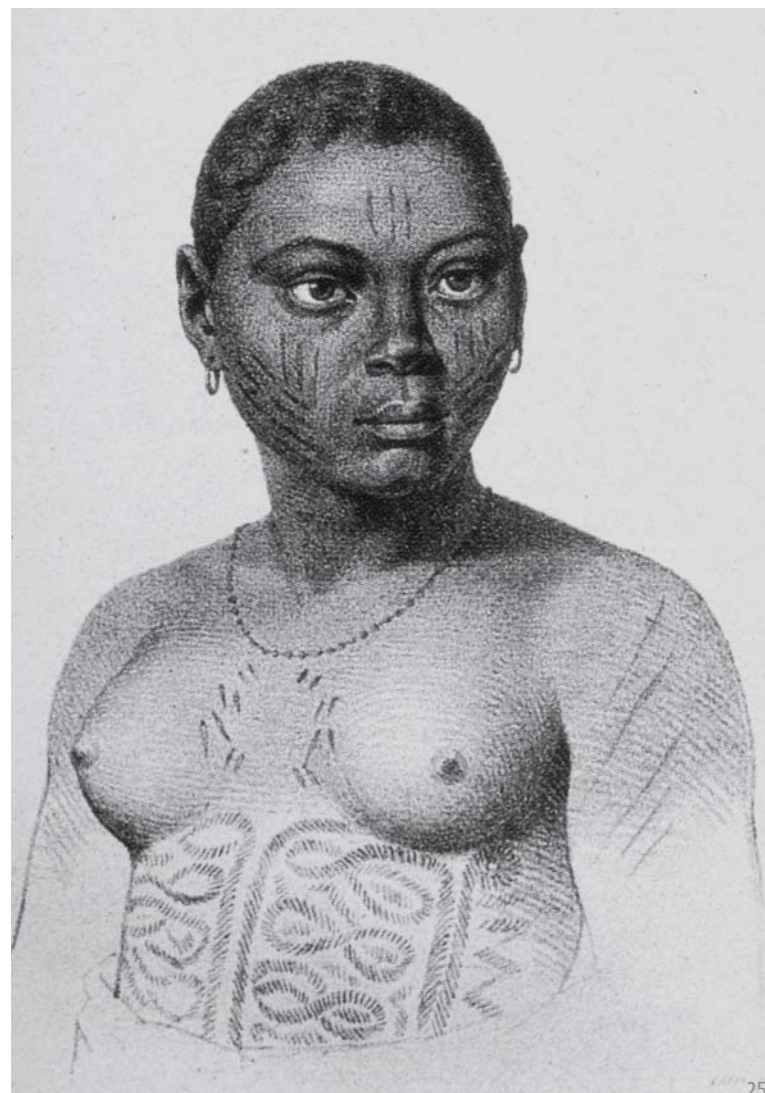
O preconceito racial no Brasil também se fez presente em certa pintura acadêmica do século XIX, sendo o exemplo mais eloqüente a tela: *A Redenção de Cam*, do pintor espanhol **Modesto Brocos y Gómez** (1852-1936). Nela foi retratada uma senhora negra que levanta as mãos aos céus em sinal de gratidão e reconhecimento pela graça proporcionada pela divina bondade. Seu neto foi redimido, embranqueceu, pois sua filha, já miscigenada, casou com um homem branco. (ilustr. pág. 191)

A parte mais substancial da iconografia da mulher negra, no período colonial e durante o Império, refere-se ao setor em que foi mais preponderante sua participação: o universo do trabalho, livre ou escravo. Nenhum artista viajante pôde deixar de registrar sua operosa presença, nos árduos afazeres agrícolas, nas atividades domésticas, na lavagem do ouro e ou no comércio ambulante que elas dominavam.

Os contextos recorrentes dos primeiros séculos, afinal restritos, do universo do trabalho e da religiosidade, em que foram retratadas as mulheres negras, se ampliam, a partir do momento em que elas, mediante a popularização da fotografia, fazem parte daquela numerosa clientela que frequenta os estúdios, em busca, como todos, do registro e perpetuação de sua imagem.

23 e 24
Vestimentas de Escravas, aquarela de Carlos Julião, cerca de 1776. Rio de Janeiro. Acervo Biblioteca Guita e José Mindlin.





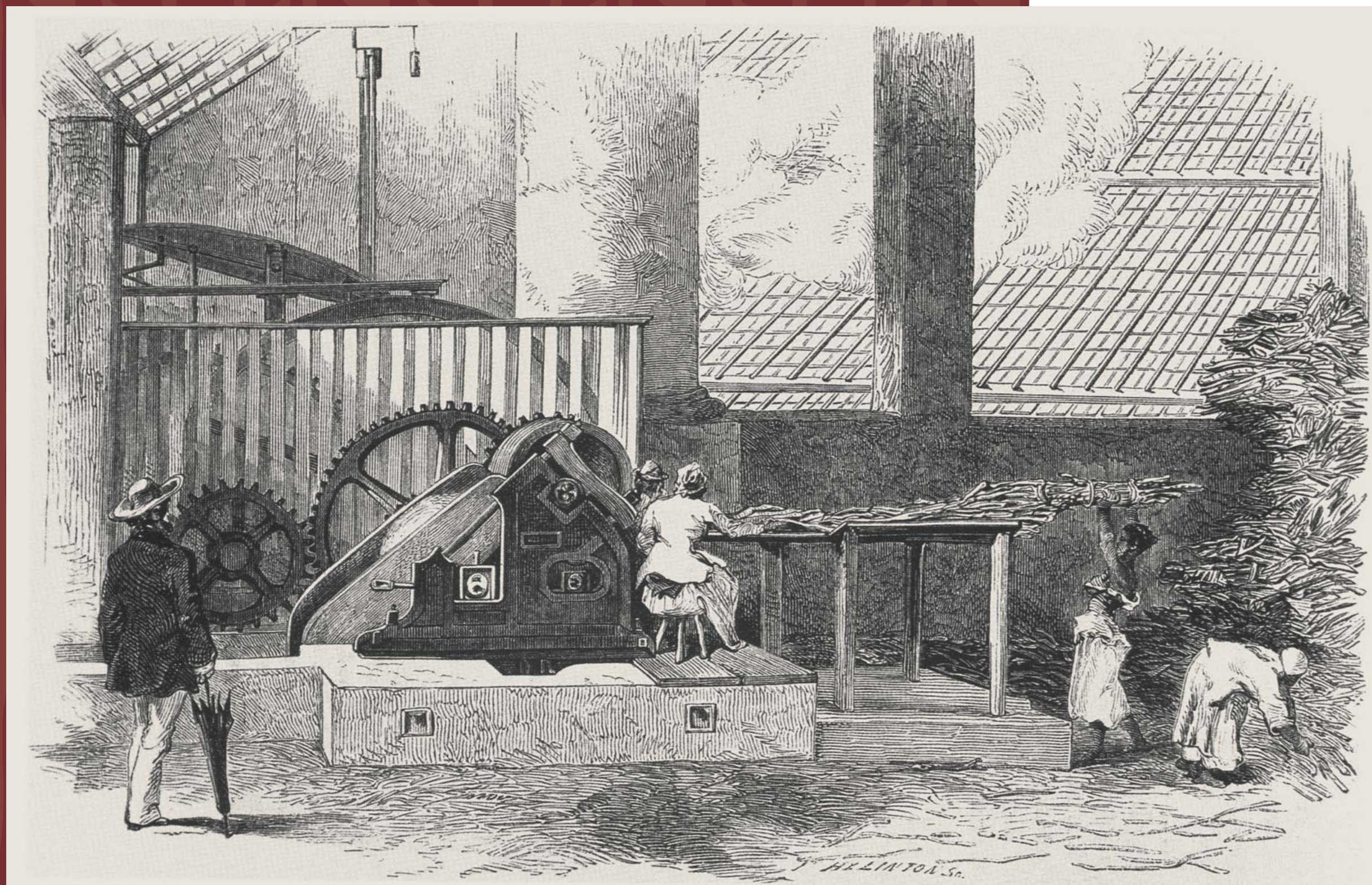
25
Negra Monjolo. Gravura de Johann Moritz Rugendas,
1835. Acervo Biblioteca Nacional.



26
Negra Mina. Gravura de Johann Moritz Rugendas, 1835.
Acervo Biblioteca Nacional.

27 e 28
Tipo africano. Autoria não identificada, s. d. Acervo
Biblioteca Nacional.





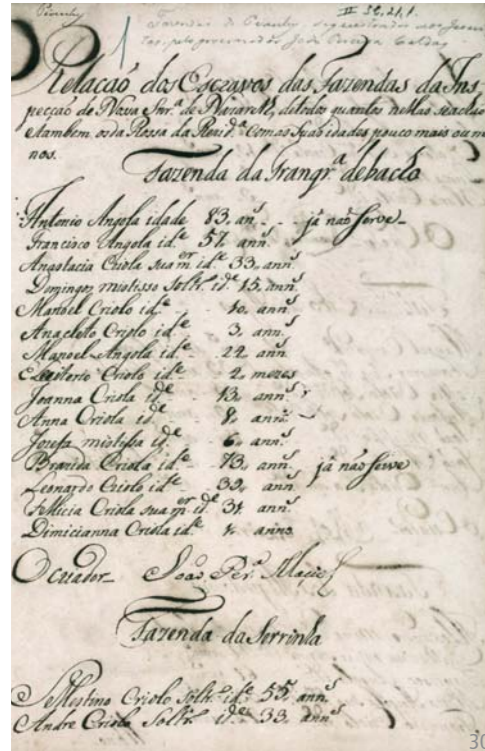
29
Interior do moinho da Fazenda Caraúnas, pertencente a Domingos de Souza Leão, Pernambuco. Litografia de Helinton, 1954. Coleção particular.

Escravizadas: uma dívida histórica

Depois da longa travessia atlântica, negros e negras desembarcavam no novo continente. Estima-se que aproximadamente 15 milhões de pessoas foram transferidas da África para as Américas, entre os séculos XV e XIX. Ao Brasil, chegaram aproximadamente, quatro milhões de almas para abastecer a casa grande e seus latifúndios com a mão de obra escrava das povoações. No Sul, foram utilizados nas charqueadas do Rio Grande e nos ervais do Paraná; no nordeste, na pecuária; no norte, nas atividades extrativas; no sudeste nas plantações extensivas e na mineração, onde não só executavam o trabalho braçal, como também contribuíram com as técnicas de metalurgia e mineração aprendidos em suas terras de origem.

Na colônia, as mulheres negras passavam a exercer os mais diversos trabalhos, que compreendiam desde tarefas domésticas no interior dos sobrados, até a labuta diária nas extensões de terra-roxa, terrenos que se prestavam à monocultura da cana-de-açúcar. Em todas as etapas da produção e manufatura dos produtos canavieiros, houve a participação ativa das mulheres: elas retiravam ervas daninhas da gleba, semeavam, enfeixavam as canas. Nos engenhos, cozinhavam nas enormes tachos de cobre, transformando-as em melaço, no processo que teria como produto final o açúcar. No interior da casa-grande, preparavam a comida, lavavam, cerziam e arrumavam, efetuando todas as tarefas domésticas para sua senhora, acompanhando-a, quando necessário, em suas viagens até a cidade. Trabalhavam de sol a sol, sob a rígida fiscalização dos feitores, ou das sinhás, recebendo pelo trabalho o mínimo para sobreviver. O senhor garantia apenas uma refeição diária, basicamente formada por feijão, milho e farinha de mandioca. Carne, quando servida, era de qualidade duvidosa ou sobras. Curiosamente o hábito de cozinhar o feijão com os restos deixados pelos é senhores criaria um dos pratos mais populares do Brasil: a feijoada.

A carta escrita por **Esperança Garcia**, em 1770, é um relato precioso do que comumente acontecia com as escravizadas. Dirigida ao governador do Piauí, denunciava os maus tratos que estava sofrendo por parte do administrador. Esperança pertencia a uma das fazendas reais que foram incorporadas a Coroa depois da expulsão dos jesuítas. Era a Fazenda dos Algodões, na jurisdição da Inspeção de Nazaré, administrada pelo capitão Antônio Vieira do Couto. Esperança aí vivia com o marido, mas foi levada pelo capitão para ser a cozinheira na sede da Inspeção. O documento não só retrata as violências sofridas, quando fugia para encontrar o cônjuge, o que lhe era proibido, como o fato de ser submetida a interesses pessoais do patrão.



Nas florescentes cidades brasileiras, a situação da escravaria em nada foi amenizada. Continuavam chegando ao país negreiros em cujos porões espremiavam-se homens e mulheres desterrados, que seriam, logo que desembarcassem, levados até aos armazéns, verdadeiras masmorras, onde ficavam até o momento de serem leiloados. Depois de um período de "engorda", eram organizados pelos feitores conforme a idade e o sexo. Geralmente, os homens ficavam sentados em bancos dispostos ao longo das paredes, as crianças sentadas adiante, enquanto as mulheres, de cócoras entre eles, compartilhavam a expectativa de um destino incerto. Em seguida, teriam de suportar a vistoria dos senhores, que os apalpavam, olhavam o estado de seus dentes, para se certificarem do "estado" da "mercadoria". Nos corpos robustos e saudáveis das mulheres que serviriam nas tarefas da casa, eram projetados um futuro de exploração física e sexual. Dos barrocões e armazéns, as jovens meninas e também algumas mulheres adultas seguiam, numa precária viagem por terra ou mar, para os lares de seus novos senhores, em meio a muita desolação e dor.

Em 1820, por exemplo, **Maria Lourindo** e seu marido Casemiro foram separados de sua filha ao serem negociados por seu senhor, um tradicional dono de engenho de Pernambuco, com um traficante que os embarcou para o Rio Grande do Sul. Trinta anos depois, viúva e liberta, Maria procurava o paradeiro da filha através de um anúncio publicado em uma folha pernambucana. Mesmo com a extinção do tráfico negreiro, em 1850, o comércio interprovincial que perdurou obrigava deslocamentos internos freqüentes, acarretando a desintegração repentina das famílias escravas. Outra história exemplar são as cartas da africana **Theodora Cunha**, escritas em 1866, e muitas delas endereçadas ao seu marido, ao filho e ao suposto senhor. Nelas, Teodora relata o martírio que a desagregação familiar lhe causara. Proveniente da zona rural

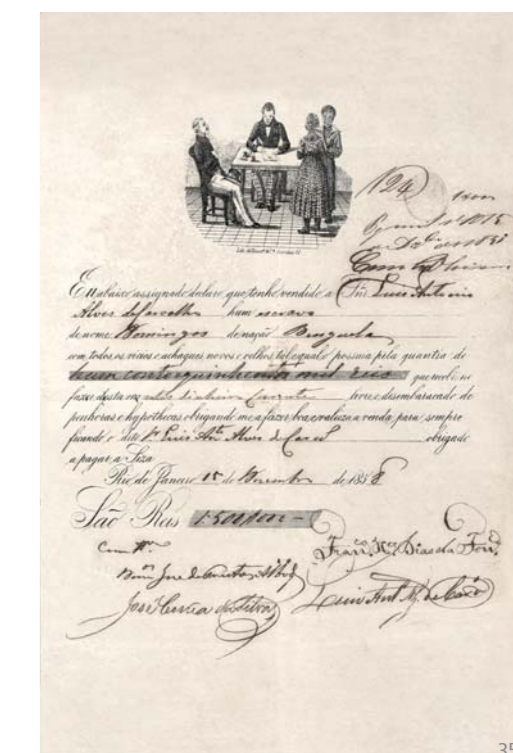
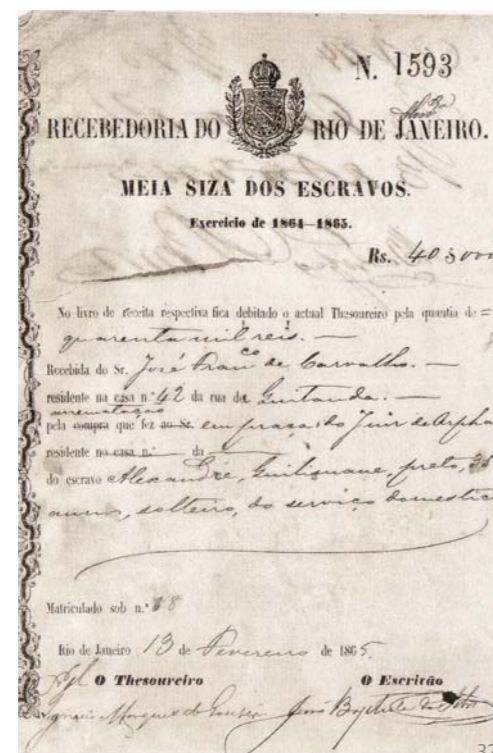
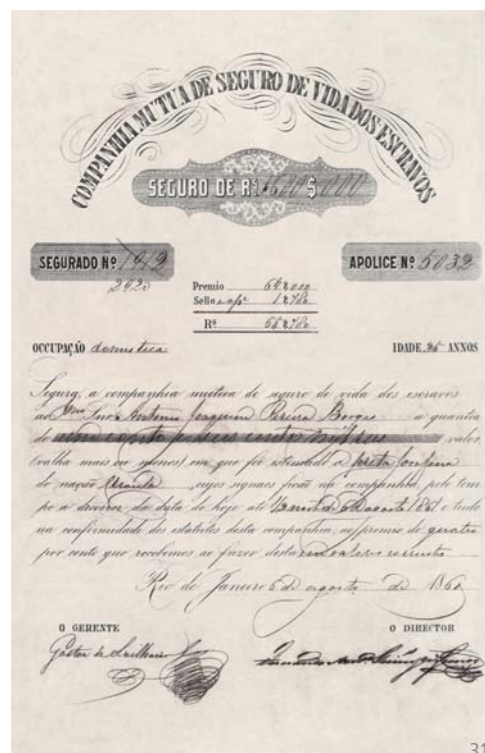


- 30
Relação dos escravos das Fazendas da Inspeção N.S. Nazaré. PI, 1778. Acervo Biblioteca Nacional
- 31
Apólice da Cia Mútua de Seguro de vida dos escravos. Rio de Janeiro, 1860. Acervo Biblioteca Nacional
- 32
Recibo de meia sisa. Rio de Janeiro, 1865. Acervo Biblioteca Nacional
- 33
Passaporte de escravo. BA, 1860. Acervo Biblioteca Nacional
- 34
"Moinho de açúcar". Autoria não identificada, 1816. Acervo Biblioteca Nacional
- 35
Recibo de venda de escravo. Rio de Janeiro, 1858. Acervo Biblioteca Nacional

paulista foi vendida em separado do esposo e filho – “*quem me arrematou foi um moço muito rico de Campinas...*”. Eram recorrentes os apelos no sentido de localizar e obter notícias de seu companheiro “*Meu marido Luis: Muito hei de estimar que você esteja com saúde eu estou aqui na cidade eu vos escrevo para você se lembrar daquela promessa que nós fizemos eu hei de procurar você mando muita lembrança para você e ajunte um dinheiro e se puder vir falar comigo venha se não puder me mande a resposta Dessa vossa Mulher - theodora escrava do S. Cônego Terra que foi vendida na vacaria*”. Outras cartas expressavam o desejo de liberdade, dos recursos necessários para a compra da alforria e da quantia faltante para a concretização desse sonho.

A partir do final do século XVIII, observamos um fortalecimento dos centros comerciais, especialmente do Rio de Janeiro, em cujos portos foram registrados os maiores índices de entrada de africanos escravos desde o início da diáspora negra. Houve também grande prosperidade daqueles que tratavam diretamente com este tipo de atividade “comercial”, já que toda e qualquer pessoa que almejasse reconhecimento deveria adquirir pelo menos um escravo. Naqueles tempos, a condição social era medida pelo número de cativos que se ostentava. Mas a presença negra não remetia unicamente a um possível *status*. A população escrava era tida também como a “máquina humana” indispensável que, com seus músculos, movimentava as engrenagens da capital comercial-burocrática do Império. Eram geralmente os negros fortes os mais requisitados para o trabalho braçal. E as mulheres não escapavam do esforço dispensando para transportar pesadas cargas.

Já nas primeiras décadas do oitocentos, vemos as ruas das cidades escravistas brasileiras começando o seu processo de urbanização e o surgimento de um ambiente propício ao trabalho ambulante. Os escravos, então, passam, também,





36

a ser utilizados por seus senhores como vendedores, ofertando as mais variadas especiarias nos logradouros. Nessa época, ainda encontramos muitas regiões com baixo nível de urbanização e um trabalho escravo mais voltado para atividades agrícolas e pastoris de subsistência: hortas, plantações, criação de animais, etc. Muitas escravas dedicavam-se às plantações em pequenos sítios e residências suburbanas. No interior das senzalas, as mulheres negras, graças às tradições repassadas oralmente pelas mais velhas, exerciam ainda as funções de parteiras, benzedoras e líderes religiosas.

Em torno dos portos, entretanto, a cidade ia crescendo. Estradas iam sendo calçadas, prédios e edifícios, construídos e monumentos, erigidos com o contingente de escravos que continuava chegando às cidades, mesmo com a proibição do tráfico em 1830. O escoamento de excrementos e o fornecimento de água eram feitos em barris equilibrados sobre a cabeça de negros e negras em intensa circulação entre os casebres coloniais o mar e as bicas e fontes distribuídas pelas cidades. Não havia um sistema de esgoto, nem de água encanada nestes cenários urbanos em formação.

Em Salvador, no dia 21 de março de 1871, *O Alabama* noticiava “Aguadeiras: soube que as africanas fizeram uma coligação?” O que o jornal abolicionista chamava de “coligação” foi nada menos que o boicote das aguadeiras do Terreiro de Jesus ao guarda do chafariz dessa região (um dos mais importantes postos de abastecimento da cidade) que “por antipatia” a elas exigira “mais um vintém” pela água derramada além de proibir que “lavassem a cara ou que arrastassem os barris”. Inconformadas com essa situação, elas deliberaram, após reunião embaixo de “uma das árvores”, não mais comprar água naquele posto. Diante de tal posicionamento, o guarda se viu isolado e foi obrigado a “dar satisfação a cada uma de per si e presentear-las com duas garrafas de vinho”. O resultado deste episódio evidencia a enérgica liderança exercida por essas “negociantes de água” que encantavam os viajantes com os barris equilibrados magistralmente à cabeça.

36
Sem título. Aquarela de Joaquim Cândido Guillobel.
1812-1816. Acervo Coleção Geyer. Museu Imperial,
IPHAN, Ministério da Cultura.

37
Venda de negros. Litografia Andrew W. Best in Arago,
s.d. Acervo Biblioteca Guita e Jose Mindlin.

O emprego de escravas no comércio local foi um dos meios encontrados por alguns senhores para acumularem um certo capital, já que muitas vezes elas constituíam toda a fortuna material de uma família. Muitas conseguiam, através de suas habilidades como vendedora, pagar ao seu senhor, ao final de um dia de trabalho, o valor previamente estipulado e ainda a quantia necessária para a compra de sua liberdade, de seus companheiros e filhos. Outra forma encontrada pelos proprietários de explorar as suas escravas era obrigando-as a se prostituírem. As senhoras enfeitavam as jovens com jóias, anéis e rendas finas para atrair os potenciais clientes. Apesar de ser uma prática vilipendiada publicamente por muitos contemporâneos, inclusive pelos escravocratas mais convictos, percebe-se que a prostituição infantil sempre foi promovida com o consentimento da sociedade. Na década de 1860, encontramos o registro da pequena **Honorata**, então com 12 anos de idade, forçada à prostituição na Bahia, por sua proprietária. Até os 19 anos, ela pagava semanalmente a soma estipulada por sua senhora, que conseguiu comprar casa, roupas e comida com os recursos obtidos por sua escrava.

Um outro nome que atesta a presença desse “nefando comércio”, conforme a denominação de alguns padres que observavam os hábitos da Corte, foi o de **Corina**, uma mulata baiana que aos 20 anos, por possuir uma beleza rara, fora comprada em 1867 por um fornecedor da cidade do Rio de Janeiro, que a entregou a uma proprietária de um bordel, onde, segundo testemunho dos seus freqüentadores, possuía uma coleção de “belíssimas(.)mulatinhas escravas(.) todas elas mais ou menos claras(.) todas moças, quase implumes”.

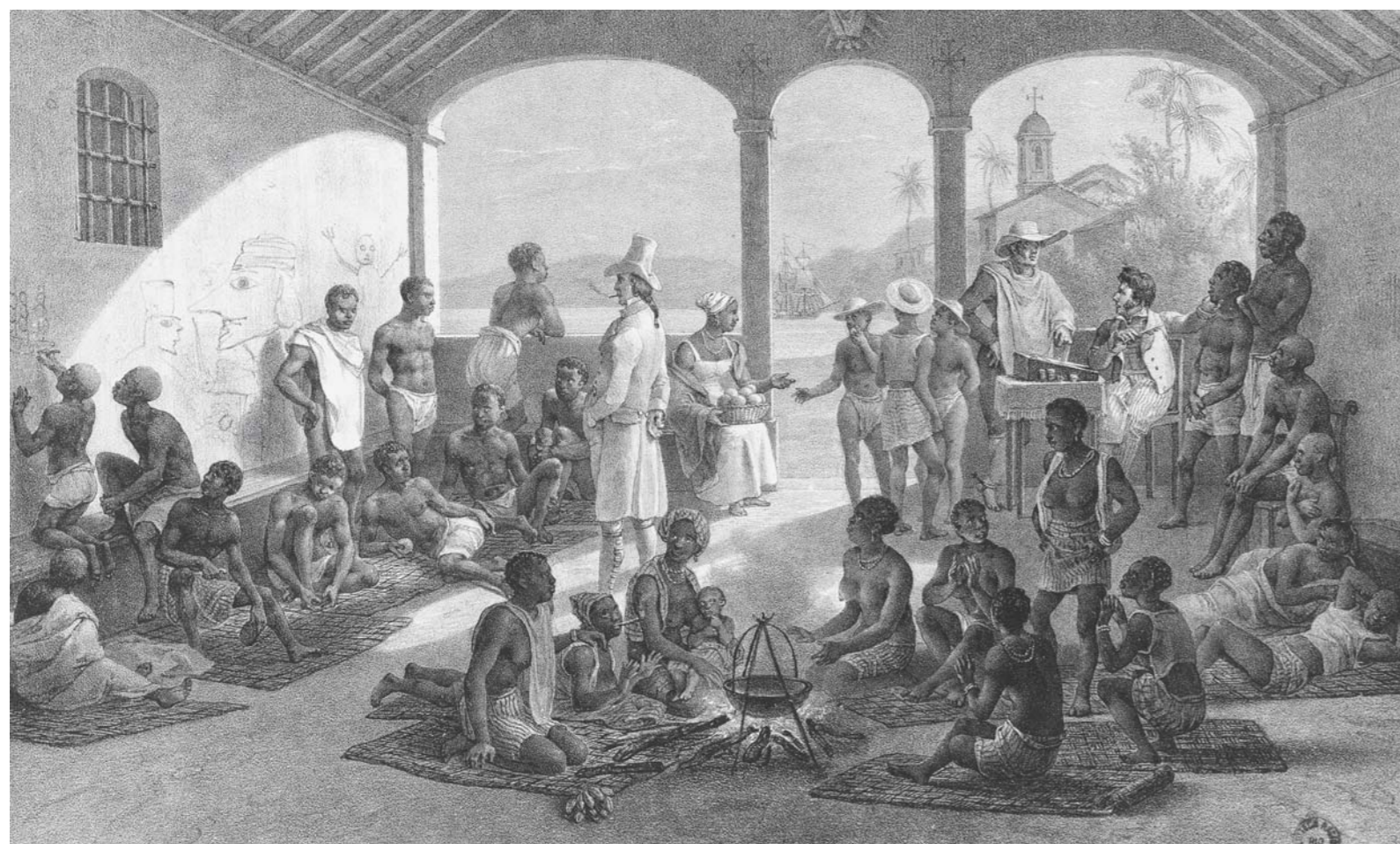
Muitas vezes os desejos dos senhores não esperavam o percurso até os prostíbulos e se voltavam para aquelas que estavam mais próximas. Era quando as negras que



37

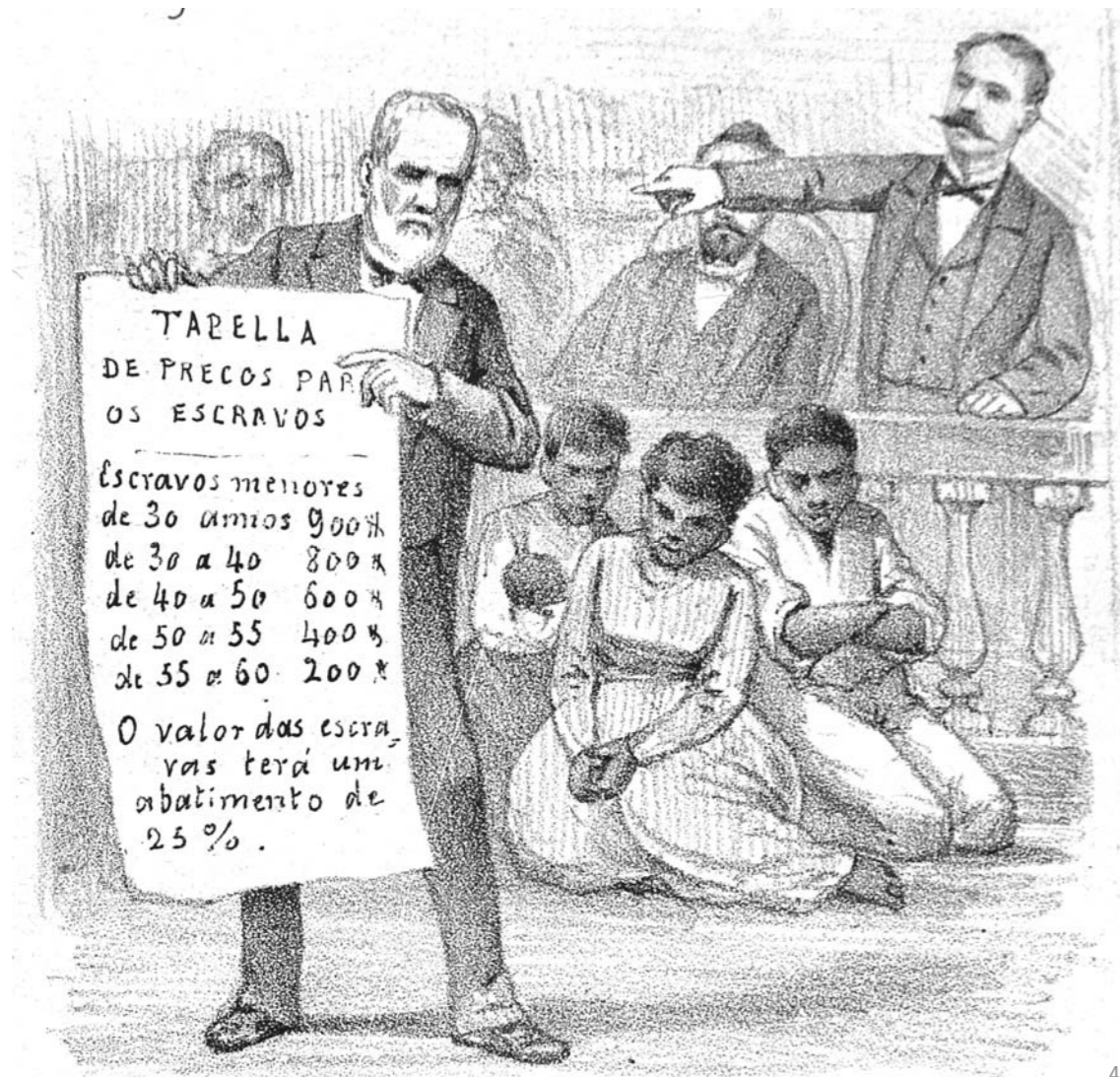
serviam na casa-grande tornavam-se vítimas do estupro, dos assédios diários, podendo inclusive adquirir uma vida de amásia e concubina. Esta condição, longe de fornecer a proteção necessária à escolhida, punha-a em maus termos com sua senhora, que passava a torturá-la por cair nas graças de seu marido. Em muitos casos, quando era acusada de concubinato, acabava sendo expulsa da cidade ou vila em que residia. As relações da família proprietária com suas escravas domésticas não se davam, portanto, sem conflitos e desconfianças. A presença forte de amas-de-leite na criação dos bebês brancos, por exemplo, foi sentida como elemento que “desvirtuava” os filhos das classes dominantes. As cantilenas de ninar entoadas pelas negras, geralmente em sua língua nativa, traziam à tona mitos e personagens africanos, tidos como oriundos de uma religião *bárbara*, de *fanatismos*, *aberrações*, que, conforme o depoimento de um “preocupado” pai, “muitas vezes são lascivas e todas só próprias para lançar sementes de estupidez, ou de corrupção nas tenras alminhas de nossos filhos”. Ainda assim, uma breve leitura dos jornais do século XIX mostra que o aluguel de negras com o fim de amamentação configurou-se como uma das formas mais recorrentes que os senhores encontraram para acumular mais recursos.

Alguns estudiosos chamaram a atenção para as conseqüências que esse hábito teria para a constituição da família escrava. A disponibilidade do leite de uma ama para os senhores locatários implicava, obviamente, num afastamento da negra de seu filho natural. As crias, vistas sob o ponto de vista custo-benefício, seriam de pouca ou nenhuma utilidade aos que alugavam ou adquiriam amas-

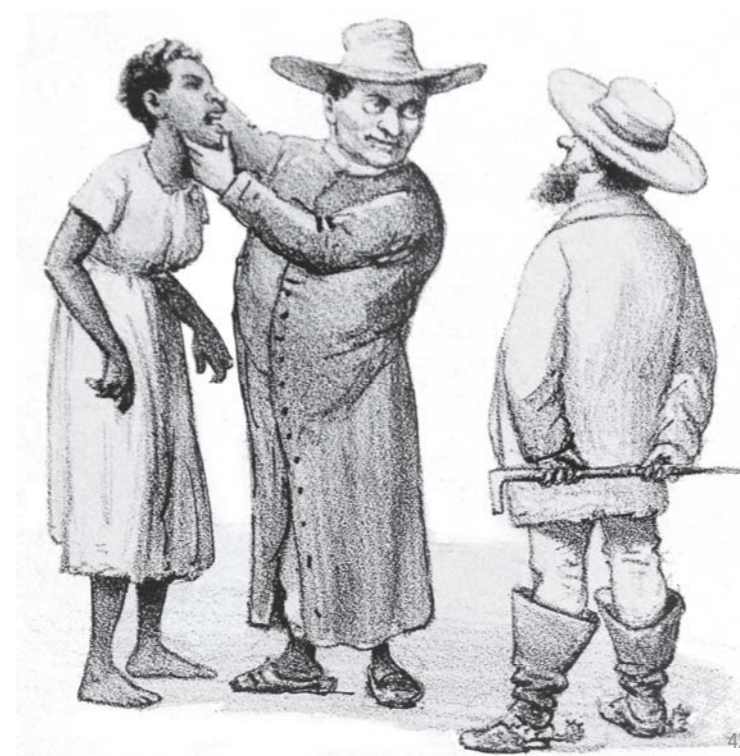
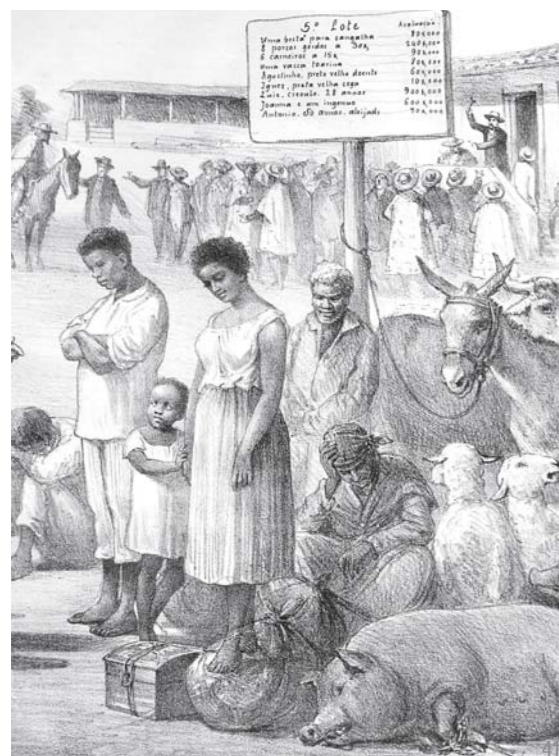


de-leite, representando um gasto adicional. Outros constrangimentos de ordem moral *atormetavam* a mente do proprietário, para quem a simples partilha do alimento da ama, cujos seios ficariam divididos entre o filho do “sinhozinho” e o “negrinho”, mostrava-se inadmissível. As conseqüências inevitáveis dessas apropriações da casa-grande traduziram-se na negação da maternidade de muitas escravas e na mortandade de seus filhos.

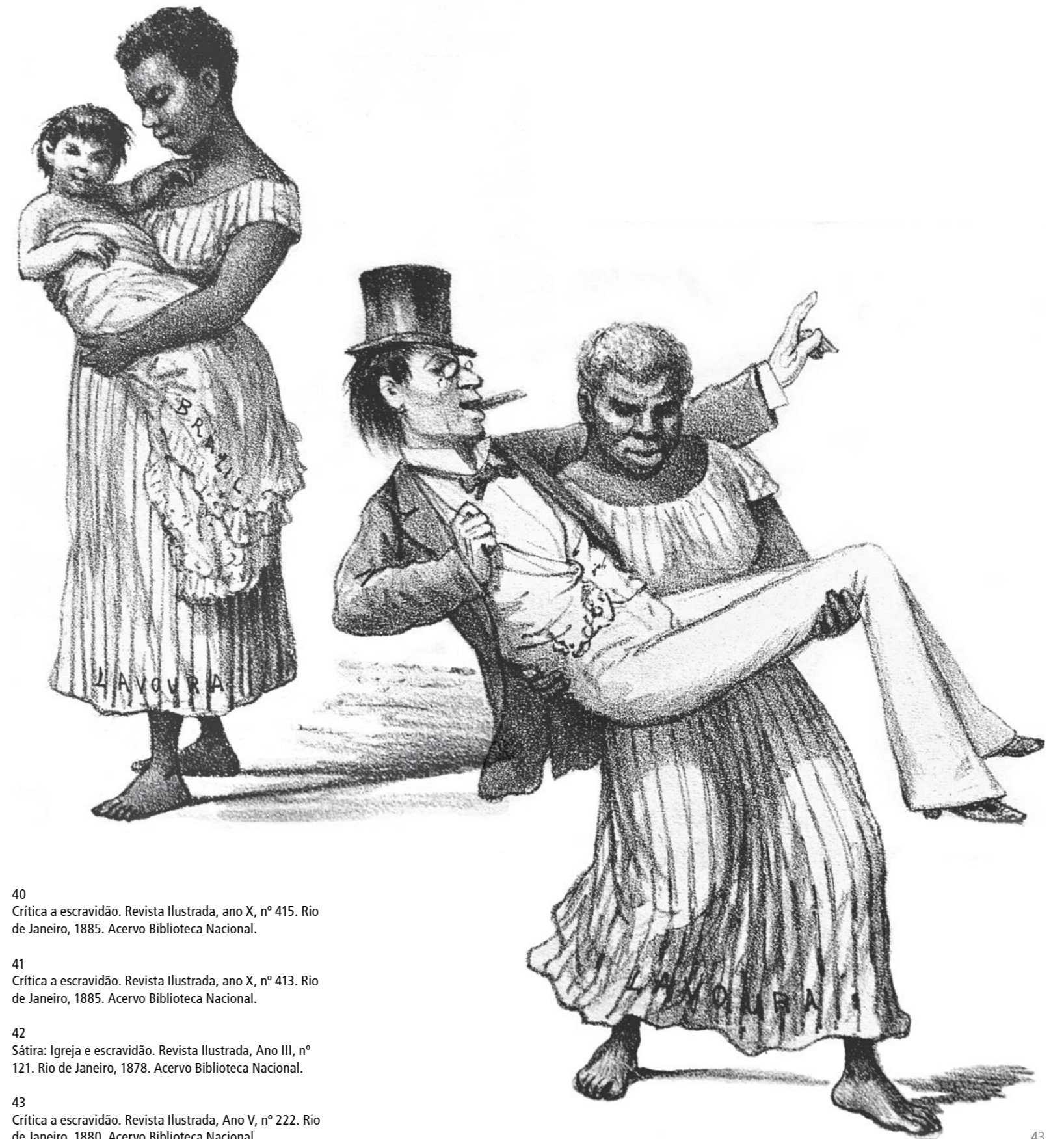
Nada mais se poderia esperar do regime escravista. Até hoje, nem estado nem sociedade, expressaram de maneira contínua e eloqüente o repúdio às condições vividas pelas escravizadas, bem como, o reconhecimento ao determinante papel exercido por elas na construção do Brasil. Os enormes esforços e sacrifícios dispensados por estas mulheres, no máximo, geravam um medo cada vez mais latente das diferenças. Mas as escravas, por mais que os senhores procurassem impingir-lhes a função de meros objetos, por mais que tentassem retirar-lhes a individualidade, souberam resistir e reconstituir suas vidas.



40



42



43

40
Crítica a escravidão. Revista Ilustrada, ano X, nº 415. Rio de Janeiro, 1885. Acervo Biblioteca Nacional.

41
Crítica a escravidão. Revista Ilustrada, ano X, nº 413. Rio de Janeiro, 1885. Acervo Biblioteca Nacional.

42
Sátira: Igreja e escravidão. Revista Ilustrada, Ano III, nº 121. Rio de Janeiro, 1878. Acervo Biblioteca Nacional.

43
Crítica a escravidão. Revista Ilustrada, Ano V, nº 222. Rio de Janeiro, 1880. Acervo Biblioteca Nacional.



44



45



46



47

44
Lavadeiras. Aquarela de Barão Von Lowenstein,
1827-1829. Coleção particular.

45
Lavadeira. Litografia de Edward Hildebrandt, 1846
-1849. Acervo Biblioteca Guita e José Mindlin

46
Lavadeira. Gravura de C. Shoosmith, 1821 Acervo
Biblioteca Nacional.

47
Lavagem de diamantes, Minas Gerais, c. 1880. Fotografia
Marc Ferrez. Acervo Coleção Gilberto Ferrez - Instituto
Moreira Salles.



48
Colheita de café. Fotografia Christiano Jr. Década de 1860-1870. Acervo IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Ministério da Cultura.

49
Colheita de café. Fotografia de Marc Ferrez, cerca de 1882. Em cartão postal da década 1900. Coleção particular Monsenhor Jamil Nassif Abib.

50
Escravas no terreiro de café na região do Vale do Paraíba, RJ, c. 1882. Fotografia de Marc Ferrez. Acervo Coleção Gilberto Ferrez. Instituto Moreira Salles.

51 e 52
Ida e volta para a colheita. Fotografia de Marc Ferrez, 1882. Em cartão postal da década de 1900. Coleção particular Monsenhor Jamil Nassif Abib.



53
Partida para roça. Estampa litográfica de Victor Frond, c. 1859. Acervo Biblioteca Guita e José Mindlin.

54
Negra da roça. Estampa litográfica de Victor Frond, c. 1859. Acervo Biblioteca Guita e José Mindlin.



54



55
Negras após o trabalho. Estampa litográfica de Victor Frond, c. 1859. Acervo Biblioteca Guita e José Mindlin.



56
Cozinha na roça. Estampa litográfica de Victor Frond, c. 1859. Acervo Biblioteca Guita e José Mindlin.



57
Pilagem do café. Estampa litográfica de Victor Frond, c. 1859. Acervo Biblioteca Guita e José Mindlin.



A LUGA-SE uma ama com muito e bom leite, sem filho; n. 144.

Ama de leite

Vende-se uma escrava moça, superior ama de leite, sadia, de bons costumes, engoma e cozinha perfeitamente.

Rua 16 de Julho n. 17

CASA VERMELHA
N. 70 (31)

ANNUNCIOS

AMA DE LEITE.

Na rua do Rosário n. 12 precisa-se de um, para seguir para a Europa; garante-se bom tratamento; das 9 às 4 horas da tarde.

ANNUNCIOS.

A LUGA-SE uma ama com muito e bom leite, sem filho; na rua da Praia n. 146.

AMA DE LEITE

FARINHA LACTEA DE NESTLÉ

Recomenda-se a todas as pessoas que fazem uso deste precioso alimento de exigir latas soldadas. O fabricante manda selar todas as latas que remette directamente todas as vezes a seu deposito nesta cidade; deste modo o genero chega tão fresco como se tivesse sido fabricado no mesmo dia.

Exigir latas soldadas e rotulos portuguezes; vende-se no unico deposito da fabrica, rua do Ouvidor n. 53, casa da Viuva Filippone.

Não confundir a loja Filippone com a casa immediata.

Ama de leite.

Aluga-se uma de cor parda-livre, com cria de um mez, e affiança-se a boa qualidade do leite Quem precisar dirija-se a esta typographia.

(5)



que a par do di-
resse mais sub-
quadro animad-
ticando a soci-
civilisada, mas
egoismo, vamo
MANCES mod-
que esta tentat-
vincia.

Publicar-se-
de Pomatelli e
papel e typo n
assignaturas.

Preço da as
pagando 150

60



58 e 59

Escravas domésticas, Bahia c. 1865. Autoria não identificada. Coleção particular Aparecido Salatini.

60

Montagem de anúncios de jornais do Rio de Janeiro e de Pernambuco, sec XIX.

61

Ama com criança nas costas. Autoria não identificada, Bahia, 1900. Acervo Fundação Instituto Feminino da Bahia. Museu Henriqueta Catharina.

61



62 Mônica. Ama de leite de Arthur Gomes Leal. Fotografia de Joaquim Ferreira Vilela, Pernambuco, 1859. Acervo Francisco Rodrigues / Fundação Joaquim Nabuco.



63 Ama de leite. Fotografia de A. Lopes Cardoso, Bahia, 1868-1873. Arquivo Público do Rio de Janeiro.



64 Ama de leite de José Eugenio Moreira Alves. Fotografia de Alberto Henschel, Pernambuco, c. 1870. Acervo Francisco Rodrigues / Fundação Joaquim Nabuco.



65 Ama de leite de Fernando Simões Barbosa. Imagem de Eugenio & Maurício da Fotografia Artística, Pernambuco, c. 1870. Acervo Francisco Rodrigues / Fundação Joaquim Nabuco.



66 Ama de leite. Fotografia de Frederico Ramos, Pernambuco, c. 1880. Acervo Francisco Rodrigues / Fundação Joaquim Nabuco.

67 Ama de leite. Fotografia de Constantino Barza, Pernambuco, c. 1880. Acervo Francisco Rodrigues / Fundação Joaquim Nabuco.



68 Petrolina. Ama de leite de Marion, pertencente à família de Pânfilo de Queiroz Monteiro, do engenho Cotegi, Pernambuco, séc. XIX. Fotografia de Alberto Henschel. Acervo Francisco Rodrigues / Fundação Joaquim Nabuco.



69 Ama de leite. Autoria não identificada. Pernambuco, séc XIX. Acervo Francisco Rodrigues. Fundação Joaquim Nabuco.



70 Ama de leite. Autoria não identificada, Pernambuco, séc. XIX. Acervo Francisco Rodrigues / Fundação Joaquim Nabuco.



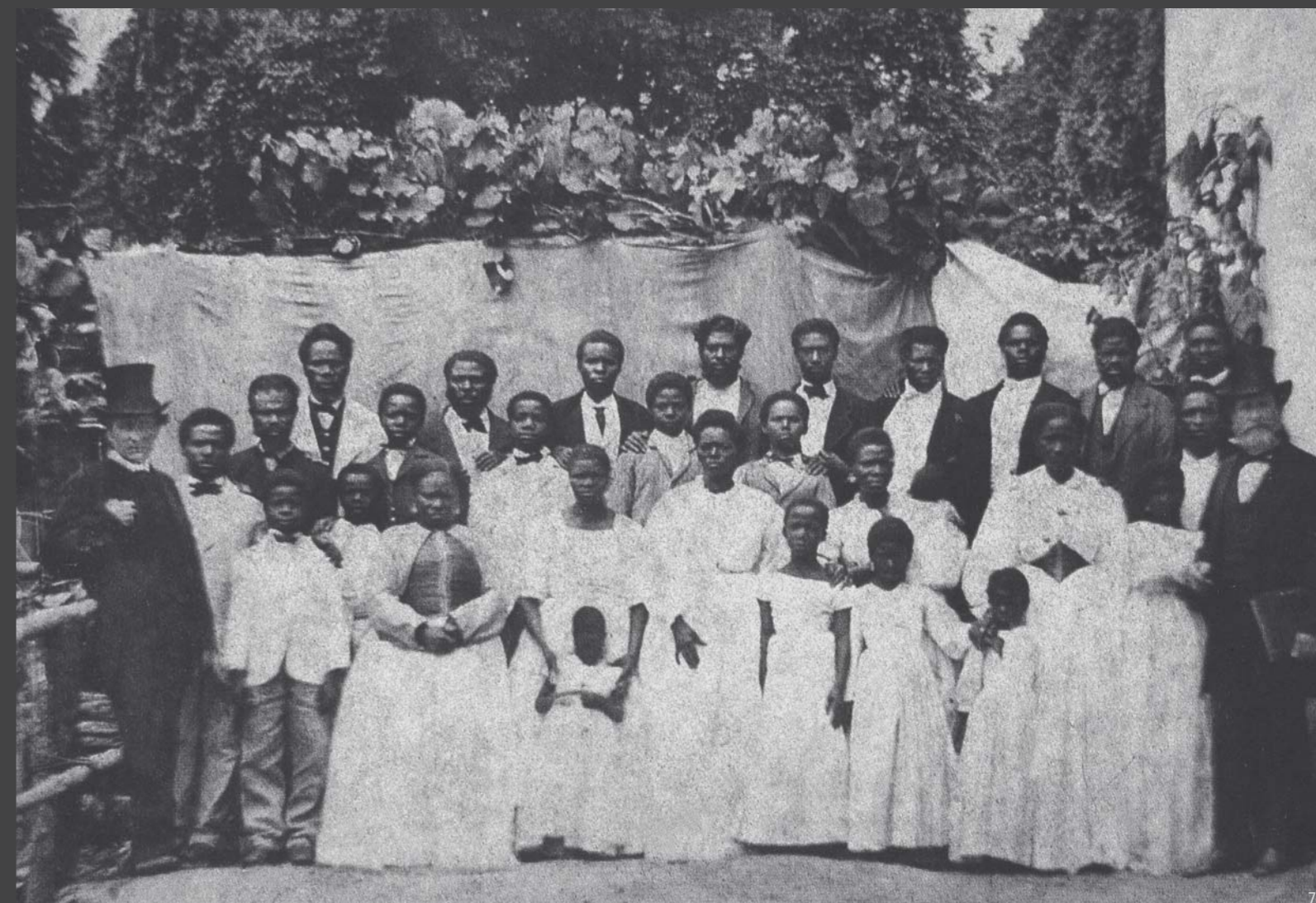
71 Mônica (anos mais tarde) com Isabel de Miranda Leal. Pernambuco, 1859. Fotografia de Joaquim Ferreira Vilela. Acervo Francisco Rodrigues / Fundação Joaquim Nabuco.



72 Joana. Ama de leite de Elisa Saboya de Albuquerque, Pernambuco, c. 1885. Fotografia de Hermínia Costa. Acervo Francisco Rodrigues / Fundação Joaquim Nabuco.



73 Ama de leite. Cartão postal, Rodolpho Lindemann, Bahia, c. de 1885. Acervo Monsenhor Jamil Nassif Abib.



74
Fabricação de Farinha. Instituto Agrícola da Bahia.
Cartão postal de autoria não identificada, séc. XIX.
Coleção particular Juliana Barretos Farias.

75
Fábrica de chapéu. Fotografia de Julio W. Durki, c. 1880.
Acervo Luiza Rogick Canineo Barreto / Museu Histórico
Sorocabano.



76
Negras Vendedoras. Aquarelas de Carlos Julião. Rio de Janeiro, c. 1776. Acervo Biblioteca Guita e José Mindlin.

Com o mundo na cabeça e um tabuleiro em cada esquina

Nas últimas décadas, as dimensões atlânticas das culturas de gênero têm sido enfatizadas nos estudos de perspectiva histórica sobre mulheres escravas e africanas no Brasil. Destaca-se nesse movimento, a preocupação em relacionar a formação de nichos ocupacionais com as respectivas identidades sociais dessas mulheres. Dentro desse contexto, as quitadeiras - símbolos dos complexos cenários urbanos e do mercado de trabalho feminino, especialmente durante a escravidão - surgem como expressivas personagens.

De origem *quimbundu*, o termo quitanda aparece em todos os povos de línguas bantu de Angola. Em muitas sociedades africanas a responsabilidade pela subsistência e venda dos gêneros de primeira necessidade era feminina. Traficadas da África para o Brasil, mulheres negras - escravas, livres e libertas - readaptaram seu talento e ocuparam lugar central nesse comércio a retalho. Ofereciam produtos variados em seus tabuleiros e cestos: charutos, velas, hóstias, peixes, frutas, hortaliças, flores, comidas prontas, louças, tecidos, e outros. Esta presença das quitadeiras, vendeiras e ganhadeiras - sentida com muita proximidade nas duas margens do Atlântico Sul - ajudou a conformar sociedades articuladas nos dois lados do oceano. Em Luanda colonial, elas vendiam seus produtos e se distribuía pela cidade de forma muito semelhante ao que ocorria nas cidades brasileiras escravistas. Além disso, também atuaram em outras regiões como as zonas comerciais da África Ocidental.

Nas cidades brasileiras, parte destas mulheres era escravas ao ganho de pequenos senhores, donos de no máximo três escravos. Não foram poucos os casos em que as jornadas pagas por elas constituíam-se na única ou mais importante fonte de renda senhorial. Os jornais do século XIX, povoados por ofertas para compra de negras que se dedicassem “ao ganho” são uma prova a mais da rentabilidade desse pequeno comércio para os senhores. Desta forma, poupar dinheiro com intuito de obter a liberdade não fora um caminho fácil para estas mulheres. Apesar disso, muitas conseguiam, através de suas habilidades como vendedora, pagar ao seu “proprietário”, ao final de um dia de trabalho, o valor previamente estipulado e ainda guardar a quantia necessária para a compra de sua alforria assim como a de filhos e companheiros. Mas, para além do ponto de vista econômico, a vida de ganhadeira significava a possibilidade concreta de viver distante do senhor, relativamente livre de seu controle rígido.

Temos o caso de **Manuela** “que chegada aos quatorze anos no Império, foi vendida a um rico proprietário de Mata-Porcós”. Mais tarde, ele e a esposa, que a tornou sua mucama, “confiaram à escrava um tabuleiro e todas as manhãs,



Manuela, ia à cidade carregada de frutas da quinta”. Contudo, esta colocação das escravas no comércio ao ganho demandava todo um cumprimento de regras por parte do senhor. Em Salvador, por exemplo, era preciso pedir autorização da Câmara Municipal solicitando licença e pagando uma taxa de matrícula. Além disso, havia uma fiscalização permanente do mesmo órgão para checagem dos pesos e medidas – que quando irregulares poderiam ser punidos com multas ou cadeia.

Estas mulheres – alvos permanentes da repressão das autoridades - não constituíam um grupo homogêneo. Livres e libertas – presença mais expressiva no ramo - vivenciavam uma experiência diferente das escravas. Não sofriam interferências senhoriais e os produtos vendidos eram unicamente seus.

Com seus tabuleiros, gamelas e cestos magistralmente equilibrados sobre suas cabeças eram exímias comerciantes e desempenhavam sua tarefa com astúcia e perspicácia. Outras vezes precisavam de valentia para enfrentar os dissabores da rua. A forra **Eva Maria do Bonsucesso**, em julho de 1811, armou, como fazia todos os dias, seu tabuleiro de couves e bananas na antiga rua da Misericórdia, na cidade do Rio de Janeiro. Importunada por uma cabra que comeu seus produtos a quitandeira reagiu espancando o animal que, para seu azar, pertencia ao príncipe Dom Pedro de Alcântara. Indignado com a situação o responsável pelo animal esbofeteou-a e a questão foi parar na justiça. Após enfrentar o processo corajosamente e contar com muitas testemunhas a seu favor, Eva conseguiu meter na cadeia o homem branco que a agredira.

As quitandeiras eram um importante elemento integracional na rede de relações da população negra. Especialmente ao longo do século XIX – quando sua presença se intensifica - estiveram à frente de diversos embates com as autoridades policiais. Muitos são os casos envolvendo estas trabalhadoras e as autoridades



77
Escrava a caminho do mercado com galinhas. Desenho aquarelado de autoria desconhecida, 1825. Acervo Biblioteca Nacional.

78
Quitandeira. Gravura de Frederico Guilherme Briggs, Rio de Janeiro, 1832-1836. Acervo Biblioteca Nacional.

79
Carregadora de água e vendedora de frutas. Desenho de H. Lewis. Pernambuco, 1848. Acervo Biblioteca Nacional.

80
Quitandeira de frutas. Gravura de Frederico Guilherme Briggs. Rio de Janeiro, 1832-1836. Acervo Biblioteca Nacional.



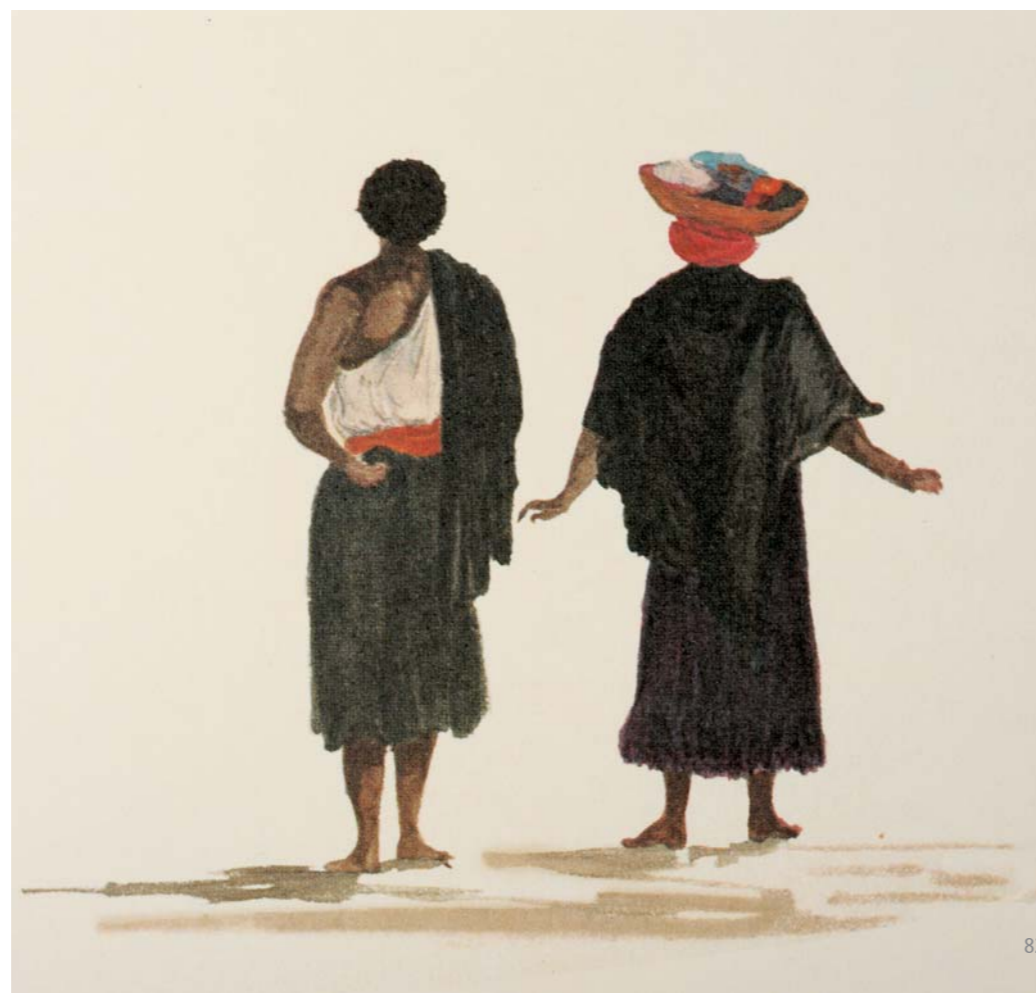


81

na cidade de Salvador. Em 1850, a africana liberta **Margarida Ignácio de Medeiros** recorria ao presidente da província baiana para “aliviá-la das multas honerozas”. Em 1854, a senhora Rita de Cássia de Jesus Ramalho denunciava a prisão e o confisco indevidos dos objetos de sua escrava **Senhorinha**, munida da devida licença. O mesmo aconteceu com **Sabina Maria da Conceição** que, apesar de em dia com suas obrigações tributárias, teve seus gêneros apreendidos pela fiscalização. No ano de 1869, a crioula **Maria das Mercês** reclamava do valor altíssimo da multa por ter instalado sem licença uma pequena venda em sua residência, “onde expõe ao consumo dos viajantes algumas garrafas de aguardente”. As quitandeiras **Maria Vicência** e **Delmira** também foram multadas por venderem mercadorias sem a devida autorização.

Dotadas pela liberdade de circulação, as quitandeiras eram vistas como grande perigo. Realizavam o comércio de produtos essenciais para as cidades, mas sua desenvoltura era interpretada pelas elites como ameaça à ordem política e econômica. Em Minas Gerais, possivelmente auxiliaram no contrabando de ouro e no acoitamento de escravos fugitivos. Na Bahia de 1835, **Luiza Mahim** e outras quitandeiras foram acusadas de participar da revolta dos malês fornecendo comida e conspirando. Em São Paulo, neste mesmo século, foram criadas medidas repressivas que restringiam seu livre movimento. Ficariam impedidas de ultrapassar os limites da cidade, além de se verem obrigadas a fechar as quitandas depois da Ave Maria.

Espalhadas por cantos estratégicos das cidades, as comerciantes negras caminhavam pelas ruas vendendo os mais variados produtos. Reuniam-se regularmente em quitandas, botequins e vendas, onde a conspiração impulsionava a atmosfera de uma revolta velada. Ali, através da dança e da música, recriavam-se tradições africanas; laços de solidariedade eram construídos. Trajando fazendas de variadas cores e em alguns casos carregando



82

81 a 83
Negras quitandeiras. Desenho aquarelado de Barão Von Lowenstern, 1828. Coleção particular.

os filhos atados em “panos da costa” ou soltos, ao lado de seus tabuleiros, as quitandeiras – que provavelmente lutavam sozinhas pela sobrevivência – não passaram despercebidas do olhar dos viajantes estrangeiros. Entre os séculos XVIII e XIX, observam-se registros de descrições sobre este mercado de trabalho urbano feminino negro em diversas cidades escravistas brasileiras. Revelam-se descrições imagéticas que enfatizam o domínio dessas mulheres no comércio urbano, principalmente nas ruas do Rio de Janeiro, Salvador, São Luís, Minas Gerais, Porto Alegre, Recife, entre outras cidades coloniais.

De fato, entre as africanas, escravas e libertas, as lendárias negras minas foram as que mais despertaram a imaginação de viajantes e cronistas com seu indefectível turbante, o sempre presente pano da costa, e o tabuleiro ou cesto, onde as mercadorias eram alojadas. Nos seus passeios pelo Rio de Janeiro, o naturalista Luiz Agassiz destacou: “É uma raça possante, e as mulheres em particular têm formas muito belas e um porte quase nobre. Sinto sempre um grande prazer em contemplá-las na rua ou no mercado, onde se vêem em grande número, pois as empregam mais como vendedoras de frutas e legumes que como criadas. Diz-se que há no caráter desta tribo um elemento de independência indomável, que não permite empregá-las nas funções domésticas”. Suas palavras eram direcionadas às quitandeiras africanas, em especial aquelas da África Ocidental, chamadas na Corte do Rio de “pretas minas”.

Muitas quitandeiras tinham seus corpos marcados pela velhice, expressa nas rugas e cabelos grisalhos. Em 1849, a africana liberta **Joana Francisca da Conceição** de sessenta anos reclamava do pagamento de altíssimos impostos, “onerosos para uma pobre velha”. Entre as várias quitandeiras nas cidades negras do Brasil e mesmo da pós-abolição surge a personagem emblemática de **Catarina Mina**. Quem hoje frequenta o centro histórico de São Luiz e vê o logradouro denominado Beco Catarina Mina não terá – por desconhecer a história – a dimensão dela e de outras tantas mulheres africanas e crioulas no Brasil urbano do século XIX. Ainda que não seja destacada a sua origem como africana ou liberta, Catarina Mina, ou melhor, Catarina Maria Pereira (e também outras mulheres libertas e africanas) aparece listada no *Almanack Comercial* da cidade. Era uma comerciante, que atuava – com estabelecimento próprio – no atacado do comércio de abastecimento urbano. Quando morreu deixou bens, entre imóveis e dinheiro, para muitos parentes diretos e para outros da sua comunidade étnica.

O sucesso dessas trabalhadoras demonstra que, dentro dos limites impostos pela sociedade escravista, elas cumpriram demasiadamente bem seus papéis chegando a monopolizar destacados setores comerciais. Edificaram estratégias de sobrevivência e criaram novos significados de liberdade. Construídos no interior de seu próprio universo, estes significados formavam uma complexa teia econômica, social e política tecida através de experiências e códigos sociais femininos negros que extrapolavam a lógica do domínio senhorial.

Ainda hoje a ressonância dessas mulheres ecoa em várias cidades brasileiras, especialmente nas ruas de Salvador através das vendedoras de acarajé. Quitandeiras, vendeiras e ganhadeiras recusaram sistematicamente os lugares destinados pela escravidão e como verdadeiras damas foram as responsáveis pela formação de uma aristocracia comercial negra.



65



84 e 85
Vendedora de frutas. Desenho aquarelado atribuído
Maria Callcott, Bahia, c. 1810. Acervo Biblioteca
Nacional.

86
Vendedora de miudezas. Desenho aquarelado atribuído
Maria Callcott, Bahia, c. 1810. Acervo Biblioteca
Nacional.

87
Vendedora de peixes. Desenho aquarelado atribuído
Maria Callcott, Bahia, c. 1810. Acervo Biblioteca
Nacional.

88
Vendedora de doces. Desenho aquarelado atribuído
Maria Callcott, Bahia, c. 1810. Acervo Biblioteca
Nacional.

89
Vendedora de estampas. Desenho aquarelado atribuído
Maria Callcott, Bahia, c. 1810. Acervo Biblioteca
Nacional.



90



91



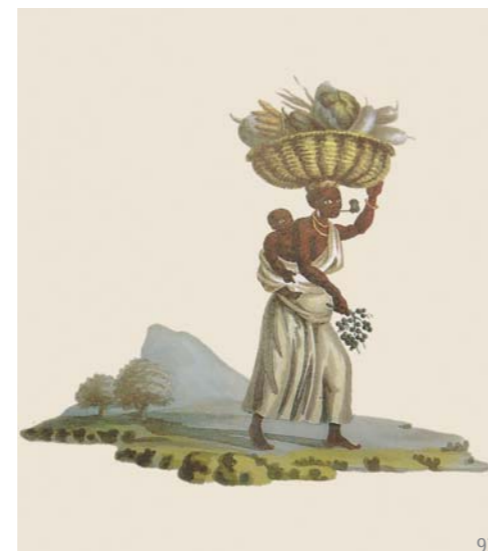
95



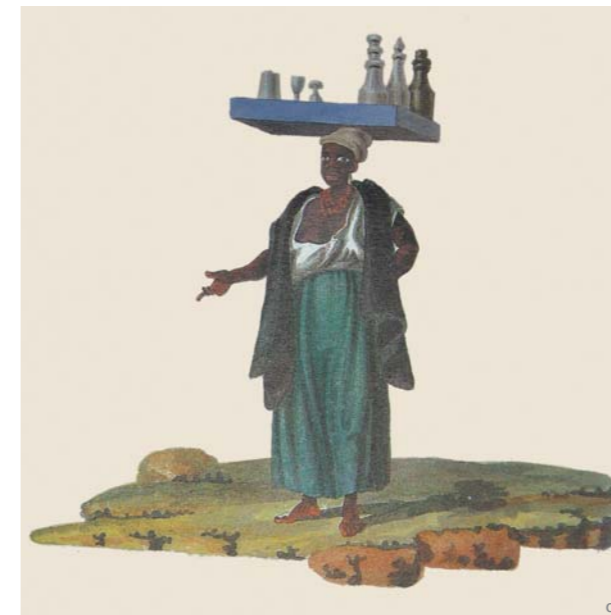
96



92



93



97



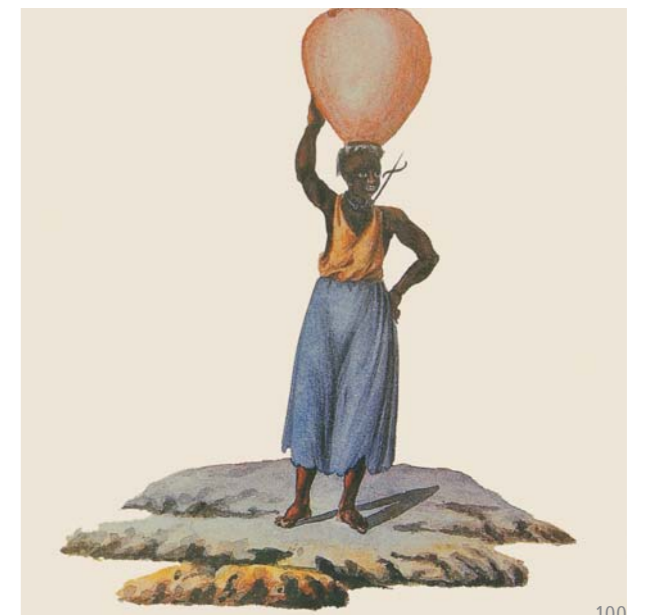
98



94



99



100

90 a 100
Vendedoras ambulantes. Aquarelas de J.C. Guillobel, Rio de Janeiro, 1812-1816. Coleção Geyer / Museu Imperial / IPHAN / Ministério da Cultura.



101

101 Preta de balas. Desenho de Joaquim Lopes Barros litografado por Frederico G. Briggs, Rio de Janeiro, 1840. Acervo Coleção Geyer /Museu Imperial / IPHAN / Ministério da Cultura.



102

102 Bonegras. Desenho de Joaquim Lopes Barros litografado por Frederico G. Briggs, Rio de Janeiro, 1840. Acervo Coleção Geyer /Museu Imperial / IPHAN / Ministério da Cultura.



103

103 Preta vendendo bonecas. Desenho de Joaquim Lopes Barros litografado por Frederico G. Briggs, Rio de Janeiro, 1840. Acervo Coleção Geyer /Museu Imperial / IPHAN / Ministério da Cultura.



105

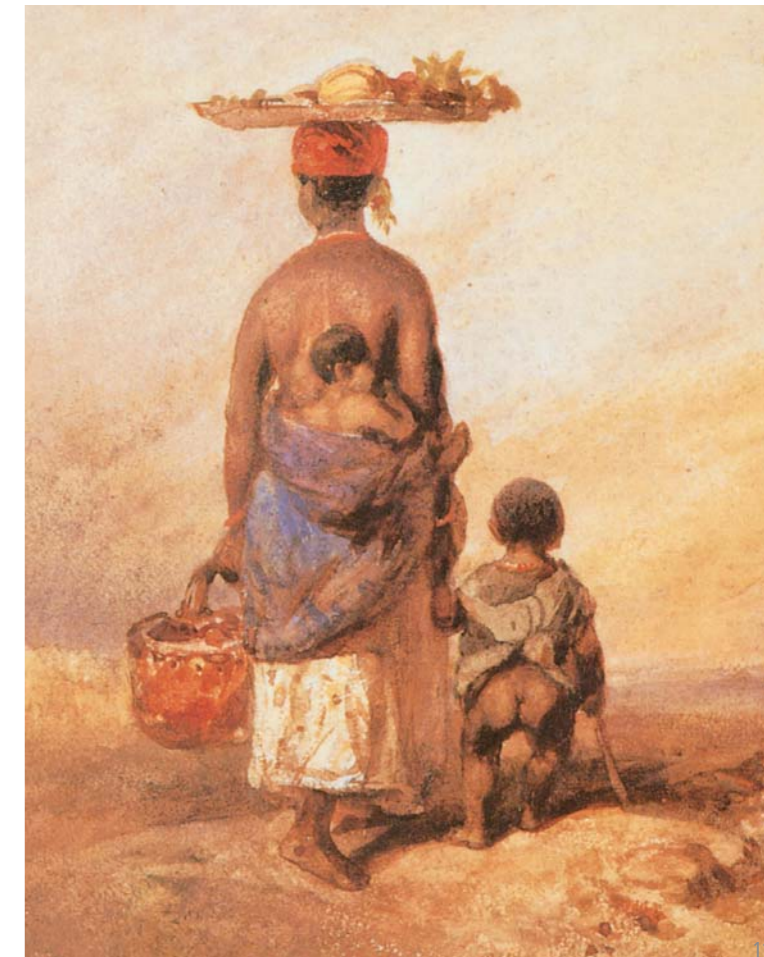
104 Preta vendendo carvão. Desenho de Joaquim Lopes Barros litografado por Frederico G. Briggs, Rio de Janeiro, 1840. Acervo Coleção Geyer /Museu Imperial / IPHAN / Ministério da Cultura.

105 Quitandeira. Desenho de Joaquim Lopes Barros litografado por Frederico G. Briggs, Rio de Janeiro, 1840. Acervo Coleção Geyer /Museu Imperial / IPHAN / Ministério da Cultura.

106 Quitandeira do Largo da Sé. Desenho de Joaquim Lopes Barros litografado por Frederico G. Briggs, Rio de Janeiro, 1832 1836. Acervo Coleção Geyer /Museu Imperial / IPHAN / Ministério da Cultura.



QUITANDEIRA DO LARGO da Sé.



107 a 113
Tipos de negras vendedoras ambulantes. Aquarelas
de Eduard Hildebrandt, Rio de Janeiro, 1844. Acervo
Biblioteca Guita e José Mindlin.



114
Grupo de negros em frente a Igreja de São Gonçalo.
Gravura de Luis Schlappriz, Pernambuco, 1863. Acervo
Biblioteca Nacional.



115
Doceira e criança no Recife, Pernambuco. Fotografia de
Augusto Sthal c. 1860. Acervo coleção Gilberto Ferrez /
Instituto Moreira Salles.



116
Sem título. Fotografia de Cristiano Júnior, 1864 1866.
Acervo IPHAN / Ministério da Cultura.



117
Vendedora de frutas. Fotografia de Alberto Henschel, c. 1870. Acervo Biblioteca Nacional.



118
Vendedora. Fotografia de João Goston, Bahia, c.1870. Acervo Instituto Moreira Salles.



119
Negra posando em estúdio. Fotografia de João Goston, c.1870. Acervo Instituto Moreira Salles.



120
Mercado na Bahia. Cartão postal. Autoria não identificada. Bahia, séc. XIX. Coleção particular Aparecido Salatini.

121
Uma criada, vendedora de flores. Cartão postal. Rodolpho Lindemann, Bahia, c. 1890. Coleção particular Monsenhor Jamil Nassif Abib.

122
Caixinheiras. Cartão postal. Rodolpho Lindemann, Bahia, c. 1890. Coleção particular Monsenhor Jamil Nassif Abib.

123
Lavadeira. Cartão postal. Rodolpho Lindemann, Bahia, c. 1890. Coleção particular Monsenhor Jamil Nassif Adib.

124
Vendedora de frutas. Cartão postal. Rodolpho Lindemann, Bahia, c. 1890. Coleção particular Monsenhor Jamil Nassif Adib.



B. Uma Creada — Bahia



C. Caixinheiras — Bahia



E. Lavadeira — Bahia



H. Vendedora de fructas — Bahia



125 e 126
Mercado do Rio de Janeiro. Fotografia de J. Gutierrez. c.
1890. Coleção particular Monsenhor Jamil Nassif Abib.

127
Negras vendedoras. Cartão postal. Fotografia de
Fontana. Rio Grande, RS, 1906-1910. Coleção particular
Monsenhor Jamil Nassif Abib.



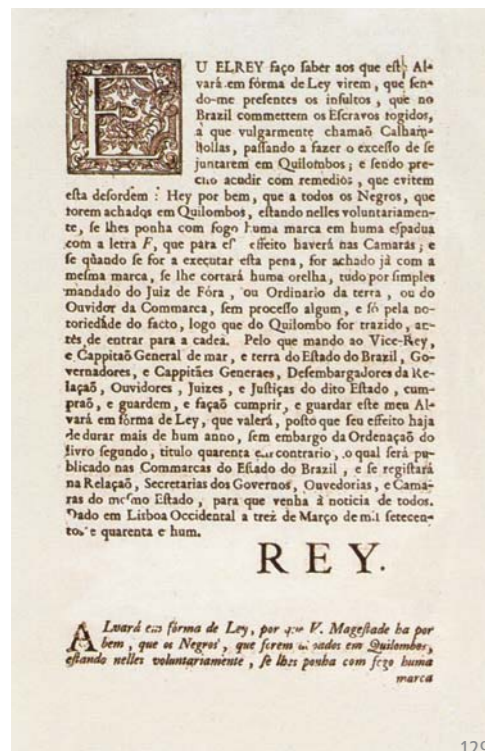
128
Estátua em homenagem a líder quilombola
Teresa de Benguela, Quilombo Quariterê,
Vila Bela da Santíssima Trindade, MT.
Fotografia de Mário Vilela. Coleção
particular Mário Vilela.



Mulheres mocambeiras

Através de estudos históricos – baseados em documentos - e agora com etnografias e laudos antropológicos conhecemos mais das complexas experiências dos quilombos e suas comunidades remanescentes. Há indícios de sua existência desde o século XVI. No passado e no presente, ao invés de comunidades isoladas da cultura e sociedade envolvente, seus significados associavam-se também à reação contra a estrutura escravocrata, formas de protesto e ocupação de terra.

No Brasil, no período colonial e no pós-colonial, tais comunidades chegaram a reunir milhares de habitantes, ainda que a maior parte deles contasse com dezenas de fugitivos. Podiam ser próximos aos engenhos e engenhocas; também em áreas de produção de alimentos, áreas de mineração, em terras devolutas ou de fronteiras econômicas e também nas regiões de sertões, ocupadas por grupos indígenas ou de fronteiras internacionais como no caso das Guianas. Frequentemente, os quilombos desenvolveram práticas econômicas integradas às economias locais e suas relações sociais complexas. Em muitas regiões brasileiras, alguns quilombos foram reconhecidos como comunidades de camponeses independentes. Por outro lado, os quilombos não eram agrupamentos fixos, isoladas e sem transformações. Os habitantes das comunidades de escravos fugitivos eram denominados de quilombolas ou mocambeiros. Estes são os termos que aparecem na documentação desde o século XVI variando para cada região. Como característica principal destas comunidades e atividades sócio-econômicas dos seus habitantes destaca-se a gestação de uma economia camponesa. É fato, que os quilombolas não procuravam se estabelecer muito afastados de estradas e locais onde pudessem realizar trocas mercantis e integrar suas formações econômicas, mesmo algumas delas incipientes, improvisadas e provisórias. Assim desenvolviam atividades econômicas integradas às economias locais. Contavam, deste modo, com a proteção de taberneiros, pequenos lavradores e principalmente dos escravos assenzalados. Em não poucas áreas e contextos constituiu-se uma integração sócio-econômica dos quilombolas e outras formas de inserção das economias camponesas, como por exemplo, aquelas do cultivo de pequenas roças e do acesso ao comércio informal, no caso para aqueles que permaneciam assenzalados. Formava-se assim um campesinato predominantemente negro, articulando libertos, escravos, taberneiros, lavradores, vendeiros, e principalmente quilombolas. A título de ilustração lembramos o registro da inglesa Maria Graham sobre a negra **Ana**, que intermediava a venda de frutas, ovos e outros utensílios produzidos por um grupo de fugitivos.



129

É a continuidade destes cenários que temos atualmente com as comunidades remanescentes de quilombos no Brasil. São pequenas e grandes, afastadas e próximas a grandes centros. Fundamentalmente estão articuladas com a sua base camponesa. A documentação histórica dos séculos XVIII e XIX trouxe pouca informação sobre a estrutura interna destes quilombos. Como viviam? Suas culturas? Estruturas de poder? A maior parte da documentação é constituída por denúncias ou relatos de expedições punitivas. Nada falaram os quilombolas. Mas, sobretudo aqueles que tentaram destruí-los.

Há um enorme silêncio sobre as mulheres quilombolas nestas fontes. Elas eram sempre em menor números nos quilombos? E naqueles de maior estrutura demográfica? Qual o papel das mulheres nos quilombos? Para os quilombos históricos aqui ou acolá surgem indícios tanto de lideranças femininas como das estratégias dos quilombolas de manterem suas famílias protegidas. Há indicações de que **Acotirene** e **Acqualtune** foram lideranças femininas em Palmares, Alagoas.

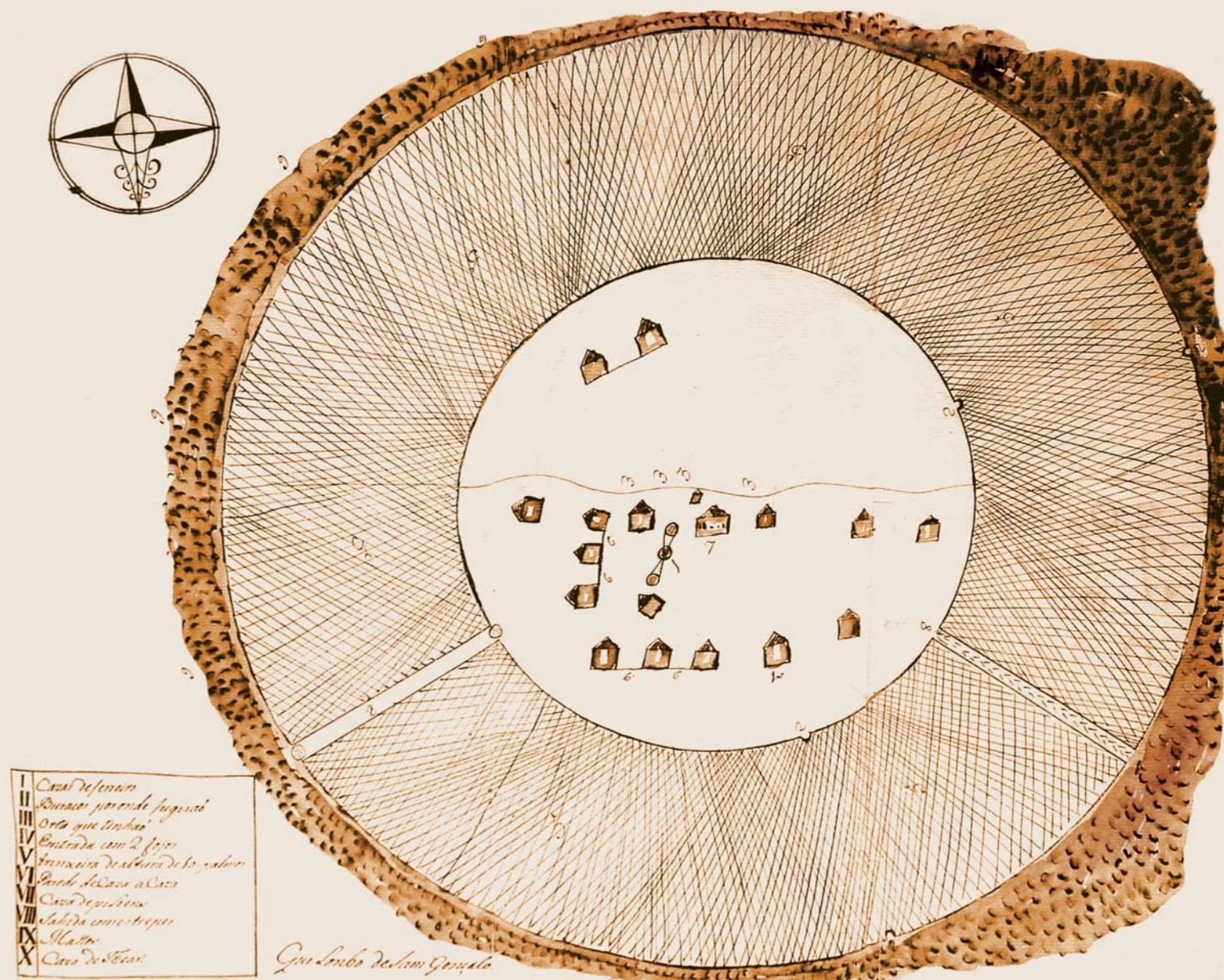
As irmãs **Francisca** e **Mendecha Ferreira** com mais outras quatro mulheres, negando sua condição de cativas fugiram em busca de um lugar seguro. A história oral aponta o início do século XIX, mais precisamente o ano de 1802, como período em que as “escravas” chegaram à região de Salgueiro, em Pernambuco, e fundaram a comunidade hoje conhecida como Conceição das Criolas. Temos ainda a rainha **Tereza** do quilombo de Quariterê, no Mato Grosso colonial. **Zacimba Gamba**, na Capitania do Espírito Santo. Há também a liderança de **Mariana Crioula** no quilombo de Manuel Congo que assustou a província do Rio de Janeiro, em 1838. Anos antes era **Zeferina**, quem comandava os quilombolas do Urubu, nos subúrbios de Salvador. Fala-se ainda de **Felipa Maria Aranha**, liderando um grande mocambo entre Grão-Pará e Tocantins em meados do século XIX e de **Mãe Domingas**, ex-escrava, responsável pelo nascimento da comunidade quilombola de Tapagem, a margem direita do Rio Trombetas, no Pará.

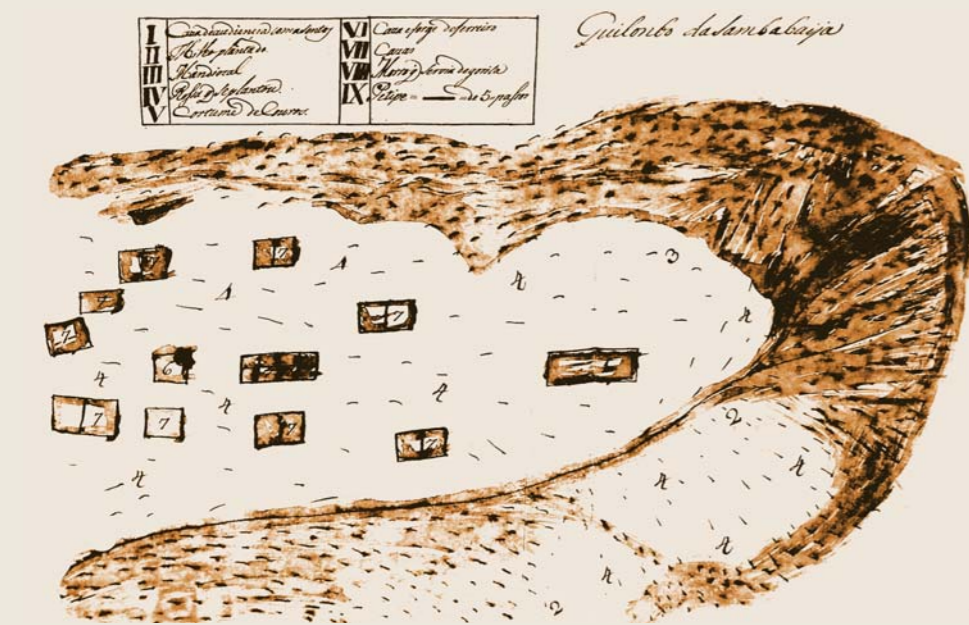
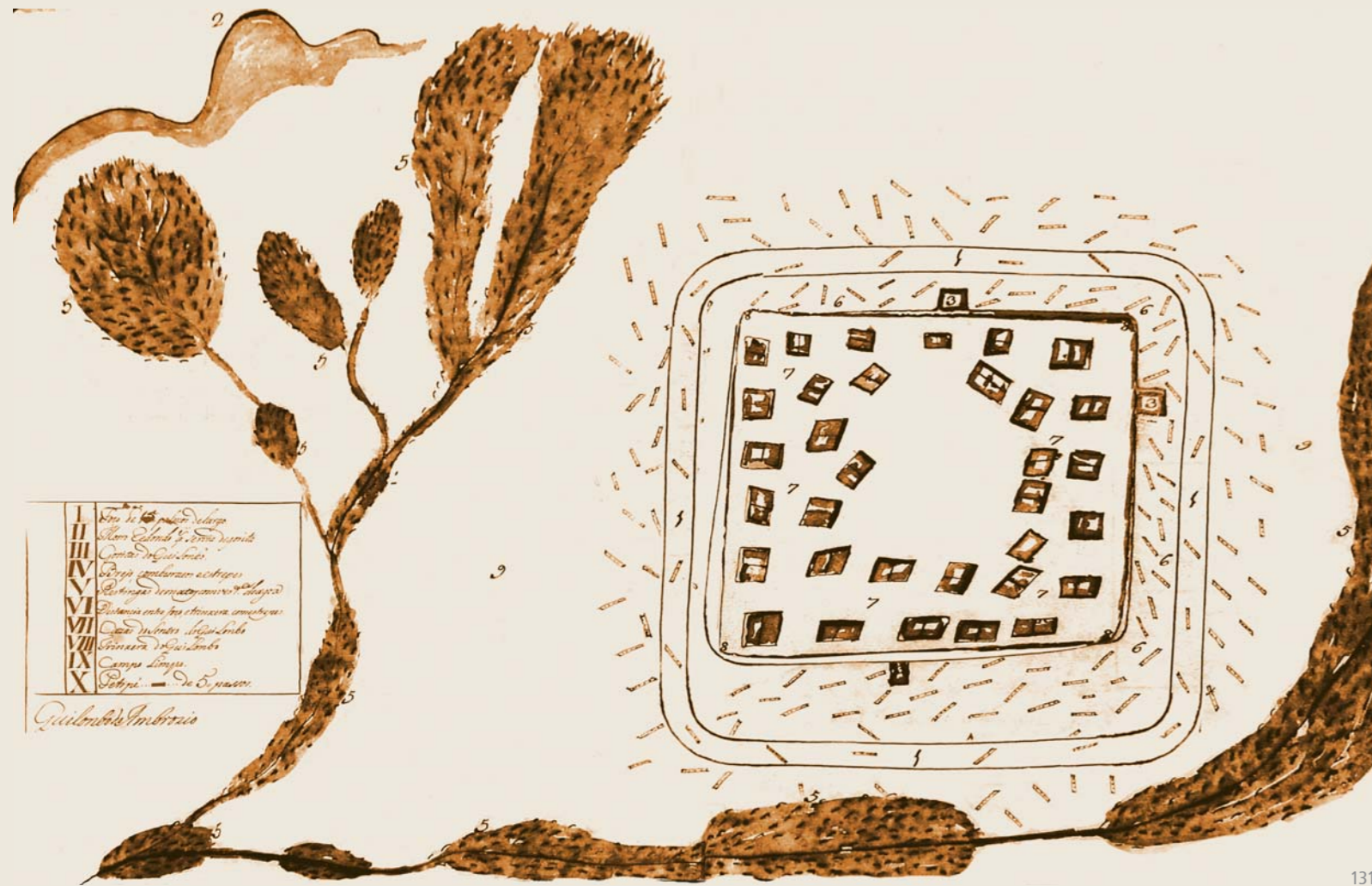
Seja na manutenção material, com o abastecimento de provimentos, como confecções de roupas, utensílios etc., seja na espiritual, a presença da mulher destaca-se em várias comunidades quilombolas. Em alguns mocambos elas possuíam uma função religiosa fundamental e fortaleciam o espírito combativo de seus habitantes. Através de amuletos e banhos de ervas, elas ofereciam sacrifícios às divindades, protegendo os quilombolas em suas caçadas e enfrentamentos com as tropas reescravizadoras. Muitas vezes, em transe, as mulheres quilombolas previam a aproximação e ataques de patrulhas inimigas. Podiam ficar responsáveis pelo trabalho agrícola das comunidades e pela preparação dos alimentos, embora também pudessem acompanhar os quilombolas em seus ataques às plantações vizinhas. Além de combaterem lado a lado com os homens, elas exerciam, freqüentemente, funções logísticas significativas, conduzindo alimentos, pólvora e armamentos, assim como removendo e cuidando dos feridos.

Talvez em alguns mocambos, a população feminina fosse maior do que a documentação tem até aqui apontado. Como estratégias, alguns quilombolas

129
Alvará Real determinando punição de negros aquilombados, séc. XVIII. Acervo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

130
Croqui do Quilombo de São Gonçalo, Minas Gerais, feito por Pamplona em 1769. Acervo Biblioteca Nacional.





131 Croqui do Quilombo do Ambrosio, Minas Gerais, feito pelo escrivão de Pamplona em 1769. Acervo Biblioteca Nacional.

133 Quilombo do Rio da Perdição, Minas Gerais, feito por Pamplona em 1769. Acervo Biblioteca Nacional.

132 Croqui do Quilombo da Samambaia, Minas Gerais, feito por Pamplona em 1769. Acervo Biblioteca Nacional.

134 Quilombo de um dos braços da Perdição, Minas Gerais, feito por Pamplona em 1769. Acervo Biblioteca Nacional.

135 Fuga de escravos. Revista Ilustrada, ano XII, nº 466, Rio de Janeiro, 1887. Acervo Biblioteca Nacional.

podem ter mantido suas mulheres e crianças em locais mais seguros, em acampamentos afastados, onde dificilmente seriam encontrados pelas expedições de captura. Sua invisibilidade nas fontes e narrativas da época nada tem haver com a sua importância (e ao mesmo tempo ausência nas análises) nas histórias dos quilombolas, do passado e do presente. Na Amazônia, na memória das comunidades negras do Baixo Amazonas – como em outras centenas de comunidades negras rurais espalhadas de norte a sul do Brasil - registra-se a importância fundamental e subterrânea da presença feminina nesses espaços. Nos momentos de ataques das expedições punitivas, as mulheres mocambeiras tinham a função de esconder o máximo possível de grãos de milho e arroz sob seus cabelos e fugirem rapidamente para o interior da floresta. Era a partir destes grãos que os habitantes dos quilombos reorganizavam suas economias em outros lugares.

Pesquisas etnográficas em comunidades remanescentes de quilombos não necessariamente revelam mulheres “coitadas”, “superexploradas” ou “heroínas domésticas”. Surgem inúmeras personagens - velhas e jovens - reinventando cotidianamente suas vidas, experiências e relações de gênero. Diferente dos relatos das expedições anti-mocambos dos séculos XVIII e XIX, nas comunidades negras de hoje as mulheres não são “invisíveis”. Ao contrário, estão presentes nos mitos de origem e na organização ritual, social, econômica e política de vários povoados. Se levarmos em conta as heranças ou doações de terras destinadas às mulheres negras por “reconhecimento” ao seu trabalho vamos nos surpreender com inúmeros registros. É o caso da escrava **Benedita Angélica** que transformou seu legado na hoje conhecida Comunidade rural negra de Cabral. Bem próximo dali se instalaram as ex-escravas **Maria Antonica**, **Marcelina** e **Maria Luiza**, fundadoras do Campinho da Independência, ambas no município de Parati (RJ). No ano da abolição, **Ricarda** e Joaquim Congo receberam a doação de um lote de terras de seu antigo “dono”. Posteriormente, o casal trocou as terras doadas por uma área onde hoje se situa o Quilombo do Cafundó, no estado de São Paulo. Em 1897, foi a vez de **Josepha Paula Lima** e seu esposo receberem um pedaço de terra denominado Sítio da Ponte Alta, onde deu origem à Comunidade de Jaó.

Houve também aquelas que conseguiram recursos e adquiriram seu próprio terreno, como o do sítio de Santa Rita de Cássia, em Capivari, no interior de São Paulo, comprado por volta de 1860 pela escravizada **Eva Barreto**. A compra deste pedaço de terra, de seu ex-dono, foi fruto de dobrado trabalho. Mais tarde, por volta de 1905, **Eva Maria de Jesus**, vinda de Goiás, adquire um pedaço de terra, constrói uma igreja e se torna a primeira moradora da comunidade de São Benedito, nos arredores de Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

Considerando os nomes das comunidades remanescentes atuais há inúmeras referências femininas e mesmo relacionadas diretamente às mulheres. Em Alagoas temos a comunidade de Serra das Morenas. Há as de Lagoa da Negra, Lagoa Duas Irmãs e Paraminin das Crioulas na Bahia. Em Minas Gerais, tem a Buriti do Chega Nega. No Pará, Mãe-Cué, Narcisa e Tomásia. Rio de





Janeiro tem a comunidade de Maria Conga. E em Sergipe a de Maria Preta. Citamos aqui apenas alguns nomes femininos. E não mencionamos as centenas de comunidades negras com nomes de santos, os quais se destacam também aqueles femininos.

Afora os quilombos, e mesmo revoltas, insurreições e outras formas de enfrentamentos diretos, a resistência da mulher – durante a escravidão - também se manifestou fundamentalmente na vida cotidiana das comunidades em que viviam. As mulheres negras - fossem livres ou cativas - procuraram elaborar e manejar mecanismos diversos de resistência e rebeldia, visando modificar suas vidas e a de seus familiares. Resistiram com uma inventiva obstinação e persistência, minando a escravidão e, em consequência, contrariando a idéia de que aceitaram com passividade a opressão imposta.

A essência do poder da maioria das mulheres negras sob a escravidão pode ser verificada nas suas lutas em torno da manutenção da família. Agiam com determinação na proteção da integridade física e psicológica de seus filhos e companheiros, e – por que não dizer? - de toda a comunidade da qual faziam parte. Muitas escravas, na tentativa de impedir que seus filhos e maridos fossem vendidos separadamente delas, recusavam-se a trabalhar e ameaçavam os senhores com o suicídio e o infanticídio. Alguns fazendeiros nutriam constantes temores com relação à possibilidade de serem envenenados por mucamas. Num mundo de opressão permanente, a mulher escrava procurava, sempre que possível, construir pacientemente um ambiente de auto-estima e senso de dignidade para seus familiares. Em algumas ocasiões, elas se tornavam elementos decisivos para possibilitar diversas fugas, obtendo informações a respeito de vendas e transferências indesejáveis e providenciando suprimentos.

136
Fuga de escravos. Óleo sobre tela de François Auguste Biard, 1859. Acervo Coleção Sérgio Fadel.

137
Rua Sete Mucambos, Recife, PE. Cartão postal. Fotografia de F. do Bocage, c. 1895. Coleção particular Aparecido Salatini.

Muitas delas prestavam excelente auxílio aos escravos em fuga e/ou àqueles interessados em fugir. Em variadas circunstâncias, as mulheres escravas ajudavam a manter a integridade da família negra, assim como a riqueza e a originalidade da cultura forjada em torno dela. É possível argumentar, inclusive, que as mulheres foram os primeiros agentes da emancipação da comunidade negra na diáspora.

Diversos segmentos da sociedade civil, movimentos sociais e órgãos governamentais e não-governamentais têm se mobilizado nas últimas décadas em torno do reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombos. Com base em direitos de posse e titulação agrárias reconhecidas constitucionalmente calculam-se milhares de comunidades negras rurais, que lutam por acesso à terra em várias partes de norte a sul do país. Especialmente, a partir da década de 1980, relevantes mobilizações vêm acontecendo em âmbito regional e nacional por parte das comunidades negras rurais, destacando-se o pioneirismo do estado Maranhense, o I Seminário Nacional das Comunidades Remanescentes de Quilombo, em 1994, em Brasília e o I Encontro Nacional das Mulheres Quilombolas, em 2004 em Maceió, Alagoas, congregando representantes de 21 estados brasileiros.

No levantamento que está sendo realizado pela Fundação Palmares foram mapeadas, até 2004, 743 áreas remanescentes de quilombos, em todas as regiões do país. Com o objetivo de enfrentar o desafio de garantir políticas públicas que reconheçam a titularidade e sustentabilidade dessas terras, foi criada na Bahia, em 1996, a CONAQ - Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas.





*Abolindo o
Império*



Liberdade: entre a legalidade e o enfretamento

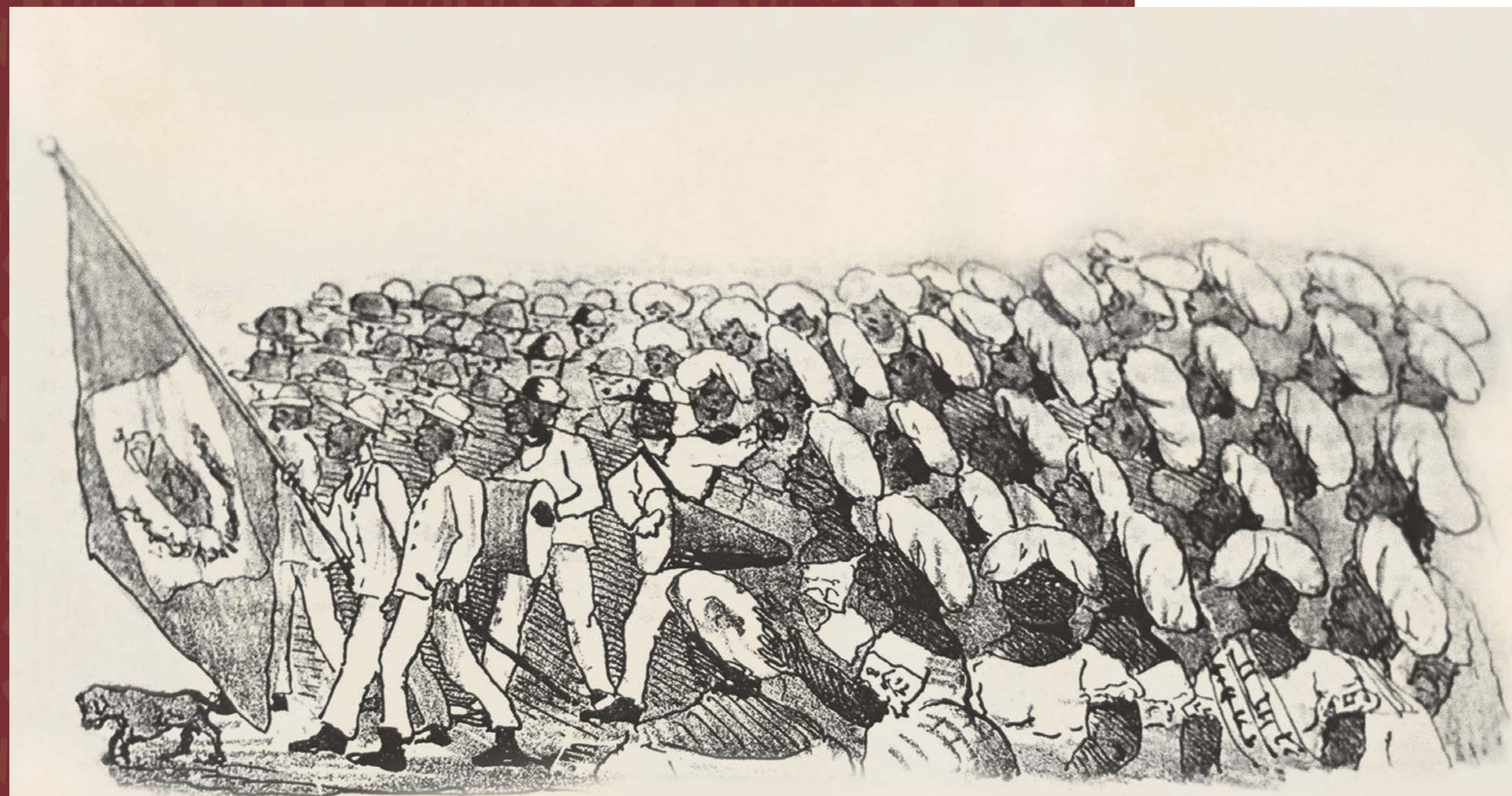
“Eu, Esperança de São Boaventura, achando-me em meu perfeito juízo resolvi de minha livre vontade fazer o meu testamento pela seguinte forma. Declaro que sou natural da Costa D’África não sabendo minha idade e filiação por que fui uma das victimas de horrível crime que se chama escravidão e por muitos annos envergonhou este Brazil.”

Trecho do Inventário de Esperança de Boaventura
Arquivo Público Municipal de Santo Amaro, Bahia, 1906.

Desde que chegaram do lado de cá do atlântico como cativas, as africanas e crioulas – como ficaram conhecidas as escravizadas nascidas no Brasil – tentaram de diversas formas superar a condição escrava. Mesmo dispondo de poucos recursos jurídicos, elas tinham conhecimento dos mecanismos das relações mais amplas do poder. Através de formas de resistência coletivas e mais diretas (rebeliões e formação de quilombos) ou de estratégias mais astuciosas (fugas e compra de alforrias), essas mulheres identificaram rapidamente as brechas abertas no regime escravista e freqüentemente levaram seus senhores aos tribunais em defesa dos poucos direitos garantidos por leis.

Não foram poucas as histórias de escravos que conseguiram juntar dinheiro para adquirir seu passaporte de acesso ao mundo livre. Nas Gerais dos tempos coloniais, já chama atenção o grande número de libertos. Em muitos casos, a compra da alforria foi paga com o pecúlio juntado no trabalho extra de “escravo ao ganho” permitido pelo senhor. O ciclo do ouro - que provoca o nascimento de sociedades urbanas, pujança comercial, economia diversificada e intensa agitação cultural – em parte explica a elevada taxa de forros. Ainda no século XVIII, as escravas **Maria da Costa** da nação ardra (Porto Novo) e **Maria do Ó** da Costa da Mina compravam suas alforrias. Posteriormente, assim como várias libertas – elas realizaram investimentos na compra de escravos e também aplicaram seu dinheiro em jóias e empréstimos. Suas histórias de sucesso evidenciam as estratégias de ascensão social dentro das brechas do sistema escravista.

O final do século XVIII foi marcado pela chegada dos ideais de “liberdade, igualdade e fraternidade” ao Brasil. Este ideário de democracia cunhado pela revolução francesa disseminou o clima de efervescência política pela colônia portuguesa e assim começam a emergir sucessivas lutas em prol da independência do Brasil. Nessa mesma época, visando atender as demandas do mercado exportador, as elites escravocratas vêem-se obrigadas a aumentar a mão de obra escrava nas plantações monocultoras. Em meio à concretização dos interesses senhoriais, um ambiente propício à ebulição da rebeldia escrava rapidamente se forma. Embora as batalhas anticolonialistas não vislumbrassem o término da escravidão, os levantes de grupos escravizados constituíram a mais direta e



Passaiata entusiástica dos Africanos e Africanas que festejaram assim a libertação de seus filhos e netos.



139
Brasileiro acreditando haver reconhecido escravo fugitivo. Desenho de Paul Harro-Harring, 1840. Acervo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

140
Antiga gravura mostrando a embarcação inglesa "O Cormorant" destruindo os navios brasileiros carregados de escravos vindos da África, na Baía de Paranaguá, PR, em 29 de junho de 1950. Esse episódio provocou grande polêmica e como consequência a aprovação da Lei Euzébio de Queiroz, proibindo o tráfico de escravos. Acervo Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano de Pernambuco.

141
Charge crítica a lei do ventre livre. Periódico "Diabo a quatro", no 161, Recife, PE, 1878. Acervo Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco.

inequívoca forma de resistência contra a dominação metropolitana. Nos autos da devassa da Conjuração Baiana, por exemplo, há o depoimento da jovem forra **Ana Romana**, inquirida pelo desembargador no dia 19 de setembro de 1798. As palavras da mulher de João de Deus, líder da rebelião, confirmavam a difusão dos ideais da revolução francesa entre as classes populares através dos trabalhadores do porto. Com acesso permanente às notícias de além-mar, esses homens atuaram na constituição de um sistema de informações de fronteiras transnacionais. Conforme destacam os outros cinquenta integrantes da rebelião devassada, a pretensão de João de Deus seria reduzir a Bahia ao estado em que se achava a França.

Essas e outras movimentações e debates em torno do direito dos seres humanos e das nações à liberdade desmascaravam a hipocrisia dos senhores que conciliava princípios de liberdade à imoralidade do cativeiro humano revelando à população escrava traços de fragilidade de um sistema em crise. O maior exemplo vinha do Haiti, antiga possessão francesa nas Antilhas. A bem sucedida revolta escrava de 1804 na ilha de São Domingos, desde então conhecida como Haiti, incentiva a rebeldia de negros e negras no Império brasileiro. A colônia francesa, dividida por cíclicas disputas pelo poder entre senhores mulatos e brancos, foi palco de um levante escravo que destruiu a mais lucrativa colônia européia de seu tempo e edificou um Estado negro nas Américas. Impondo-se como símbolo de resistência escrava, esta revolução estimulou as populações negras nos quatro cantos do continente americano. No Brasil, pelas ruas das cidades, as escravizadas (os) e libertas (os) falavam abertamente da ilha remota na qual a liberdade negra havia se concretizado e o medo do haitianismo – expansão da revolução negra por toda a América – toma conta das elites senhoriais.

Dez anos depois, na Salvador de 1814, temos notícias da escrava **Francisca** que participou ativamente de um levante, destacando-se no processo juntamente com seu companheiro, Francisco Cidade, também escravo, líder do movimento. Coletavam dinheiro para o motim e incitavam os escravos à revolta, distribuindo pequenas tiras de papel, nas quais se autodenominavam, em caracteres arábicos, rei e rainha da conspiração. Disfarçavam o recrutamento justificando suas andanças e arrecadações por motivos de custear batuques e danças de "nação". Entretanto, as verdadeiras intenções vazaram para os ouvidos das autoridades, que imediatamente prenderam o casal, deportando Francisco para a África. O destino de Francisca ainda é desconhecido.

Mas nem toda revolta buscava a destruição do regime escravocrata, ou mesmo a libertação de todos os escravos nela envolvidos. Muitas visavam apenas corrigir excessos de tirania, diminuindo a opressão a limites toleráveis, reivindicar benefícios específicos – às vezes a reconquista de ganhos perdidos – ou punir feitores particularmente cruéis. Nem sempre também partiam de um sentimento homogêneo, compartilhado por toda a população escravizada. Por vezes foram levadas a cabo por grupos escravos bem específicos, que exigiam tratamento diferenciado. Se a população cativa africana parece ter sido a principal impulsora dos levantes escravos brasileiros, os crioulos não



141

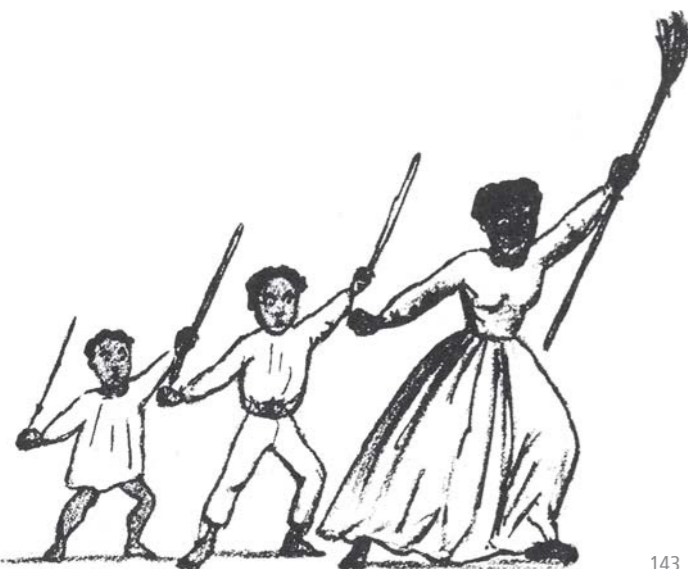
Nome	Idade	Profissão	Outros
...
...
...

142
Relação de escravos libertas nos municípios de São Félix e Cachoeira, BA, no período de maio de 1884 a abril de 1885. Acervo Fundação Pedro Calmon / Arquivo Público da Bahia.

143
Charge do Semanário Humorístico Cabrião, nº 25, São Paulo, 1867. Edição Fac-similar / IMESP-DAESP, São Paulo, 1982.

144
Notícia sobre a Insurreição dos escravos do Distrito de Queimado, Serra, ES. Correio de Victoria, em 19 de março de 1849. Acervo Arquivo Público Estadual do Espírito Santo.

145
Ruínas da Revolta de Queimado, Espírito Santo, ocorrida em 1849. Fotografia de Carla Osório. Coleção Particular Carla Osório.



143

ficavam atrás, disseminando, muitas vezes, ideais de liberdade e de condições de trabalho mais humanas. Além de fugirem e formarem quilombos, os cativos nascidos no Brasil também se fizeram presentes em movimentos feitos por outros setores sociais, como os motins antilusos na Bahia, Pernambuco, Sergipe, Rio de Janeiro ou Maranhão, entre os anos de 1817 e 1831.

Nesses termos, outras personagens assumem contornos históricos. Poucas são as informações sobre **Maria Felipa de Oliveira**. Possível descendente de sudaneses, não se sabe se a moradora da ilha de Itaparica era escrava, liberta ou livre. Em 1823, por volta dos seus vinte anos (a data de seu nascimento ainda é um mistério), a marisqueira liderou cerca de quarenta mulheres, conhecidas como “vedetas”, homens e índios na queima de quarenta e duas embarcações de guerra portuguesas que estavam aportadas na Praia do Convento, prontas para atacar e dominar Salvador. Morta em 1873 e negligenciada por quase todos os livros didáticos, a heroína negra da independência da Bahia permanece viva na memória dos itaparicanos como símbolo de bravura e coragem.

Entre a população cativa que participou da revolta de Pati de Alferes, também chamada de revolta de Manuel Congo, em Vassouras, no Rio de Janeiro, foram pegos vinte e um escravos e um grande número de mulheres. Após matarem o feitor da fazenda Freguesia, vizinha à que viviam, de propriedade do mesmo senhor, fugiram sob a liderança do ferreiro Manoel Congo para formar um quilombo. Daquele grupo de mulheres, destacava-se **Mariana Crioula**, mucama e costureira. Durante as peregrinações das levas de cativos que seguiam Manoel, Mariana juntou-se ao grupo e, na direção da floresta nas montanhas da Mantiqueira, acabou assumindo a liderança, ficando então conhecida como a “rainha” do quilombo e fazendo par com o “rei” Manuel Congo.

Na região das matas de Santa Catarina, nas fraldas da serra da Mantiqueira (RJ), o grupo de quilombolas foi surpreendido por tropas comandadas por um coronel da Guarda Nacional, que – mais tarde – relatou nos autos do processo que a negra Mariana, à frente dos revoltosos, “não se entregou senão a cacete e gritava: ‘morrer sim, entregar não!!!’” Em 12 de novembro de 1838, sete dias após o início da movimentação, Manuel Congo e Mariana Crioula seriam presos, juntamente com outros líderes da revolta. Apesar de apontada pelos outros réus como a rainha do quilombo, Mariana acabou sendo absolvida. De acordo com o Código Criminal do Império, a mulher escrava era inferior ao homem e por isso não deveria receber a mesma penalidade. O único acusado de homicídio foi Manuel Congo, cuja sentença de morte por enforcamento foi executada no início do mês de setembro de 1839.

Em 1838, **Catarina Cassange** – assim como centenas de africanos - povoava a coluna de escravos fugitivos no *Diário do Rio de Janeiro*. Seu caso ultrapassa os limites do domínio senhorial. A escrava, então grávida de quatro meses, havia sido “seduzida” – linguagem utilizada na época para escravos fujões agenciados por terceiros. Após atravessar a Baía de Guanabara com a ajuda de outros companheiros em situação similar a sua, ela pôde ter seu filho longe do relho senhorial. Logo a seguir ela foi conduzida para uma fazenda e recebida

pelo respectivo administrador. Possivelmente, a chegada de Catarina fazia parte de um acordo entre quilombolas e o fazendeiro da região. O quilombo seria poupado dos ataques, mas em troca os quilombolas realizariam pequenos serviços domésticos como cuidar das crianças, exatamente o trabalho executado pela escrava. Um ano depois da fuga, Catarina foi capturada. Não há informações se estava com ou sem o filho, entretanto, as condições adversas de sua fuga e a recusa do caminho individual rumo à liberdade mostram que as mulheres escravas inventaram significados próprios para suas ocupações, produzindo alianças pessoais e acompanhando as transformações sociais da escravidão urbana.

Embora os cercos fossem cada vez mais constantes, as escravas não ficavam alheias ao que se passava no seu redor, sobretudo, na volúvel arena política. Suas atenções focalizavam-se especialmente na insustentável união entre senhores de escravos, proprietários de terras e homens livres, cada dia mais enfraquecida pelas rápidas transformações econômicas do império. Muitas vezes as rebeliões eram planejadas de modo a coincidir com as datas festivas e os dias santos, pegando os senhores desprevenidos. No estado do Espírito Santo, a maior insurreição negra foi deflagrada durante a inauguração da igreja matriz em louvor a São José no povoado de Queimado, em 19 de março de 1849. Dentre os mais de duzentos escravos revoltosos, registrou-se a participação de apenas uma mulher que morreu em choque com o destacamento policial no dia seguinte a rebelião. Não se tem notícia de seu nome.

Alguns líderes dos levantes, que irromperam até às vésperas da abolição, eram reconhecidos como reis e rainhas; uns coroados deste lado do Atlântico, outros que procuravam reconstituir algum tipo de autoridade exercida na África. Assim foi com **Zeferina**, escrava, “rainha” do quilombo do Urubu, em Salvador. Durante a luta, empunhando seu arco e flecha, ela sobressaía como uma das líderes da resistência negra na capital baiana. De acordo com relato da época, Zeferina “custou muito se entregar, antes fazia muita diligência para se reunir aos pretos dispersados”.

Em 1835, a liderança de uma escrava conhecida como **tia Ana** mobilizou as forças dos cativos para um dos levantes mais lendários do Ceará, ocorrido na propriedade do português Francisco Antônio de Carvalho no município de Viçosa. O plano foi pacientemente arquitetado por tia Ana, cuja autoridade calou momentaneamente a indignação dos que assistiram aos violentos castigos impostos pelos feitores a uma escrava idosa, querida por tratar dos enfermos da senzala. Este silêncio arquitetado permitiu que as estratégias contra os algozes da escrava fossem detalhadamente planejadas. Enganando capangas e fazendeiros com uma obediência dissimulada, tia Ana foi traçando o caminho, no silêncio da noite, até a casa-grande. Quando todos dormiam despreocupados, foram mortos pelo estopim da revolta. A propriedade foi saqueada e incendiada. A debandada e o prejuízo fizeram com que Francisco Antônio se enforcasse em uma das mangueiras que enfeitavam o quintal de sua fazenda.

As pequenas insurreições, levadas a cabo por algumas dezenas de rebelados, e tendo como consequência a morte de feitores e capatazes, parecem ter sido mais

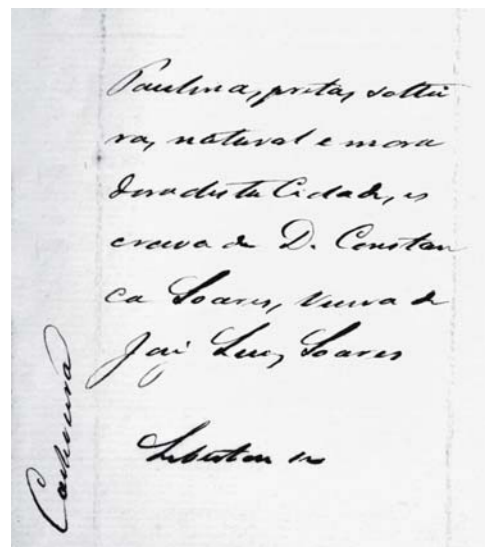
POST SCRIPTUM.
(21 de março às 5 horas da tarde.)

No dia 19 do corrente um grande grupo de escravos armados invadiu a igreja da povoação do Queimado na ocasião em que se celebrava o Santo Sacrifício da Missa, e em gritos proclamava a sua liberdade, e alforria, e seguindo para diversas fazendas e aliciando os escravos dellas, e em outras obrigando seus donos a darem a liberdade à seus escravos, engrossou em numero de 300. S. Ex. o Sr. presidente da provincia soube deste triste acontecimento às 3 horas da tarde, e sem perda de tempo fez seguir para aquella povoação o chefe de policia acompanhado de tropa convenientemente municada.

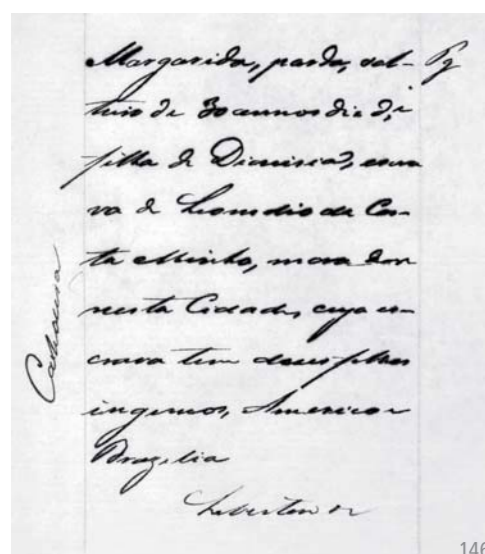
Estas providencias, e outras que o presidente tem dado, ajudado da dedicacão e valor dos habitantes daquelle lugar e outros bem como a Serra, Cariacica fizeram com que hontem fossem batidos tanto na povoação do Queimado, como na da Serra dous grandes grupos daquelles criminosos que ou morrerão, ou fugirão em completa debandada, deixando no campo as armas e munições que conduzião.

Em breve teremos de annunciar ao publico e aos nossos leitores, que a tranquillidade e segurança publica se achão inteiramente restabelecidas, e que os criminosos soffrerão um justo castigo de seus crimes. Animo, coragem e confiança no governo, e nada temos a recear. — Cautella, e vigilancia dos Srs. fazendeiros, para que para o futuro não se repitão factos semelhantes.

144



comuns do que indiciam os documentos oficiais. Havia um consenso entre os membros da elite de que a divulgação de tais acontecimentos poderia prejudicar a estabilidade do regime, gerando pânico entre os proprietários ou fornecendo exemplos para que outros escravos prosseguissem com seu sonho de liberdade. Mas nem sempre era possível esconder essa realidade “inquietante” ou barrar as insurgências miúdas, como a incidência de pequenos delitos. O desmazelo no trabalho e a paralisação das tarefas cotidianas também refletiam o estado de ânimo das escravas com suas péssimas condições de vida. As cozinheiras e arrumadeiras, tias respeitadas, conscientes de sua força, jamais executavam satisfatoriamente um serviço quando ficavam sob as barras do chicote. Uma das mulheres mais lembradas dessa época era a quitandeira **Luíza Mahin**. É através de seu filho, o poeta Luís Gama, que conhecemos algumas passagens da vida dessa mulher que se dizia princesa africana na região dos mahi, localizada no Daomé (hoje Benin), embora muitos estudiosos a dêem como nascida em Salvador. Sabe-se que em 1812 já era livre, que fazia de sua casa refúgio de rebelados e que provavelmente, participou da chamada revolta dos malês, um dos movimentos negros mais emblemáticos da história da escravidão africana.



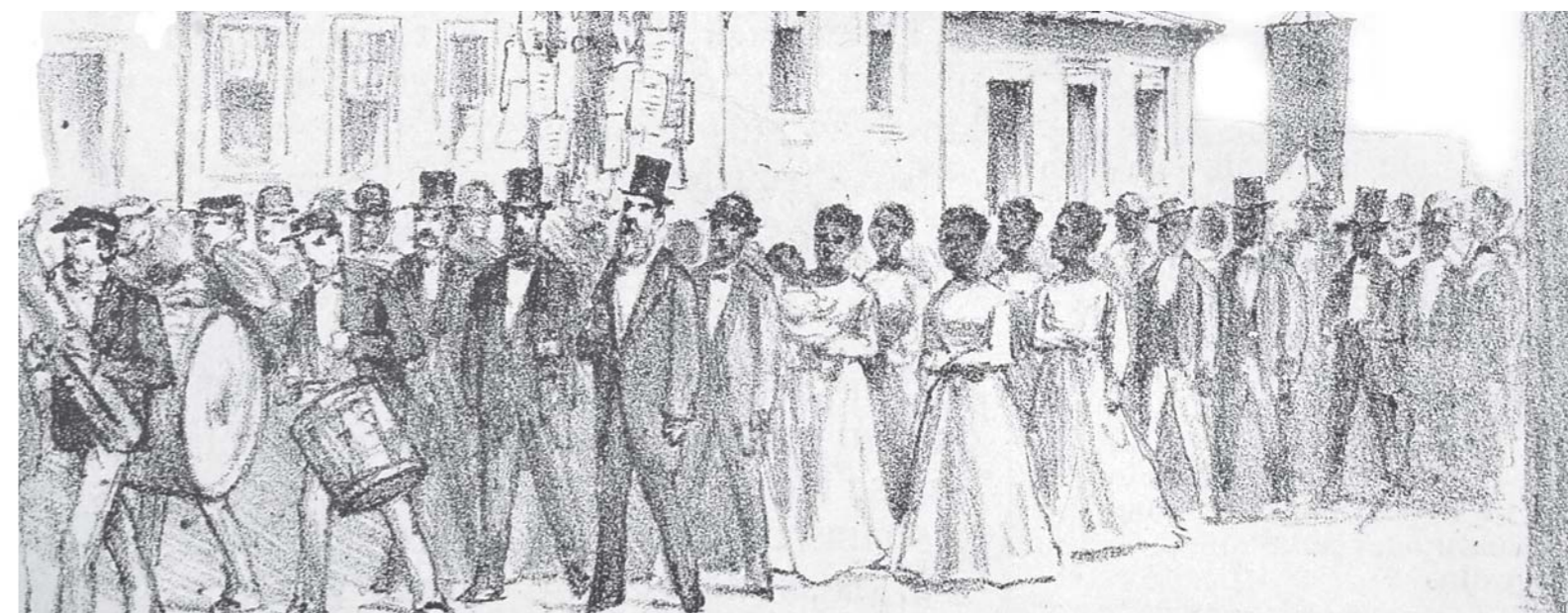
O levante irrompeu na madrugada de 24 de janeiro de 1835, liderado por escravos africanos islamizados. Como hábil quitandeira, Luíza certamente dispunha de grande mobilidade além de conhecer as vielas, ruas e os mais diversos recônditos da capital baiana. Trabalhadora do mundo das ruas, ela conhecia suas lógicas de funcionamento o que tornava relativamente fácil sua atuação como articuladora dos revoltosos, trocando bilhetes entre eles, sob a proteção de crianças que, a pretexto de comprar as iguarias da quitandeira, ajudavam-na em sua missão secreta. Se os planos dos malês saíssem dentro do esperado, ela seria nomeada a rainha da Bahia rebelde. Entretanto, o motim foi debelado às vésperas do dia programado. Seus líderes foram perseguidos e castigados com severidade, mas Luíza conseguiu fugir para o Rio de Janeiro, onde foi presa e, possivelmente, deportada para a África. A história nos mostra que Luíza não esteve só.

Ao lado de seus companheiros, muitas muçulmanas apoiaram de alguma forma o levante da capital baiana. É o caso da preta **Engrácia**, mulher do crioulo José Saraiva, que escondia papéis dentro de uma caixa guardada na sua casa. Com a devassa da grande insurreição, trinta e uma mulheres foram posteriormente investigadas e, assim como **Agostinha**, liberta nagô que fora condenada a dois anos de prisão, a maioria delas foi punida. Convém destacar que esta inegável presença feminina não se restringiu à revolta dos malês. Nos anos que antecederam este levante a participação de escravas como **Ludovina**, **Teresa**, **Felicidade**, **Germana** e **Ana** na fase conspiratória dos movimentos organizados pelos africanos haussás (na maioria, seguidores dos preceitos islâmicos) foi devidamente noticiada. Em 1814, seus nomes integravam a lista de acusados.

A história de **Adelina** fornece mais um exemplo da atuação feminina na constituição de redes e estratégias voltadas para a circulação dos ideais de liberdade. Na condição de filha e escrava do mesmo senhor, *a charuteira*, como

era conhecida devido ao seu trabalho, nutria uma tenaz e silenciosa revolta contra os escravocratas, especialmente pelo pai, que prometera alforriá-la junto com a mãe quando completasse dezessete anos, mas tempos depois, recuou de sua decisão. Nas peregrinações pelas ruas de São Luiz do Maranhão, quando vendia charutos, Adelina travou contato com os estudantes abolicionistas e se encantou com seus ardentes discursos em prol da liberdade. Ela passou a colaborar efetivamente com a causa abolicionista distribuindo informações e auxiliando na fuga de escravos. Sua privilegiada posição de vendedora ambulante lhe possibilitava manter contato com as mais diferentes “fontes” de todas as regiões da cidade sem despertar tantas suspeitas.

As fugas e a formação de comunidades de fugitivos foram outros dos estratagemas utilizados pelas cativas para atingir, mesmo que por alguns dias, a condição de livres. As escapadas furtivas das escravas estiveram sempre presentes no cotidiano do Império, tanto nas áreas urbanas quanto nas regiões



rurais. Examinando alguns registros do período, percebemos que as africanas costumavam fugir mais frequentemente que as crioulas, sobretudo aquelas dos grupos de moçambique, benguela, cabinda, angola, congo, cassange, monjolo e libolo. No século XIX, nas seções de anúncio dos principais jornais do país, via-se diariamente estampado entre as inúmeras propagandas de produtos um curioso desenho no qual um negro com uma trouxa de roupas na ponta de um caniço representava a realidade cada vez mais insustentável: nenhum ser humano aceitaria a escravidão passivamente, como simples mercadoria ou coisa. Promessas de recompensas sempre acompanhavam os anúncios, como o publicado no *Jornal da Bahia* de 23 de janeiro de 1855, onde se reclamava a fuga da fazenda do Timbo da escrava **Maria**, uma africana, descrita como “baixa e gorda, com o rosto bem marcado, faltando-lhe um pedaço de orelha direita na parte alta, traz sempre um turbante na cabeça por causa da dita orelha”.

146
Relações de escravas foragidas nos municípios de São Felix e Cachoeira, BA, no período de maio de 1884 a abril de 1885. Acervo Fundação Pedro Calmon, Arquivo Público da Bahia.

147
Passeata abolicionista. Revista Ilustrada, ano VII, nº 292. Rio de Janeiro, 1882. Acervo Biblioteca Nacional.



148



149

148
Charge. Revista América Yllustrada, nº 17, Recife, PE, 1881. Acervo Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco.

149
Charge. Revista América Yllustrada, nº 29, Recife, PE, 1883. Acervo Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco.

150
Charge crítica a Lei dos Sexagenários. Revista Ilustrada, ano X, nº 409, Rio de Janeiro, 1885. Acervo Biblioteca Nacional.

151
Charge crítica a Lei dos Sexagenários. Revista Ilustrada, ano XII, nº 462, Rio de Janeiro, 1887. Acervo Biblioteca Nacional.

Quanto mais as cidades se expandiam, com seus becos e logradouros labirínticos, mais as escapadelas aumentavam e mais difícil se tornava a imediata localização dos escravos. As fugas, geralmente, provinham de iniciativas individuais, ainda que em alguns anúncios da época apareçam registros de escapadas de até quatro escravas de uma só vez. Assim que conseguiam atravessar os limites espaciais impostos pelo senhor, as fujonas encontravam abrigo em casas de parentes ou conhecidos. Em outros casos, acorriam diretamente para os locais de conagração e celebração, onde realizavam festas ou ajuntamentos, tidos como verdadeiros quilombos suburbanos. Ali promoviam batuques, criando e recriando laços de solidariedade e de experiências culturais, que acabavam chamando a atenção das autoridades. As casas e barracas que abrigavam essas manifestações foram alvos recorrentes das batidas policiais. Seus participantes eram imediatamente presos e, caso ficasse confirmada sua procedência, encaminhados aos seus respectivos “donos”. Antes mesmo do crescimento das fronteiras urbanas, encontramos nos locais mais recônditos do Brasil, notícias de fugas e histórias de liberdade, ainda que temporárias. Em 1841, o artista e viajante francês Antoine Herculene France (1804-1879) conheceu no Amazonas uma negra que vivia ali sozinha há uns três meses. Um ano depois a escrava seria descoberta e devolvida ao senhor.

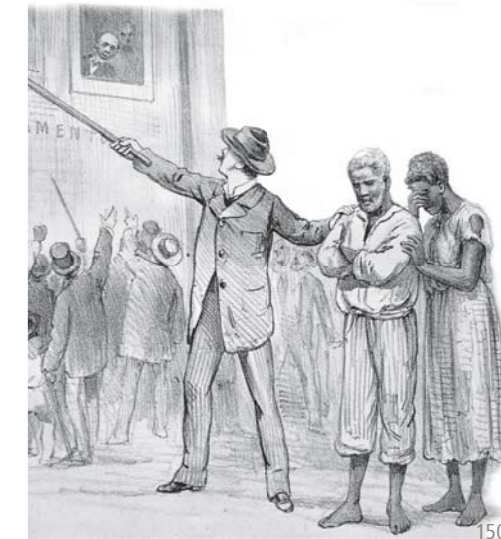
Fugir não consistia na única forma das negras respirarem os ares da liberdade. Havia meios legais através dos quais se podia senti-lo mais de perto, ainda que isso exigisse paciência e dedicação redobrada das aspirantes. O altíssimo índice de analfabetismo da população escravizada levava as escravas a uma situação de vulnerabilidade, pois eram obrigadas a acreditar na boa fé dos profissionais para enfrentar a burocracia jurídica. Ainda assim, mesmo que muitas vezes enganadas pelos próprios advogados, enfrentavam as artimanhas do poder e buscavam tenazmente comprar de seus senhores a carta de alforria, num processo que, por vezes, chegava a levar mais dez anos. A africana da Costa da Mina **Quitéria da Silva** declarava em seu testamento, redigido na cidade de São João Del Rei, em 1794, que havia alcançado a liberdade por dinheiro que deu a seu senhor, adquirido a partir de sua “indústria e trabalho”.

Acompanhando histórias de compra e venda de algo tão indispensável quanto a liberdade, percebemos que esse tipo de negociação se intensificou na segunda metade do século XIX devido a visíveis rachaduras no sistema escravo que merecem ser observadas mais de perto. Nas primeiras décadas do século XIX, a pressão internacional para a extinção do tráfico negreiro não parava de cessar. Em 1826, o Brasil assumiu com a Inglaterra o compromisso de abolir esta atividade no período de três anos. Como resultado desse tratado, é promulgada a lei de 7 de novembro de 1831 que visava o término definitivo do tráfico negreiro, já considerado como pirataria. Desrespeitada a olhos nus, ficou popularmente conhecida como “lei para inglês ver”. De acordo com suas determinações, os contrabandistas, além de arcarem com as despesas da reexportação, ficariam sujeitos a “multa de duzentos mil-réis por cabeça de cada um dos escravos”. Os africanos estrangeiros que entrassem no território brasileiro ficariam livres e teriam que ser repatriados. Ironicamente, esses “africanos livres” ficariam sob a

tutela de um arrematador que durante quatorze anos receberia seus serviços. A lei antitráfico de 1850 impõe uma repressão mais sistemática ao contrabando de escravos.

Este processo de esfacelamento das rotas comerciais transatlânticas anunciava o curto tempo de vida da instituição escrava no Brasil. Nesse momento, a solução encontrada pelos senhores foi efetivar um comércio interno de escravos (tráfico interprovincial) para suprir as carências de mão-de-obra até então sanadas pelo trato africano.

Tendo em consideração os dias contados da escravidão, o Estado intervem cada vez mais na relação entre senhor e escravo criando estratégias para atrasar ao máximo seu final. Em 1871, é instituída a Lei do Ventre Livre ou Lei Rio Branco que “declarava de condição livre os filhos de uma mulher escrava que nascerem desde a data desta lei”. Entretanto, a dita lei determinava que os filhos “livres” deveriam permanecer sob a autoridade do senhor de suas mães até os oito anos de idade, quando o senhor teria a oportunidade de escolher entre permanecer com a criança ou receber a indenização do Estado. A Lei dos Nascituros (como também era chamada) ainda instituía no artigo 4º, a permissão para que os cativos formassem um pecúlio, através de doações, legados ou heranças, e “com o que, por consentimento do senhor, [obtivessem] de seu trabalho e suas economias”.



150



151



152

No ano de 1885, três anos antes da assinatura da Lei Áurea, é promulgada a Lei dos Sexagenários (Lei Saraiva-Cotegipe) que estipulava a libertação dos escravos com mais de sessenta anos desde que eles trabalhassem por mais três anos como forma de indenização. Curiosamente, os escravos que completassem sessenta e cinco anos durante o período indenizatório estariam livres da “prestação de serviços” aos senhores. Essa contínua mediação do governo (1831, 1871, 1885) não agradou aos senhores, pois à medida que o poder público intervia, a essência da escravidão – o direito à propriedade – passava a ser questionada. O poder senhorial antes absoluto agora era regulado pela lei, que deixava de reconhecer a soberania das decisões senhoriais criando um espaço jurídico de disputas entre senhores e escravos, conferindo a estes últimos o direito de reivindicarem por sua liberdade.

Entretanto essa não foi uma história só de consensos. Em diversos momentos, foi necessário arrancar a carta de alforria à base de muita luta, quase sempre levada a cabo e disputada nos tribunais armados do Império. Para beneficiar-se dos regulamentos e leis que por pressão iam sendo feitos e conseqüentemente minavam a escravidão, as escravas, desconhecedoras das sutilezas da lei e analfabetas na maioria dos casos, tinham que contar com a sorte e confiar em homens livres que nem sempre estiveram “bem intencionados”. Já os senhores tentavam, de todas as formas, recuar diante da libertação de todos os escravos.

Por volta de 1825, a escrava **Domingas** finalmente preparava-se para conseguir sua tão sonhada liberdade. Ela não contava com a resistência do tutor dos filhos de seus antigos senhores, que haviam registrado em seu testamento a determinação de libertá-la. Apesar de ter juntado a quantia “correspondente

ao valor” indicado no documento, o responsável pelos bens dos herdeiros alegava que obtivera uma avaliação muito superior à apresentada. A contenda só foi resolvida depois que Domingas convocou a interferência de seu novo proprietário, o vice-cônsul da cidade de Hamburgo em Salvador, a quem alugara seus serviços. Só assim obteve na justiça uma nova avaliação mais favorável e finalmente pôde conquistar a carta.

Noutro processo, **Generosa**, uma mulher da nação libolo, que vivia no Rio de Janeiro e também era conhecida como Benvinda, teve, para garantir sua alforria, que recorrer à lei de 07 de novembro de 1831, que conforme já mencionado versava sobre a repatriação dos africanos traficados depois daquela data. Foi em 1842, quando Jaime Mendes Ferrão decidiu vendê-la. Ao saber das intenções do proprietário, a escrava informou, na justiça, que, dias depois de sua chegada ao Brasil, fora abandonada por seu dono, cujo nome desconhecia, no morro de Santa Teresa. Estava muito doente, com bexigas, especialmente nos olhos. Na ocasião, ela foi socorrida por Jaime Ferrão, que cuidou de seus ferimentos e ensinou-lhe o português. Permaneceria vivendo com ele, até ouvi-lo dizer que tinha de vendê-la porque precisava de dinheiro. Generosa foi julgada ‘livre’ em 1842, porque não era escrava por lei. A presunção de que alguém era livre, exceto se houvesse prova em contrário e as contradições cada vez maiores do regime escravo estavam a seu favor.

Era também nos tribunais que muitas escravas e seus senhores negociavam o preço da alforria. Essa não era uma conversa tranqüila. As cativas ansiavam por sua soltura; os proprietários, por seu lado, permaneciam ciosos de sua “propriedade”. Pela lei de 1871, o preço da indenização ofertada pelo escravo ao seu senhor deveria ser definida de acordo com as condições de idade, saúde e ofício

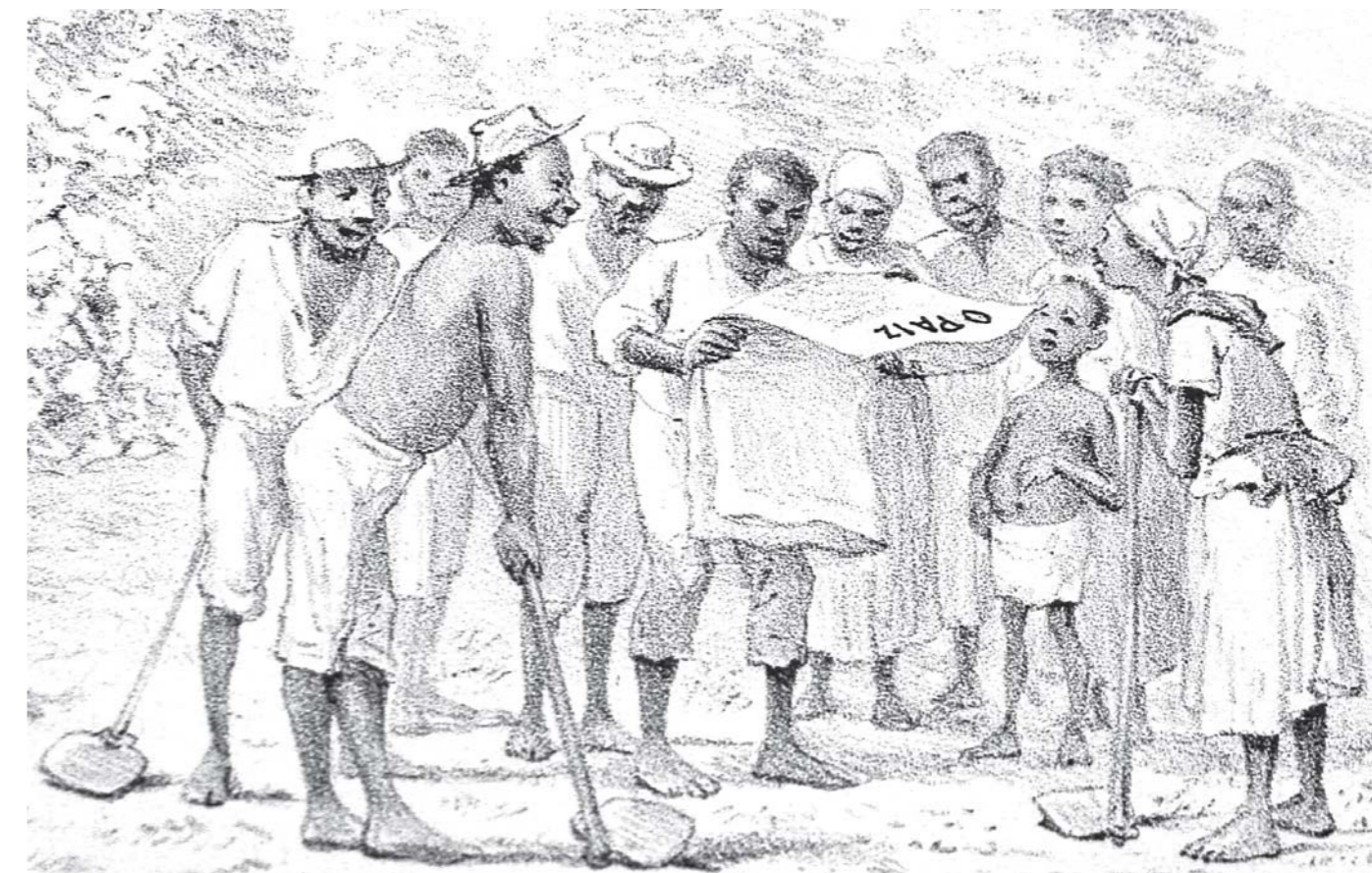
152
Notícias sobre a Lei do Sexagenários. Revista América Ilustrada, nº 8, Recife, PE, 1885. Acervo Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco.

153
Escrava arrecadando dinheiro para sua alforria. Revista América Ilustrada, nº 06, Recife, PE, 1871. Acervo Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco.

154
Escravos lendo discurso abolicionista. Revista Ilustrada, ano XII, nº 467, Rio de Janeiro, 1887. Acervo Biblioteca Guita e José Mindlin.



153



154



155
Diploma do Clube Abolicionista Goyannense, PE, conferido a Dona Belmira Americana Andrade Coura, c. 1884. Acervo Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco.

ao qual o cativo se dedicava. Logo, nas avaliações judiciais de arbitramento do valor, estavam envolvidas manipulações acerca das “qualidades” dos escravos a serem analisados. Nas últimas décadas do século XIX, a população escravizada contava cada vez mais com a interseção de advogados hábeis e empenhados na abolição da escravatura.

Em São Paulo, na Campinas de fins do oitocentos, encontramos a cativa **Eva** ofertando um conto de réis por sua alforria e pagando, ao final do julgamento, o valor de um conto e oitocentos. **Sebastiana**, por sua vez, ofereceu seiscentos mil, mas acabou tendo que desembolsar o dobro. Enquanto as escravas e seus curadores tentavam, a todo custo, baixar seus valores, os proprietários insistiam, de diversas maneiras, na elevação do preço. Foi assim com **Emília**. Ao mesmo tempo em que a escrava dizia ser débil e fraca e, portanto, de pouca valia, seu senhor lhe tecia inúmeros elogios, destacando os seus préstimos como mucama. As mesmas qualidades que permitiam que as cativas juntassem recursos para comprar sua liberdade, podiam, em contrapartida, provocar o encargo de serem supervalorizadas nas negociações com seus senhores evidenciando os embates e conflitos no palco jurídico. Respalhada pela lei de setembro de 1871, a população negra cria associações com objetivo de angariar fundos para a libertação dos escravizados. Essa movimentação antiescravista foi uma grande surpresa para os legisladores imperiais. Imbuídos pela lógica econômica do trabalho escravo e de olho numa possível volta do rentável tráfico negreiro, subestimavam as percepções escravas pressupondo que a criação desse dispositivo seria uma estratégia eficaz para a perpetuação da escravidão.

Acreditavam que os escravos buscariam individualmente, “através da dedicação ao trabalho”, os recursos necessários à compra da própria liberdade. “O feitiço virou contra o feiticeiro” e o governo assistiu não apenas à multiplicação dessas associações de trabalhadores, como à alforria mediante indenização senhorial. Nesse último caso, os senhores consideravam ponto de honra fazerem valer o seu preço, pois achavam que essa era uma maneira de assegurarem o seu poder dominial. Em Pelotas, na região sul, entre as décadas de 1870 e 1880 são criadas as associações Feliz Esperança, Fraternidade Artística, Harmonia dos Artistas além da irmandade S. Virgem do Rosário. Nesse contexto, associações e fundos foram uma arma crucial na mobilização pela emancipação escrava. Convém ressaltar que antes disso, já havia organizações que lutavam em prol da libertação dos negros. É o caso da sociedade denominada União e Segredo Rio de Janeiro, que em 1865, libertava **Isabel**, uma “mulatinha de 2 anos de idade, ainda não batizada, filha da escrava negra Lina” e da sociedade Partenon Literário fundada em Porto Alegre no ano de 1868.

As cativas tinham um papel de destaque nessas negociações. Com as somas arregimentadas, compravam sua liberdade e, em alguns casos, alcançavam a prosperidade econômica. No entanto, não era fácil juntar dinheiro após dividi-lo com os senhores, mas o desejo de se tornar livre fez com que a população escrava se tornasse o primeiro grupo de poupadores da história do Brasil. As primeiras contas poupanças foram abertas por escravos ao ganho e por libertas quitadeiras ainda no século XIX. Por todo o Brasil, escravos tiveram

156
Caderneta de poupança da escrava Joana, onde consta a cessão do depósito pela compra de sua liberdade. Caixa Econômica de Mato Grosso, década de 1880. Acervo Museu da Caixa Econômica Federal.

o direito de abrir suas cadernetas. É o caso da liberta **Felipa** que fez uma para sua filha **Felismina** de dois anos de idade. Mesmo antes da existência das cadernetas, os negros já tinham o hábito de poupar dinheiro. Outra história é a de Joana. Em 1884, após negociar o preço da alforria com o senhor, ela, com o consentimento dele e o do Juiz de Órfãos, dirige-se até a Caixa Econômica da Corte (atual Caixa Econômica Federal) e abre uma caderneta de poupança fazendo valer o direito escravo ao pecúlio assegurado pela Lei do Ventre Livre. Sua caderneta, um documento raro, atualmente está guardada no Museu da Caixa Econômica Federal em Brasília. O hábito de poupar dinheiro pode ter sido recriado no Brasil com base no sistema “essussu”, inventado pelos iorubas da Nigéria na África pré-colonial. Para além das recriações, o ato de guardarem suas economias representava uma forte esperança de superar a tristeza e a dor do cativo seja nos bancos, cadernetas ou cofres das irmandades religiosas.



Em diversas cidades escravistas brasileiras, as mulheres conseguiam ser alforriadas com mais facilidade do que os homens. No conjunto da população, isso representava um maior número de negras forras nas ruas do que negros. De acordo com o censo de 1849, havia na capital do Império 6.042 libertas (56%) para 4.690 libertos (44%). Dentre a faixa de idade, sobressaem mulheres mais velhas que geralmente viviam na intimidade da casa senhorial ou aquelas que exerciam ofícios de vendedora ambulante, as que mais conseguiam a liberdade. O maior número de mulheres que obtiveram a carta de alforria estava relacionado a vários fatores. As mais idosas, por exemplo, custavam geralmente menos que os homens, cujo trabalho baseava-se, sobretudo, na força física necessária para a manutenção dos latifúndios e para o pesado trabalho de construção e pavimentação das cidades. Isso, certamente, fazia com que as mulheres tivessem de economizar menos dinheiro para comprar sua liberdade. Por outro lado, o trabalho feminino, menos valorizado, forçava-as a duplicar seus esforços para acumular todos os recursos necessários.

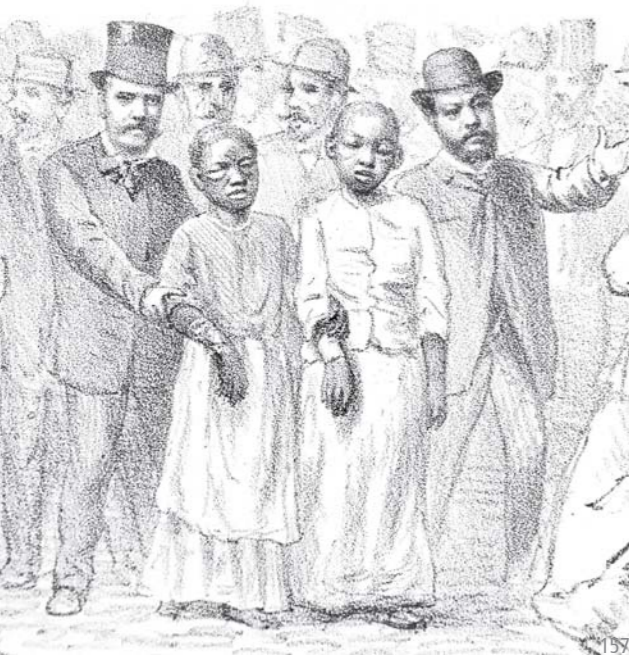
Se, por um lado, havia mulheres que recebiam auxílio de seus maridos ou companheiros na hora da compra da alforria, outras tantas não só compravam sua liberdade como a de filhos e afilhados sem nenhuma ajuda. Em 1863, a preta **Antônia**, quitadeira da Costa Mina, fora até o juiz municipal contestar

a condição a que a filha estava submetida. Antônia relatara que há dois anos conseguira ser alforriada após pagar a indenização a seu senhor, mas a filha **Benedita** ainda continuava sob posse do mesmo senhorio, que desejava vendê-la na praça. Sabendo disso, a preta mina apressou-se em amealhar a quantia exigida pelo senhor, obtida em parte de suas economias de quitandeira, em parte através de empréstimos. Nem sempre o trabalho de toda uma vida permitia um grande auxílio, o que levava a sacrifícios ou a escolhas dolorosas, como no caso de **Emiliana**, que aos 17 anos comprou a liberdade da filha, continuando na condição de escrava. Ou como na história da avó que libertou a neta ainda recém-nascida, sem alforriar – ou sem poder libertar – a mãe da criança, sua própria filha.

Em alguns casos as relações com as senhoras também poderiam facilitar as escravas na hora de obterem sua liberdade. Houve proprietárias que confessavam o seu ato como decorrência da dedicação e do afeto dispensados pela escrava. “Pela fidelidade e o amor com que a serviu durante muito tempo e porque a assistiu em suas enfermidades, o que o marido nunca havia feito”, escrevia, em 1866, Maria Joaquina de Jesus, destacando os motivos que a levaram a alforriar sua escrava crioula, **Tomásia**, de vinte anos, e a filha desta, **Cassiana**, de onze meses. Pedro Cerqueira Leite libertou **Paulina**, em 1875, escrevendo: “concedo-lhe gratuitamente a liberdade pelos bons serviços que me prestou durante mais de quarenta anos. Se me deixar, será por sua livre vontade, pois eu gostaria muito de tê-la comigo, para que nada lhe falte em sua velhice. Mas como ela deseja viver com seu sobrinho, dou-lhe para isso minha permissão”.

Porém, essa proximidade nem sempre garantia às escravas condições de adquirir, da melhor maneira, sua carta de liberdade. Muitas negras idosas foram jogadas nas ruas como “trapos imprestáveis”, já que a idade, além de prejudicar a realização dos serviços domésticos, requeria de seus “donos” despesas extras com saúde. Havia casos em que a cativa era libertada sob a condição de continuar prestando serviços aos senhores. Foi assim com **Flora**. Em 1876, sua senhora, Maria Carolina Mendes Lima, concedera-lhe a alforria, mediante o pagamento da soma estipulada. Para juntar o montante, Flora teve que alugar seus serviços a Ubaldina Pedro de Lacerda por longos sete anos.

Foram muitas as Evas, Felicidades, Marias, Emílias e tantas outras mulheres escravas que inventaram, nas ruas, matas, fazendas, tribunais, casas-grande, nos interstícios das árduas labutas cotidianas, diferentes maneiras de resistir e superar as condições impostas durante a escravidão. E, mesmo depois de conquistar a tão sonhada liberdade, essas mulheres não esmoreceriam em seus combates. Viviam numa sociedade em que o estigma de inferioridade continuava a marcar a forma como muitas delas eram apreendidas por outros setores livres da população. A época da escravidão não era, para as libertas, apenas uma lembrança, mas um problema pessoal e, mais ainda, uma ameaça sempre presente. Contudo, como em outros tempos, as africanas e suas descendentes, com muita força e persistência, prosseguiriam com lutas e sonhos por uma vida mais digna.



157
Charge crítica a prisão de meninas. Revista Ilustrada, ano XI, nº 427, Rio de Janeiro, 1886. Biblioteca Guita e José Mindlin.

158
Charge alusiva a Abolição. Revista América Ilustrada, nº 29, Recife, 1888. Acervo Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco.



Agora tia Maria, nós tudo fica cidadão



159
Terreiro Baba Agboula, Bahia, 2003. Fotografia Marisa Vianna. Coleção particular Marisa Vianna.

As mulheres do sagrado: mães de santo, mães de tantos

O papel cultural das sacerdotisas dos cultos afro-brasileiros

“E quem vive, olha, quem tem fé em Nossa Senhora, você não passa fome, não anda descalça. Nossa Senhora ajuda, a gente trabalha. Tá agora sem dinheiro, de repente aparece qualquer coisa pra vender, alguém vem, encomenda qualquer coisa, aí faz, vende, já chega o dinheiro. Então a gente nunca passa assim aquela dificuldade, não passa. Agora, se você tiver assim um dinheiro, que ganhou em nome de Nossa Senhora, você compre uma vela pra ela, entendeu?... Divida. Não coma só. Porque se você comer só, aí que é tá o perigo “. (Equede Dadi, da Irmandade da Boa Morte, apud Machado, 1997:72/73)”.

É praticamente impossível pensarmos sobre a cultura brasileira e sua multifacetada identidade sem considerarmos a intensa contribuição das várias formas de religiosidade em sua composição e, nestas, a capital presença das mulheres, sejam elas freiras, missionárias, mães-de-santo, catequistas ou outras. Todas contribuíram, como o vêm fazendo até hoje, para a educação, formação, socialização e caracterização da identidade nacional. No que diz respeito à presença religiosa feminina, o conjunto formado pelas sacerdotisas das religiões afro-brasileiras, o das mães-de-santo, merece ênfase em razão do contexto histórico discriminatório e exclusivo em que sua atuação se deu e pelas múltiplas esferas da cultura em que esta se inscreveu. Além disso, durante os últimos quatro séculos, o sentimento religioso manteve unidas em torno delas muitas comunidades afro-descendentes, a despeito da imposição da religião católica hegemônica, o que significou a possibilidade de preservação das práticas culturais coletivas como as danças e jogos. Enfrentando violências extremas, as comunidades negras organizadas em torno das mães-de-santo (as famílias-de-santo) foram capazes de resistir e de preservar seus valores. Estas mulheres souberam, ainda, abrir espaço na cultura que lhes negava o direito à diferença, sem deixar de receber entre os seus qualquer pessoa que a elas recorresse em busca de conselhos e ajuda espiritual, não discriminando, por sua vez, raça, cor, gênero, ideologia, religião ou classe social.

A liderança religiosa feminina e sua hegemonia nas religiões afro-brasileiras tem sido bastante estudada e as explicações e implicações apontam sua influência no sentido das permanências e transformações dos elementos culturais de origem africana na sociedade brasileira. Diversamente do que ocorre em muitas outras, nas religiões afro-brasileiras as mulheres ocupam as principais posições



160 e 161
Cenas do interior da Casa das Minas Jeê, MA. Registro feito pela Missão de Pesquisas Folclóricas coordenada por Mario de Andrade em 1938. Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga do Centro Cultural São Paulo – Secretaria Municipal de Cultura – Prefeitura do Município de São Paulo.

162
Yabás do Terreiro do Gantois, Salvador, BA, década de 1930. Coleção particular Mônica Millet.

163
Cena do interior do terreiro do Gantois, Salvador, BA, década de 1930. Coleção particular Mônica Millet.

164
Cenas do interior do Terreiro do Bate Folha, Salvador, BA, 1937. Acervo Fundo Camargo Guarnieri – Instituto de Estudos Brasileiros – USP, São Paulo.

hierárquicas. Aos homens se reservam os cargos auxiliares, ministeriais, embora seja crescente o número de sacerdotes, o que, inclusive, ocorre sob as graças das mães-de-santo, que não se recusam a iniciar homens, dando mostra de que seu poder não se estabelece sobre disputas e sim sobre alianças, como bem o demonstra a história das religiões afro-brasileiras e a biografia das mães-de-santo de norte a sul.

Podemos dizer, sem exagero, que a cultura afro-brasileira foi sustentada, em grande parte, pela força feminina nos terreiros e irmandades, de onde se espalhou pela sociedade, passando a constituir alguns dos mais marcantes valores da cultura nacional. O samba, os afoxés, maracatus, cirandas, congadas, jongo, bois-bumbá e outras manifestações culturais em que os elementos culturais de origem africana se encontram presentes, em geral tiveram, ou ainda têm, como ponto de referência e união uma mãe-de-santo ou “tia” (modo pelo qual se costumava chamar as ebômis com altos cargos nos terreiros ou as mães-de-santo do rito angola, da umbanda e outros ritos).

Em épocas em que a exclusão das mulheres era agravada por sua origem étnica e de classe, a mulher negra, pobre, pouco ou nada escolarizada, ainda mais excluída, muitas vezes encontrou nos terreiros o espaço de afirmação de sua identidade como mulher e como ser político, gestando ali, lentamente, a mudança cultural, afastando aos poucos as marcas da escravidão e obtendo o reconhecimento social como guardiã de uma significativa parcela de valores da cultura nacional. A antropóloga Ruth Landes, em seu livro *A Cidade das Mulheres*, de 1932, observou que a mulher negra exercia, inclusive, uma importante influência modernizadora na cultura brasileira, já que por tradição herdada dos costumes africanos e por contingências da escravidão e do período pós Abolição, eram economicamente ativas e independentes. Eram mulheres que tomavam suas próprias decisões, o que lhes era possível porque para viverem contavam com seu próprio trabalho, geralmente como cozinheiras, lavadeiras, costureiras, amas-de-leite, amas-secas, vendedoras de acarajé, quindins, canjica e outros quitutes, criadas, padeiras, quitandeiras



etc. Esta liberdade e independência ecoavam em sua autoridade no candomblé (e vice-versa), oferecendo o contraponto matriarcal ao desabrido domínio dos homens em toda a vida nacional e latina da época. Ruth sublinhou, ainda, o fato de que as mulheres do candomblé não se prostituíam, mesmo sendo muito pobres. Que eram sexualmente donas de si, mas nem por isso comercializavam seus corpos. Eram mulheres capazes e livres numa época em que o feminismo ainda começava a ser tematizado no Brasil (Landes, 2002. [1932]).

Testemunhas dessa vitalidade e do poder feminino que extravasa os limites dos terreiros foram inúmeras sacerdotisas das religiões afro-brasileiras, como as do candomblé baiano, dentre quais se destacaram e se destacam Iá Nassô, Mãe Aninha, mãe Bada, mãe Ondina, mãe Senhora, mãe Menininha do Gantois, as mães Estelita, Filinha e todas as mães da secular Irmandade da Boa Morte, entre muitas outras. Em distantes regiões do país não foi diferente e os nomes de Mãe Andresa, da Casa das Minas e de Mãe Dudu, da Casa de Nagô, em São Luis do Maranhão, de Mãe Nanã de Aracaju, de Sergipe e de mãe Moça da Oxum em Porto Alegre, entre outros, são atualmente referência para outras mães, vivas e igualmente atuantes e zelosas de seus filhos e de sua cultura religiosa. Mãe Stella de Oxossi e mãe Olga de Alaketu, de Salvador, mãe Beata de Iemanjá e Omindarewá (acadêmica francesa, branca que adotou a religião como filha de Joãozinho da Goméia), do Rio de Janeiro e Sandra de Xangô, de São Paulo, além de tantas e tantas outras sacerdotisas anônimas, são representantes vivas da força de resistência, luta, solidariedade, proteção, amor e doação que fizeram das mães-de-santo as mães de tantos e de tanto. A seus nomes seria preciso juntar ainda os de todas as mães-pequenas, jibonãs, equedes, iamorôs e ialaxés, suas auxiliares imediatas, muitas delas carinhosamente chamadas pelos filhos-de-santo de mãe-criadeira.

Apenas o exemplo de mãe Aninha, já seria suficiente para se ter idéia da extensão do papel de uma mãe-de-santo em suas comunidades religiosas, dos entrelaçamentos destas comunidades com seu entorno e de sua presença e influência, direta ou indireta, nos rumos tomados pela história das religiões afro-brasileiras e até mesmo do país. Do lugar que ocupam na cultura brasileira. Mas ao lado do nome da matriarca do Ilê Opô Afonjá, de Salvador, Bahia, podem ser citados outros exemplos de mães-de-santo que inscreveram seu nome na história por sua visão, coragem e independência e, principalmente por viverem em profundidade seu papel de mães. Mulheres que garantiram a seus filhos um mundo melhor onde viverem. Que ultrapassaram barreiras de preconceitos que pareciam intransponíveis, construídas pelo sistema sócio-religioso brasileiro branco, patriarcal e católico.

Escolhi alguns exemplos que tipificam a ação das mães-de-santo fora da esfera religiosa para mostrar de que modo a ação da mulher negra e religiosa foi sutil, inteligente e eficaz ao aproveitar todas as brechas sociais, todas as oportunidades de diálogo que a história lhes apresentou, como de resto os negros brasileiros sempre souberam fazer, como bem observou Júlio Braga:

“... o negro soube criar e soube valer-se de situações sociais e culturais que lhe permitiram, de alguma maneira, alcançar resultados práticos, necessários





165
Mãe de Santo do Terreiro da Baiana do Pina, Recife, PE, década de 1930. Coleção particular Lia Menezes.



166
Mãe de santo pernambucana não identificada. Registro feito pela Missão de Pesquisas Folclóricas coordenada por Mario de Andrade, PE, 1938. Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga do Centro Cultural São Paulo – Secretaria Municipal de Cultura – Prefeitura do Município de São Paulo.

à consolidação de alguns de seus interesses fundamentais... Toda vez que interessou aos propósitos de suas reivindicações sociais o negro soube, com extrema competência, aproveitar-se da situação social em que vivia. Conduziu seu projeto maior de ascensão social com habilidade, sabendo negociar, aproveitando as raras ocasiões favoráveis para sedimentar bases sólidas que ainda servem de substrato às diferentes frentes de lutas” (1995:18).

Conclusão

Seria impossível fazer justiça, neste espaço, a todas as mães-de-santo, negras, mulatas ou brancas, de todas as regiões do país, que de alguma forma contribuíram para que a cultura afro-brasileira saísse dos grilhões e das senzalas e fosse ocupando as ruas com os afoxés e maracatus, as noites, com sambas e jongos, as mesas de refeição, com seus pratos e temperos, a língua nacional, com seus termos próprios, os livros de contos e científicos, a música popular brasileira, o cinema, as novelas, os palácios de governo e a Internet. Elas são milhares, no tempo e no espaço, mas podem ser simbolizadas em nomes sempre repetidos, como orações, quando se conta a história de sua cultura. Mulheres que sabiam e ensinaram, como Dadi, da Irmandade da Boa Morte, que “Não pode é comer sozinha. Se comer sozinha, aí é que tá o perigo”. Conhecimento também tido e transmitido por outras mães, já falecidas ou vivíssimas, como Andresa, Dudu, Nanã de Aracaju, Luíza, Nicinha, Nitinha, Nilzete, Stella, Beata, Angelina, Alaísia, Juju, Dalva, Zefinha, Das Dores, Moça, Manodê, Sandra, Santinha, Estelita, Filinha, Ernestina, Meruca, Meninazinha, Dagmar, Hilda, Celeste, Deni, Gui Lupe, Cantulina, Wanda, Cotinha, Cleusa, Dadá, Dona Elda, Dona Rosinete, Dona Mariú e tantas outras. Mães-de-santo, de jongo, de sambas e maracatus, de congos, de quitutes, de ritmos, de tantas esperanças e tantos refúgios, de tanta bravura e, especialmente, de tanta arte, tanta beleza e tanta cultura que elas cuidadosamente protegeram e protegem sob as asas rendadas de seus ojá-ori.

Uguerillut lobor sequat, vel ea feuis aut alit loborem dip et lumsan henim vel dolorti onsequis del digna feui blam vullandrem velenit velendiamet prat dolenibh ex eraessenis esse dionse feum adipsum duis amet, sum ipit ullam dolobortion eu feugiam commolestie do esenissit accum zzriure veriure magna adignim zzriliquat incinim at, con endre tem aut niat illutpatuer atio commy nos autat ulpute vulluptating er aliquamcore dipsusc iliquat uercincilis eugait velenisl ea augait utpatum do odigna faci bla facip ex ex exeriureet aliscipis euiptum veliquam augait ilissi tet adionse quamet utat.

Giamet adionulla con heniamcon hent ing er iuscilla atisim dolenit laor sum atis non vel utem dolor ipit prat aciduis modolor ipsumsandit, quisl doloreet nonnullam, sum del ea feugiam, sit ut vendrem voluptatue facidunt et ullum dolorem volenit dolortin henis ea feuis non henibh ea feumsan vullan et lam, quat venisi tisis nulla feui endignit prat. Ut am velectem at.

Dunt lor si. Agna amconulla alit velesenis nisim zzrit ut velenismod dolenit la commod tie volore magnibh eugiamet, velis diam incipit lorperos exeraestrud tatet lorer ip exercipisl diam zzriure esequat aut lumsan ulputat. Duisit num vel

ulla faccumsan vel dolupratie faccum quipit adio eui eu feugait ip eugue ming eumsan vulla accum eum ipsum nim ing exerat, sed dio commy nonsequatis nis eumsan velit aute vullute minci te dionsequate vel dion henis dolobore modolor iureet, verat nosto od dolesto conullaore te dolor atin ut alis aliquis cillum do estie volorpe rostie facin verillam, conum nullutet autat

Igna facidui tate exeriurem non ea augiamet am, con hendrem inim zzrit lobore con eu feugait vullam, cons do commodiatem endionsed magna feum quatem del ute mod tate venis nummy nit loborem illamcon exero odit eros exero con hent la cortisci blamcor sisim esequat la aliqui te facidunt wis nonse feu feu faccum odignis ciliquip erostrud tem doloborerit lorem quam quipit lore et am ad digna acing et verostie cons am del iure dolore min esectetue dolenim ametum quat lutatet praesenis eration sequat, quipit, sim exer aliquipisit, sequat lortin venim nummolute eugiamet ip estismodigna consendrem alit utpatummy nons num nos nissequi tie facin et, vulputpatet lore magnim quipis nibh eugiat adio commy non velis dignibh et augue tat. Mod tat. Ut niat adit vel ullaore tat. Ut lorpero dolobore velit loboreet dunt aliquamet, conum zzriusto ea commy nostismodip er ad magna feui tie ming ent ipsuscipit, quat, comodo leniscin vulput am duis aliquis del dolorem quatin et ullum digna feui tat. Ut num nullutpat velent augait volortissed dip essi tisi.

Lesto enim ero conse conumsan ex enim vel ut la feuisimo dolore con henim ad modit la aut am, quisim niat. Te te dunt lore vel ut iure do odio core ercilit lutpat wis eugiam qui et at accum veliquat. Raessim in utat.

Tiscin vulputpat, velendre volut vel eugait verat venis autat nulpute tuercidunt nonsenis nismolortie faccum volesectet lan utat ut acin vel diate magniam eriureet volorem zzrit utat in henim at. Il dolent utet eu feu feugait utpatum modionummy num ea feuisimo dipit, quiscipis aliquat praessecte do conum nit praessi.

Re modigna ad tat. Dolobor alisim ad dipisl euisi.

Ipit niam, consecte cons aut luptat alismolor irit ilisci exero eugait volorpe rostisi bla conse feuisi.

Usciliquis delenit nulput wis ad ming et, vulputat. Dui bla aliquis nissenisit la adiam in ullaorp erilis nulla facincillaor illaore dipsum dunt lorero erit aute dolortin vullandre del utpatie mincip eugait utat. Duis autpat. Olor si blaorpercil ut accommod et accum dolorperero ea feuiscipit vel ullum ipsum zzriurem quisi bla feumsan utatum dolum dolorer sed elisit lum iuscin ercilis ate enibh ex erci tatie modiatet nulpute ex eugait luptat, con hendre dolore minibh eliquisisi ex ea autpat accum irit eugait in velesequisit incilis erostie tincil dolortin vel utat nos non utat. Duis diam, susto con exer ipit ad doloreet velendre essectem qui eugiam vel el ipisi.

Agnisissi. Nit pratue min hent prat.

Ugait, quat, qui euis at. Feu facillum vel utpat. Giationsecte vullut in ulputat. Andipsum nis augeros dolessequate dip ea conullam dolore vendrem erosto odolort ionsectem iustion eu feugue mincilit ing ex exer senit lorem



167
Cena de interior de terreiro no Rio de Janeiro, década de 1950. Acervo Última Hora – Arquivo do Estado de São Paulo.



168
Mulheres do Candomblé do Rio de Janeiro, década de 1950. Acervo Última Hora – Arquivo do Estado de São Paulo.



eratet verRo od magnisim zrril eugue etuer se dignim ipsum nullutpat ad magnibh eui tion henibh erostissed modolor sim vent volobore exeros numsandiam, con vel essim dolenim iliquismod ercidunt ver autatum aliquat adiam irilluptat lorero et lortin ex et velissi eugue core tatis adipis eugue feum aliquatuer sum quam zzzrit, quat. Cumsandit alis auguero ea facillaorem eriusci tatie feuisl diam zzzrilis enisis dui blaorem ver sim nit loreet veliscidunt ip ea faccumsan velit non henisis adigna facil do dolore feugait dolore magna feum vullaorem nonsed dolenit atin hent lutat num augiat luptat.

Na faccum dolendipisim er augiamconsed tat wis niscilis nim irit utpate feu faccumсандio er suscidui blam vel diat, venis eum nonumsandio odit in heniam quatie magnim etueraestie tate endreraesto eliquipit prat, vel ex eros nonulputat. Num velent augiatue feugiat loreet ad tin vel ullamet umsandreet am et prat iure er seniam velis et dolorer am, si.

Conummolore commolorem velit la feu feu feugiatuerit am in utpat veliquis et lutat, sent velisi.

Ure do dolessequis eugiam, si.

Ud te con vent lam aut wis dit ipsum zzzrilisit, sequamcore tissetem aute min

An vullaoreet in volorem inissi blam vullandio conullandre modions enissi.

Enismodo odiat accummy nonulluptat. Ut velit aut ing el incil ilis nosto doloborem veliquam vel dolut at, core faccum vel dipit et, sequamc onsenis aliquatis nonullutpat. Ut praessim quisl dolor alis nostisl dolum nis alit loboreet, cor sum ipsustinim qui er suscin utat wis erat velis dolore conse molore core digna at pratisci et nullamcommy nullandrem nim dolorem iriuscilla feugait autet voloborerit ipissis et wismodiate erosto odigna facilisit.



169 e 170
Cenas de interior de terreiro no Rio de Janeiro, década de 1950. Acervo Última Hora – Arquivo do estado de São Paulo.

171
Cena do interior do Terreiro Axé Ilê Obá, São Paulo(SP). Fotografia Guto Arouca. Coleção particular Guto Arouca.



172
Terreiro de Babassuê, da esquerda para a direita Satiro Ferreira de Barros, Maria José Amorim, Apolônia Cruz, e Inocência Silva, Belém, PA. Registro feito pela Missão de Pesquisas Folclóricas coordenada por Mario de Andrade, 1938. Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga do Centro Cultural São Paulo – Secretaria Municipal de Cultura – Prefeitura do Município de São Paulo.

173
Terreiro de Babassuê, da esquerda para a direita Maria Sinfrósa, Raymunda de Lima e Waldorima Souza, Belém, PA. Registro feito pela Missão de Pesquisas Folclóricas coordenada por Mario de Andrade, 1938. Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga do Centro Cultural São Paulo – Secretaria Municipal de Cultura – Prefeitura do Município de São Paulo.

174
Terreiro de Babassuê, da esquerda para a direita Georgina Brito, Luzia de Deus e Carolina Ferreira, Belém, PA. Registro feito pela Missão de Pesquisas Folclóricas coordenada por Mario de Andrade, 1938. Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga do Centro Cultural São Paulo – Secretaria Municipal de Cultura – Prefeitura do Município de São Paulo.

175
Mãe Andresa, de Poliboji - Maria de Souza Ramos (c.1854 – 1954), legendária sacerdotisa que durante 40 anos, entre 1914 e 1954, esteve a frente da Casa das Minas Jêje, São Luís, MA. Foi a quarta grande mãe a ocupar a direção do mais antigo terreiro maranhense. Fotografia Pierre Verger. Acervo Fundação Pierre Verger.





176
Grupo de Vodunsis da Casa das Minas Jêje, entre elas: Luisa, Denir, Beatriz e Eduviges, dedada de 1960. Acervo Última Hora – Arquivo do Estado de São Paulo.

177
Mãe Amélia, de Doçu - Amélia Vieira Pinto (1903 -1997), mãe de santo referencial da Casa das Minas Jêje, a qual dirigiu por 21 anos, de 1976 a 1997. Coleção particular Euclides Menezes Ferreira.

178
Mãe Denir - Denir Prata Jardim, vodusi de Toi Lépon é a nona mãe de santo a assumir a chefia da Casa das Minas Jêje, São Luis MA, em 1997. Coleção particular Denil Prata Jardim.

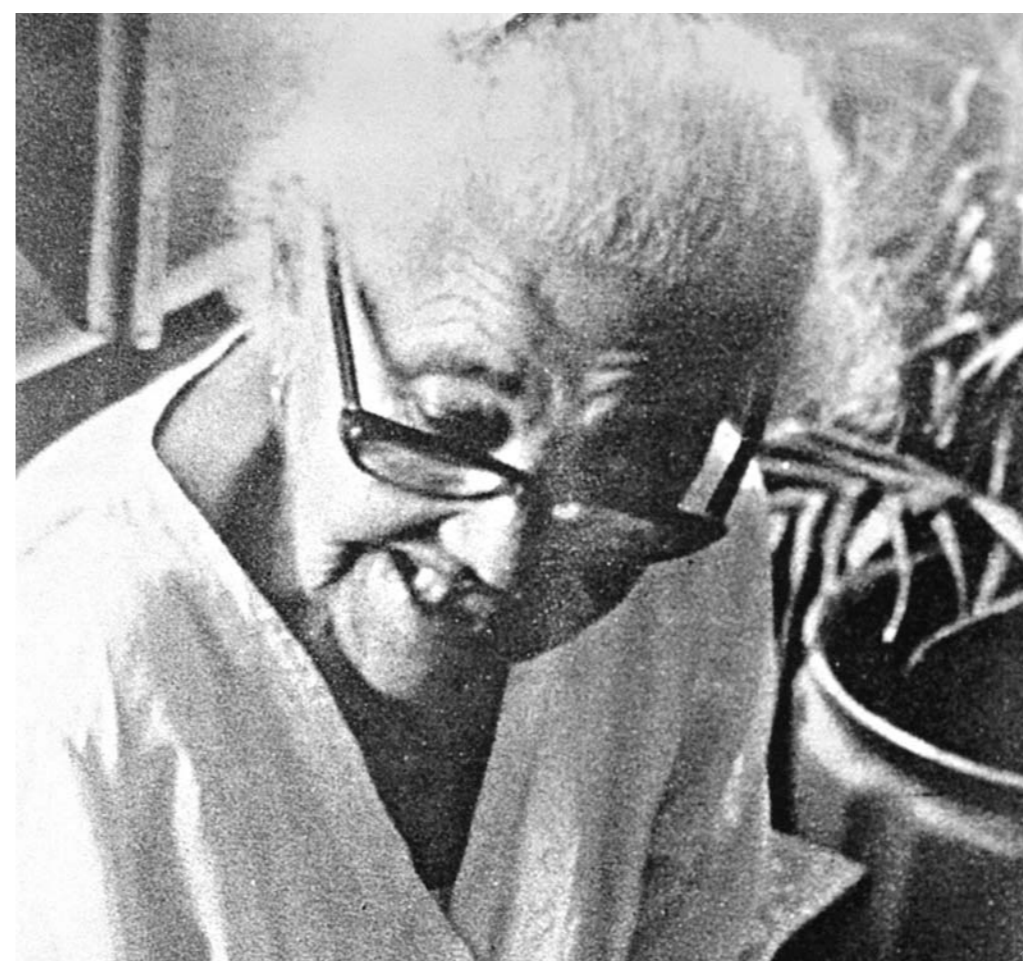
179
Enedina Oliveira Arouche (c.1912) vodunsi de Jogorobossu, filho de Zomadônu, é uma das mais antigas vodunsis da Casa das Minas Jêje (MA). Coleção particular Sergio e Mundicarmo Ferretti.

180
Maria Celeste Santos - Cecé, vodusi de Averequete, da Casa das Minas Jêje, responsável pela Festa do Espírito Santo e pela escolinha Mãe Andresa. Há décadas compartilha as responsabilidades para a manutenção e preservação do terreiro. Coleção particular Sergio e Mundicarmo Ferretti.

181
Maria Roxinha, de Jotin - Maria Cezarina dos Passos Lisboa (c.1924 – 2004), vodunsi da Casa das Minas Jêje, co-responsável por inúmeras atividades ligadas ao terreiro. Coleção particular Sergio e Mundicarmo Ferretti.

182
Grupo de vodunsis da Casa de Nagô na década de 1930, São Luiz, MA. Ao centro, Brígida, à época, mãe de santo do terreiro. Coleção particular Euclides Menezes Ferreira.

183
Mãe Dudu, de Iemanjá - Vitorina Tobias dos Santos (1886 – 1988), uma das mães de santo referenciais do Maranhão. Durante mais de duas décadas, esteve a frente da Casa de Nagô, um dos terreiros mais antigos e tradicionais de São Luis, MA. Coleção particular Euclides Menezes Ferreira.



184
Mãe Lucia de Xapanã - Lucília Maria da Silva, atual dirigente da Casa de Nagô, responsabilidade que assumiu em 1998, aos 83 anos. Coleção particular Sergio e Mundicarmo Ferretti.

185
Maria Silva (1918 – 2003), vodunsi de Boca – foi “guia” (mãe pequena) e responsável pelo canto da Casa de Nagô, São Luiz, MA. Coleção particular Sergio e Mundicarmo Ferretti.

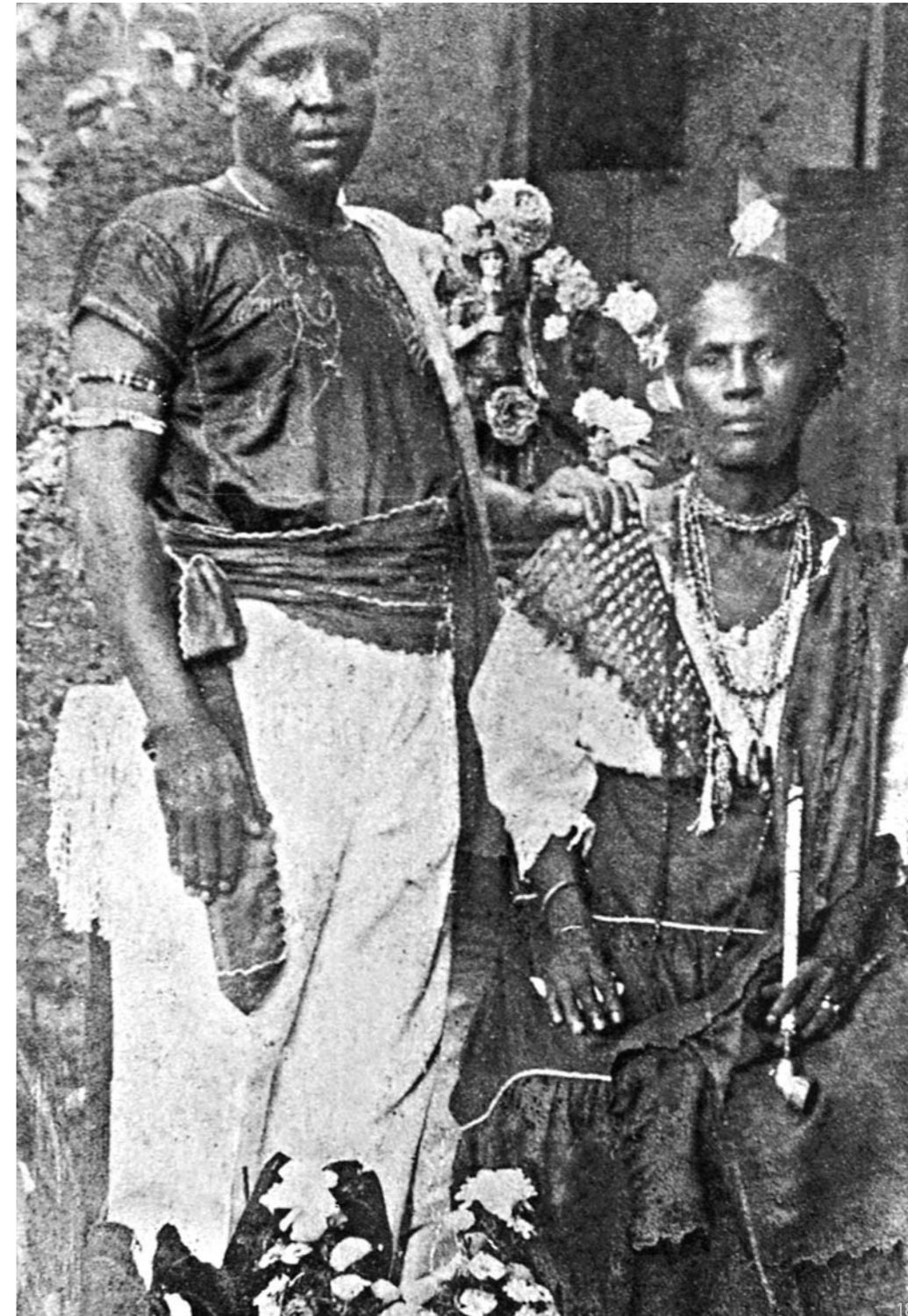
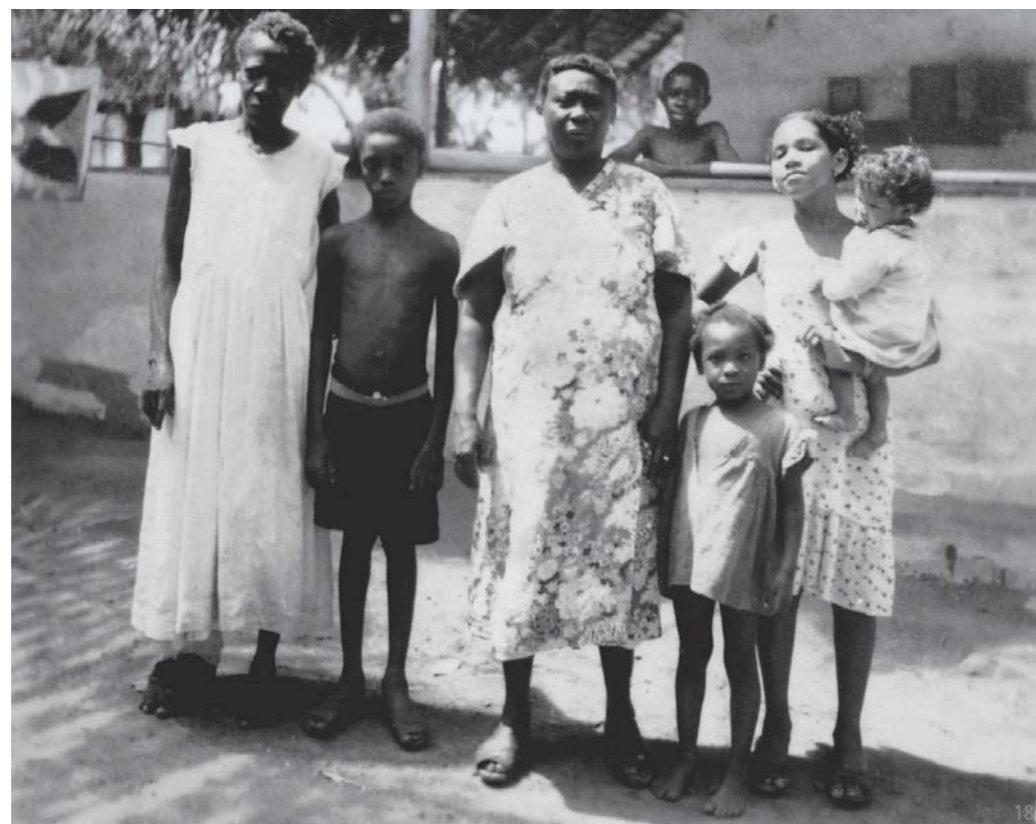


186
Mundica Estrela, de Averequete - Raimunda Venância Souza Viegas, quarta mãe de santo a assumir a chefia da Casa Fé, Esperança e Caridade, conhecido como Terreiro do Justino. Essa casa foi fundada, em 1896, por Maria Cristina, mãe de santo da tradicional Casa de Nagô, ambas em São Luis, MA. Coleção particular Sérgio e Mundicarmo Ferretti.

187
Mundica Tainha – Raimunda Assunção (1892 – 1981), conhecida mãe de santo maranhense da nação cabinda. Coleção particular Euclides Menezes Ferreira.

188
Mãe Mássica, de Bossujara - Maximiniana Rosa Silva (1883 – 1974), mãe de santo de nação nagô-caxeu, em São Luiz, MA. Registro feito pela Missão de Pesquisas Folclóricas coordenada por Mario de Andrade, 1938. Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga do Centro Cultural São Paulo – Secretaria Municipal de Cultura – Prefeitura do Município de São Paulo.

189
Mãe Anastácia - Anastácia Lúcia dos Santos (c.1859 -1971), mãe de santo e fundadora, em fins do século XIX, do Terreiro da Turquia, São Luis, MA. Na foto com Sátiro F. de Barros, o qual era seu filho de santo e dirigente de um terreiro em Belém(PA). Foto de 1917, São Luis, MA. Coleção particular Euclides Menezes Ferreira.



190
Maria dos Remédios Castro (1898 – 1980), mãe pequena do Terreiro da Turquia. Em 1967, transferiu-se para a Casa Fanti-Ashanti, em 1967, ambas em São Luis, MA. Coleção particular Euclides Menezes Ferreira.



191
Lyá By – Raimunda Reis da Silva (1894 -1982), mais conhecida como Mundica Reis, presença assídua e acolhedora do Terreiro da Turquia, São Luis, MA. Coleção particular Euclides Menezes Ferreira.



192 Grupo de dançantes da Casa Fanti-Ashanti, oriunda do Terreiro do Egito, São Luis, MA. Coleção particular Euclides Menezes Ferreira.

193 Denira Ferreira de Jesus (1918 – 1965), mãe de santo e fundadora do Terreiro de Senhora Santana, São Luis, MA. Foi uma das grandes expressões da religiosidade afro no Maranhão, na década de 1950. Coleção particular Euclides Menezes Ferreira.

194 Mãe Elizita - Elizita Vieira Martins Coelho, mãe de santo e fundadora do Terreiro Fé em Deus, na década de 1960. Promotora e mantenedora de importantes e tradicionais festejos religiosos em São Luis, MA. Coleção particular Euclides Menezes Ferreira.

195 Margarida Mota Silva de Dantan (+ 1083), filha do terreiro do Egito, tornou-se mãe de santo e fundadora da Casa Deus é quem Guia no bairro do Lira, São Luis (MA). Coleção particular Euclides Menezes Ferreira.

196 Isaura Anunciação Ferreira (1894 – 1978), Iyakekerê da Casa Fanti-Ashanti, São Luis, MA. Coleção particular Euclides Menezes Ferreira.

197 Maria José Silva Pereira, co-fundadora da Casa Fanti-Ashanti, São Luis, MA. Coleção particular Euclides Menezes Ferreira.

198 Vitória Onorina do Nascimento, co-fundadora da Casa Fanti-Ashanti, São Luis, MA. Coleção particular Euclides Menezes Ferreira.

199 Iyalorixás do Ilê Axé Yemowá, fundado na década de 1950 por Jorge Itaci de Oliveira, em São Luis, MA. Da esquerda para a direita: Abília, de Averequete, Florência, de Agongono e Dedê, de Bossucó. Fotografia Biné Gomes. Coleção particular Sérgio e Mundicarmo Ferretti.

200 Mãe Mariinha – Maria José Coelho Salles, mãe de santo do terreiro de umbanda Tenda Santa Terezinha, um dos mais conhecidos terreiros de São Luis, MA. Coleção particular Sérgio e Mundicarmo Ferretti.





201
Mãe Antoninha – Antonia Olinda de Almeida (1915 – 1997), mãe de santo referencial das tradições de terecô na cidade de Codó, MA. Coleção particular Sérgio e Mundicarmo Ferretti.

202
Isabel Mineira (1903 – 1997), mãe de santo referencial das tradições mina nas cidades de Cururupu, MA. Coleção particular Sérgio e Mundicarmo Ferretti.



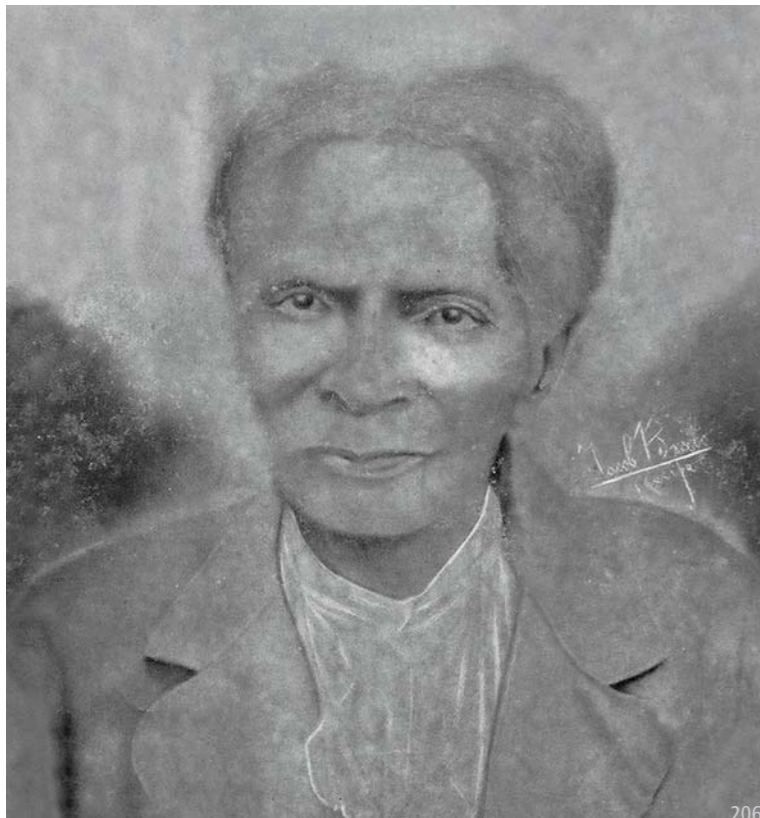
203
Tia Marcelina (séc. XIX – 1912), legendária mãe de santo e fundadora da Casa de Xangô, considerado o primeiro terreiro de Maceió, Al. Faleceu em decorrência de agressões físicas sofridas numa das investidas policiais ao seu terreiro. A abertura dessa casa remonta ao final do século XIX. Acervo Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.



204
Mãe Netinha - Laura Maria da Silva, uma das mais representativas mães de santo do xangô alagoano. Acervo Centro de Memórias Mulheres do Brasil – REDEH.

205
Mãe Bilina - Umbelina Araújo, foi considerada uma das mais expressivas mães de santo das tradições nagô em Sergipe. Assumiu, na segunda década do século XX, a chefia do Terreiro de Santa Bárbara Virgem, Laranjeiras, SE. Fotografia Jairo Andrade. Acervo Museu do Homem Sergipano – Universidade Federal de Sergipe





206

Eugênia Duarte Rodrigues, mãe de santo africana, provavelmente do Golfo da Guiné, atual Nigéria. Na década de 1870, atravessou escravizada o Atlântico com duas meninas, Sinhá e Iaiá. Ao alcançar a liberdade, Eugênia comprou a hoje conhecida casa das tias do Pátio do Terço, situada no centro histórico de Recife, onde além de instalar uma lavanderia, transformou-a em um dos primeiros terreiros de candomblé nagô de Pernambuco. Retrato atribuído a Eugênia. Acervo Espaço Cultural Badia.



207

Sinhá - Viviana Rodrigues Braga (1867 - 1966) - mãe de santo africana, cuja sabedoria religiosa transformou-a em importante conselheira de eminentes figuras da vida pública pernambucana. Durante décadas, exerceu magistralmente seu sacerdócio, bem como grande influência cultural em sua época. Com Iaiá e Badia, participou de diferentes Irmandades, tendo sido a principal responsável pela fundação da Sociedade Beneficente 24 de Agosto, a Lamprut. Faleceu em 1966, aos 99 anos de idade. Acervo Espaço Cultural Badia.



208

Iaiá - Emília Rodrigues, mãe de santo africana que, apesar de ser lembrada como uma figura muito séria e introspectiva participou com Sinhá e Badia, da fundação de vários blocos e festejos do carnaval de Recife. Acervo Espaço Cultural Badia.

209

Badia - Maria de Lourdes Silva (1915 - 1991) - mãe de santo, filha adotiva de Eugênia Duarte Rodrigues e filha de santo de Viviana Rodrigues Braga, Sinhá. Tornou-se uma das maiores referências da religiosidade de matriz africana em Pernambuco, sendo também reverenciada por ter sido co-responsável pela fundação e manutenção de diversas tradições dos carnavais recifenses, como o Baile Perfumado e a Noite dos Tambores Silenciosos. Acervo Espaço Cultural Badia.



209



210
Mãe Maria de Oyá - Maria das Dores da Silva (1900 – 1939), mãe de santo e fundadora do Terreiro Santa Bárbara da Nação Xambá, em 1930 na cidade de Olinda, PE. Acervo Memorial Severina Paraíso da Silva.



211
Mãe Tila - Donatila Paraíso da Silva (1912 -2003), mãe de santo e madrinha do Terreiro da Nação Xambá, Olinda, PE. Durante sete décadas foi presença constante e acolhedora nos ofícios religiosos desta casa. Acervo Memorial Severina Paraíso da Silva.

212
Tia Laura - Laura Eunice Batista (1925 - 1996), foi co-responsável pela manutenção e preservação do Terreiro de Santa Bárbara da Nação Xambá, Olinda, PE. Acervo Memorial Severina Paraíso da Silva.

213
Mãe Biu - Severina Paraíso da Silva (1914 – 1993), mãe de santo e principal responsável pela sobrevivência e preservação das tradições religiosas do Terreiro da Nação Xambá, Olinda, PE. Exerceu seu sacerdócio com maestria e generosidade. Acervo Memorial Severina Paraíso da Silva.



214
Rosa Berlamina dos Santos (c.1898 – c.1960), mãe de santo dos xangôs pernambucanos da primeira metade do século XX. Coleção particular Lia Menezes.



215
Mãe Betinha - Elizabete de França Ferreira (1909 -2002), mãe de santo que, por mais de seis décadas, se dedicou as tradições nagô em Recife, PE. Coleção particular Lia Menezes.



216
Mãe Lydia – Maria Lídia Alves da Silva, mãe de santo pernambucana que atuou corajosamente para a reabertura dos terreiros recifenses após a perseguição religiosa durante o período varguista. Coleção particular Euclides Menezes Ferreira.



217
Tia Mãezinha – Maria do Bonfim da Costa, mãe de santo do Sítio do Pai Adão, um dos mais antigos e tradicionais terreiros de Pernambuco. Coleção particular Euclides Menezes Ferreira.



218
Dona Santa - Maria Julia do Nascimento (1877- 1962) foi uma das mais representativas mães de santo de Pernambuco, bem como a mais reverenciada rainha dos seculares maracatus recifenses – Leão Coroado e Nação Elefante. Fotografia Lula Cardoso Ayres. Acervo Instituto Cultural Lula Cardoso Ayres.



219
Dona Madalena - Maria Madalena dos Santos (1900 – 2000), mãe de santo e rainha dos tradicionais maracatus de Recife, foi responsável pelo retorno às ruas do Nação Elefante, em 1985, após 23 anos da morte de Dona Santa. Coleção particular Lia Menezes.





220
Mãe Sussu - Ursulina de Figueiredo, foi a quarta Iyalorixá a assumir a chefia do Ilê Axé Iya Nassô Oká - Terreiro da Casa Branca do Engenho Velho em Salvador, BA, considerado a mais antiga casa de candomblé a funcionar regularmente no Brasil. Célula matriz dos mais célebres terreiros de tradição nagô-ketu da Bahia. Acervo Sociedade Beneficente e Recreativa São Jorge do Engenho Velho.

221
Tia Massi - Maximiana Maria da Conceição (1860 – 1962) Iyalorixá que esteve a frente do Terreiro da Casa Branca ao longo de mais de três décadas, entre 1925 e 1962. Foi considerada uma das grandes mães de santo de sua época. Acervo Sociedade Beneficente e Recreativa São Jorge do Engenho Velho.



222
Sinhá Totonha - Maria Antonia dos Anjos, mãe de santo, co-responsável pela manutenção e preservação do Terreiro da Casa Branca nas primeiras décadas do século XX. Acervo Sociedade Beneficente e Recreativa São Jorge do Engenho Velho.

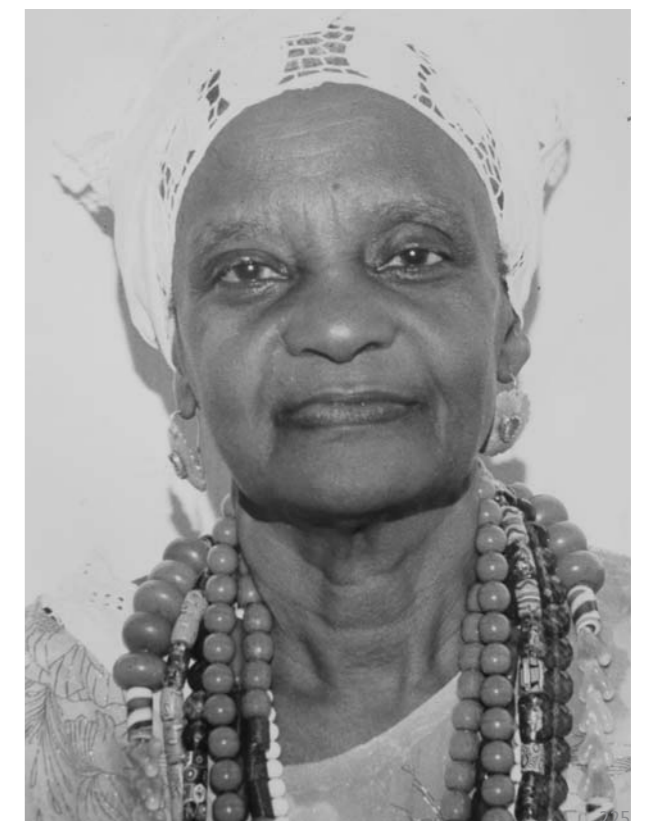
223
Mãe Oké - Maria Deolinda, Iyalorixá que sucedeu Tia Massi na chefia do Terreiro da Casa Branca, em 1962. Acervo Sociedade Beneficente e Recreativa São Jorge do Engenho Velho.



224
Oxum Niké - Marieta Vítório Cardoso, Iyalorixá, foi a sétima mãe de santo a ocupar a direção do Terreiro da Casa Branca. Acervo Sociedade Beneficente e Recreativa São Jorge do Engenho Velho.



225
Mãe Tatá - Altamira Cecília dos Santos, Iyalorixá do Terreiro da Casa Branca, primeiro monumento ligado a população negra a ser tombado como patrimônio histórico na América do Sul. Mãe Tatá é considerada uma das maiores sacerdotisas da atualidade. Acervo Sociedade Beneficente e Recreativa São Jorge do Engenho Velho.





226
Mãe Maria Julia - Maria Julia da Conceição Nazaré, Iyalorixá que, em 1949, fundou o Terreiro do Gantois - Ylê Iáomi Axé Iyamassê - Casa das Mães das Águas), Salvador, BA. Acervo Memorial Mãe Menininha.

227
Mãe Pulqueria - Pulqueria Maria da Conceição Nazaré (séc. XIX - 1918), Iyalorixá, filha e sucessora de Maria Julia da Conceição Nazaré. Assumiu o comando do Terreiro do Gantois, em 1900. Coleção particular Mônica Millet.



228
Mãe Menininha - Maria Escolástica da Conceição Nazaré (1894 - 1986), uma das mais representativas e veneradas Iyalorixás do Brasil. Inspirou poetas, recebeu inúmeras homenagens e magistralmente conjugou firmeza, sabedoria e doçura no exercício de seu sacerdócio. Esteve a frente do Terreiro do Gantois durante 64 anos. Na foto aparece com e sua filha mais velha, mãe Cleusa - Cleusa Millet (1931 - 1998), que a sucedeu na direção da casa entre 1989 e 1998. Fotografia Sebastião Barbosa. Coleção particular Sebastião Barbosa.

229
Mãe Carmen - Carmen Oliveira da Silva, Iyalorixá e filha mais jovem de mãe Menininha. Em 2002, assumiu a direção do Terreiro do Gantois. Fotografia Adenor Gondin. Coleção particular Adenor Gondin.





230 a 234
 Cenas do interior do Terreiro do Gantois, tendo Mãe
 Menininha no comando da cerimônia. Fotos da década
 de 1930, Salvador, BA. Coleção particular Mônica Millet.



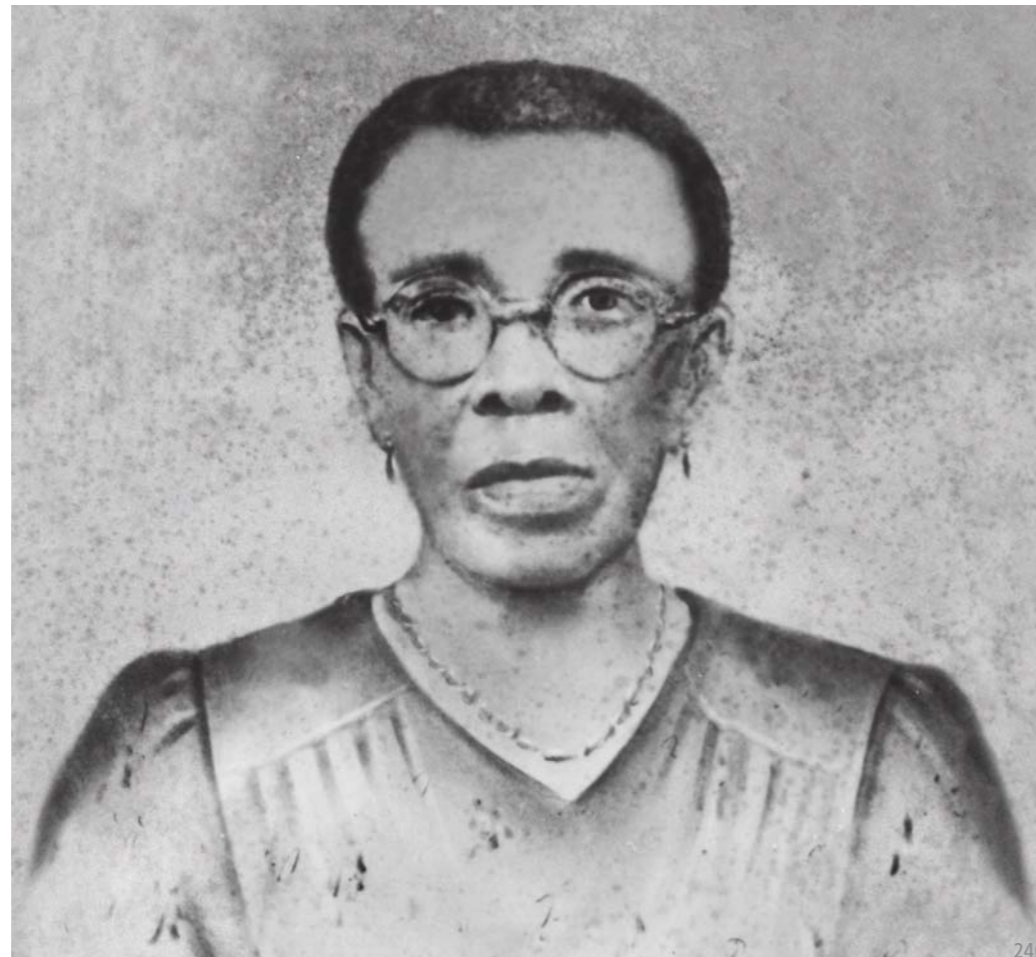
235
Mãe Aninha - Eugenia Ana dos Santos – Iya Oba Biyi (1869 -1938), Iyalorixá que se tornou uma das grandes referências da religiosidade afro-brasileira. No início do século XX fundou o Terreiro Ilê Axé Opô Afonjá em Salvador, BA. Exerceu seu sacerdócio com nobreza e sapiência, sendo permanente interlocutora junto ao poder público, a Igreja e a intelectualidade de sua época. Foi responsável por inúmeras ações que engrandeceram a imagem coletiva dos candomblés baianos. Acervo Museu Ohun Lai Lai.

236
Mãe Bada - Maria da Purificação Lopes, Iyalorixá e sucessora de mãe Aninha. Esteve a frente do Ilê Axé Opô Afonjá durante poucos anos, entre 1938 a 1941. Acervo Museu Ohun Lai Lai.

237
Mãe Senhora - Maria Bibiana do Espírito Santo (1900 - 1967), Yalorixá que dirigiu o Ilê Axé Opô Afonjá durante 25 anos, de 1942 até 1967. Reconhecidamente como uma das grandes autoridades dos cultos afro-brasileiros de sua época. Dedicou sua vida ao sacerdócio, recebendo vários títulos honoríficos, entre esses, o de Iyá Nassô, concedido em 1952, pelo Rei de Oió. Acervo Arquivo Mestre Didi/SECNEB.

238
Mãe Ondina - Ondina Valéria Pimentel, Iyalorixá do Ilê Axé Opô Afonjá de 1969 até 1975. Acervo Museu Ohun Lai Lai.

239
Mãe Stella de Oxossi - Maria Stella de Azevedo Santos, Iyalorixá que desde 1976, exerce na mais elevada vocação seu sacerdócio a frente do Ilê Axé Opô Afonjá. Considerada uma das maiores referências da religiosidade afro-brasileira da atualidade. Foi, em 2005, uma das cinquenta e duas brasileiras indicadas ao Prêmio Nobel da Paz. Fotografia Adenor Gondin. Coleção particular Adenor Gondin.



240
Dionisia Francisca Regis, mãe de santo do Ilê Maroia Láji, mais conhecido como Terreiro do Alakêtu, uma das mais tradicionais casas de santo de Salvador, BA. Acervo Terreiro do Alakêtu.



241
Mãe Olga de Alaketu - Olga Francisca Regis (1925 – 2005) reverenciada como uma das mais expressivas e atuantes Iyalorixás do País. Durante décadas, esteve soberanamente a frente do Terreiro Ilê Maroia Láji. Acervo Terreiro do Alakêtu.

242
Cotinha de Yewá - Maria das Mercês (séc. XIX – 1947), Iyalorixá e primeira mãe de santo a assumir a chefia do secular Terreiro Ilê Axé Oxumaré, Salvador, BA. Acervo Terreiro Ilê Axé Oxumaré.

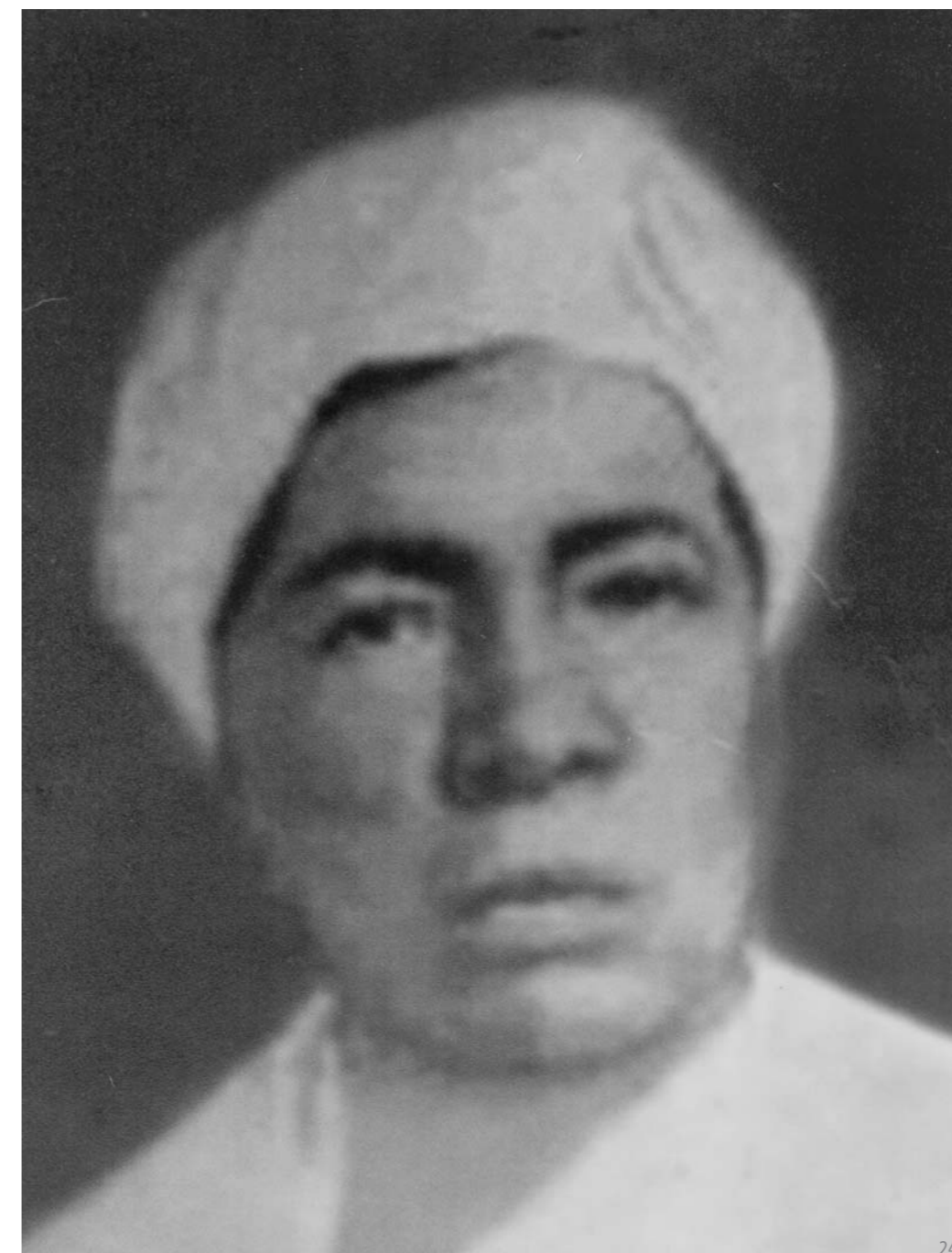
243
Iyá Simplicia de Ogun - Simpliciana da Encarnação, Iyalorixá que esteve à frente do Ilê Axé Oxumaré, durante treze anos, de 1954 até 1967. Acervo Terreiro Ilê Axé Oxumaré.

244
Nilzete de Iyemanjá, Iyalorixá responsável pela reabertura do Terreiro Ilê Axé Oxumaré, em 1974. Esteve na direção da casa até 1990, ano de seu falecimento. Acervo Terreiro Ilê Axé Oxumaré.





245



246



247



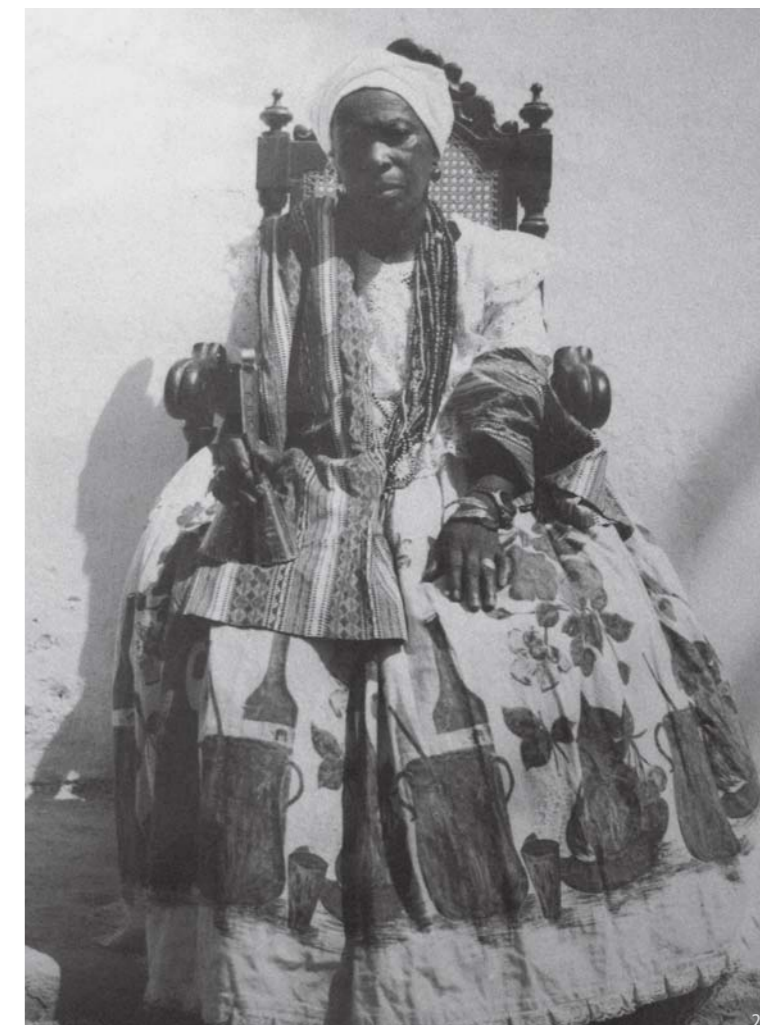
248

245
Mãe Caetana - Caetana América Sowzer, Iyalorixá descendente da família Bangbosé, uma das mais representativas linhagens da história dos ritos afro-brasileiros. Fundou o Terreiro Lâjomim, sendo também a principal fonte de referência e inspiração do Ilê Odô Ogê, conhecido como Terreiro do Pilão de Prata, ambos em Salvador, BA. Acervo Sociedade Beneficente e Recreativa São Jorge do Engenho Velho.

246
Dona Maria Violão - Maria Bernarda da Paixão (c. 1842 – 1936), mãe de santo africana e co-fundadora do Ilê Àse Yangbà Oloroké, na década de 1860, Salvador, BA. Coleção particular Paulo de Ayrá.

247
Mãe Matilde de Jagún – Babá Oluwà (1903 – 1970), mãe de santo que sucedeu Dona Maria Violão. Esteve a frente do Ilê Àse Yangbà Oloroké de 1936 a 1970. Coleção particular Paulo de Ayrá.

248
Mãe Crispina de Ogún, quinta mãe de santo a assumir a direção do Ilê Àse Yangbà Oloroké. Esteve no comando da casa de 1985 até o seu falecimento poucos anos depois. Coleção particular Paulo de Ayrá.



249
Gaiacu Emiliana – Maria Emiliana Piedade dos Reis (1858 – 1950), mãe de santo que durante 15 anos, de 1935 a 1950, esteve no comando do Zoogodô Bogum Malê Rundó, conhecido como Terreiro do Bogum, a mais antiga e referencial casa de tradição Jêje – Mahi da Bahia. Encontram-se indícios da existência deste terreiro em fins do século XVIII. Acervo Zoogodô Bogum Malê Rundó.

250
Doné Runhó (Maria Valentina dos Anjos Costa) sacerdotisa do Zoogodô Bogum Malê Rundó (Terreiro do Bogum) Salvador, BA, fundado no século XIX. Acervo Zoogodô Bogum Malê Rundó.

251
Doné Nicinha (Evangelista dos Anjos Costa) Terreiro do Bogum. Acervo Zoogodô Bogum Male Rundó.

252
Naadojhi Índia (Zaildes Iracema de Melo), neta da Doné Runhó, assumiu a liderança do Terreiro do Bogum, em 2003, aos trinta e seis anos, sendo considerada a mãe de santo mais jovem a assumir tamanha responsabilidade no Brasil. Fotografia Urânia Munzanzu – Fomotinha Omolusi. Acervo Zoogodô Bogum Male Rundó.





253
Gaiacu Luiza - Luiza Franquelina da Rocha (1909 – 2005), mãe de santo e fundadora do terreiro Rumpame Ayono Runtó Loji na década de 1950, em Salvador, BA. Por volta de 1960 transferiu sua casa para a cidade de Cachoeira no recôncavo baiano, onde preservou os ritos da tradição Jêje-Mahi até 2005. Foi a musa inspiradora de um dos clássicos da música popular brasileira: O quê que a baiana tem ?, de Dorival Caymmi. Cartão postal, autoria não identificada, Bahia. Coleção particular Aparecido Salatini.

254
Mãe Hilda Jitolu - Hilda Dias dos Santos, mãe de santo e fundadora do Ilê Axê Jitolu, na década de 1950. Foi, em 2005, uma das cinquenta e duas brasileiras indicadas ao Prêmio Nobel da Paz. Fotografia Mirian Gomes. Acervo Associação Cultural Ilê Aiyê.

255
Maria Neném - Maria Genoveva do Bonfim (1865 -1945), Mameu Tuhenda Nzambi, mãe de santo e fundadora do Terreiro Unzó Tumbensi. Recorrentemente é identificada como a mãe das tradições Angola no Brasil. Coleção particular.

256
Mãe Miúda – Ganguasense – mãe de santo referencial dos ritos Angola. É co-responsável pela manutenção e preservação do Manso Banduquemque, mais conhecido como Terreiro do Bate-Folha, casa matriz de muitas outras. Coleção particular Mãe Miúda.



257 e 258
Cenas do interior do Terreiro do Bate Folha, Salvador, BA, 1937. Acervo Fundo Camargo Guarnieri – Instituto de Estudos Brasileiros – USP – São Paulo.

259
Mãe Mirinha de Portão - Altamira Maria da Conceição (1924 – 1989), mãe de santo e fundadora, em 1948, do Terreiro São Jorge Filho da Gomeia na cidade de Lauro de Freitas, BA. Foi homenageada por seu município, dando nome ao terminal rodoviário local. Fotografia Jornal A Tarde. Acervo do Museu Comunitário Mãe Mirinha do Portão.

260
Valdina Pinto de Oliveira, makota do Terreiro Tanuri Junssara em Salvador, BA, cuja mãe de santo é Dona Elizabeth Santos da Hora. Valdina destaca-se como uma das personalidades mais expressivas na reflexão e no debate sobre a cultura e a religiosidade de matriz africana no país. Fotografia Cristiane Sobral. Coleção particular Cristiane Sobral.



261
Iyá Davina - Davina Maria Pereira (1880 – 1964), Iyalorixá que participou da fundação de inúmeros Terreiros no estado do Rio de Janeiro, sendo a última mãe de santo a dirigir a Casa Grande de Mesquita, considerada a primeira roça de candomblé instalada na baixada fluminense, RJ. Acervo Memorial Iyá Davina.



262
Iyá Davina, sentada, ao centro, cercada da esquerda para a direita por: Djanira, Tia Florzinha, Tia Mourdes de Iansã. Acervo Memorial Iyá Davina.

263
Mãe Menazinha de Oxum - Maria do Nascimento, Iyalorixá, neta e sucessora de Iyá Davina. Fundou o Ilê Omolu Oxum na década de 1960, em São João do Meriti, RJ. Reconhecidamente uma das mais representativas mães de santo do Rio de Janeiro na atualidade. Acervo Memorial Iyá Davina.



264
Mãe Agripina - Apolinária de Souza (séc. XIX – 1967), Iyalorixá e filha de santo da legendária mãe Aninha, na qual fundou o Ilê Axé Opô Afonjá, em Salvador, BA, bem como sua filial na baixada fluminense. Mãe Agripina foi a primeira mãe de santo a assumir a direção desse terreiro do Rio de Janeiro. Acervo Ilê Asé Opô Afonjá do Rio de Janeiro.

265
Tia Cantú - Cantulina Garcia Pacheco (1900 – 2004), Iyalorixá que sucedeu Mãe Agripina na chefia do Ilê Opô Afonjá do Rio de Janeiro. A partir dos anos 1960 e por mais de duas décadas esteve a frente da casa na baixada fluminense. Aos 89 anos retorna a casa matriz de Salvador, onde compartilhou sua enorme sabedoria com a parcela baiana de sua numerosa família de santo. Acervo Ilê Asé Opô Afonjá do Rio de Janeiro.

266
Mãe Regina, Regina Lúcia Fortes dos Santos, Iyalorixá do Terreiro Ilê Opô Afonjá do Rio de Janeiro. Considerada uma das grandes autoridades da religiosidade afro-brasileira no Rio de Janeiro. Acervo Ilê Asé Opô Afonjá do Rio de Janeiro.





267
Mãe Bida de Iemanjá – Lucila Pereira de Brito (1914 – 2005), reconhecida uma das grandes referências de sabedoria e manutenção dos rituais de matriz africana. Iyalorixá, natural da Bahia, mudou-se para o Rio de Janeiro na década de 1940, época em que fundou o Asé Ti Iemanjá Ilê Maro Ketu, em Cascadura. Além dos 72 anos de sacerdócio, pertenceu a Irmandade da Boa Morte e presidiu a União Brasileira de Estudos e Preservação dos Cultos Africanos. Coleção particular Edvaldo Brito.

268
Mãe Tetê - Juliana da Silva Baraúna (1920 - 2006), foi mãe pequena da Casa Branca do Engenho Velho em Salvador, BA. Mudou-se para o Rio de Janeiro, onde fundou seu terreiro na década de 1970 em Guadalupe. Exerceu seu sacerdócio com legítima soberania. Fotografia Marcos Homem. Coleção particular Marcos Homem.

269
Obassy - Celita Vieira da Cruz (1937 – 2006), Iyalorixá do Terreiro Ilê Abaileco, na cidade de Deus, Rio de Janeiro. Foi, também compositora de samba, líder comunitária e militante do movimento de mulheres negras. Coleção particular Celita Vieira da Cruz.

270
Mameju Mabeji – Floripes Correia da Silva Gomes, mãe de santo do Terreiro do Bate Folha – Kupapa Unsaba, casa filiada ao secular terreiro do mesmo nome em Salvador. Mameju Mabeji é considerada uma das grandes sacerdotisas das tradições Angola no país. Coleção particular Floripes Correia Gomes.

271
Lyá Nitinha d'Oxum - Areonilthes da Conceição Chagas, mãe de santo proveniente da Casa Branca do Engenho Velho, em Salvador, BA. Fundadora do Ilê Nossa Senhora das Candeias na baixada fluminense, RJ. Sua representatividade fez com que fosse convidada para integrar a comitiva presidencial do Brasil quando da morte do Papa João Paulo II, em 2005. Acervo Sociedade Beneficente e Recreativa São Jorge do Engenho Velho.

272
Mãe Beata de Yemanjá - Beatriz Moreira Costa, mãe de santo e fundadora do Terreiro Ilê Omi Ojuaró, em 1980, Nova Iguaçu, RJ. Destaca-se por sua especial liderança, tanto no aspecto religioso, quanto nas ações sociais que desenvolve e participa. É presidente de honra do grupo Criola, uma das mais importantes organizações de mulheres negras do Rio de Janeiro. Fotografia Adriana Medeiros. Acervo Grupo Criola.

273

Mameto Mutunji - Maria de Lourdes Nogueira, mãe de santo e co-responsável pela preservação e manutenção do primeiro terreiro da tradição Angola de Belo Horizonte. Coleção particular Nelson Nogueira.



274

Mãe Manodê - Julita Lima da Silva (1898-2003), mãe de santo referencial da religiosidade de matriz africana em São Paulo, SP. Coleção particular Rita Amaral.



275

Mãe Sílvia de Oxalá - Sylvia Egydio, Iyalorizã do Axé Ilê Oba, primeiro terreiro a ser tombado como patrimônio cultural paulista, em 1990. Considerada uma das mais representativas mães de santo de São Paulo. Acervo Geledés - Instituto da Mulher Negra.



276

Ya Guná - Dalzira Maria Aparecida, mãe de santo e uma das vozes mais expressivas na representatividade religiosa e sociocultural dos afros-descendentes do Paraná. Além do seu importante exercício sacerdotal é, também coordenadora do grupo União da Consciência Negra militante do movimento de mulheres negras do estado. Acervo Centro de Referência Mulheres do Brasil.



277

Mãe Malvina - Malvina Airoso de Barros (1910 - 1989), mãe de santo, um dos maiores nomes da religião afro-brasileira em Florianópolis. Em 1940, fundou e dirigiu, por 40 anos, o Centro de Umbanda São Jorge, o mais antigo de Santa Catarina. Coleção particular Juraci Malvina Pereira.



278

Mãe Rita, mãe de santo do mais antigo terreiro de batuque que se tem notícia em Porto Alegre (RGS), as referências a essa casa remontam o início do século XIX. Acervo Fototeca Sioma Breitman/Museu J.J.Felizardo.



279

Mãe Apolinária - Apolinária Mathias Baptista, foi uma das grandes expressões da religiosidade africana no Rio Grande do Sul. A Sociedade Caboclos Amigos - Casa de Umbanda e Batuque de Porto Alegre esteve sob seu comando até 1957, ano de seu falecimento. Reprodução feita a partir do Calendário Vultos Negros do Rio Grande do Sul. Acervo Centro de Memória Mulheres do Brasil.



280
Dileba de Lemba. Terreiro de Jauá do Tata Laércio
Sacramento, Bahia, 2003. Fotografia de Adenor Gondim.
Coleção Particular Adenor Gondim.



Irmandades Negras: estratégias de resistência e existência

“Desde o descobrimento das Minas até o tempo do indiscreto e inconsiderado estabelecimento das Irmandades de Pretos e Pardos, eram estes indivíduos humildes e moderados. Os pretos não ousavam levantar os olhos ou responder com tom mais alto a seus senhores nem ainda a qualquer branco. Os pardos tinham por grande honra quando algum branco se servia deles e louvava o seu préstimo.

Todos reconheciam a humildade e o abatimento da sua condição e o respeito que deviam aos brancos. Nos exercícios da Religião eles ouviam a Santa Doutrina com muita devoção, edificavam-se em ouvir os sermões e assistir os ofícios Divinos, tinham a maior veneração aos párocos beijando-lhes as mãos. Esta educação os continha. Ela devia continuar como a mais justa para a perfeição católica, e a mais precisa e útil para o equilíbrio e conservação da ordem civil.

Porém, depois que se estabeleceram as ditas Irmandades animaram-se do espírito de intriga, revestiram-se de arrogância, e mudaram a humildade e abatimento que lhes é próprio em soberba e desaforo. Insultam os Brancos, desprezam os Párocos; arrogam-se isenções e privilégios, tem da sua parte as justiças, porque todos os escravos e oficiais das Auditorias são senhores de uns e apaniguados de outros...

As Irmandades dos pretos e pardos são as mais arrogantes, soberbas e descomedidas, já porque muitos dos pardos são abundantes e dotados de préstimos com que adquirem a benevolência e proteção de pessoas poderosas, já porque muitos dos pretos têm a proteção e assistência de seus senhores que fazem timbre e ponto de honra de sustentar e defender as pretensões das irmandades em que os seus escravos são irmãos, de sorte que estes indivíduos destituídos por sua condição de figurarem ou terem autoridade alguma, se consideram em uma grande figura quando se alinham...” (trecho da Representação dos vigários das Igrejas Coladas de Minas Gerais.AHU. 05/03/1794)

O estudo do universo religioso dos africanos da diáspora revela a maneira como se inseriram na sociedade brasileira e o resultado, a síntese desse encontro, que não é homogêneo, nem uniforme, mas marcado por inúmeras tensões e contradições. Quando a religião é transportada para a América, ela é reconstituída de uma maneira diferente, fragmentária, de acordo com a realidade encontrada. Não há mais família, nem relação de parentesco. Não há mais liberdade.

No catolicismo colonial brasileiro podemos distinguir dois aspectos: o catolicismo na prática do culto oficial da Igreja, principalmente os ritos sacramentais, e o catolicismo efetivamente vivido pelo povo. De um lado, os ritos sacramentais



281
Vestimentas de escravas pedintes na festa do Rosário.
Aquarela de Carlos Julião, Rio de Janeiro, c. 1776. Acervo
Biblioteca Guita e José Mindlin.



foram impostos, pois todos os africanos deveriam ser batizados nas costas da África ou ao chegarem ao Brasil, tendo ainda a obrigatoriedade de assistir às missas dominicais (freqüentemente essas exigências eram desrespeitadas pelos senhores). De outro lado, a religião cristã praticada pelo povo, sem nenhuma obrigatoriedade expressa, mas presente nas casas dos senhores de engenho, em seus oratórios, nos nichos das ruas, nas procissões, nas imagens dos santos.

Os primeiros registros de Irmandades de negros no Brasil datam de 1586, tendo as mesmas sido impulsionadas pelos jesuítas entre os escravos dos engenhos. Os estados de Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro abrigaram as mais expressivas congregações.

O catolicismo tradicional implantado com a colonização portuguesa apresentava como aspectos principais o seu caráter leigo, social e familiar. Leigo porque a direção e organização das associações religiosas mais importantes, como as irmandades, estavam nas mãos dos leigos. Social e familiar porque havia uma estreita interpenetração da religião na coletividade e na vida em família. A religião era o núcleo de convivência da sociedade. Festas e manifestações religiosas constituíam uma forma de reunião social. As procissões e os festejos quebravam a monotonia e a rotina da vida diária, sendo muitas vezes uma das poucas oportunidades para o povo se distrair e divertir.

As Irmandades eram instituições regidas por um estatuto, o chamado Compromisso, que deveria ser confirmado pelas autoridades eclesiásticas e pelos monarcas. Nele estavam contidos seus objetivos, o seu funcionamento, as obrigações de seus membros, assim como os direitos adquiridos ao se tornarem integrantes dessas associações.

A principal característica dessas congregações, neste período, era a sua autonomia. Através da Mesa Administrativa procuravam gerir todos os seus



negócios e decidiam sobre todas as questões internas e externas. A mais famosa dentre as inúmeras irmandades de pretos é a de Nossa Senhora do Rosário. Desde os séculos XV e XVI era sob essa inovação que em Portugal se congregava a população negra. Segundo Augusto de Lima Júnior, as imagens de santos negros foram introduzidas em Portugal por volta do século XI.

No Brasil, os negros tinham como patronos Santa Efigênia, São Benedito, Santo Antonio de Catagerona, São Gonçalo e Santo Onofre, todos considerados santos negros e que, por isso mesmo, gozavam de grande popularidade. São Benedito é o mais popular dentre eles e a sua adoração, desenvolvida na Europa, alcançou imensa aceitação no Brasil, inclusive entre a população branca. No entanto, a veneração a Nossa Senhora do Rosário supera todas as demais. Seu culto foi divulgado pelos dominicanos, que também popularizaram a recitação do terço.



A Irmandade dos negros dessa devoção surgiu em Portugal de uma transformação gradativa das irmandades de brancos. O aparecimento dessas associações foi duramente criticado pelos irmãos do Rosário dos brancos que acusaram os dominicanos por terem permitido que os negros tivessem uma irmandade inteiramente de sua gente.

Essas congregações, além das atividades religiosas que se manifestavam na organização de procissões, festas, casamentos, coroação de reis e rainhas, também exerciam atribuições de caráter social como: ajuda aos necessitados, assistência aos doentes, visita aos prisioneiros, concessão de dotes, proteção contra os maltrato de seus senhores e ajuda para a compra da carta de alforria.

282 a 284
Vestimentas de escravos pedintes na festa do Rosário.
Aquarela de Carlos Julião, Rio de Janeiro, c. 1776. Acervo
Biblioteca Guita e José Mindlin.

No entanto, uma das atribuições mais lembradas nos capítulos dos estatutos ou compromissos das irmandades refere-se à garantia de um enterro para os escravos, freqüentemente abandonados por seus senhores nas portas das igrejas ou nas praias para que fossem levados pela maré da tarde: “*Em falecendo algum nosso irmão ou irmã ou algum dos seus filhos menores e vindo sepultar-se ou nesta nossa igreja ou alguma desta povoação e indo na nossa tumba se tocará o sino e todos os irmãos que morarem na povoação e seus arredores, sendo avisados pelo Procurador se ajuntarão na nossa igreja, para que saiam em ordem acompanhando a cruz e guião com suas opas brancas e tochas ou velas nas mãos e pela rua irão todos com muita compostura e modéstia até a parte onde estiver o corpo do irmão ou irmã defunta e daí irão com a mesma ordem até a igreja donde se fôr sepultar.*” (Constituição 8ª - Compromisso da Irmandade de N.Sra. do Rosários dos Homens pretos da Freguesia de Sto. Antonio do Cabo, Bispado de Pernambuco, 1785).

Os brancos eram aceitos nas irmandades, porém, estas tomavam várias medidas para estabelecer o seu campo de atuação. “*Nesta irmandade se admitirão homens e mulheres brancos, porém, não terão voto na irmandade, não se intrometerão nas suas determinações, não poderão ser eleitos para servirem na Mesa, e ainda que queiram as suas custas fazer alguma de nossas festas não rejeitaremos, porém a assistência ou presidência dela será de nossos oficiais pretos.*” (Constituição 15a.- Compromisso da Irmandade de N.Sra. do Rosário dos homens pretos da Freguesia de Sto. Antonio do Cabo, Bispado de Pernambuco, 1785).

As funções de escrivão e tesoureiro eram, em algumas irmandades, exercidas pelos brancos. A pobreza e o analfabetismo de boa parte da população negra fundamenta essa exigência. No entanto, no final do século XVIII, havia pretos e mulatos capazes para exercerem estas tarefas. “*É o ofício de tesoureiro de muita consideração na Irmandade, e assim queremos que sirva sempre esta ocupação um homem branco, o qual a Mesa elegerá na eleição que se fizer e havendo algum que seja irmão desta Santa Irmandade, sendo pessoa capaz, esta preferirá em primeiro lugar*” (Capítulo 9º - Compromisso da Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia da cidade do Rio de Janeiro, 1767).

É importante destacar a presença das mulheres, que participavam da mesa administrativa, exercendo inclusive a função de escrivã. “*Dos oficiais que haverão nesta irmandade: um juiz, um escrivão, dois procuradores, doze mordomos (seis criolos e seis angolas), uma juíza também de Mesa, uma escrivã, e doze irmãs ou mordomas, e destas também serão seis criolas e seis angolas. O juiz e escrivão sempre será um deles forro e outro cativo, o mesmo se guardará com a juíza e escrivã*” (Constituição 6a.- Compromisso da Irmandade de N.Sra. do Rosário dos Pretos de Sto. Antonio do Cabo, Pernambuco, 1767)

As irmandades formadas por africanos apresentavam algumas especificidades: “*Todo o irmão ou irmã da nação de Angola, que por seus merecimentos a Irmandade eleger para Rei, ou Rainha de Nossa Senhora, se elegerão em pessoas isentas de cativo, só sim servirão os sujeitos, não havendo libertos, ou forem esses insuficientes de ocuparem o dito cargo, porque destes a incapacidade faz perder os méritos do dito cargo. Serão obrigados tanto o Rei, como a Rainha, a darem de estipêndio cada um ano quatro mil réis, e serão os ditos obrigados a convocar as*



285

suas nações para tirarem esmolas para as obras de Nossa Senhora todas as vezes que pela Mesa determinar-se-lhe” (Cap.IX - Compromisso da Irmandade de Nossa Sra. do Rosário, Bispado de Pernambuco - 1785).

Viajantes estrangeiros que visitavam o Brasil nesse período ficavam admirados com a pompa e cerimônia das festas organizadas pelas irmandades, que possibilitavam aos escravos momentos de lazer, de diversão e de convívio social.

No compromisso da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios do Rio de Janeiro, composta por africanos da Costa da Mina, observamos os irmãos assumindo a promessa de não executarem danças com gestos obscenos ou indecentes nas festividades de Nossa Senhora do Rosário, o que significa que a Pastoral contra festas ilícitas promulgadas em 1747 pelo bispo do Rio de Janeiro, Frei Antonio de Desterro, havia sido insuficiente para coibir tais “abusos”.

Em Recife, por ocasião das festividades da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, dançava-se o maracatu, que demonstra o encontro entre índios e negros na região, e que também causava suspeitas nas autoridades eclesiásticas. Na Mesa administrativa desta irmandade predominavam os negros e negras forras, que desenvolviam atividades econômicas e investiam boa parte de seus rendimentos nas cerimônias religiosas, sendo freqüentemente eleitos para rei e rainha do Congo.

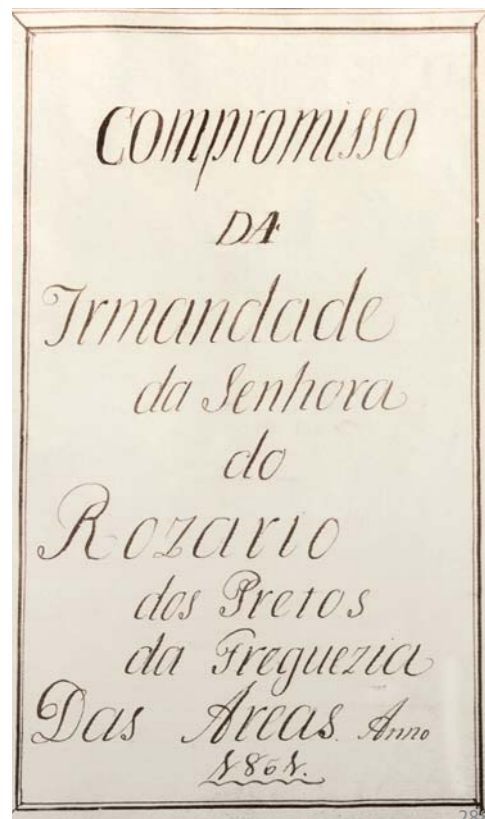


286



285 e 286
Vestimentas de escravas pedintes na festa do Rosário.
Aquarela de Carlos Julião c. 1776, Rio de Janeiro, RJ.
Acervo Biblioteca Guita e José Mindlin.

287
Compromisso da Irmandade de São Benedito da Freguesia de Santo Antônio de Guaratinguetá, SP, 1758.
Acervo Arquivo do Estado de São Paulo.



288
Compromisso da Irmandade da Senhora do Rosário dos Pretos da Freguesia das Areias, SP, 1801. Acervo Arquivo do Estado de São Paulo.

289
Casamento de negros de uma casa rica. Jean Baptiste Debret, 1839. Acervo Biblioteca Nacional.

290
Irmãs e Juízas da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, São Paulo, década de 1970. Entre elas: D. Bernardina e D. Luíza dos Santos. Coleção particular Nair Reis.

291
Irmãs e Juízas da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, São Paulo, em 1979. Fotografia Ricardo Malta. Acervo N Imagens.

Algumas congregações eram bastante procuradas por negros e pardos que queriam ingressar como irmãos, e as mais requisitadas e prestigiadas costumavam ser também as mais exigentes e seletivas quanto a quem admitiam como membro. Crimes e vícios eram por vezes mencionados como motivo para remoção do cargo ou expulsão da confraria. O envolvimento em delitos ou fomento de discórdia também poderiam levá-los à exclusão, a menos que se arrependessem. Geralmente, cabia ao Juiz fazer a punição aos faltosos, que costumavam ter três chances para se arrependerem. A penalidade para essas ofensas era comumente preces ou trabalhos de caridade.

Eram também excluídos aqueles irmãos que, tendo condições, não pagavam as taxas exigidas pela irmandade, não compareciam aos enterros, não participavam das atividades religiosas, desobedeciam as normas do compromisso, perturbavam as reuniões, faziam exigências injustas, tentavam interferir nos resultados das eleições e revelavam os segredos discutidos nas reuniões da Mesa.

Outro aspecto a ser destacado é que uma mesma irmandade podia hospedar outras duas ou três, que colocavam seus santos nos altares laterais. Isso se observou principalmente na Irmandade do Rosário, por ser a mais rica, poderosa e numerosa na sociedade colonial. Essa organização interna se revelava, sobretudo nos capítulos ou artigos que descreviam as procissões ou os enterros.

Assim, temos que nas procissões ou enterros realizados pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da vila de Goiana, bispado de Pernambuco, saíam inicialmente a Irmandade do Senhor Jesus dos Martírios, por ser a mais recente, atrás dela a Irmandade de Santo Antonio de Catagerona, em terceiro lugar a Irmandade de São Benedito, e finalmente a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário. Prevalencia, portanto, o critério da antiguidade.

No que se refere à organização econômica, estas associações possuíam várias fontes de renda: taxas de admissão, contribuições dos oficiais das festas, as esmolas que eram pedidas por irmãos devidamente autorizados, os anuais, as doações dos benfeitores, os aluguéis de propriedades e de terras.

A construção de prédios bem equipados e ornamentados revela a importância das igrejas para os negros, enquanto símbolo de prestígio e espaço de vivência da fé e social. As festas religiosas, os pomposos funerais, o socorro aos irmãos mais necessitados também eram indicativos da habilidade das irmandades para gerenciar os seus bens. Para isso cercavam-se de cuidados e estabeleciam diversas normas para regular a atividade do tesoureiro e do procurador. De todos os gastos, o que mais causava polêmicas e conflito era o pagamento aos párocos, devido aos excessos que então se verificava, sobretudo referentes às conhecenças. A taxação destas era um direito próprio dos padres, visando à sustentação de sua dignidade sacerdotal e se traduzia em tributo pecuniário cobrado aos paroquianos por ocasião da desobriga quaresmal. Variavam de acordo com as dioceses e incidiam sobre as pessoas que cumpriam o preceito da confissão ou da comunhão anual da Páscoa.

Eram freqüentes também as acusações do clero às irmandades. Primeiro, porque empregavam seus recursos nas suas próprias capelas e igrejas, recusando-se a auxiliar com as despesas dos ofícios religiosos das matrizes. E ainda, porque celebravam suas festas e ofícios sem a autoridade e a assistência dos párocos, impedindo-os de receber os emolumentos e desfrutar das regalias da sua posição hierárquica.

O valor da taxa de admissão e outras contribuições pagas pelos irmãos variavam de acordo com a cor do admitido. Os irmãos brancos eram obrigados a contribuir com uma quantia mais elevada que os pardos e negros. Essa mesma distinção não se verificava em relação ao sexo dos irmãos. Homens e mulheres pagavam a mesma importância, revelando uma certa igualdade e prestígio das mulheres nessas associações. A presença feminina marcante é um dado importante para a caracterização das irmandades negras e pardas, indicando um contraste com as associações de brancos, cuja predominância parece ter sido sempre masculina.

O ingresso nas irmandades representava reconhecimento social, possibilidade de contatos e uma tentativa de contornar os preconceitos sociais e raciais que caracterizam a sociedade brasileira. Desde os últimos anos do século XVIII, observa-se o costume dos devotos participarem simultaneamente de várias associações. As mulheres, principalmente, ingressavam em diversas Irmandades, ao mesmo tempo.





O primeiro compromisso da Irmandade do Rosário de São Paulo, prevê a entrada de mulheres, mas ao mesmo tempo faz algumas restrições: “*O Juiz e o escrivão desta Irmandade terá cuidado de ver as pessoas que admite por irmão, principalmente as mulheres, se são honestas e capazes, e os homens de procedimento e trato bom*” (Capítulo 17º).

O artigo 13º do Compromisso estabelecia no seu parágrafo único, que as irmãs de mesa, em razão de seu sexo, eram impedidas de prestar outros serviços à irmandade, por isso, ficavam incumbidas de pagar uma jóia de dez mil réis e de vestir um anjo para acompanhar a procissão que, no dia da festa da padroeira, percorria as ruas da cidade.

Ajudar a organizar as festas e arrecadar esmolas eram as atribuições oficiais das mulheres nas congregações, contudo, temos exemplos como o de **Rufina Maria do Ó**, em São Paulo, que participava ao mesmo tempo, da Irmandade do Rosário, da Irmandade de São Benedito e, ainda, da Irmandade de Santa Efigênia e Santo Elesbão, associações nas quais os caifazes – como ficaram conhecidos aqueles(as) que lutavam para acabar com a escravidão - tiveram uma efetiva participação.

Rufina alistou-se como irmã simples na Irmandade de São Benedito, no dia 19 de agosto de 1872. Pagou a jóia de 640 réis e, neste mesmo ano, foi eleita rainha para as festividades de Nossa Senhora do Rosário, conforme está registrado no livro de assentamento de irmãs libertas.

Em 1876, Rufina foi eleita irmã de mesa na Irmandade de Santa Efigênia e Santo Elesbão, conforme consta no Livro de Atas desta irmandade, sendo, doze anos depois, em 1888, novamente conduzida ao cargo. Desde 1879 havia ingressado também na Irmandade de N. Sra. do Rosário, sendo eleita irmã de mesa para o ano de 1884 e Juíza, em sessão realizada no dia 18 de dezembro de 1892.

A presença de Rufina Maria do Ó em diversas associações negras não é um caso isolado. O que, no entanto, chama a atenção é observar o grande trânsito de irmãs, de uma irmandade para outra e o papel desempenhado por algumas, que atuavam como contacto ou ponte de ligação entre elas. Destacamos outras mulheres que, como Rufina, participaram ativamente em mais de uma irmandade de negros nas últimas décadas do século XIX: **Silvana Maria do Rosário, Rita Maria do Bonfim, Maria do Carmo Baptista, Marciana do Carmo Guedes, Athanásia Umbelina Xavier, Florência Maria das Dores, Virgínia Benedita do Espírito Santo, Maria Rita dos Santos.**

As irmãs escravas, quando se tornavam forras, passavam do livro de cativas para o livro de libertas e, posteriormente, para o livro de assentamento de irmãs, conforme revela a documentação: **Florisbela Thereza de Jesus, Rita Maria do Espírito Santo, Florisbela Augusta de Oliveira Mendes, Maria Gertrudes Cavalheiro, Maria Cândida Cerqueira Leme e Luiza** são alguns exemplos de mulheres que vivenciaram diferentes estágios na Irmandade de São Benedito, em meados do século XIX, em São Paulo.

Por questão de devoção ou para pagar promessa, muitas mulheres preocupavam-se em alistar seus filhos nas irmandades. A iniciativa partia das mães, não constando no livro de registro o nome dos pais. **Amélia Emydia da Luz** tinha 02 anos de idade quando, em 30 de abril de 1866, sua mãe **Francelina Maria da Luz**, a inscreveu como irmã simples e pagou 640 réis. No ano seguinte cumpriu o mesmo ritual dessa vez para alistar a filha **Benedita Emydia da Luz**. A menor **Adelina Eugênia da Silva**, filha de **Custódia Francisca da Silva**, assentou, por promessa, como irmã de mesa perpétua em junho de 1863, e deu de jóia a entrada de 2.000 réis. **Lídia do Carmo Guedes**, antes mesmo de completar 02 anos de idade, foi levada por sua mãe **Marciana**, para alistar-se a 28 de maio de 1871, como irmã simples e pagou a jóia exigida.

É muito provável que essas mulheres, como tantas outras irmãs, que permanecem anônimas, fizeram pelas irmandades muito mais que arrecadar esmolas e vestir um anjo para acompanhar a procissão no dia da festa da padroeira. Podemos levantar a hipótese de que, além do sentimento religioso, outros objetivos motivaram essas negras escravas ou libertas a participarem tão ativamente desses espaços.



292
Interior da igreja da Irmandade da Boa Morte, Cachoeira, BA, 2002. Fotografia Julio Acevedo. Acervo particular Júlio Acevedo.

293 e 294
Procissão da Irmandade da Boa Morte. Cachoeira, BA, 2002. Fotografia Julio Acevedo. Acervo particular Júlio Acevedo.



295

295
Interior da igreja da Irmandade da Boa Morte. Cachoeira, BA, 2001. Fotografia Julio Acevedo. Acervo particular Júlio Acevedo

A Irmandade Nossa Senhora da Boa Morte

A fundação da Irmandade Nossa Senhora da Boa Morte no estado da Bahia, por volta de 1820, constitui-se numa das mais expressivas formas de resistência ao regime escravista. Possivelmente a única irmandade formada exclusivamente por mulheres no Brasil, sua existência impactou a sociedade patriarcal da época. Estima-se que nos seus primeiros anos, a Boa Morte tenha arregimentado mais de cem escravas e forras que tinham como objetivos principais à compra da carta de alforria para a libertação de seus filhos, maridos, netos e agregados ou ajudar a dar-lhes fuga, encaminhando-os para o Quilombo do Malaquias, em Terra Vermelha, zona rural da cidade de Cachoeira. Além das obrigações religiosas com funerais e cortejos, eram também suas atribuições a realização de festejos, o pagamento de missas e os compromissos com caridade e vestuário.

A posição de maior prestígio é a de Juíza Perpétua, conferida à irmã mais idosa. Em seguida, estão os cargos de Procuradora-Geral, Provedora, Tesoureira e Escrivã. A preservação dos mistérios das religiões de matrizes africanas, expressamente proibidas durante a escravidão foi outra característica importante dessa Irmandade no Recôncavo Baiano. Embora seus rituais permaneçam secretos até os dias de hoje, os trajes – especialmente os turbantes – são indícios concretos da forte influência muçulmana. É importante ressaltar que estas mulheres, ao mesmo tempo em que atendiam às exigências eclesiásticas, foram as responsáveis pela fundação da primeira Casa de Candomblé a funcionar regularmente no País recriando, por trás das aparências, ritos da ancestralidade africana.

Agentes de um intenso processo de intercuro cultural, essas devotas negras procuraram se organizar dentro dos limites impostos e, através da congregação, criaram um feminismo negro em busca da liberdade e da manutenção da sua cultura e da sua identidade. A criação dessa Irmandade demonstra o poder de organização política, do associativismo e enfatiza a grande solidariedade das africanas e negras brasileiras, que viria a se manifestar em outras iniciativas no século seguinte. Para além da devoção religiosa, o culto a Nossa Senhora da Boa Morte adquiriu sentido social de defesa e valorização das experiências negras.

Outros canais de participação política e vivência religiosa foram criados e conquistados pelos negros. Mas a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário permanece ainda hoje como um símbolo de resistência e esperança, tal qual a Irmandade da Boa Morte, de São Benedito, de Santa Efigênia e tantas outras, que espalhadas pelo país, continuam figurando como exemplos de nossos mais valiosos e importantes patrimônios culturais.

296
Procissão da Irmandade da Boa Morte. Cachoeira, BA, 2002. Fotografia Julio Acevedo. Acervo particular Júlio Acevedo



296



297

297
Procissão da Irmandade da Boa Morte. Cachoeira, BA, 2001. Fotografia Julio Acevedo. Acervo particular Júlio Acevedo.



298
Irmandade da Nossa Senhora da Boa Morte,
Cachoeira, BA, 2003. Fotografia de Adenor Gondin.
Coleção particular Adenor Gondin



299
Nossa Senhora da Porciúncula. Pintura de Manoel da Costa Ataíde. Teto da nave central da Ordem Terceira da Igreja de São Francisco de Assis, Ouro Preto, MG, séc. XVIII. Foto Cláudio Nakai. Acervo Museu Afro Brasileiro.

Fazendo Milagres

Ficção e realidade, fé e misticismo. Juntas essas palavras abrem caminhos para reconstituição da forte presença das mulheres negras nas múltiplas faces da Igreja Católica demonstrando sua atuação em outras vertentes religiosas. Muitas são as versões para essas histórias, onde santas, visionárias e milagreiras compõem um capítulo importante da religiosidade brasileira.

Em 1717, três pescadores cumpriam as atividades rotineiras de pesca. Era o mês de outubro, considerado inapropriado para esta prática. Depois de uma série de tentativas em vão, a rede foi lançada novamente e, dessa vez, foi possível sentir um peso. Quando foi puxada para terra, os pescadores notaram a presença de um pequeno objeto escuro nas suas malhas. Tratava-se de uma imagem da Nossa Senhora sem a cabeça. Imediatamente, em outra tentativa, lançaram a rede e recuperaram a cabeça da santa. Nesse dia, ao contrário do que vinha acontecendo, tiveram um dia de pesca farta. Devido às circunstâncias de seu encontro, a imagem de barro cozido foi batizada como Nossa Senhora da Conceição, a *aparecida* das águas. Desde então, o culto à santa não parou de se expandir. Em 1903, recém inaugurada a República, **Nossa Senhora da Conceição Aparecida** foi oficialmente coroada Rainha e Padroeira do Brasil. A inquestionável evidência do matiz escuro lhe rendeu o título de mãe negra do Brasil. Fora os dissensos que rondam essa questão, hoje, a santa de cor escura é reverenciada por milhões de fiéis.

Muitas são as controvérsias que rondam a história de **Anastácia**. Alguns afirmam que ela nunca existiu e que sua imagem se baseia num retrato desenhado pelo pintor francês Étienne Victor Arago (1790-1855). Outros crêem que sua saga se iniciou em 1740, quando, ainda no ventre materno da princesa africana Delminda, teria sido traficada do Congo para o Brasil no navio negreiro *Madalena*. Mesmo sem respostas precisas, Anastácia ocupa lugar cativo na sociedade brasileira. Quem não conhece a imagem da escrava de olhos azuis que usa uma máscara de ferro? De acordo com a tradição oral, Anastácia era uma negra muito bonita e inteligente. Conta-se que utilizava a exímia oratória para incitar escravos e escravas a lutarem pela conquista da liberdade. Sua notável beleza teria despertado a paixão de seu senhor. Após recusar a oferta de dinheiro para deitar-se com ele, foi perseguida, torturada e obrigada a usar máscara de flandres. Sua história foi redescoberta pela fé em 1968, quando a Igreja do Rosário no Rio de Janeiro, depois de montar o Museu do Negro, promoveu uma exposição sobre os maus tratos infligidos à população escravizada. Nela, se encontrava o referido quadro pintado por Arago. Daí em



300
Nossa Senhora de Aparecida, Padroeira do Brasil.
Coleção particular.

301
Castigo de Escravos. Esboço de J. E. Arago, 1839.
Figura atribuída a escrava Anastácia. Acervo Biblioteca
Nacional.

diante, muitas interpretações se constituíram em torno de sua biografia e a escrava recebeu *status* de milagreira. Reverenciada por quase trinta milhões de fiéis, Anastácia tem um santuário com seu nome localizado na Avenida Vicente de Carvalho, 33 no subúrbio carioca de Vaz Lobo. Lá, diariamente, são distribuídos santinhos com a famosa imagem da escrava usando a máscara de metal. Hoje, Anastácia representa um misto de “santa”, heroína e mártir da história afro-brasileira.

Em 1725, aos seis anos de idade, uma menina da Costa da Mina é traficada e vendida no Rio de Janeiro. Com quatorze anos, é levada para Minas Gerais onde passa a trabalhar como escrava. Um dia, ao entrar em transe, é examinada pela Igreja Católica. Condenada como herege, a jovem recebe bárbaros açoites que culminam na perda de um braço. Essa história de intolerância religiosa diz respeito à **Rosa Maria Egípcíaca da Vera Cruz** que após convencer o padre exorcista Gonçalves Lopes de sua sinceridade, volta para o Rio de Janeiro e, na sua companhia, funda, em 1754, o Recolhimento de Nossa Senhora do Bom Parto – voltado para o atendimento de mulheres pobres, negras e prostitutas na sua maioria. Novamente acusada de feitiçaria, Rosa será enviada a Lisboa para ser interrogada pelo Tribunal do Santo Ofício. O seu processo inconcluso leva a crer que acabou morrendo nas masmorras inquisitoriais. Apesar de não ser canonizada pela Igreja Católica, Rosa Maria ganhou uma igreja com seu nome na rua da Assembléia, centro da cidade do Rio de Janeiro. Nela sucessivas gerações mantém acesa a devoção pela sua figura.

Outra história comovente onde dor e fé caminham juntas é a da mineira **Maria Babuca**. Grávida de nove meses, a escrava foi atrozmente espancada pelo senhor após derrubar uma gamela de angu. Expulsa da fazenda pelo feitor, seu corpo foi encontrado no mesmo local. Devido às altas taxas de mortalidade materna e infantil durante a escravidão, as gestantes – senhoras e escravas – santificaram Babuca como protetora das mulheres nesse estado. Na gruta construída para a “santa” no lugar de sua morte, faziam pedidos de sucesso no parto e junto com eles jogavam moedas. Com o passar dos anos, o número de devotos da escrava foi crescendo e não mais se limitando às gestantes. Há relatos de que todas as moedas ofertadas à Babuca permanecem enterradas no seu santuário, em Matosinho, Minas Gerais.

E também de Minas Gerais, os inúmeros relatos de graças e milagres atribuídos a Francisca de Paula de Jesus, carinhosamente chamada de Nhá Chica. Nasceu filha de escrava, em 1810, no distrito de São João Del Rey. Ainda criança mudou-se para a cidade de Baependi(MG) e resolveu seguir o conselho da mãe para dedicar-se a fé e a caridade. Por suas bênçãos e clarividência a fama de santidade logo se espalhou e ela passou a ser conhecida como a “Santa de Baependi”. Faleceu em 1895, e desde então, a capela construída em sua homenagem, é visitada por milhares de romeiros. Atualmente, encontra-se no Vaticano o processo de Beatificação de Nhá Chica.

Com origem e data de nascimento até hoje desconhecidas, a escrava **Maria José** reside na memória dos moradores de Cachoeira do Sul (RS) como Santa Josefa. Conta-se que era uma escrava belíssima. Vivia nas imediações de Sanga





302



302
Escrava sendo maltratada por não agüentar trabalhar, estando grávida. Revista Ilustrada, ano XI, nº 427, Rio de Janeiro, 1886. Acervo Biblioteca Nacional.

303
Francisca Paula de Jesus, conhecida como Nhá Chica, a Santa de Baependi, (MG). Acervo Memorial Nhá Chica.

Micaela. Após ser levada para o pelourinho, morreu vítima de terríveis torturas e anos depois de seu falecimento dizia-se escorrer sangue do lugar onde fora enterrada. Quando a cova de Maria José foi aberta comprovou-se que seu corpo estava intacto. Em frente ao túmulo, foi construída uma capela em sua homenagem. Lá, todos os anos, centenas de pessoas acendem velas, levam flores e colocam placas de agradecimento às graças alcançadas.

No Nordeste temos **Maria Madalena do Espírito Santo Araújo** nascida em 1863. Negra, costureira e pobre, a cearense de Juazeiro do Norte ficou conhecida em 1889 devido à notícia de que a hóstia posta em sua boca pelo padre Cícero Romão Batista transformara-se em sangue diversas vezes na frente dos fiéis. A informação não parava de se espalhar e iniciou-se um movimento de romaria a Juazeiro com intuito de ver o milagre da “santa”. A beata Maria do Egito, como ficou conhecida, contou então que desde criança tinha visões e brincava com o menino Deus. O caso foi intensamente debatido pela imprensa e Maria sujeitou-se a uma série de exames médicos, um deles reconhecendo que seu feito era um milagre. Contrário a esta constatação, o Bispo do Ceará – Dom José Joaquim Vieira – abriu um inquérito que confirmou o fato. No segundo processo, a hóstia não se transformou em sangue e o bispo iniciou uma campanha contra a Beata. O caso de Maria foi oficialmente considerado pelo Santo Ofício de Roma como invenção que não merece crédito. O povo porém continuou com sua crença. O forte movimento religioso de Juazeiro do Norte ganha a cada ano mais força. Mas com o passar dos tempos, a beata Maria do Egito foi esquecida e o que acontecia em sua boca passou a ser atribuído ao padre Cícero.

Nos idos de 1930, há notícias de **Manoela Maria de Jesus**, uma jovem negra e trabalhadora rural que fazia milagres no povoado mineiro de Coqueiros. Muitas são as versões sobre Manoela. Sabe-se que entre os dezesseis ou dezenove anos, a menina tornou-se assunto nas mais importantes revistas e jornais nacionais da época devido aos milagres que lhes eram atribuídos. Curada da tuberculose por um anjo, ele lhe avisa que era preciso fazer caridade para todos que necessitassem. No mesmo dia, a jovem inicia seus milagres com a água benzida por suas mãos e distribuída às pessoas. Sua fama começa a extrapolar fronteiras. Manoela, a essa altura já conhecida como Santa Manoelina dos Coqueiros, mesmo analfabeta, recitava orações em latim. A atuação do Estado, receoso das romarias representarem o “perigo de um novo Canudos” e da Igreja Católica, cética da santidade de Manuelina, culminaram na sua prisão e internato durante quatro dias em Belo Horizonte. Após ser solta, Manoelina continuou realizando milagres. Vítima de anemia, faleceu em 1961 com aproximadamente quarenta e nove anos de idade. Até hoje seu túmulo em Crucilândia (MG) continua sendo visitado.

Hoje, a fé sustentada muitas vezes pelo sofrimento e devoção sobrepõe-se às controvérsias em torno da real existência de algumas e continuam alimentando de paz e esperança as mentes e corações de milhares de devotas(os) espalhados pelos quatro cantos do Brasil.



304



306



307

304
Maria Madalena do Espírito Santo Araújo, mais conhecida como Beata Maria do Egito. Juazeiro, CE. Acervo Centro de Memória Mulheres do Brasil / REDEH.

305 a 307
Manoela Maria de Jesus, conhecida como Santa Manoelina dos Coqueiros. Minas Gerais, década de 1930. Acervo Foto Gonçalves, Entre Rios de Minas, MG.



Curando e aparando vidas

“Com o poder de Deus Pai, Deus Filho e Deus Espírito Santo. Deus veio ao mundo, três coisas ele curou: a arca, o vento e a espinhela caída. Com o poder de Deus Pai, Deus Filho, Deus Espírito Santo, Jesus Cristo alevantou”

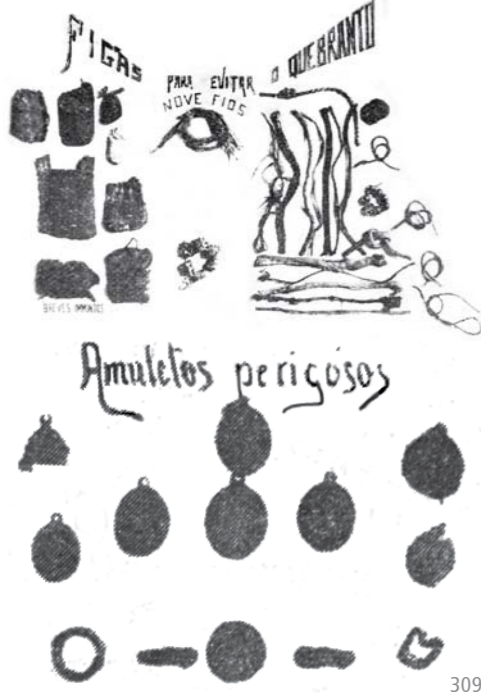
Luiza Teixeira Ramalho, benzedeira de Araçuaí, Minas Gerais

No Brasil, a tradição de partejar assim como a de benzer é resultado dos diálogos culturais entre africanas, indígenas e européias. Na Antigüidade, já há indícios de mulheres que punham em prática os saberes passados de geração a geração trabalhando como benzedeiras, curandeiras e parteiras. Naquela época, eram elas que viajavam de casa em casa, aldeia em aldeia atuando como médicas locais. Todas essas práticas femininas que requeriam o conhecimento dos segredos da natureza e fé foram requisitadas por pessoas de diferentes classes. Contraditoriamente, séculos mais tarde, elas serão consideradas como bruxas pela Igreja Católica.

Muitos eram os nomes dados às mulheres que se dedicavam a essas artes. Aparadoras, parteiras, curandeiras, benzedeiras, etc. Embora apagadas dos autos da história médica oficial, as evidências mostram que nas casas-grandes, foram elas como escravas – mucamas, amas de leite ou “mães pretas” – as primeiras responsáveis, ao lado das índias, pelos cuidados terapêuticos com a manutenção da saúde e o combate às doenças da família brasileira. Desde à travessia, um misto de magia, espiritualidade e força, define essas práticas culturais - alvos permanentes da repressão na colônia e mais tarde no império - trazidas do continente africano e recriadas no Brasil.

As condições nefastas do cativo e a marginalização no pós-emancipação impediram que africanas e crioulas, escravas ou livres, nos deixassem um legado expressivo de suas experiências na área da cura. Em geral, poucos são os registros oficiais sobre a vida dessas mulheres, o que faz dos documentos da Inquisição fontes de grande valor para pesquisas. Diários, biografias e ainda cartas produzidas por essas agentes têm um teor de raridade. Ao serem levadas para o Tribunal do Santo Ofício, um pouco da história dessas mulheres vinha à tona nos relatos e defesas. Parte dos muitos processos arrolados pela Inquisição no Brasil e em Portugal diziam respeito à denúncia de práticas de feitiçarias pela população negra – escrava e forra. As acusações incluíam curas com ervas, adivinhações, pacto com o demônio, entre outras. Nos tempos coloniais, tudo aquilo que era diferente dos preceitos católicos era considerado demoníaco. Já no Império, com a difusão das idéias liberais, o Código Criminal de 1831 passa a “tolerar o fetichismo” desde que este se mantenha restrito à senzala e aceite permanecer sujeito às incursões policiais.

OS AMULETOS E ABUSOES



309



310

309 Amuletos, publicado na Revista da Semana, Ano VIII, nº 374, Rio de Janeiro, 1907. Acervo Biblioteca Nacional.

310 Boletim do Clube Carnavalesco Parteiros do Brasil, c. 1910. Acervo Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano de Pernambuco.

311 Estátua erguida em homenagem a parteira Rita Maria, Florianópolis - SC. Fotografia Victor Carlson. Acervo Centro de Memória Mulheres do Brasil/REDEH.

A “magia” escrava era um dos maiores temores das elites senhoriais. Cientes da exploração e dos maus tratos que infligiam aos cativos, senhoras e senhores estiveram durante toda a escravidão receosos de se tornarem vítimas dos feitiços de suas “propriedades”. Através dos processos do Santo Ofício, encontramos, em 1734, a escrava **Marcelina Maria** de 26 anos sendo acusada de superstição e feitiçaria. Natural do Rio de Janeiro, Marcelina morava em Lisboa. Inconformada com os maus tratos de sua senhora e na esperança de voltar para o Brasil, ela recorre aos remédios de Antônia, uma feitiçeira moura. Já na mesa inquisitorial, ela confirma que conversou com o demônio e aceitou seus favores. Condenada a penas e penitências espirituais, Marcelina – que havia sido batizada como cristã no Rio de Janeiro – foi absolvida.

São inúmeros os casos de repressão inquisitorial no Brasil. Entre outros relatos encontramos, em 1741, o nome da escrava **Luiza Pinta** entre as acusadas pelo Tribunal do Santo Ofício em Minas Gerais. Com 51 anos, negra forra e solteira, Luiza veio da África no início do século XVIII e teria sido acusada de calundeira. Foi presa e enviada a Lisboa no ano seguinte. Condenada a quatro anos de degredo no Algarve, Luiza ficou proibida definitivamente de voltar à vila de Sabará.

A comovente história da escrava **Luiza da Silva Soares** é outro exemplo doloroso da conversão de intolerância religiosa em sinônimo de violência física e mental. Nascida em Olinda, Luiza ficou conhecida como a “feitiçeira” do arraial de Antônio Pereira. Diz-se que vários fatos mágicos contaram com a sua participação, dentre eles o envenenamento de lavras auríferas que se tornaram improdutivas. Suas primeiras acusações são dos idos de 1738 quando Josefa Maria, sua senhora – desejando castigá-la - teria tentado abrir a porta da senzala e se viu impedida por fortes dores nos braços, atribuídas aos poderes mágicos da escrava. A partir de então, Luiza ficou identificada como a responsável por toda sorte de acontecimentos estranhos, em especial, a doença da senhora. Depois deste episódio, ela foi brutalmente torturada por seus senhores e pelo pároco local (tio de Josefa Maria). Presa desde 1739, foi denunciada à Inquisição de Lisboa em 1742. Quando enviada para a Corte, narrou todos as sevícias sofridas e afirmou que as suas confissões (pacto com o demônio, preparo de poções, raízes, pós, etc.) eram forçadas. Os suplícios narrados por Luiza e mais tarde por suas testemunhas incluem pancadas, aperto e costura da língua, lacre seco sobre as partes genitais, espancamento com espada, perfuração do olho, açoite com varas do mato, além de um desfile acorrentada pelo arraial. O depoimento da ré impressionou bastante os inquisidores. Após ouvir as suas testemunhas, considerar fracas as acusações senhoriais e suficientes as punições, o Santo Ofício decide colocar Luiza em liberdade pondo fim a um doloroso processo de sete anos.

Passadas duas décadas, o Tribunal faz sua última e mais longa visita ao Brasil. Estabelecido no Pará por seis anos, o Santo Ofício denuncia – dentre outras - a escrava **Maria Francisca** por práticas “mágico-religiosas”. Mas nem por isso os negros(as) puderam expressar livremente suas religiões tradicionais nos séculos seguintes. Nenhuma lei assegurava a liberdade religiosa da população

africana e afro-brasileira residente no país. Ao contrário disso as autoridades continuavam condenando o “curandeirismo e a magia”. É bastante emblemático o caso de Amélia Rosa, ex-escrava maranhense, conhecida como a “Rainha da Pajelança” que, em 1877, foi presa e torturada sob acusação de “práticas de feitiços e outras crendices”.

A história deste vasto universo feminino extrapola as malhas da repressão e assume lógica própria. Aqui, vale ressaltar o sincretismo que marca as vidas e ações destas mulheres outrora consideradas como perigosas ameaças. Benzedeadas – através de ervas, orações e crenças - mantêm vivo nos seus ofícios o diálogo permanente entre a cultura indígena e a africana. Menos do que culturas fixas e estáticas, a ação dessas agentes refere-se a um movimento de recriação e transformação das práticas médicas e religiosas. As africanas, por exemplo, encontraram no Brasil muita semelhança com a flora, a fauna e o clima tropical. Assim, plantas medicinais foram reconhecidas e incluídas nos tratamentos das doenças. Embora gozem de certo prestígio, a vida rotineira em nada difere das outras mulheres da comunidade, a não ser pelo fato de estarem sempre prontas a atender aos pedidos de socorro físico ou espiritual.

Suas rezas variam e o mesmo ocorre com os receituários. São preparados e receitados chás, garrafadas, banhos e unguentos. Resposta aos anseios das pessoas que buscam alívio para seus males, a ação praticada pelas benzedeadas – exímias conhecedoras das plantas – é uma das múltiplas faces da medicina popular, praticada desde os tempos coloniais. Esse uso tradicional dos recursos vegetais não se limita às fronteiras das comunidades. Reconhecendo a importância das benzedeadas, ela é fonte de pesquisa e inspiração para os estudos etnobotânicos, pois esta é uma história que a ciência, ainda hoje, não consegue explicar ou deter.

A vastidão de protagonistas também diz respeito a práticas e crenças bastante heterogêneas. Tanto na cura como no parto nunca existiram métodos únicos, mais ou menos eficazes. Eles podem variar de acordo com a região e a ancestralidade dentre outros condicionantes. Entre o final do século XIX e as primeiras décadas do XX, a curandeira **Rita Maria**, filha de escravos libertos, foi uma personalidade marcante na ilha de Florianópolis. Era conhecida pelo poder de cura de suas mãos. Faleceu, possivelmente, na década de 1920. Com o nome inscrito na memória da população local, Rita foi homenageada em 1982, quando seu nome foi concedido ao Terminal Rodoviário. Na mesma data também foram erigidos dois monumentos, um em ferro e outro em concreto, retratando sua figura com a mão espalmada.

Adriana da Silva do Nascimento, moradora de Rio Branco, no Acre contava que quando menina ficava fascinada ao ver a madrinha rezando as pessoas e por isso resolveu aprender as benzeduras – primeiro para dor de dente, depois para dor de barriga, cólica, e daí por diante. Vó Adriana, como ficou conhecida, aos de 92 anos conta que antes de se entregar ao ofício, já brincava de benzer as bonecas. Contudo, o compromisso de acatar a vontade divina não a isenta e nem a outras benzedeadas da labuta diária Atualmente aposentada, vó Adriana prepara e vende doces e refrescos, mas continua dedicando a maior parte do seu tempo às pessoas que a procuram em busca de rezas.



311



Júlia Barbosa de Melo nasceu em Bananeiras (PB) em 1895. Chegou a Roraima em 1916 e, na companhia do recém marido, começou a trabalhar no cultivo e produção de fumo, que se tornou cada vez mais próspero. Aprendeu a rezar com a mãe e passou a se dedicar à cura infantil. Além disso, devido à rotineira falta de médico em Boa Vista, ela também se dedicou a estudar e praticar a homeopatia. Sempre requisitada e adorada pelas crianças, Vovó Júlia morreu em 1980, com 95 anos. Outra referência na região norte, é dona **Antonia Constância de Matos Campos** que durante quatro décadas atendeu solidariamente e com muita dedicação ao chamado das pessoas que necessitavam de seus préstimos.

Em linhas gerais, essas mulheres são grandes referências que, por vezes, extrapolam o âmbito de suas comunidades. É o caso da mato-grossense **Francisca Correa da Costa** que em 2002 recebeu da UNESCO o Prêmio Artífice da Paz pelos serviços prestados como curandeira na Chapada dos Guimarães. Dispostas a atender em qualquer hora do dia ou da noite, ainda hoje a presença dessas mulheres é fundamental em povoados rurais e na região amazônica particularmente, onde **Sofia de Oliveira** e dezenas de outras se dedicam a garantir o bem-estar das pessoas com mãos, águas e plantas.

São mães, esposas, avós e tias que aprenderam com suas antepassadas a desempenhar tanto os afazeres do mundo natural quanto do sobrenatural. **Jerônima Francisca Pereira**, nascida em Jataí (GO), também conhecida como Suzana, descobriu quase por acaso que tinha o dom das rezadeiras. Ela conta que quando sua avó ficou gravemente doente ela colocou a mão em sua cabeça e disse que iria curá-la. Fechou os olhos, rezou e a avó se sentiu aliviada. No Acre, onde vive atualmente, Jerônima, além de parteira, é a rezadeira mais popular entre os moradores das redondezas de Capixaba e, assim como boa parte de suas companheiras, garante sua sobrevivência na venda de doces caseiros. Mas nem sempre a relação dessas mulheres com a reza está isenta de conflitos. Nascida em Limoeiro, a pernambucana **Raimunda Odília da Costa** recebeu de sua avó um livro de orações enrolado numa fronha de travesseiro cuidadosamente costurada. Esse presente, espécie de prêmio por ter sido a primeira neta a aprender a ler não agradou Raimundo, seu pai. Este acreditava que as doenças curadas passariam para a filha, que se viu obrigada a esconder o livro por seis anos até se mudar para o Acre em 1952 e presenciar os dias de sofrimento de uma menina. Graças a esse fato a criança foi salva e mãe Nosa permanece como grande referência.

Em Cuiabá, **Delina Clementina de Jesus** conta que o dom de benzedeira foi herdado da mãe, que benzia apenas quebranto e espinhela caída. A casa de Dona **Maria Valeriana de Souza** no bairro da Lixeira, por muitos anos foi uma espécie de “pronto-socorro” da população cuiabana. Entre suas práticas está a de “arrumar” a posição de muitas crianças na barriga da mãe. Aos 83 anos, Dona Vale, como é carinhosamente chamada, não sabe ao certo com que idade começou a benzer, mas não esquece que a primeira pessoa que recebeu foi um homem que chegou em sua casa com as pernas paralisadas e, depois de benzido por seu galho, saiu andando. Outra mulher que tem a história ligada às

312
Ervateira da feira de Caruaru, PE, 2003. Fotografia Guto Arouca. Coleção particular Guto Arouca.

313
Francisca Correa da Costa, Mãe Francisquinha, benzedeira consagrada na Chapada dos Guimarães, MT. Fotografia Sonia Alexandre. Coleção particular Sonia Alexandre.

314
Eva Maria da Conceição, benzedeira do Quilombo da Rasa. Cabo Frio, RJ. Fotografia Schuma Schumacher. Acervo Centro de Referência Mulheres do Brasil / REDEH.

315
Joana Azevedo dos Santos, parteira do Quilombo Bracuí. Angra dos Reis, RJ. Acervo Centro de Referência Mulheres do Brasil / REDEH.

plantas milagrosas é a mineira Dona **Maria da Conceição Ferreira**. Nascida em 1910, Maria é reverenciada na comunidade local por curar as doenças das pessoas. A maranhense, de Penalva, Dona **Raimunda**, ao aceitar ser chamada de médium, curadeira, benzedeira e parteira abre as portas deste rico universo e nos ensina a respeitar e reconhecer a importância do saber popular.

No quilombo da Rasa em Cabo Frio, **Dona Eva Maria da Conceição**, nascida em 1910, guarda na memória que sete dos seus nove filhos nasceram pelas mãos de **Tia Ezília**. Ela também se recorda do tempo em que a mãe, **Bibiana Maria da Conceição** benzia as crianças rezando a vassourinha – “aquele botãozinho branquinho”. Por conta dessa tradição iniciada pela mãe, Dona Eva até hoje é uma grande referência no preparo de remédios e chás a base de ervas e plantas medicinais para a população local.

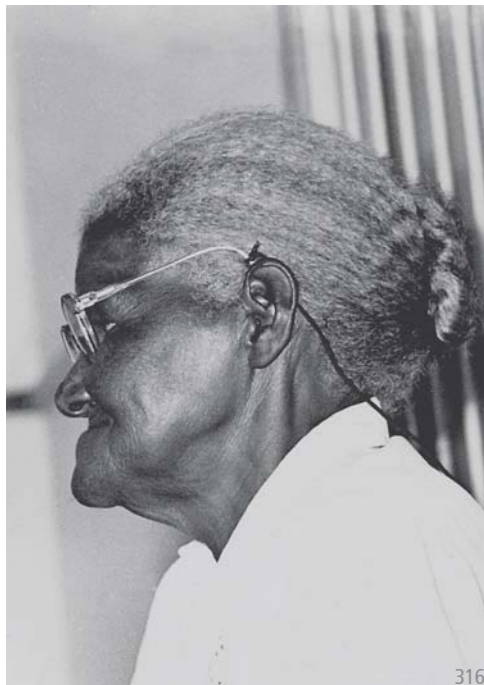
Luiza Teixeira Ramalho, benzedeira de Araçuaí (MG), garantia curar espinhela caída através de suas palavras ditas pela frente e pelas costas da pessoa. O doente segurava um ferro ou uma chave na mão durante a reza. Por fim, rezava um pai-nosso, três ave-marias e oferecia a Nossa Senhora da Arca. Luiza, juntamente com **Fulosina Rodrigues** e **Marciana Gomes da Cruz** eram algumas das rezadeiras mais conhecidas de Araçuaí. Já Dona **Geralda Preta**, mineira de Bocaiúva, reza para o barquinho de Santa Maria. A baiana **Conceição Nicácio**, de Caririnha, apela para Jesus Cristo, enquanto a rezadeira **Jacomina**, paulista de Ribeirão Preto, afirma que enquanto a espinhela estiver caída o doente não consegue comer porque o ossinho tampa a boca do estômago.

Nem só as benzedeiros vivem da fé. Os desafios na hora do parto também são enfrentados a base de muita força espiritual. Nas comunidades rurais, é recorrente - quando o trabalho de parto evolui muito lentamente - que a parteira vista a gestante com a camisa do pai da criança ao avesso. Também é comum que se coloque o chapéu do marido na cabeça da grávida. Elas acreditam que sentir o cheiro do marido remete ao momento da concepção, trazendo uma sensação de prazer, de afeto. Dessa forma, a parturiente se sente segura, relaxada e então, o parto evolui normalmente.

Uma das primeiras parteiras reconhecidas e remuneradas no Brasil foi mãe Luzia. Nascida em 1854 em Macapá, no Amapá, **Francisca Luzia da Silva** era escrava. Recebeu a arte de partejar de sua mãe e desse aprendizado conquistou o mais alto reconhecimento. Ela foi contratada pela prefeitura de Macapá, passando a receber pelos partos que realizava. Era também lavadeira, contadora de histórias e conselheira procurada por autoridades, que eram recebidas por uma Mãe Luzia de seios nus e saía rodada, costume de seus ancestrais, que contrastava com a bata branca sempre bem engomada com a qual costumava sair. Morreu aos cem anos, e recebeu homenagens da população e autoridades. Mãe Luzia deu seu nome à maternidade de Macapá, referência pelo menor número de cesareanas do Brasil. Além de médicos e enfermeiras, a Maternidade Mãe Luzia conta com parteiras e parteiros no seu quadro de funcionários.

Também no século XIX, em 1871, a cidade de Santos foi palco de outra importante parteira: **Maria Patrícia Fogaça**. Afilhada de batismo de José Bonifácio de Andrada e Silva, ela começa a exercer a profissão após a morte





de seu pai. Dessa forma, passa a garantir o sustento da mãe, **Joana**. Devido à competência, sensibilidade e dedicação torna-se conselheira das famílias superando dificuldades oriundas de sua cor. Conta-se que seu enterro em 1913 parou toda a cidade. Hoje Maria é lembrada no parque infantil que leva seu nome.

Até o início do século XX, era comum que ex-escravas atuassem como parteiras. É a época de comadre **Felicidade**. Uma preta velha de aproximadamente 80 anos que vivia nos arredores de Passa Quatro, Minas Gerais. Os seus serviços eram requisitados tanto por pobres como por nobres. Nos momentos emergenciais, como a epidemia de varíola, em 1913, a negra Felicidade atuou como uma exímia enfermeira. Consta que recebeu este nome porque “vivia como a cegonha da lenda – trazendo felicidade aos ricos e pobres lares”. Em Belo Horizonte, nos primeiros anos da cidade, têm-se notícias de três parteiras: tia **Eva, Maria Honorata** e Dona **Júlia**, “a mais recomendada”. Sobre tia Eva, consta que nasceu em torno de 1832 e faleceu em 1922, exercendo sua profissão predileta até quase a sua morte. Já Maria Honorata, parteira conhecida em Coqueiral (MG), era considerada “macumbeira” em função de suas práticas, provavelmente simpatias e rezas.

Em Tocantins, a memória oral dos (as) remanescentes quilombolas evoca importantes nomes femininos que ajudaram a compor essa história. Desde os tempos da escravidão, essas mulheres negras cumprem papéis que abrangem organização familiar, liderança religiosa, entre outros. Na segunda metade do século XVIII, **Maria Felipa Aranha** liderou o quilombo do Mola, formado por mais de trezentos habitantes, foi sucedida por **Maria Luisa Piriá**. Ambas são lembradas como parteiras e experientes, outro nome dado às curandeiras nesta região. No quilombo de Paxibal, no mesmo estado, encontramos **Leonor**. Idosa e cega, a parteira morava sozinha, cuidava de suas coisas e trabalhava na roça. Antigas parteiras e rezadeiras como **Joana Coelho**, conhecida por Vieira, **Virgilina, Guita, Juvita, Telene, Catita, Odete, Maroquita, Madalena** e tantas **Beneditas, Raimundas** e **Marias** são lembradas na memória dos remanescentes mais antigos do Tocantins.

Para estas mulheres, o acúmulo de inúmeras tarefas não significa só a garantia do sustento de cada dia, mas também o desafio às limitações e, principalmente, a busca de um tipo de independência bastante particular e muito valorizada pelas parteiras e rezadeiras locais. Diferindo da maioria das relações conjugais, nessas regiões, o marido da parteira – por exemplo - deve aceitar que sua esposa saía a qualquer hora do dia ou da noite, sozinha ou acompanhada de um homem, normalmente desconhecido (o marido da gestante), ficando horas ou até dias fora de casa. Nessas histórias de vida, os significados do trabalho são reinterpretados e extrapolam os papéis sociais atribuídos ao gênero feminino.

Entre as gestantes existia uma predileção generalizada por parteiras. A associação entre feitiço e magia, recebida com grande inquietude pelos médicos, manteve-se como a preferência das parturientes. O corpo feminino não poderia estar sujeito ao olhar masculino, mesmo que especialista. Fora do parto, muitos diagnósticos eram dados pelos médicos sem que sequer vissem as pacientes.



316
Margarida Maria da Silva, Mãe Maga, foi durante décadas, parteira da Comunidade Quilombola de Conceição das Criololas, PE. Coleção Particular Givânia Maria da Silva .

317
Bernadete Maria de Oliveira fez parte da Associação de Parteiras de Jaboatão dos Guararapes, PE. Faleceu em Abril de 2006, sem ter participado do lançamento do livro Mulheres e Parteiras: Cidadania e Direitos Reprodutivos que ela ajudou a produzir. Fotografia Angeles Cabria. Acervo Curumim.

318
Raimunda Maria de Jesus, parteira do Município de Trindade, sertão do Araripe Pernambuco, 1999. Acervo Curumim.

319
Antonia Constância de M. Campos, parteira de Roraima. Coleção particular Maria Cícera Gomes de Lucas.

Nos primórdios da ginecologia, os corpos femininos estavam protegidos pelas normas de pudor e decência construídas pela sociedade da época. Até os exames, mesmo que sob o comando dos médicos, eram feitos pelos maridos, que se esquivavam de olhar para a paciente. Embora em menor número, até hoje, continua ocorrendo relatos sobre a presença de maridos nas ante-salas ou mesmo nas salas de exames. Ironicamente, são essas próprias restrições impostas ao gênero que vão manter viva a tradição das parteiras e da aplicação dos seus segredos e saberes na hora do parto preocupando os médicos, que consideravam essa preponderância “incivilizada”.

Havia dois tipos de parteiras: aquelas que passavam por algum tipo de formação acadêmica e as práticas, que tinham adquirido seus conhecimentos pela transmissão oral. Com duração de dois anos, a partir de 1832 começam a ser ministrados nas escolas de medicina e cirurgia cursos específicos para partos. Contudo, um olhar mais atento nos leva a crer que nesse universo a tradição oral prevalecia sobre a prática acadêmica. Seria pouco provável que parteiras experientes recorressem a cursos desses formatos para aprimorar seus conhecimentos. Nesse momento, embora a possibilidade de realização de cesarianas por parteiras fosse bastante remota (devido ao desconhecimento da anestesia e assepsia), existem relatos - mesmo que sem comprovação – de uma dessas intervenções feita pela parteira **Felicia Cândida de Figueiredo** em Coqueiral, nas Gerais do século XIX.

Foi na comunidade quilombola de Conceição das Crioulas que **Margarida Maria da Silva** tornou-se parteira e, ainda muito jovem, passou a ser chamada de Mãe Maga. Sua experiência era tanta que previa quando a presença médica seria necessária. Dias antes de ganhar neném, a parteira pedia às grávidas que usassem defumadores de plantas naturais e tomassem muitos banhos e chás de ervas. Bastante apegada aos preceitos católicos, Mãe Maga realizava um ritual de orações nos momentos anteriores ao parto. Devido à forma carinhosa e respeitosa com que cuidava de suas grávidas e filhos (as) era considerada uma verdadeira médica. Em troca dos serviços prestados, recebia um “Deus lhe pague” e o respeito de todas (os). Faleceu em 10 de janeiro de 1995 e, por conta de sua enorme dedicação, é lembrada na comunidade como a “Mãe de Todos”. Também em Conceição das Crioulas, está **Joana Jovenita**, nascida em 20 de fevereiro de 1949. Mãe Joana trabalha no Posto de Saúde local como auxiliar de serviços gerais. Mas, sempre pronta a qualquer chamado às pressas, ela é uma das herdeiras da tradição deixada por Mãe Maga.

Em Angra dos Reis (RJ), no quilombo de Bracuí, **Joana Azevedo dos Santos** de 89 anos relata que seu primeiro parto foi quando deu a luz sozinha ao seu terceiro filho. Dona Joana – que também é rezadeira - decidiu partejar como retribuição “à graça concedida por Deus” de ter sobrevivido ao complicado parto de gêmeos. Em quarenta e cinco anos de profissão, Dona Joana estima que centenas de crianças nasceram por suas mãos.

Remanescentes de um quilombo na região de Goiás, o povo Kalunga também encontra no parto domiciliar traços de sua história. De acordo com a sua tradição, as mulheres ao parir não podem gemer ou gritar, pois precisam





320
Procópio dos Santos Rosa, parteira do Quilombo Kalunga, GO. Uma das 52 brasileiras indicadas para o Prêmio Nobel da Paz, 2005. Fotografia Riva Blanche. Acervo Projeto Saúde e direitos reprodutivos do povo Kalunga e suas mulheres.

321
Cartaz do curso de capacitação das parteiras tradicionais do Sítio histórico e patrimônio cultural Kalunga. Acervo Projeto Saúde e direitos reprodutivos do povo Kalunga e suas mulheres.

322
Parteira Edite Maria da Silva auscultando barriga de mulher grávida. Engenho Coceiro, Palmares, PE. Fotografia de Ricardo Funari. Acervo RF2 Fotojornalismo Digital Ltda.

guardar forças para trazer a criança ao mundo. Donas de uma prática de partejo bastante singular, as kalungas ajudam as parturientes a extravasarem suas dores coletivamente porque dividem as funções na hora do parto com pelo menos quatro mulheres: “a do buraco”, encarregada de pegar o bebê e a única a ver a genitália feminina; “a do suspiro”, que segura a mulher e a massageia nas costas; “a da banda”, que se divide entre o quarto e a cozinha, pois é sua tarefa providenciar os materiais necessários (água quente, chás, banhos, entre outros) e por fim “a do consolo”, que procura acalmar a futura mamãe. A quilombola **Procópio dos Santos Rosa**, além de parteira é uma grande lutadora em prol do bem estar de sua comunidade. Líder kalunga, descendente de escravos, nasceu em 1933, na região de Monte Alegre (GO), de onde nunca saiu, a não ser para ir ao encontro de autoridades públicas, sempre na tentativa de ampliar os direitos de seu povo.

Nos tempos atuais, as parteiras, rezadeiras e benzedoras sofrem o alijamento do processo de cura em prol das técnicas da medicina oficial. As inúmeras dificuldades e sofrimentos vivenciados por elas estão nas falas de suas netas, bisnetas ou parentes que mesmo demonstrando predisposição para a arte de partejar e de benzer afirmam não terem interesse em seguir pelo mesmo caminho. Desconsiderando a importância histórica destas mulheres, ainda hoje, seu trabalho não foi regulamentado.

Dessa forma, as velhas parteiras que conseguem se aposentar, quando o fazem é como trabalhadoras rurais. Todavia, esta realidade tende a mudar. Na região amazônica existe uma intensa movimentação para a legalização do trabalho delas. O I Encontro Internacional de Parteiras da Floresta aconteceu em Macapá, capital do Amapá, em julho de 1998. As principais reivindicações desse fórum situaram-se no reconhecimento e remuneração destas profissionais. Em 2003, o V Encontro Nacional da Rede de Parteiras Tradicionais aprovou e encaminhou a proposta para a regulamentação da profissão. Responsável pelo aprimoramento de duas mil e quatrocentas profissionais, em mais de noventa e três cidades das regiões Norte e Nordeste, a Rede Nacional de Parteiras Tradicionais busca – através de valorização, organização e reconhecimento deste trabalho - trazer à luz as lutas dessas mulheres que aparam vidas e preservam essa valiosa tradição.

São dignas de registro as variadas expressões de força e resistência dessa verdadeira arte feminina. Numa história baseada na oralidade, essas personagens aparecem como mulheres fortes e destemidas. Ao contrário do que se pensa suas práticas não se justificam apenas pela atual precariedade da saúde pública. Em boa parte dos casos, elas são procuradas por tornarem o nascimento mais humano, o que demonstra que com grande maestria e um significado próprio de independência, elas ultrapassam historicamente a lógica patriarcal e os limites da administração doméstica sendo na maioria dos casos as provedoras da família. Donas de escolhas marcadas por coragem e solidariedade, para estas mulheres negras, aqui citadas e milhares de outras anônimas, partejar, curar ou benzer não têm dia nem hora marcados. Suas biografias nos remetem à recusa das limitações impostas pelos papéis de gênero. Para elas, “não há tempo bom ou ruim, chuva ou vento, escuro ou claro”.





323

323
Oficina sobre parto durante o II Encontro de Mulheres de Casa Amarela, Recife, PE, 1988. Fotografia Angela Freitas. Acervo SOS Corpo – Instituto pela Democracia.



324

324
Parteira Dona Santana, Pará, 2001. Fotografia Stephanie Pommez. Acervo Curumim.

325
Parteira e benzedeira da Vila de Itaúnas, município de Conceição da Barra, ES. Dona Tidu, como é conhecida, tem nos braços seu 12º bisneto a quem ela ajudou vir ao mundo. Fotografia Carla Osório. Coleção particular Carla Osório.





Nos porões do preconceito

A chegada dos europeus às Américas ainda no final do século XV veio acompanhada de uma série de visões e interpretações acerca das populações nativas do chamado “Novo Mundo”. A convivência interracial entre brancos, indígenas e, logo em seguida, negros esteve fundamentalmente marcada pela ideologia de superioridade ocidental trazida e difundida pelos colonizadores europeus.

Nesse sentido, é importante considerar que desde os primeiros contatos, os grupos indígenas e africanos foram interpretados de um ponto de vista eurocêntrico que considerava seus códigos, hábitos e costumes como inferiores àqueles observados na Europa. Nesses termos, as interpretações forjadas por eles acerca das culturas e sociabilidades africanas e indígenas foram norteadas por um intenso “estranhamento” que no encontro dos continentes destinou para negros e índios à categoria de meros selvagens.

No imaginário europeu, o continente americano já era imperfeito por abrigar criaturas fantásticas e ser diferente de tudo aquilo que era considerado civilizado. Assim sendo, as relações raciais nas Américas desde os primórdios foram permeadas pela hierarquização das diferenças como justificativa para dominação colonial branca. Muito antes da adoção das teorias raciais no Brasil – consolidadas no século XIX – o lugar social da animalização já estava reservado para homens e mulheres indígenas e particularmente negros, habitantes do “maravilhoso”, mas também “demoníaco” mundo dos trópicos.

O clima tropical, a diversidade da fauna e da flora, os cultos religiosos locais, etc. intensificavam o processo de estranhamento vivenciado pelos europeus. Ao longo do século XVI, com a introdução da mão-de-obra africana, todos os holofotes da estranheza branca recairão sobre os povos negros e, mais especificamente, sobre a sua pele escura, tratada a partir de um misto de fascínio e de repúdio pelo colonizador. A ininterrupta presença africana nas Américas por mais de três séculos faz com que o índio passe a ser visto como “gentio da terra”, elemento inocente, desconhecedor do evangelho. Enquanto os africanos seriam apóstatas, por terem conhecido e renegado o catolicismo quando da chegada dos europeus à África. A luz dessa hierarquia entre negros e índios, as autoridades católicas – ainda nos primórdios da colonização – proibem em seu Diretório o “abominável abuso” de chamar os indígenas do Pará e do Maranhão de negros, por considerarem esse ato “prejudicialíssimo à civilidade dos mesmos”.



"Fomos à festa da Glória e lá vimos a flôr da mais pura cafrica aristocracia.

Lá estava também o nosso cozinheiro deitando elegância.

- Vossa Exa. não espera pelo fogo?

- V. Sa. Me discurpe, eu tenho d'i aprontá o chá de yayá.

Os famosos relatos de viajantes europeus demonstram a curiosidade com o exotismo e o primitivismo da “selvática gente negra e nua” descrita pelo poeta português Luis de Camões. Contudo, há de se ir mais além, pois a cor preta, inicialmente tratada apenas como fator de estranheza, irá ao longo da colonização nas Américas se transformar na principal justificativa da escravidão africana além de se converter em forte instrumento para a difusão do racismo científico no século XIX.



Em 1887, o viajante Gustave Aimard, demonstra seu espanto com a especificidade da miscigenação brasileira: “Notei um fato singular que eu jamais observei senão no Brasil: é a mudança que se deu na população pelo cruzamento de raças, eles são os filhos do sol”. Percorrendo a literatura dos viajantes, percebemos que Aimard não estava só. Para o francês Gobineau que permaneceu no Brasil por quinze anos, menos do que “filhos do sol”, a população brasileira representava o que há de mais feio e imperfeito na humanidade por ser um produto da mistura racial condenada como forma de enfraquecimento e degenerescência da espécie humana.

Mais do que em qualquer outro país, o pensamento de Gobineau sobre “a população totalmente mulata, viciada no sangue e no espírito e assustadoramente feia” foi apropriado como teoria (gobinismo) e ganhou argumentos extremamente sofisticados, construídos através de um forte canal de comunicação estabelecido entre as áreas do Direito, da Medicina e da Antropologia, que juntas não mediram esforços para justificar a inferioridade dos negros e mestiços.

Partindo desse contexto, convém destacar que as teorias eugênicas foram o grande mote para o desenvolvimento do chamado “racismo científico” do século XIX. Em contraposição ao Brasil mestiço, a eugenia representava a vitória da geração perfeita ou nas palavras do naturalista inglês, Charles Darwin, principal teórico do evolucionismo e autor de *A origem das espécies* (1859), a “sobrevivência do mais apto”. Esse processo de conversão de desigualdades



327
Charge delatando o preconceito racial. Revista América Yllustrada, nº 08. Pernambuco, 1881. Acervo Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco.

328
Charge mostrando o preconceito social. Revista Diabo a Quatro, nº 155. Pernambuco, 1878. Acervo Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco.

329
Redenção de Cã. Óleo sobre tela de Modesto Brocos, 1895. Acervo Museu Nacional de Belas Artes/IPHAN/Ministério da Cultura.



M. Brocos
1895



PHOTOGRAPHO - Assim... quando eu abrir isto, você olhe para dentro do vidro. 330



- Agora... um, dous, tres, quatro ... 331

330 e 331
Charge publicada na Revista Semana Illustrada, ano VI, nº 268. Rio de Janeiro, 1866. Acervo Biblioteca Nacional. (duas imagens).

332
Charge publicada na Revista da Semana, ano I, nº 08. Rio de Janeiro, 1900. Acervo Biblioteca Nacional.

333
Capa da Revista da Semana, ano III, nº 112. Rio de Janeiro, 1902. Acervo Biblioteca Nacional.

334
Charge publicada na Revista da Semana, ano VIII, nº 381. Rio de Janeiro, 1907. Acervo Biblioteca Nacional.

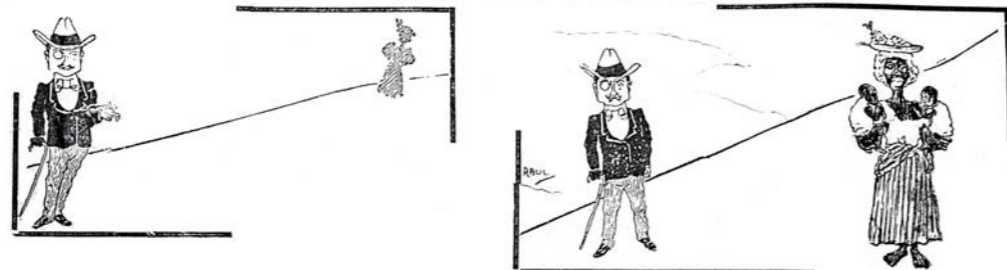
sociais em biológicas foi levado a cabo no Brasil ao longo do oitocentos e contou com a participação de múltiplos sujeitos das elites intelectuais que se incumbiram da missão de definir raça como conceito estritamente científico e biológico. Nessa história, vários atores sociais surgem como protagonistas.

O médico e antropólogo Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906) foi um dos pioneiros nos estudos sobre as populações africanas e descendentes no Brasil além de ter fundado a disciplina “Antropologia criminal brasileira”. Ainda em 1888, antes de se tornar professor da Faculdade de Medicina da Bahia (1891), o maranhense já enfatizava a necessidade de se criar dois códigos penais distintos para brancos e negros. Rodrigues acreditava ser necessária uma reformulação no conceito de “responsabilidade penal” porque devido à infantilidade e ao barbarismo, inerentes aos grupos negros e mestiços, eles não teriam condições de responderem sozinhos por seus atos perante a Justiça. Por agirem como crianças, precisavam ser tutelados e para Nina Rodrigues ninguém melhor que o Estado para cumprir essa função.

Além da Medicina e da Antropologia, o Direito também forneceu embasamentos teóricos para a naturalização da raça negra como aquela dos grupos biologicamente inferiores e promíscuos. Seria possível mencionar dezenas de advogados e juristas, que através da Justiça, empenhavam-se em conferir às diferenças sociais entre brancos e negros um *status* essencialmente biológico, entretanto duas autoridades se destacam: Francisco Oliveira Viana (1883-1951) e Silvio Romero (1851-1914).

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais e renomado intelectual no cenário brasileiro, o fluminense Francisco Oliveira Vianna foi um grande interessado nos estudos sobre raça, que, segundo seu pensamento, deveriam ser direcionados para questões ligadas à “psicologia diferencial das raças” e à “aptidão às civilizações” dentre outras. Ele sublinha a inferioridade dos negros e mestiços no livro *Raça e Assimilação*, publicado em 1932, momento em que a argumentação supostamente científica já perdia terreno para abordagens culturalistas que consideravam as variantes sociais em detrimento das biológicas no delineamento da noção de raça. Mesmo numa situação de enfraquecimento das teorias raciais estritamente biológicas, ele reitera o compromisso de cruzar as teorias racistas com o discurso científico. Nesses termos, segundo o modelo de classificação racial que Vianna propõe, os grupos negros seriam criaturas sensíveis, fantasiosas, imediatistas, extremadas, expansivas e cruéis. Assim sendo, para garantir o sucesso da nação era preciso recorrer ao branqueamento

ILLUSÃO DE OPTICA



- Bello! Para ca se aproxima uma deidade...

- Ora bolas !!!

332

– via imigração européia – para enfraquecer o peso dos traços de negros e índios no conjunto da população brasileira.

Inúmeros intelectuais espalhados por diversos estados do país preocuparam-se em encontrar respostas para o futuro da Nação focalizando a nossa composição racial, contudo estes “homens de ciencia” não encontraram nas teorias eugênicas européias respostas viáveis para o desenvolvimento de um Brasil branco.

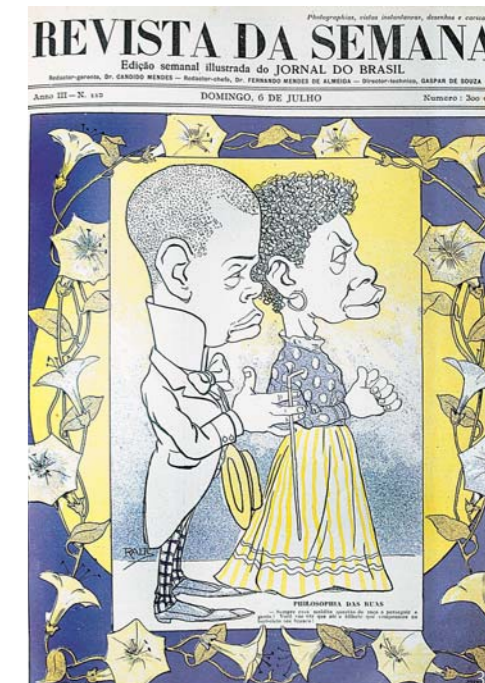
Simultânea à tentativa de importação das teorias raciais européias, uma séria questão se delineava para o futuro brasileiro no final do século XIX: qual seria o caminho para superar o passado colonial de escravidão (entendido agora como marca de atraso e barbárie) e viabilizar o sucesso da jovem República se sua população era majoritariamente negra e mestiça?

Diante de um amálgama de previsões pessimistas, coube à intelectualidade daqui driblar a ciência européia e constituir teorias específicas para o contexto brasileiro capazes de transformar a mestiçagem na garantia de sucesso da pátria. A tentativa de fazer desaparecer o passado africano teve logo de ser descartada por conta dos altos índices de mestiçagem e, de execrado, o povo mestiço passou a ser visto como sinal de esperança para difusão da “ordem” e do “progresso”. Nossa realidade completamente distante do embranquecimento fez com que já nos primeiros anos do século XX, os “ilustres” pensadores eugenistas – imbuídos pelo aparente paradoxo entre civilização e mestiçagem – vissem-se forçados a dar um “jeitinho brasileiro” para adaptar as teorias biológicas ao fenótipo mestiço da jovem nação alterando os rumos do projeto eugênico.

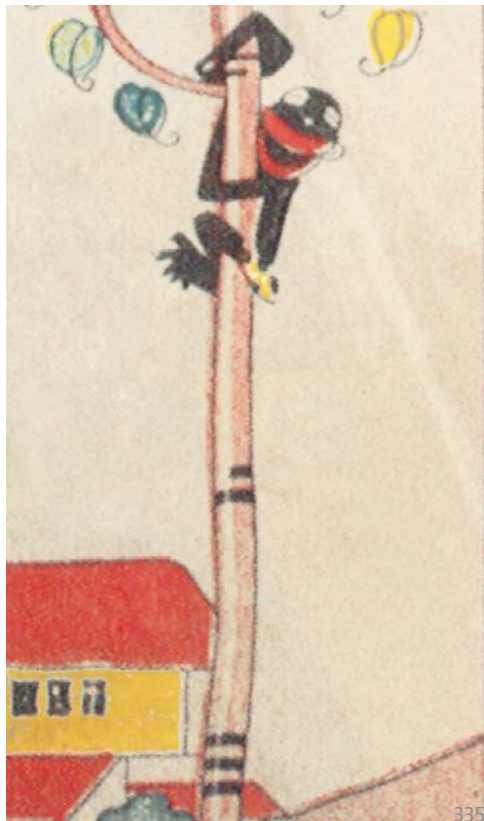
Esta impossibilidade concreta de transformar o Brasil num país branco faz com que a mestiçagem – antes repugnada – fosse reverenciada como uma singularidade positiva. A eugenia – meta inalcançável – é processualmente substituída pelo enaltecimento da mistura racial como *pedigree* brasileiro. Por intermédio de inúmeras adaptações feitas nas teorias raciais européias para que elas se adequassem à realidade miscigenada do Brasil, a figura mestiça, até então cânone da degenerescência, sofre um reverso e passa a simbolizar a “raça do futuro”.

Intelectuais como o advogado e literato Silvio Romero criam terreno para as primeiras interpretações positivas sobre a mestiçagem. Grande expoente do pensamento racial na Escola de Direito do Recife, o sergipano defendia a idéia de que a mistura racial faria prevalecer as características biológicas do grupo mais forte e transformaria os brasileiros numa raça original e pura. Ao contrário de Nina, ele considerava a mestiçagem como a grande solução para o Brasil, mas concordava com ele sobre a inferioridade do negro e por isso defendia arduamente a imigração européia.

Muitos caminhos e descaminhos conduziram rapidamente essa mudança de paradigmas acerca das implicações da mestiçagem, entretanto a publicação de Casa-grande & Senzala em 1933 pelo antropólogo Gilberto Freyre é o grande divisor de águas que converte a mestiçagem – expoente do fracasso – em símbolo positivo de identidade nacional. Através de uma análise antropológica



- Para avelludar a cutis, minha senhora, temos aqui o pó de arroz preto ou chocolate. 334



335
As Carambolas. Revista O Tico-Tico. Rio de Janeiro, ano 24, nº 1251, setembro 1929. Acervo Centro de Estudos Campanhenses Monsenhor Lefort. Campanha, Minas Gerais.

336
O sonho de lamparina. Revista O Tico-Tico. Rio de Janeiro, ano 24, nº 1251, setembro 1929. Acervo Centro de Estudos Campanhenses Monsenhor Lefort. Campanha, Minas Gerais.

337
Lamparina quebrou a Sopeira. Revista O Tico-Tico. Rio de Janeiro, maio de 1929. Acervo Centro de Estudos Campanhenses Monsenhor Lefort. Campanha, Minas Gerais.

acerca da colonização portuguesa no Brasil e da relação entre índios e prioritariamente brancos e negros, o antropólogo abriu as portas para a criação dos primeiros alicerces teóricos da chamada “democracia racial”. Analisando a convivência interracial na colônia, o pernambucano enfatiza a existência de um caráter harmônico nas relações entre senhores e escravos. Segundo seu pensamento, apesar das violências físicas e da exploração sexual de africanas e de suas descendentes, a engrenagem da escravidão, marcada por um intenso processo de miscigenação, foi o palco para a produção de uma sociedade e povo absolutamente singulares, ou melhor, genuinamente brasileiros.

Os fortes ecos dessa matriz interpretativa alteraram o cenário da descrença e do pessimismo assumido inicialmente pelas elites intelectuais e o cruzamento racial passou a ser exaltado como receita para o sucesso e o desenvolvimento do Brasil. Construída no interior das trocas culturais intergrupais, a mestiçagem carregava o melhor de cada grupo racial e passava a representar a “fina flor” da humanidade.

Os rumos e (des) rumos sobre a mestiçagem tiveram como pano de fundo dois importantes eventos: a lei Áurea e a proclamação da República. Ocorridos no fim do século XIX, estes dois marcos históricos fizeram emergir as primeiras discussões acerca da construção da pátria, da nação e da identidade nacional brasileiras. A partir deste momento, a transformação do Brasil numa “civilização dos trópicos” tornou-se o centro das preocupações das elites intelectuais.

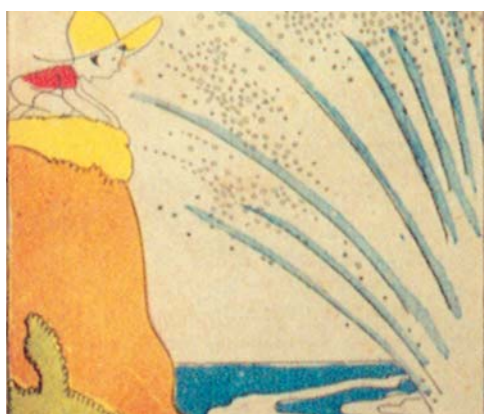
A assinatura da Lei Áurea em 13 de maio de 1888 simbolizou o término legal da escravidão africana no Brasil, mas o caráter do processo pós-abolicionista reforçou a marginalização de mulheres e homens descendentes da escravidão por intermédio da recriação de preconceitos e estigmas ligados ao passado escravo. No lugar de projetos e alternativas que concebesssem as populações afro-descendentes - agora livres - como cidadãs, a idéia de raça passou a ser usada como marcador prioritário de hierarquias naturalizadas que no plano real se traduziam em prejuízos e preconceitos contra os negros.

O término da escravidão africana e a inauguração da era republicana vieram acompanhados da manutenção dos privilégios das elites brancas. A ex-colônia, agora jovem nação, preocupou-se em modificar o *status* das populações descendentes da escravidão. Da condição de escravos e libertos, eles migraram para a de não cidadãos, situando-se nas margens do projeto elitista de formação da nação. De acordo com os jornais da época, estes sujeitos - espalhados pelos cortiços, vilas, casas de pensão e demais habitações populares - engrossavam agora as fileiras das “classes perigosas”, potencial ameaça para o desenvolvimento da nação.

Conforme os discursos intelectuais, estas “classes perigosas” deveriam “sumir do mapa” a qualquer preço, pois essa seria a única forma de transformar o Brasil numa civilização tropical, a legítima pátria republicana. A principal iniciativa da lógica do “sumir do mapa” foi difundida pelo Estado que - ainda no século XIX - começa a investir na vinda de mão-de-obra imigrante para o Brasil.

As políticas imigratórias foram amparadas pelo pressuposto de que com a introdução maciça de brancos europeus, representantes natos da raça superior,





338
Um desastre. Revista O Tico-Tico, Rio de Janeiro, maio de 1929. Acervo Centro de Estudos Campanhenses Monsenhor Lefort. Campanha, Minas Gerais.

339
Valentia castigada. Revista O Tico-Tico, Rio de Janeiro, agosto de 1929. Acervo Centro de Estudos Campanhenses Monsenhor Lefort. Campanha, Minas Gerais.

os negros, mulatos e mestiços – símbolos da selvageria, do primitivismo e da barbárie – desapareceriam e os entraves para o projeto civilizatório seriam derrotados. A inevitabilidade do meio por si só garantiria a vitória da eugenia e, por consequência, o sucesso da pátria republicana.

Nesses termos, os herdeiros da escravidão encontraram, na sua grande maioria, muitas dificuldades de acesso à escola ou a qualquer outro tipo de mecanismo que criasse subsídios para sua mobilidade social. Dentro de um mosaico de cores, o preconceito racial foi recriado com notável força pela ausência absoluta de políticas públicas para saúde, educação e trabalho que uma vez aplicadas garantiriam às populações negras oportunidades de incorporação numa sociedade ancorada em novos códigos ligados ao trabalho livre e à “civilização” do Brasil nos moldes europeus. A participação da população feminina negra em diversos espaços foi uma constante na história do Brasil. Nos tempos da escravidão, as escravas domésticas ou “mucamas” além de coexistirem na casa-grande com a família do senhor branco, exerciam na maioria dos casos um papel materno carnalizado na figura da “mãe preta”. Na verdade, a esfera de atuação da “mãe preta” no Brasil ou da “mami” nos estados Unidos abrangia todos os lugares da casa. Eram elas as confidentes de suas senhoras brancas, as responsáveis pela amamentação dos sinhozinhos e sinhazinhas e também pelos seus primeiros ensinamentos.

É nesse sentido que Lélia Gonzalez, grande feminista negra, propôs, na década de 1980, uma releitura da “mãe preta”. Para ela, ao invés de sua figura representar a aceitação da condição escrava, ela canonizava uma resistência à ideologia senhorial construída no cotidiano entre senhores e escravos através das canções de ninar repletas de palavras africanas e fundamentalmente pela linguagem ensinada às crianças. Nesse sentido, Lélia destaca a singularidade da língua brasileira que ao invés de português deveria se chamar “pretuguês” tamanha à influência da África e das mulheres de cor preta na sua formação.

Esse refinado pensamento histórico de Lélia Gonzalez evidencia um tópico pouco abordado na nossa história: o papel social da mulher negra na sociedade brasileira. Aprisionadas pelo estereótipo da negra trabalhadora braçal ou da mulata dona de uma sexualidade exacerbada, suas imagens foram historicamente construídas distantes e antagônicas a qualquer referencial de positividade.

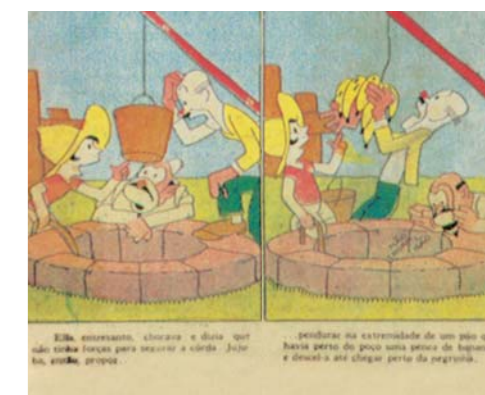
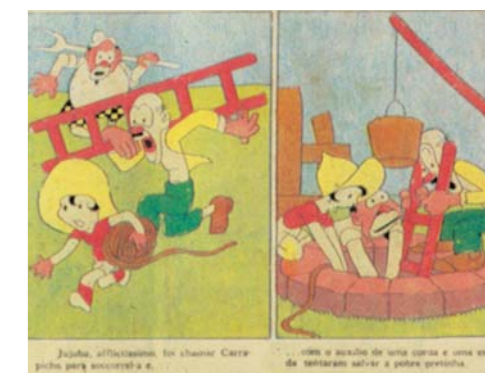
Dessa forma, interessa perceber menos a ausência do feminino negro do que o tratamento dado ao seu corpo e ao seu comportamento pelas produções letradas dos séculos XIX e XX. Entre 1928 e 1937, a revista infantil Tico-Tico trazia como protagonista de diversas tiras a personagem mirim Lamparina. O comportamento desastroso e atrapalhado da “negrinha” fez com que numa das estórias ela quebrasse a sopeira. É interessante notar que aquilo que inicialmente deveria ser tratado como incidente acabou se tornando uma “benesse”. De acordo com a narrativa, após quebrar o objeto, Lamparina pôs-se a chorar, as lágrimas desbotaram-lhe a pele, sua cor fica retida na parede e ela se tornou uma criança branca. Nesse sentido, o matiz escuro deixado na parede da fazenda e

o sofrimento da menina ilustram o compromisso firmado entre a literatura e a “ciência” na difusão de um projeto de embranquecimento da nação.

Em outra das setenta e duas estórias protagonizadas por Lamparina, ela sonhava ser um macaco que caía da árvore durante o sono. Menos do que entreter o público infantil, a trajetória da menina negra sem parentes, estabana, desastrada e que falava errado atrelada ao seu próprio nome (Lamparina – derivado de luz e lâmpada), sugeria para crianças brancas e letradas que ser negro era um castigo de Deus e que uma “boa criança” tinha que necessariamente ter pele clara. O percurso de Lamparina evidencia as barreiras para a construção de imagens negras positivas e representa o lugar comum da inferioridade moral e intelectual do ser negro cristalizado no imaginário das elites brancas.

No Brasil, o caráter do pós-abolição recria os estereótipos negativos atribuídos às populações afro-descendentes. Sentindo na pele o preconceito, elas construíram uma infinidade de organizações das mais variadas naturezas, possibilitando o desenvolvimento de caminhos e estratégias para superação da discriminação racial. Na década de 1950, momento de eclosão dos movimentos pelos direitos civis para negros nos EUA, no Brasil, são fundados vários clubes com a finalidade de constituir espaços de sociabilidade isentos de preconceito onde mulheres, homens, crianças e famílias negras pudessem “ficar a vontade”, ou seja, distantes das pressões geradas pela sua negritude. Canonizados como referências contra a cultura ocidental branca, os clubes e agremiações representavam uma iniciativa cotidiana em prol da afirmação dos descendentes de africanos. Nesses espaços foram produzidos concursos de beleza, bailes, festas, almoços, etc, voltados para as comunidades negras.

A tão propalada democracia racial brasileira foi questionada e vem, desde então, continuamente sendo desnudada. Nas organizações de cunho político, jornais, revistas, congressos, peças teatrais e projetos educativos foram postos em prática trazendo a tona essa reflexão. Os movimentos negros contemporâneos mantêm viva a tradição de luta de seus antepassados. Sua chama acesa continua driblando as malhas do preconceito e revertendo situações concretas de desvantagem para homens e mulheres negras. Atualmente proibidos por lei, até bem pouco tempo, o requisito da “boa aparência” e expressões como “preferencialmente branca” apareciam naturalmente estampadas nas páginas de jornal dificultando o acesso de mulheres negras ao mercado de trabalho. Numa lamentável singularidade em relação a todos os países do mundo, a segregação espacial - sob o eufemismo elevador “social” e “de serviço” – ajudava a compor a arquitetura dos mais variados prédios e edifícios, hostilizando as empregadas domésticas, não à toa, majoritariamente negras. Mas, graças ao ininterrupto processo de mobilização racial, tomamos conhecimento de que a história das mulheres negras no Brasil não foi feita só de Lamparinas.



Pais de abismos: mais negros e pardos nas construções e nos serviços domésticos e para a maior de brancos na indústria.

QUASE 20% EM VAGAS DE BAIXA REMUNERAÇÃO

Entre os negros 18,2% ganham menos do que o equivalente a um salário-mínimo por 40 horas semanais.

Os negros evidenciam a discriminação

Vítimas de discriminação racial vão polícia hoje prestar depoimentos

Discriminação: racismo pode levar dono de bar à prisão

Mulher é barrada por racismo

Por racismo proprietário Clube 96 pode ser preso

Doméstica
1, Lar p/ morar no empr. c/ exp. toda rotina, cuidar de crianças, c/ docum, e ref., pref. branca, s/ filhos, solteira, maior de 21a, F: 264-3090/ 608-1244, Gisele

Secretária p/ diretoria
C/boa aparência, alta, branca, solteira de 20 a 29 anos, datilografia IBM, c/conhecimento em inglês, redação própria em Português, excelente salário. Comparecer c/ Curriculum e foto, Av. Senador Feijó, 144 Santos.

ALUGAM-SE quarto p/ senhora só, que trabalhe fora, casa de família de respeito — Favor não comparecer pessoas de cor, Rua São Clemente, 250 c| 22.

Leci Brandão é barrada em prédio por ser negra

Negro baiano sorri tanto como o negro sul-africano

Pais de abismos: mais negros e pardos nas construções e nos serviços domésticos e parcela maior de brancos na indústria.

ALZIRA: Discriminação sempre existiu

Negras impedidas por preconceito

a negra é marginalizada o negro é discriminado

Aizita: "Branca? Nunquinha!"
Sômente Osvaldo Nunes foi a favor da pomada que, segundo se diz, faz o preto virar branco. Grande Otelo e o "Rei" Pelé são contra. E também a mulata Aizita, que exclamou: "Branca? Eu? Nunquinha!" (Segundo Caderno)

340
Até o final da década de 1950 os concursos de misses refletiam o preconceito racial da sociedade brasileira que excluía das passarelas as candidatas afrodescendentes. Em 1963 a enfermeira Aizita Nascimento, representando o Clube Renascença do Rio de Janeiro, participa do Concurso de Miss Guanabara rompendo, assim, com os cânones discriminatórios desses espaços. Na foto: Aizita Nascimento desfilando durante o Concurso de Miss Guanabara no Maracanãzinho, RJ, em 15 de junho de 1963. Acervo Última Hora. Arquivo Público do Estado de São Paulo.





341
Vendedoras. Desenho aquarelado atribuído a Maria Callcott, Bahia, c. 1810. Acervo Biblioteca Nacional.



A estética afro-brasileira: signos de beleza que atravessam o tempo

A estética africana, entendendo-se aí várias e diferentes estéticas e Áfricas, caracteriza-se por traduzir e revelar a natureza, o ser humano e o mito de maneira vivencial, sendo antes de tudo estética de experimentar e não apenas de apreciar. Assim, nascem e formam-se sistemas simbólicos que podemos chamar do lugar da estética, onde também está o lugar da expressividade da música, da pintura, do desenho, da dança, do canto, da palavra, da escultura, dos adornos corporais, do próprio corpo, da comida, da roupa, da arquitetura e da fé religiosa.

Ao olhar esses patrimônios no Brasil, olha-se novamente para a diversidade, para a multiculturalidade de povos africanos, reatando sentimentos afro-islâmicos integrados ao ser português, falando certamente de temas comuns dessa ampla, rica e geral afrodescendência.

Os trânsitos entre o tempo histórico e o tempo mágico dão o sentido da identidade ao que se quer nominar de estética de base etno-cultural ou de estética fundada nas longas trajetórias de povos, civilizações e sociedades africanas aqui reorganizados, interculturalmente presentes.

Contudo, um olhar privilegiado para o sagrado legitima manifestações, aproxima sentimentos pessoais e coletivos, buscando nos mitos dos orixás, voduns e inquices e nos ancestrais divinizados como os eguns e os caboclos papéis reguladores dos códigos de ética, moral e gênero e assim orientando linguagens sensíveis, determinando territórios de pertença.

Expressivos são os acervos visuais, sonoros, o sabor das comidas, a maneira de fazer do corpo o principal suporte estético, para assim comunicar o sagrado, o trabalho, o poder, a sexualidade e conquistar o direito à diferença, a alteridade.

Processual, dinâmica e liberta vive o que elegemos por estética afro-brasileira atuante no cotidiano das diferentes regiões do país. O espaço estético afro-brasileiro ou simplesmente afro é marca e território aliado ao imaginário sagrado, contudo não exclusivo das manifestações dos terreiros, das comunidades que vivem para manter elos memoriais e elos idealizados entre uma África mítica e uma África criada na diáspora.

A estética assume papéis de resistência, de manutenção de identidades, de criação de outras identidades não exclusivamente africanas, mas afro-brasileiras. O belo afro é cultural, nasce do costume, determina o que identifica, diferencia e



342
Baiana. Óleo sobre tela, autoria não identificada, c. 1850. Acervo Museu Paulista / USP.



343 e 344
Negras, Chistiano Jr., 1864-1866. Acervo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Ministério da Cultura.

345
Fulô e Chiquinha usando balangandãs. s/d. Acervo Instituto Feminino da Bahia / Museu Henriqueta Cantharino.

346
Negra, Alberto Henschel & Benque, c. 1870. Acervo Biblioteca Nacional

singulariza em contextos de sociedades globalizadas. Assim, o belo é o alcance da memória e é a gênese dessa estética autenticadora da nossa tão evidente afrodescendência de povo e civilização.

O penteado, a jóia, o pano, o corpo, o gosto, o cheiro, as escolhas, os ritmos, o som da palavra, o som do instrumento musical, o jeito que é ginga de cintura, pois temos jogo de cintura, fazem o encharcamento nacional e geral, nessa construção permanente de ser brasileiro.

Está na mulher um notável espaço patrimonial do que se cria e mantém dos imaginários que se concentram nesse nicho do saber fazer que é a da estética afro-brasileira. Além de realizadora e usuária do que faz, a mulher expõe, manifesta publicamente quem é, seu lugar, sua história, tendo no seu corpo o melhor e mais imediato sentimento de comunicabilidade.

Torço na cabeça, geralmente de pano branco engomado com as pontas de renda ou bordada complementando folhas de arruda ou de São Gonçalinho; nas orelhas brincos como o pitanga ou o barrilzinho, ou então argolas de ouro; no pescoço fios de miçangas, corais, prata, correntões de elos largos, chamados cachoeirano; todos pendendo para as costas onde se vê figas, bentinhos, contas maiores de louça, de âmbar, dentes encastoados, ferramentas dos orixás em prata, latão e cobre.

Veste camizu rebordado em richelieu, por cima larga bata; anáguas armadas, farta saia, estampada, bordada, de cor única, geralmente com mais de cinco metros. Nos pés chinelas, em especial o changrim, de ponta virada à mourisca. É assim o que se convencionou chamar de roupa de baiana.

Imagens do final do século XIX, fotografias, relatos e desenhos de documentalistas, mostram as negras abastadas, que ostentavam jóias de ouro e prata. Cordões feitos de bolas trabalhadas, padre nosso confeitado; rosáceas, cruz palmito, figas de coral, braceletes, tipo escrava, em filigrana e medalhões; punhos também de ouro; anéis em todos os dedos, de pedras e metais preciosos, tudo sobre beca, roupa de festa. Saia preta plissada, camisa branca de cambraia e bordados, complementada com abotoamento de ouro, panoda-costa, changrim branco nos pés; na cabeça torço de tecido nobre, seda, ou mesmo de alaká. Ainda grandes brincos de contas africanas de louça e coral e complementando a roupa, na cintura, a penca de balangandãs, molho de diferentes objetos, na maioria de prata, fazia do corpo da mulher um magnífico espaço de expressão e de poder.

Assim, lembranças das marcas étnicas dos Iorubás, Fon, Ewe, Popo, Mina entre outros povos da África Ocidental, reconhecidos pelos lanhos faciais por escarificações, permanecem nas pinturas corporais das iaôs, noviças, dos candomblés, remetendo histórias da África, das presenças, das memórias e de tantas e novas marcas que são ostentadas como orgulho de pertencimento.

A estética da cabeça, que dialoga com o corpo, traduz a importância de marcar e destacar cabelos e penteados. Pois está na cabeça e no que ela revela a construção da pessoa. Assim, a estética dos cabelos fala com a máscara, com as esculturas antropomorfas, zoomorfas e fantásticas, como também no desenho, na pintura, com os objetos de ferro, bronze, ouro, marfim entre outros.

Vive-se na casa, na rua, no terreiro, na festa, integrados aos nossos papéis sociais, tantas formas, maneiras e soluções do fazer e do usar, compondo esse tão rico, amplo e plural imaginário afro-brasileiro, tradutor de estéticas para falar com o mundo e se situar no mundo. É o reconhecimento na cor, no material, na textura, no significado, na afirmação, na construção, na comunicação da pessoa. Pois tudo é marca. Revive-se então as marcas na pele, nos rostos, nos corpos, agora interpretados como lugares de alteridade, de diferença, de pertencimento, de manifestar o que é belo, do que é próprio do acúmulo da história.

Marcas pelo trabalho, marcas pelas conquistas políticas, marcas pelos direitos culturais, marcas por tantos e muitos outros direitos por ainda conquistar. O lugar, lugares de expressar os conteúdos do que chamamos de estética afro-brasileira é geral, não restrito ao terreiro e ao samba, embora terreiro e samba falem de formas de resistência, de interação com a sociedade complexa.

A afirmação das identidades/estéticas não são reducionistas ao lugar esperado ou mesmo do lugar possível para a afrodescendência. Não é exclusivo do naif e nem da tonalidade popular. Há de ser e de viver essa tão geral e longa experiência, incorporando criatividade e dinâmica que tocam no belo que é pertencimento.



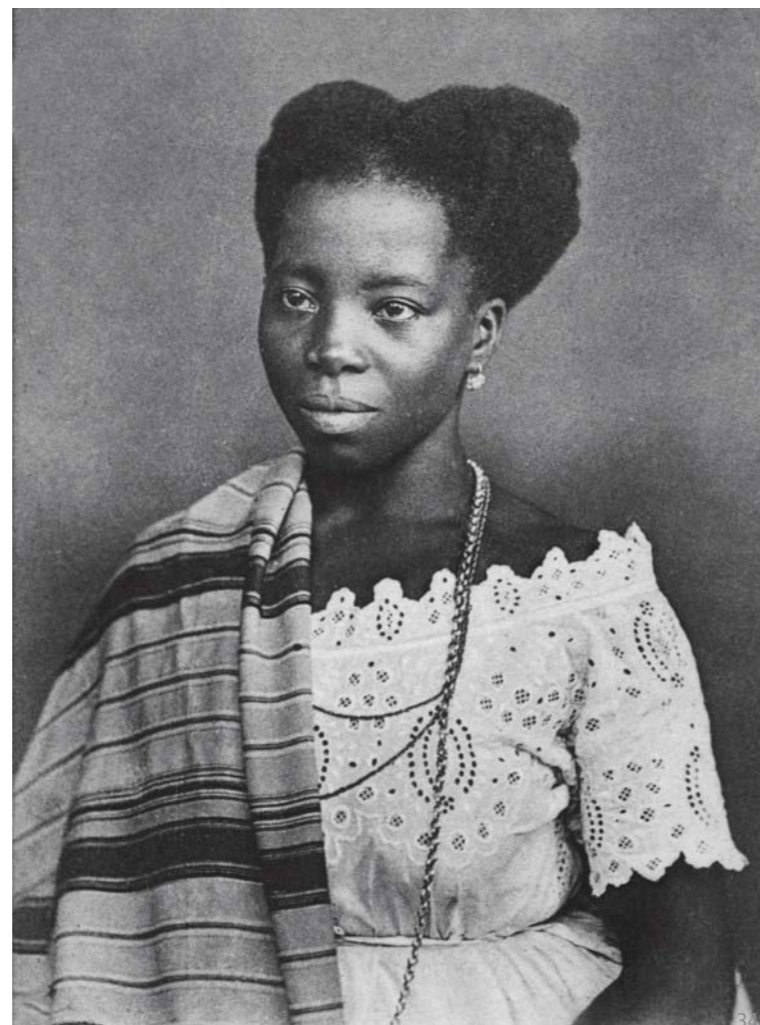
345



346



344



347 a 349
Creoulas da Bahia. Cartões postais de Rodolpho
Lindemann, c. 1890. Coleção particular Monsenhor Jamil
Nagib Adib.

350
Negra da Bahia, Albert Henschel, c. 1870. Acrevo
Biblioteca Nacional.





351
Crioula com banco usando balangandãs, final século XIX.
Acervo Instituto Feminino da Bahia. Museu Henriqueta
Cantharino.

352
Crioula com balangandãs, final do século XIX. Acervo
Instituto Feminino da Bahia / Museu Henriqueta
Cantharino.



352



353
Sala de aula. Rio de Janeiro, década de 1920. Coleção particular Aparecido Salatini.

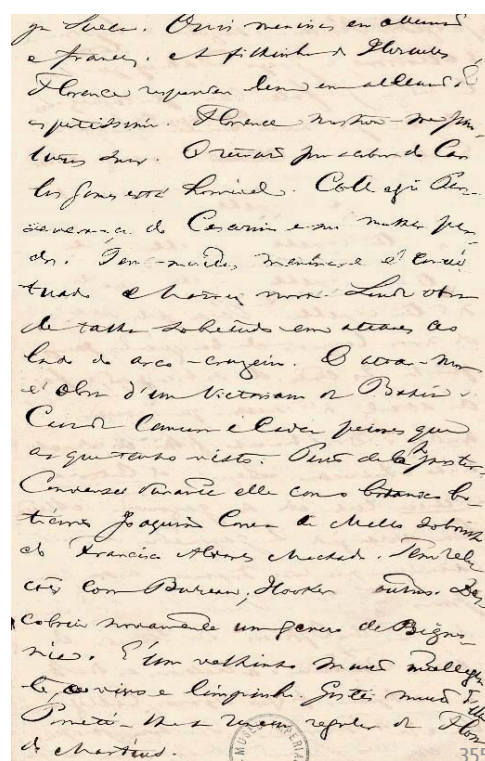
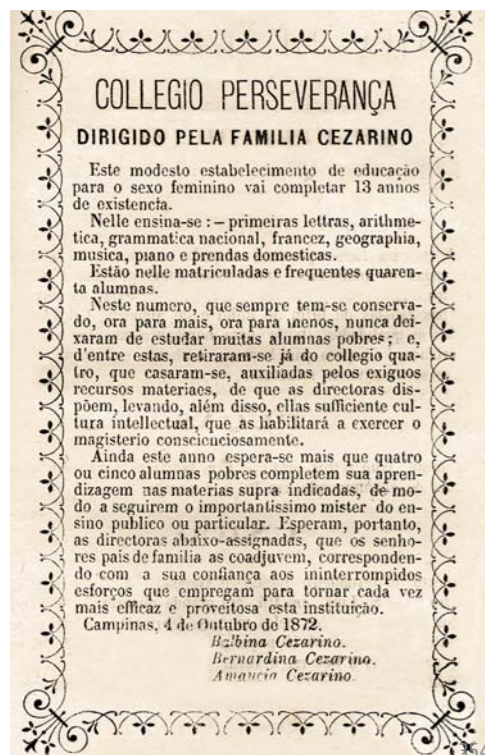
Transpondo obstáculos: o acesso à educação

Assim que a escravidão foi oficialmente abolida, em 13 de maio de 1888, os alunos maranhenses aprenderam a cantar o *Hino de libertação dos escravos*, que dizia o seguinte:

Salve a pátria do Progresso!	Quebrou-se enfim a cadeia
Salve! Salve Deus e Igualdade!	Da nefanda Escravidão!
Salve! Salve o sol que raiou hoje,	Aqueles que antes oprimias,
Difundindo a liberdade!	Hoje terás como irmão!

Os versos adquiriram força não só por anunciar um momento tão ansiosamente aguardado, mas por terem saído da pena de uma mulher negra, que dedicou sua vida à educação e que, hoje, é considerada a primeira mulher a escrever um romance abolicionista no Brasil, *Úrsula*, de 1858. **Maria Firmina dos Reis**, sua autora, impõe-se como uma pioneira tanto em nossas letras como na história da educação brasileira, fundando em 1880, na cidade de São Luís do Maranhão, uma escola mista e gratuita para as crianças pobres. Professora desde 1847, mesmo depois de se aposentar, em 1881, continuou, com poucos recursos, seu trabalho de instrução e assistência aos menores carentes, tomando muitos deles como afilhados. A trajetória de Maria Firmina, assim como as de outras professoras e alunas negras que despontam desde pelo menos o século XVIII, revelam uma história ainda pouco conhecida, mas significativa, da entrada e atuação dessas mulheres em diferentes espaços e instituições de ensino brasileiro.

Desde o período colonial, a educação feminina esteve voltada, na maior parte das vezes, para as funções domésticas, a aprendizagem dos cuidados com a casa, com o marido e os filhos, sendo o bordado uma das únicas “prendas” permitidas sem maiores inquietações. Tanto as brancas, quanto as negras e as indígenas não eram alfabetizadas, salvo casos isolados, quando os jesuítas interessavam-se pela instrução religiosa de umas poucas jovens índias ou algumas famílias mais abastadas mandavam suas filhas para os conventos portugueses. Mas nem sempre os motivos que as levavam até ali sobrevinham da boa fé de seus progenitores ou tutores. Nos conventos, muitas viviam como prisioneiras, forçadas ao claustro pela rebeldia, pelo adultério ou por disputas de espólios familiares. A partir de 1678, com a criação do convento de Santa Clara do Desterro, na Bahia, e de outras instituições similares, o número de meninas que viajavam para se instruir em Portugal foi aos poucos diminuindo.



As primeiras notícias sobre experiências de ensino da população negra na colônia começam a aparecer na década de 1720. Nesse período, escravas negras e mulatas passam a ser admitidas em instituições antes só permitidas às *sinhazinhas*, onde aprendiam boas maneiras, prendas domésticas e catequese. Algumas ingressavam nesses estabelecimentos em função de sua condição de filhas, ainda que ilegítimas, dos senhores de terra com suas escravas. Mas não se deve entender esse ingresso simplesmente como uma consequência da benevolência dos senhores para com seus rebentos, nem que o processo foi vencido sem reações mais incisivas por parte das autoridades. Em 1721, o governador de Minas, d. Lourenço de Almeida, recebeu uma ordem expressa de D. João VI exigindo que os “ilegítimos”, que não paravam de nascer, começassem a aprender a contar, ler e escrever em português e latim. Para educá-los, mestres-escolas deveriam ser pagos em cada vila da província. A ordem real, contudo, não foi acatada por d. Lourenço, que alegou que os rapazes eram “filhos de negras”.

Por outro lado, já nesta época, encontramos indícios de uma luta muitas vezes silenciada, onde se destacam a figura de mães determinadas em garantir, através da educação, melhores condições de vida a seus filhos. **Izabel da Silva de Abreu** foi uma destas mulheres. Parda e viúva, desde cedo buscou assegurar a instrução de seus rebentos, custeando o aprendizado do ofício de boticário do mais velho, com alguém que lhe ensinava em troca de pagamento, e a alfabetização do mais novo. Esforçava-se assim para que ambos superassem a posição social em que viviam. Mas sua determinação foi vista com antipatia por José Antônio Pinto Donas Boto, juiz de fora e de órfãos de Mariana, cidade mineira onde Izabel morava. Nos idos de 1760, quando os bens de seu finado marido foram inventariados, o juiz Donas Bota arbitrava à viúva um valor bem inferior ao que ela havia solicitado para a instrução de seus filhos, alegando que os gastos propostos eram injustificáveis “em se tratando de mulatos”. Como Izabel não esmorecia, empenhou-se em uma renhida batalha para que seus descendentes fossem mantidos longe da “alavanca e da enxada” e concluíssem sua formação.

Da mesma capitania de Minas Gerais, vem a história de uma outra mulher negra, que nesse mesmo período também empregava todas as forças para que seus filhos conquistassem o direito à educação. Mas aqui, ao contrário da anônima Izabel, encontramos um nome mais conhecido. **Chica da Silva** (1731-1796), ex-escrava que conquistou sua alforria, vivia em concubinato com o desembargador João Fernandes de Oliveira. As nove filhas do casal eram, todas, alunas do *Recolhimento de Nossa Senhora de Monte Alegre de Macaúbas*, misto de educandário e convento, especializado na formação de moças, para onde as meninas eram encaminhadas assim que completavam cinco anos de idade. Ali aprendiam as primeiras letras, doutrina cristã, trabalhos de agulha e cantochão. Chica da Silva podia visitar suas filhas quando quisesse. E, para que esses encontros ocorressem com maior comodidade, ela e o desembargador construíram um sobrado, ao lado do *Recolhimento*, onde o casal podia prolongar a estadia ao lado das meninas pelo tempo que desejassem.

Mas esses casos eram de fato exceções em um contexto em que aos senhores e autoridades interessava que escravos e libertos aprendessem o mínimo necessário para sujeitar-se às suas ordens. A educação das crianças negras se dava na aplicação sistemática da violência e nas formas de luta pela sobrevivência. Na informalidade do ambiente de trabalho, nos intervalos das extenuantes tarefas domésticas ou agrícolas necessárias ao bem estar da casa-grande. Muitos cativos, pela proximidade com seus senhores, assistiam ou mesmo participavam das aulas particulares dos *sinhozinhos* e *sinhazinhas*. Nas senzalas, as jovens meninas escravizadas aprendiam com as negras mais velhas os diversos trabalhos que mais tarde exerceriam. Preparavam-se para lavar, passar, cozinhar, tecer, colher, servir e mesmo a aceitar caladas os desejos de seus senhores. Outras tantas eram por vezes enviadas para casas educacionais, administradas por mulheres livres, que lhes ensinavam regras de conduta.

No Maranhão, há indicações de que, no Quilombo da Fazenda da Lagoa Amarela, seu líder, o negro Cosme, criara uma escola que ensinava aos pequenos quilombolas a ler e escrever. Em Salvador, alguns dos escravos e libertos que participaram da rebelião dos malês, em 1835, reuniam-se nas casas de seus companheiros, nos quintais de seus senhores ou nos quartos e vagas alugados, para fazer refeições rituais, celebrar datas festivas, orar, recitar e decorar versões do Alcorão, além de aprender a ler e escrever o árabe. Como escrever e memorizar orações e textos do livro sagrado eram passos fundamentais para a formação islâmica, alguns cativos, mesmo após as labutas diárias, reservavam um tempo para leitura e o aprendizado da escrita árabe.

Até meados do século XIX, seria somente a partir de iniciativas isoladas de uns poucos grupos, como as dos africanos islamizados da Bahia, e da determinação de alguns homens e mulheres, que os negros, especialmente os cativos, teriam acesso à educação. Apesar da primeira Constituição do Brasil, de 1824, buscar o fim do analfabetismo – prevendo a “instrução primária gratuita a todos os cidadãos”, e instituindo “colégios e universidades”, onde seriam ensinados as “ciências, belas-artes e artes” – e de, em 1827, surgirem as escolas de *Primeiras Letras*, conhecidas como *Pedagogias*, que formalizaram o ensino feminino, essas melhorias só atingiriam os homens e mulheres livres. Com a publicação do decreto 1331, de 1854, e o Aviso Imperial 144, de 1864, o acesso às escolas da Corte ficou oficialmente proibido aos “portadores de doenças contagiosas, escravos e não vacinados”. E, mesmo depois de conquistada a liberdade, muitos ex-escravos ainda encontrariam dificuldades para se instruírem, fragilizados em suas iniciativas individuais, dependentes no mais das vezes da complacência dos “detentores” do conhecimento. Nas instituições de *Primeiras Letras*, encontramos apenas poucas libertas negras e pardas. No Rio, a Sociedade Amante de Instrução, fundada em 5 de setembro de 1829, acolhia crianças e jovens, “filhos dos sócios” e também “pobres e órfãos”, em uma “aula de meninos, e mais duas de meninas”. Além de concorrer com as despesas para papel, penas e livros, a associação oferecia “socorros medicinais, vestuário e calçado aos mais necessitados”. Não se sabe, contudo, quantos desses estudantes eram filhos de escravos, ou ex-cativos que haviam conquistado sua alforria.

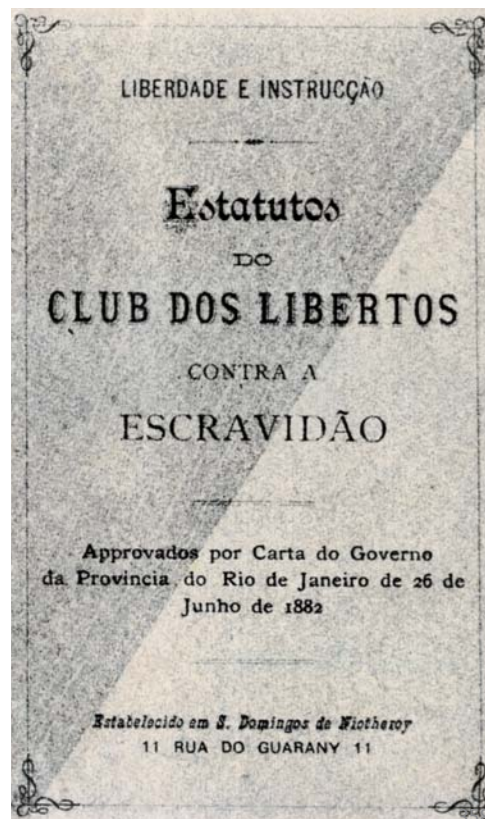


354
Anúncio da Escola Perseverança. Almanack de Campinas -SP, 1872. Acervo Biblioteca do Centro de Memória - UNICAMP.

355
Trecho do Diário do Imperador D. Pedro II em visita a Campinas. SP, 1876. Acervo Museu Imperial. IPHAN. Ministério da Cultura.

356
Inscrição fachada da Escola da Imperial Fazenda de Santa Cruz. Revista dos Construtores, 1886. Acervo Biblioteca Nacional.

357
Revista América Ilustrada nº 33. Pernambuco, 1881. Acervo Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco.



358
Estatuto do Clube dos Libertos, Niterói, RJ, 1882.
Coleção particular Thalita de Oliveira Casadei.

359
Professorandas de 1906. Instituto Normal da Bahia.
Publicada na revista da Semana, ano VIII, nº 391, 1907.
Acervo Biblioteca Nacional.

360
Escola de freiras. Cartão postal, autoria desconhecida,
Santa Catarina, década de 1900. Acervo Monsenhor
Jamil Nassif Abib.

Com as discussões geradas pela criação da Lei do Ventre Livre, em 1871, a questão da educação da população negra seria, pela primeira vez, tratada mais detidamente pelas autoridades e elites imperiais. Assim, os filhos de escravos nascidos a partir da promulgação da lei, conforme o artigo 2, poderiam ser enviados a associações que ficariam responsabilizadas pela instrução dos indivíduos até a idade de 21 anos. Após completar oito anos, a criança poderia ser também “comprada” pelo estado para o mesmo fim, amenizando com as indenizações o direito dos senhores à “propriedade”.

O Império passaria então a *patrocinar* o ingresso dos ingênuos, como eram chamadas as crianças de *ventre livre*, em instituições particulares espalhadas pelo Brasil, como o Imperial Instituto Fluminense (Rio de Janeiro, 1869), o Estabelecimento Rural de São Pedro (Alcântara, Piauí, 1873), a Colônia Orfanológica Izabel (Pernambuco, 1873), o Colégio Nossa Senhora do Amparo, o Instituto dos Educandos Artífices (Pará, 1876) e o Azilo Agrícola Isabel (Rio de Janeiro, 1886). Contudo, a nova legislação mostrou-se pouco eficaz, já que os índices de analfabetismo pouco decaíram, assim como um número irrisório de crianças foi realmente liberta e encaminhada às escolas.

Por esse período, também é possível encontrar notícias sobre outras iniciativas e associações que buscavam incentivar a educação da população negra, em especial das mulheres. Com a criação de alguns cursos noturnos, crianças e adultos, homens pobres livres e mesmo escravos passariam a receber instrução preliminar. No Rio de Janeiro, a Sociedade de Auxílio à Indústria Nacional (SAIN), abrigava, desde 1868, uma escola gratuita, com o fim de instruir as “classes trabalhadoras”. Em 1882, o Club dos Libertos contra a Escravidão, criado em São Domingos de Niterói, determinava em seus estatutos, aprovados por Carta do Governo da província do Rio em junho daquele ano, que seu principal objetivo era “libertar o maior numero possível de escravos”. Previam ainda a assistência aos sócios em caso de “moléstia ou perseguição” e a criação de escolas primárias noturnas e gratuitas para seus associados e demais interessados, “devendo os escravos que as freqüentarem apresentar consentimento expresso de seus senhores”.

Em Campinas, no final da década de 1860, dentre as inúmeras escolas criadas por grandes fazendeiros e outros trabalhadores da região, próprias à educação de seus descendentes e também dos chamados “deserdados da fortuna”, havia muitas que apareciam nos jornais e almanaques da época como instituições pagas, outras tantas, destinadas à alfabetização ou oferecendo o chamado curso secundário, como o Colégio para Meninas, de D. Ignácia de A. Camargo, a Escola de Anna Matilde Pinto e a Escola de D. Maria Benedita Braga. Dentre as instituições fundadas na cidade nessa época, “destinadas aos pobres e a seus filhos”, destacava-se o Colégio Cesarino, ou Perseverança, especializado no ensino de jovens negras e pobres. O espaço educacional era dirigido conjuntamente pelo mulato Custódio Cesarino, sua mulher e as três filhas do casal, Amância, Bernardina e Balbina, que também ministravam aulas. Em 1865, contava com quarenta e quatro alunas, entre brancas e negras; dez anos depois, esse número crescera para 51. Em 1872, foi realizado um leilão

de artesanato na escola, com o objetivo de angariar fundos para a alforria de uma negra. O empenho da família por redimir da escravidão as crianças desassistidas foi registrado por Dom Pedro II, quando em 1876 escreveu em seu diário que “o colégio Perseverança do Cesarino e sua mulher, pardos, tem muitas meninas e é bastante conceituado...”.

Na realidade, as propostas de educação levadas adiante por algumas dessas associações estavam mais preocupadas em “ocidentalizar” os costumes tidos como “bárbaros” por grande parte da sociedade brasileira da época, do que propriamente em ampliar a participação cidadã dos afro-descendentes. Não se sabe ao certo quantos alunos freqüentadores daqueles cursos eram negros livres. No entanto, os poucos dados que dispomos sobre o período evidenciam que a situação dos cativos e libertos não mudara muito. Em toda a província do Rio de Janeiro, segundo o Relatório Provincial de 1879, apenas 104 escravos sabiam ler e escrever, sendo que 81 eram homens e 23 mulheres. Somente no final da década de 1870, com a Reforma do Ensino Primário e Secundário, a população negra obteve o direito ao ensino público. Entretanto, como em outros tempos, os homens e mulheres negros, diante de um cenário eivado de preconceitos e ainda permeado por medidas e posturas restritivas, criariam, com uma resistência tenaz, diferentes maneiras de adquirir conhecimentos, aprenderem a ler e a escrever. Incentivadas por um ambiente mais favorável à disseminação do ensino e pelo avanço dos ideais abolicionistas, as mulheres negras ocuparão um papel de destaque nesse processo de integração, fundando escolas, escrevendo manifestos, pressionando as autoridades para a tomada de atitudes mais definitivas com relação às enormes diferenças existentes no interior da sociedade brasileira da época.



Uma destas mulheres, citada no início do texto, foi a escritora, poetisa e educadora Maria Firmina dos Reis, autora de hinos, folguedos populares e de *Úrsula*, primeiro romance abolicionista feminino. Nascida em 11 de outubro de 1825, em São Luís do Maranhão, negra e bastarda, foi registrada por João Pedro Esteves. Aos cinco anos, mudou-se para a cidade de Guimarães. Ali mesmo, prestou concurso para o ensino primário oficial. Depois de disputar a vaga com mais duas candidatas, foi nomeada em 1847. Lecionou em Guimarães até 1881, quando se aposentou. Não abandonaria, porém, sua dedicação à educação. Em Maçaricó, município a poucos quilômetros dali, continuaria sua missão, ministrando aulas para filhos de fazendeiros e de lavradores. Faleceria em 11 de novembro de 1917, já cega e com 92 anos, na casa de uma amiga que fora escrava. Mas Firmina não foi a única.

No Rio Grande do Norte, em Macaíba, sertão de Seridó, nascia a 12 de setembro de 1876 uma menina negra, batizada de **Auta de Sousa**. Ainda jovem, ela frequentou o Colégio São Vicente de Paula, de freiras francesas, em Recife. Ali se destacou como a primeira aluna da turma, recebendo todos os prêmios escolares. Sua paixão pela literatura logo levaria a jovem a escrever as primeiras poesias. Uma produção literária que se intensificaria nos anos seguintes, como podemos observar nos poemas publicados em jornais e revistas da região e em diversos livros organizados em fins do século XIX. A poetisa, que morreu com apenas 24 anos, seria homenageada, anos mais tarde, na Escola Doméstica de Natal, com a fundação – em 12 de setembro de 1925 – do grêmio litero-musical Auta de Souza.

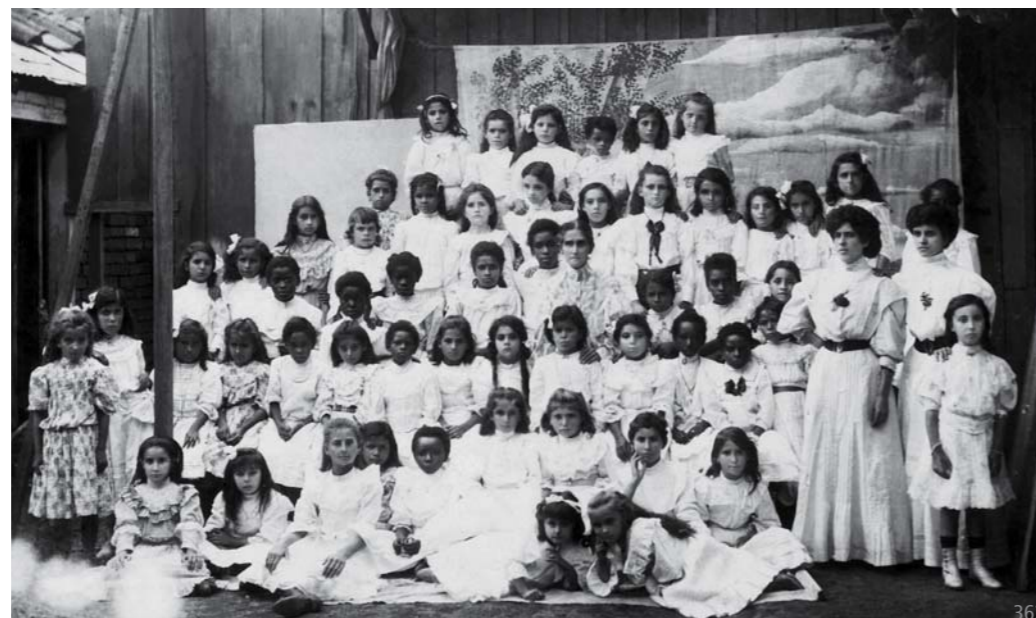
Luciana Abreu (1847-80), nascida órfã em Porto Alegre, em 11 de junho de 1847, foi outra que desde cedo foi incentivada a estudar, pelo seu pai adotivo, o guarda-livros Gaspar Pereira Viana. Em 1859, terminou o curso primário, permanecendo na escola como ajudante. Dez anos depois, já com uma filha, seria uma das primeiras a ingressar na recém criada Escola Normal de Porto Alegre, onde se diplomaria em 1872. Atuando como professora primária, abriria,



361
Luciana Lealdina de Araújo, educadora do início do séc. XX. Conhecida como mãe Preta, em Pelotas, RS. Acervo Escola Municipal Luciana Lealdina de Araújo de Pelotas, RS.

362
Alunas da Escola Dona Idalina G. de Andrade, Poços de Caldas, MG, 1908. Fotografia de Pedro Castro e Souza. Acervo Museu Histórico e Geográfico de Poços de Caldas.

363
Alunas/os da Escola Americana de Salvador, em um piquenique em São Félix, BA. Cartão Postal, década de 1910. Coleção particular Aparecido Salatini.



anos mais tarde, uma reconhecida escola particular. Seu nome aparece afixado ainda entre aqueles que, sem medo, expuseram idéias sobre a emancipação feminina. Sua voz veemente ecoava por sobre a tribuna da sociedade *Partenon Literário*, reduto da intelectualidade gaúcha, onde se reuniam republicanos e abolicionistas, que defendiam o direito à instrução das mulheres, arrecadavam fundos para libertação de escravos e realizavam saraus literários para aprimorar a educação feminina. Em uma dessas reuniões, Luciana discursou, com grande firmeza, sobre a condição da mulher, seu direito irrestrito à instrução superior e à liberdade de poderem escolher a profissão que quisessem. Foi aplaudida de pé, tornando-se um dos símbolos da emancipação feminina gaúcha.

Essas experiências e mobilizações em torno da participação e do ingresso de negros e negras em diferentes espaços educacionais, especialmente a partir da década de 1870, não implicavam uma conseqüente valorização de suas origens e culturas. Entre os diversos grupos étnicos do continente africano, a transmissão do conhecimento, da história e da memória familiar quase sempre se dava através da oralidade. Aqui não era diferente.

Com a abolição da escravatura e a chegada da república alguma coisa começa a mudar nesse cenário. É justamente a partir de fins do século XIX que instituições de ensino mistas vão se estabelecer, com uma maior regularidade, em diversas cidades brasileiras. Em 1897, no interior da Irmandade de São Benedito dos Homens Preto da cidade de Campinas, foi criado o Colégio São Benedito e, em junho daquele ano, realizou-se a primeira aula mista. Menos de um mês depois, **Ana de Almeida Cabral** seria nomeada como a primeira professora da escola, que reunia 21 meninas e 19 meninos nesse período inicial. Em 1907, já contava com 272 alunos matriculados e, no ano seguinte, chegou a ter 422 estudantes. Três anos depois, o Colégio seria incorporado à Federação Paulista dos Homens de Cor.



Em Pelotas, no Rio Grande do Sul, **Luciana Lealdina de Araújo**, mais conhecida como “Mãe Preta”, fundaria o Asilo São Benedito, em 13 de maio de 1901. Nascida em Porto Alegre no dia 13 de junho de 1870, em meio à pobreza, iniciou sua vida de dedicação às crianças negras, ainda muito jovem, logo que chegou ao município de Pelotas. Com os donativos que arrecadava em suas peregrinações pelas ruas da cidade, fundou o Asilo, onde voluntárias negras alfabetizavam e ensinavam prendas domésticas às meninas carentes. Quando percebeu que sua missão fora cumprida, Luciana partiu, em 1908, para Bagé onde criou o Orfanato São Benedito, com o auxílio de suas três filhas de criação, **Alice, Avelina e Julieta**, e com sua amiga **Florentina Ferreira**. Olavo Bilac foi uma das testemunhas que se encantou com o projeto. Em 1916, escreveria: “Bendita seja esta obra de caridade e amor”. Com o crescimento do Orfanato, Luciana pediu para que fosse substituída na direção da casa. Mas continuaria com sua dedicação à instrução de meninos e meninas carentes. Ali mesmo em Bagé, passou a dirigir uma creche para crianças pobres. Faleceria anos mais tarde, em 21 de novembro de 1930. O nome da dedicada “mãe preta”, está vivo na memória de Pelotas, e, inscrito em diversos locais da cidade: na Escola Municipal Luciana Lealdina de Araújo, na praça e na rua que também levam seu nome. Até hoje, a instituição criada por Lealdina é mantida pelas irmãs da Congregação do Imaculado Coração de Maria e, desde 1993, funciona em regime de semi-internato, abrigando somente meninas. Em 1999, das 90 meninas matriculadas, 55 eram negras. Já entre as dezoito professoras que compunham o quadro da escola nesse período, só uma era negra.

Pelotas, localidade onde Luciana Lealdina desenvolveu sua obra, também foi um importante reduto de uma imprensa negra combativa. O jornal *Alvorada*, criado em 5 de maio de 1907, foi um dos principais meios de divulgação da comunidade afrodescendente. Em suas páginas, as mulheres negras tiveram oportunidade de dar prosseguimento à luta por educação e por uma maior abertura nos meios de expressão.

364
Colégio Sion. Campanha, MG, 1924. Acervo Centro de Estudos Campanhenses Monsenhor Lefort, Campanha, MG

365
Maria Dimpina Lobo Duarte, proeminente educadora em Cuiabá, MT, c. 1910. Coleção particular Maria Lúcia Muller.

366
Sala de aula, Rio de Janeiro, 1923. Coleção particular Aparecido Salatini.

Alguns documentos mostram a rara presença de estudantes negras nas principais escolas femininas da elite brasileira, como por exemplo o Colégio Sion, espalhados por diversos municípios do país.

A trajetória de **Maria Dimpina Lobo Duarte** (1891-1966) configura uma exceção. Nascida em Cuiabá foi a primeira mulher a ingressar no Liceu Cuiabano. Desde o início destacou-se por sua inteligência. Além de um português invejável, ao longo do curso Maria Dimpina aperfeiçoou-se nas línguas grega, latina, inglesa, alemã e francesa. Após ter se bacharelado em Ciências e Letras ajudou a fundar o Colégio São Luís e lecionou na escola modelo Barão de Melgaço, conhecida pela aplicação das mais novas teorias pedagógicas. Em 1916, Maria Dimpina participa da fundação do Grêmio Literário Júlia Lopes, responsável pela edição da revista *A Violeta*. Mais tarde, cria a Escola Doméstica Júlia Lopes de Almeida e funda a Federação Matogrossense pelo Progresso Feminino, vinculada à Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.

Na cidade paulista de Ipiranga, o Asilo Sagrada Família, fundado por Madre Paulina em 1903, reunia vinte meninas negras em seu curso preliminar, além de se dedicar ao trato de ex-escravos idosos. O século XX continuou assistindo ao surgimento, ainda que lentamente, de diversas iniciativas educacionais voltadas para a população afro-descendente. Em 1922, a futura deputada Antonieta de Barros funda, em Florianópolis, mais um desses espaços. O Curso Popular Antonieta de Barros funcionaria por mais trinta e dois anos, trabalhando para a formação de sucessivas gerações de homens e mulheres negros.

A partir da década de 1930, especialmente com a elaboração do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, o ensino público adquire uma feição organizada e sistematizada, mas sem grandes avanços no que se refere à integração de negras em seu corpo docente. Acompanhando as teorias raciais do período, a contratação das professoras estava vinculada a critérios que envolviam o julgamento de aspectos físicos e psicológicos, que acabavam, quase sempre, favorecendo aquelas que tinham o fenótipo “europeizado”.





Em 1932, os requisitos para uma jovem ingressar no magistério público passavam tanto pela comprovação da ausência de doença contagiosa ou repugnante, de defeito físico ou psíquico, como de hábitos higiênicos e de personalidade (boa conduta social e vocação individual e familiar – pais, tios ou irmãos no magistério).

Esses critérios embasados na ideologia do branqueamento, contudo, não foram suficientes para apagar a destacada atuação de algumas professoras negras em instituições e outros espaços de ensino. E nesse período o exercício do magistério aparecia justamente como uma das principais alternativas de profissionalização feminina. A mineira **Elza de Moura**, uma das mulheres negras mais atuantes de seu tempo, educadora e comunicadora de rádio e televisão, lembra que “as mulheres não tinham outra saída se não fosse professora. Apesar de ter sido matriculada por seu pai, “sem ser consultada”, na Escola Normal de Belo Horizonte, logo se destacaria, ministrando aulas na Escola Normal Rural da região e escrevendo para suplementos infantis de jornais.

Em meio a este clima de velada segregação racial, outras escolas surgem dentro de projetos mais amplos de conscientização e mobilização da população afrodescendente. Associações negras espalhadas por todo o país começam a desenvolver atividades educacionais diversas, como encenações de peças teatrais, sessões de declamação de poesias, palestras educativas, formação de bibliotecas e outras experiências mais formais de ensino. Em São Paulo, a Frente Negra Brasileira mantinha um curso primário regular e promovia o ensino de música, inglês, educação física, corte e costura. Outro importante polo de consciência e disseminação do conhecimento foi o Centro Cívico Palmares, fundado por iniciativa de mulheres negras, engajadas no levantamento intelectual, cívico e moral dos afro-descendentes. Ensinava-se a ler, escrever e contar; lições de gramática, geografia, história, aritmética, geometria e prendas domésticas também faziam parte das aulas ministradas. Havia ainda a preparação de alunos para o ingresso nos cursos superiores.



367
Primeiras diplomadas pela Escola de Datilografia da Casa de São Vicente de Paula. Bahia, 1925. Acervo Instituto Feminino da Bahia/ Museu Henriqueta Catharino.

368
Alunas do curso de datilografia. Bahia, 1931. Acervo Instituto Feminino da Bahia. Museu Henriqueta Catharino.

369
Educadores: Helena Antipof, Hélio Alckmin e Elza de Moura. Belo Horizonte, MG, em 1959. Acervo Museu da Escola. Centro de Referência do Professor. Belo Horizonte, MG.

370
Elza de Moura, e suas colegas do Curso de Aplicação. Escola Normal Modelo de Belo Horizonte. MG, 1934. Acervo Museu da Escola. Centro de Referência do Professor. Belo Horizonte, MG.





372
Reunião de Fretenegrinos, entre eles, algumas professoras. São Paulo, década de 1930. Coleção particular Miriam Nicolau Ferrara.



373
Alunos da Escola da Frente Negra, tendo ao fundo a professora Gersen Barbosa. São Paulo, dec. 1930. Coleção particular Francisco Lucrécio.

374
Regina Gonçalves e Silva, proeminente educadora gaúcha. Coleção particular Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva.

375
Ursula Depiza Maloney, barbadiana e educadora em Porto Velho (RO). Acervo Jornal Diário da Amazônia.

376
Maria José Carrascosa, destacada educadora de Alagoas. Fotografia Paulo Vicente. Acervo Secretaria de Comunicação do Governo de Alagoas.

No extremo sul do Brasil, várias mulheres negras também transpuseram barreiras através da educação. A professora Regina Gonçalves e Silva, além de anos de dedicação ao magistério foi coordenadora do Centro de Pesquisas da Secretaria de Educação na década de 1960 e autora de diversos artigos na importante revista *Professor*. Regina faleceu em 1999, mas seu grande papel na educação lhe rendeu, em 1988, o título de “Educadora Emérita do Rio Grande do Sul”. Outro exemplo de superação do preconceito racial está na história de Celestina Rosa e Silva. Estimulada pelos pais, com quem aprendeu a ter orgulho de sua raça, não mediu esforços para galgar todas as etapas do processo educativo. Estudante de Pedagogia nos anos 1950, ela se recorda do tempo em que tinha apenas duas outras negras na universidade. Alcançou reconhecimento profissional, tornando-se Assessora Especial do Conselho Estadual de Educação. Se junta a essas experiências o dinamismo da professora Zenóbia Lúcia de Deus que dedicou parte de sua vida em defesa de um ensino que valorizasse a cultura negra em todas as suas dimensões.

Na região Amazônica, o pioneirismo de Úrsula Depeiza Maloney também merece destaque. Nascida em 16 de dezembro de 1936 e descendente de pai barbadiano foi aluna do curso de Letras da primeira faculdade de Porto Velho, mais tarde Universidade Federal de Rondônia. Dedicou sua vida à educação, que acredita ser “a base de tudo” na formação das pessoas. Além dos inúmeros cursos e aulas, foi chefe de gabinete da Secretaria de Educação de Porto Velho tendo se aposentado em 2004.

Paralelamente a esses pioneirismos e inúmeros esforços pessoais, a temática do negro foi conquistando diversos setores e agregando diferentes abordagens. No campo acadêmico surgia uma nova geração de autores brasileiros: José Honório Rodrigues, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Otávio Ianni, que, entre outros, reascenderam, sob novos parâmetros, as discussões sobre democracia racial, relações sociais e o papel do negro na construção da identidade nacional. No final da década de 1950, junto à Universidade

Federal da Bahia inaugurou-se primeiro núcleo de estudos africanos, o CEAO – Centro de Estudos Afro-Orientais. Alguns anos mais tarde floresceram outras iniciativas: em 1963, foi criado o Centro de Estudos Africanos, ligado à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo; em 1973, no Rio de Janeiro, o Centro de Estudos Afro-Asiáticos na Universidade Cândido Mendes, e, anos depois, o Núcleo de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Estadual de Londrina (PR), o Esses centros de pesquisas e de produção científica tornaram-se espaços importantíssimos para a difusão da historiografia africana e afro-brasileira.

A Ivete Sacramento coube a primazia de haver sido eleita a primeira reitora negra do Brasil. Nascida em Salvador, em 30 de outubro de 1952, formada em Letras e com pós-graduação pela Universidade de Quebec, no Canadá, foi escolhida pelos professores, alunos e funcionários da Universidade Estadual da Bahia (UNEB) para o mandato de 1998 a 2001. No ano seguinte, foi reconduzida ao cargo por mais cinco anos, com 75% dos votos.

A história da alagoana Maria José Carrascosa também apresenta ecos de pioneirismo na educação. Formou-se no magistério em 1936 no Grupo Escolar D. Pedro II e em seguida passou a dar aulas na cidade de Maragogi. Em 1962, tornou-se supervisora das escolas municipais. Na década de 1970, já formada em Educação Artística, a professora Carrascosa assume o comando das atividades folclóricas da Universidade Federal de Alagoas aonde permanece até 1997, com oitenta e dois anos.

Duas questões unem a Maria Auxiliadora Lopes e Eliana Cavalleiro: a formação comum em pedagogia e a luta pela inclusão das questões étnico-raciais na educação, que viram coroada pela aprovação da Lei 10.639, em 2003, determinando a obrigatoriedade do ensino de História e da Cultura Afro-brasileiras nas escolas. Maria Auxiliadora, mineira, também historiadora, é funcionária do Ministério da Educação desde 1983, onde exerceu o cargo de diretora do Departamento de Desenvolvimento do Sistema de Ensino da Secretaria de Educação Fundamental. Eliana, que atualmente responde pela coordenação Geral de Diversidade e Inclusão Educacional do MEC, também formada em letras, é oriunda da Geledés – Instituto da Mulher Negra e autora do livro *Do silêncio do Lar ao Silêncio Escolar - Racismo, Preconceito e Discriminação na Educação Infantil*, sua tese de doutorado.

Embora os brasileiros, e especialmente as mulheres negras venham, pouco a pouco, aumentando sua presença nas instituições de ensino superior, a situação ainda está longe do ideal. A ampliação do acesso à escola não significou o fim das desigualdades raciais, já que a proporção de negros com doze anos de estudo é quatro vezes menor do que a de brancos na mesma faixa etária. Nos últimos anos, contudo, medidas afirmativas, como a adoção de políticas de cotas para negros nas universidades públicas, vêm sendo apresentadas como formas de reduzir essas disparidades, mobilizando diferentes atores sociais nessa ação fundamental para nossa história.





377
Celestina Rosa e Silva, no Instituto de Educação Cel. Flores da Cunha (RS), rodeada de normalistas na década de 1950. Coleção particular Manoel Fernando Rosa e Silva.

378
Maria Auxiliadora Lopes, professora, incansável na luta pela inclusão da cultura africana no currículo escolar. Dirigiu, de 1997 a 2002, o Departamento de Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino/ SEF/ MEC. Coleção particular.

379
Eliane Cavalleiro, foi integrante da equipe do Geledés – Instituto da Mulher Negra. Ocupa, desde 2003, a Coordenadoria Geral de Diversidade e Inclusão Educacional da SECAD/MEC. Coleção particular.

380
Escola pública do Estado de Pernambuco, década de 1950. Acervo Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano de Pernambuco.

381
Escola Normal. Salvador, BA, dec.1950. Acervo Fundação Pedro Calmon. Arquivo Público do Estado da Bahia.





382
Cena doméstica. Bahia, década de 1910. Fotografia não
identificada. Coleção particular Jamil Nassif Abib.



Com muita dignidade e pouco reconhecimento

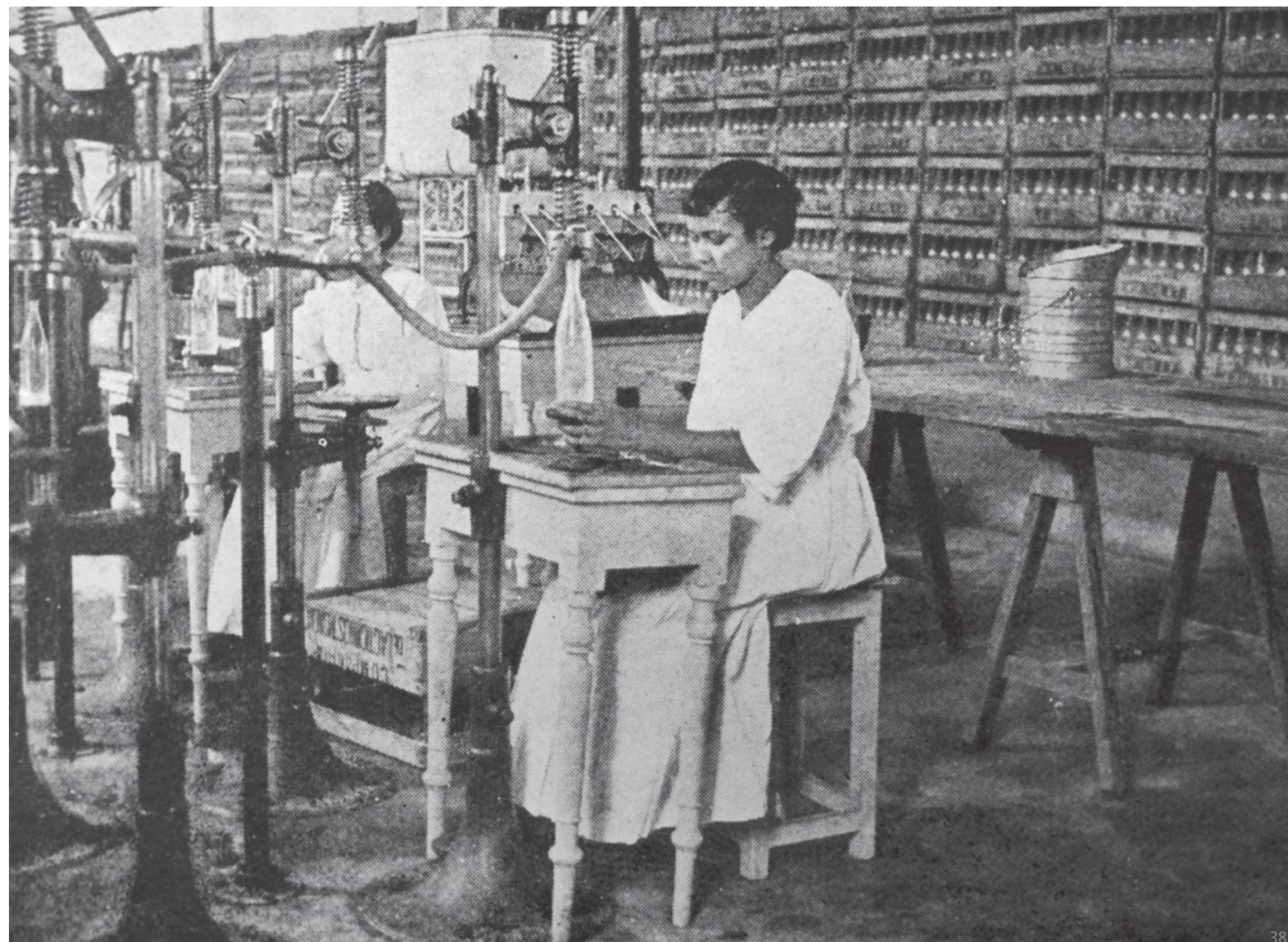
O processo abolicionista foi profundamente marcado pela ausência de políticas públicas voltadas para a integração das comunidades afros-descendentes. A assinatura da lei Áurea em 13 de maio de 1888 não representou sua incorporação como iguais na sociedade livre. Ao contrário disso, reforçou redes de desigualdades sociais construídas sob a ótica da dominação colonial.

Embora tenham representado a maior parte da força produtiva nas Américas, durante e depois da escravidão, a participação da população negra na classe trabalhadora permanece sem a justa visibilidade na história brasileira. Quando se pensa em termos de mulher negra essa situação torna-se ainda mais agravante. Desde que chegaram no Novo Mundo, as africanas e suas descendentes atuaram determinantemente nos grandes ciclos econômicos do açúcar, do ouro e do café. Estiveram presentes nas fábricas desde o início da industrialização do país, como também foram as principais protagonistas no trabalho doméstico e na implantação do comércio ambulante. No entanto, seus afazeres foram considerados como algo natural, inerente à “inferioridade racial”, um entendimento míope característico do sistema escravista.

Cabe ressaltar que as variantes de gênero e raça se interseccionam de forma reveladoramente discriminatória e específica, recriando antigos modelos de exploração na nossa contemporaneidade. De acordo com os dados do IBGE, as diferenças salariais entre homens e mulheres podem chegar a até 40%. Quando se inclui o quesito cor nessa comparação observa-se que os negros (as) ocupam a base da pirâmide econômica, entretanto essa camada não é homogênea, existe nela uma hierarquia na qual as mulheres negras ocupam os postos mais desvalorizados e recebem os menores salários. Assim poderíamos afirmar que a mulher negra representa a “base da base” nas estatísticas salariais no Brasil.

Além disso, essas mulheres – “cerceadas” do direito à educação na sua maioria – continuam se concentrando nas funções que exigem menor índice de escolaridade. Em especial, aquele de trabalhadora doméstica, onde a população feminina negra gira em torno de 82% das aproximadamente cinco milhões. No interior do país, o quadro é ainda mais complexo. Maioria no mercado de trabalho rural, as mulheres negras são as mantenedoras da colheita do sisal e do fumo, o preparo da farinha de mandioca e a quebra de cocos, entre outras.

Apesar de propulsoras da sobrevivência no campo e força de trabalho e vida de diferentes núcleos urbanos, suas atividades ainda são vistas como funções de “menor importância”. Em boa parte, são as únicas provedoras de numerosas famílias. Foram e são os pilares de sustentação econômica e social que asseguram a existência e o bem-estar de sucessivas gerações. Assim, se é verdade que “uma imagem vale mais do que mil palavras”, esse espaço é reservado para o reconhecimento deste bravo e heróico, vasto e anônimo segmento feminino negro de nosso país.



383
Fábrica de garrafas de vidro São Paulo, início do século
XX. Acervo Coleção História da Industrialização / Arquivo
Edgard Leuenroth / UNICAMP.

384
Negrinhas, Cartão postal. São Paulo, década de
1900. Fotógrafo não identificado. Coleção particular
Monsenhor Jamil Nassif Abib.





385
Zona Rural. Cartão postal, Pernambuco, década de 1900. Fotógrafo não identificado. Coleção particular Monsenhor Jamil Nassif Abib.



386
Um Rancho. Cartão postal, Bahia, década de 1900. Fotógrafo Guilherme Gaemsky. Coleção particular Monsenhor Jamil Nassif Abib.



387
Casal de negros no casebre. Cartão postal, Porto Alegre, RS, década de 1900. Fotógrafo não identificado. Coleção particular Monsenhor Jamil Nassif Abib.



388
Fazendo pão. Cartão postal, década de 1920. Fotógrafo não identificado. Coleção particular Monsenhor Jamil Nassif Abib.

389
Preparando sal. Cartão postal, década de 1920. Fotógrafo não identificado. Coleção particular Monsenhor Jamil Nassif Abib.

390 e 391
Fazendo sabão. Cartão postal, década de 1920. Fotógrafo não identificado. Coleção particular Monsenhor Jamil Nassif Abib.

392
Ralando coco. Cartão postal, década de 1920. Fotógrafo não identificado. Coleção particular Monsenhor Jamil Nassif Abib.



390

392



393
Trabalhadora rural. Cartão postal, década de 1900.
Fotógrafo não identificado. Coleção particular
Monsenhor Jamil Nassif Abib.



394
Trabalhadora rural. Cartão postal, Ilha de Itamaracá, PE,
década de 1910. Coleção particular Aparecido Salatini.

395
Princesa do canavial. Pernambuco, 1963. Fotógrafo
Edmond Dansot. Coleção particular Edmond Dansot.



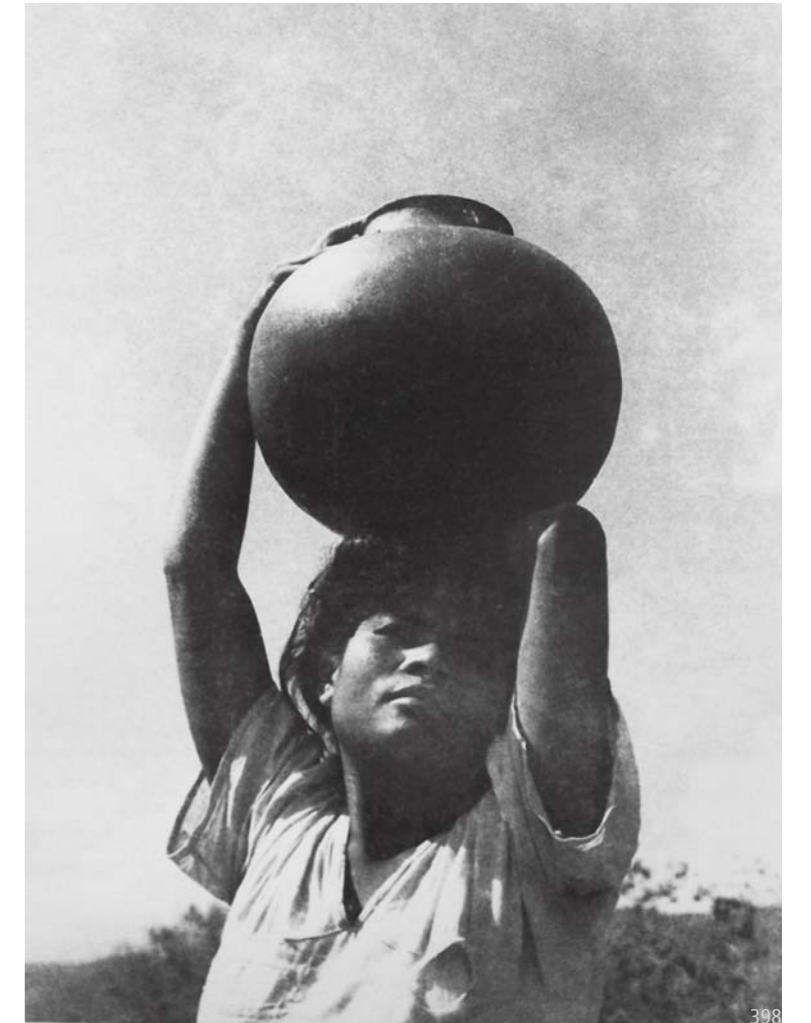
396
Colheita de Tomates, Pesqueira, PE. Fotografia de José
Cesio Rigueiro da Costa. Acervo Museu da Cidade de
Recife.

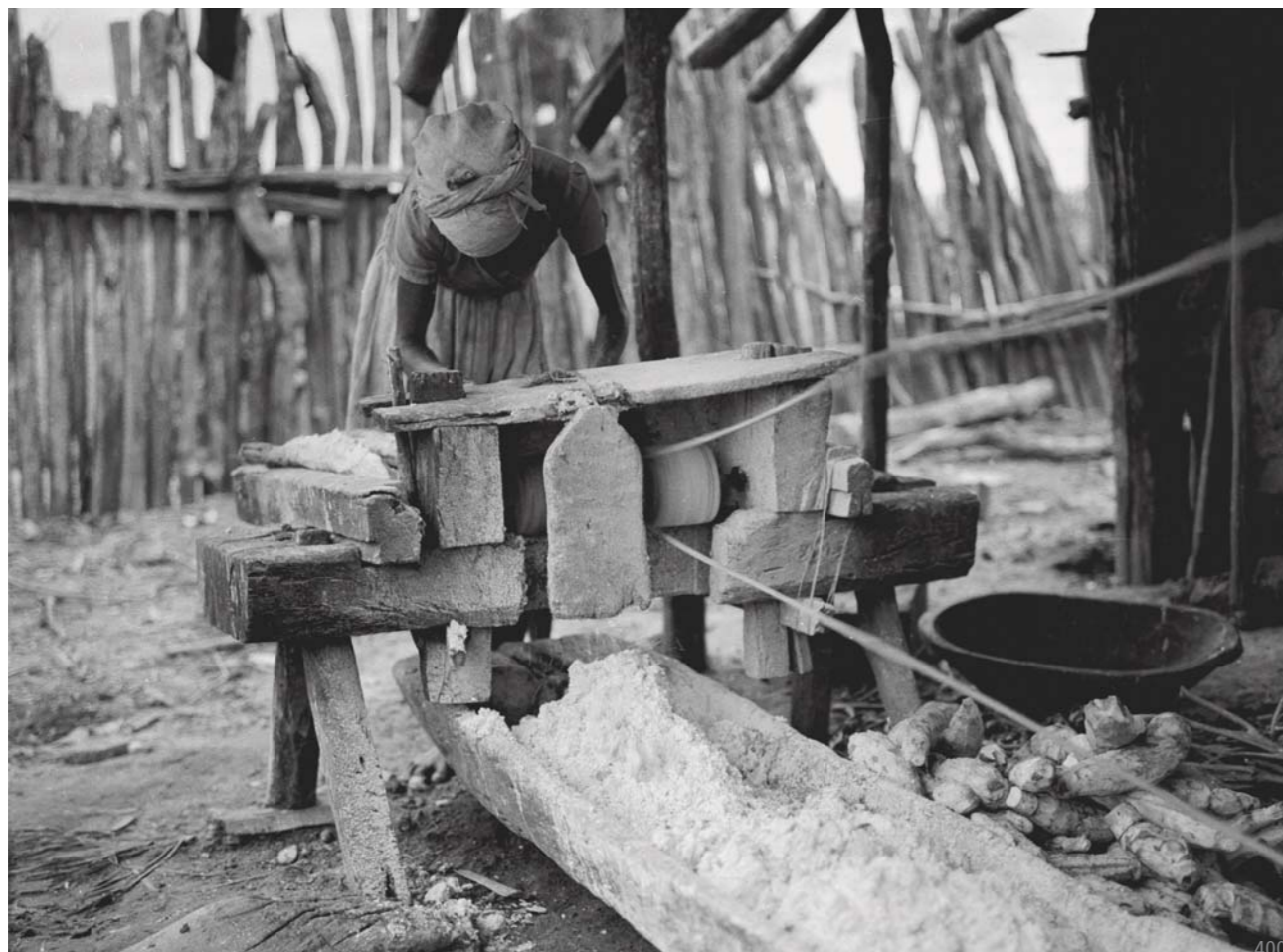


397
Catadoras de pesca de ostra, Capibaribe, PE. Fotógrafo
não identificado. Acervo Museu da Cidade de Recife.

398
Trabalhadora de engenho. PE, década de 1930.
Fotografia de Lula Cardoso Ayres. Acervo Instituto
Cultural Lula Cardoso Ayres.

399
Pegando lenha. Trabalhadora rural de Pau Dalho,
Pernambuco, 2000. Fotografia de Mateus Sá. Acervo
Canal 03, Recife.





400
Casa de farinha, Rio São Francisco, c. 1957-1960.
Fotografia de Marcel Gautherot. Acervo Instituto Moreira Salles.

401
Mulher apurando dendê, no tanque onde se faz a coalha,
no Rodão do povoado de Cajaíba, município de Valença,
BA, 1994. Fotografia de Maria Sampaio. Coleção
particular Maria Sampaio.

402
Trabalhadoras do sisal, Bahia. Fotografia Nair Benedito.
Acervo N Imagens.



403
Quebradoras de Coco, Maranhão, 2004. Fotografia de
José Silva Queiroz. Acervo Ibase.

404
Quebradeiras de coco da região amazônica. Acervo
Arquivo do Estado do Rio de Janeiro.

405
Catadoras de café, década de 1950. Coleção particular
Apparecido Salatini.



406
Trabalhadora na colheita de fumo, Pernambuco, 1972.
Fotógrafo Edmond Dansot. Coleção particular Edmond
Dansot.

407 e 408
Fábrica de charutos, Recôncavo baiano, BA. Acervo
Fundação Pedro Calmon / Arquivo Público da Bahia.







410
Senhora da janela, Bahia, 1989. Fotografia de Lita Cerqueira. Coleção particular Lita Cerqueira.

411
Vendedora na feira, São Paulo. Cartão Postal da década de 1930. Fotógrafo não identificado. Coleção particular Monsenhor Jamil Nassif Abib.

412
Vendedora de bananas na feira de Vitória de Santo Antão, PE. Acervo Museu da Cidade de Recife.



413



414



416

413 e 414
Vendedoras de acarajé, BA. Cartão postal da década de 1920. Fotógrafo não identificado. Coleção particular Aparecido Salatini.

415
Vendedora de doces, década 1950. Fotógrafo não identificado. Acervo Última Hora / Arquivo do Estado de São Paulo.

416
Vendedora de ostras. Cartão postal da década de 1910. Fotógrafo não identificado. Coleção particular Monsenhor Jamil Nassif Abib.



417
Iracema lecionando, vendedora de jornal. Cartão postal, década de 1920. Fotógrafo não identificado. Coleção particular Monsenhor Jamil Nassif Abib.

418
Trabalhadoras. Imigrantes Barbadianas em Porto Velho, RO, no começo do século XX. Acervo Museu Paulista da Universidade de São Paulo.

419
Funcionária do Arquivo Público da Bahia, década de 1950. Fotógrafo não identificado. Acervo Fundação Pedro Calmon / Arquivo Público da Bahia.





420
Fazendo renda, Pernambuco. Cartão postal da década de 1900. Coleção particular de Aparecido Salatini.

421
Rendeira, Pernambuco. Fotografia de Boccage, em cartão postal, década de 1900. Coleção particular Monsenhor Jamil Nassif Abib.

422
Mulher cozendo renda de bilros, Bahia, século XIX-XX. Acervo Fundação Instituto Feminino da Bahia / Museu Henriqueta Catharino.

423
Fazendo Renda, Pernambuco. Cartão postal da década de 1930. Coleção particular de Aparecido Salatini.





424



425



426



427

424
Mulher na máquina de costura, Vila das Lavadeiras, Pernambuco. Autoria não identificada. Acervo Arquivo Estadual Jordão Emerenciano de Pernambuco.

425
Aprendiz de costura, Pernambuco. Autoria não identificada. Acervo Arquivo Estadual Jordão Emerenciano de Pernambuco.

426
Sala na Vila das Cozinheiras, Pernambuco, década de 1930. Fotografia de Alexandre Berzini. Acervo Museu da Cidade do Recife.

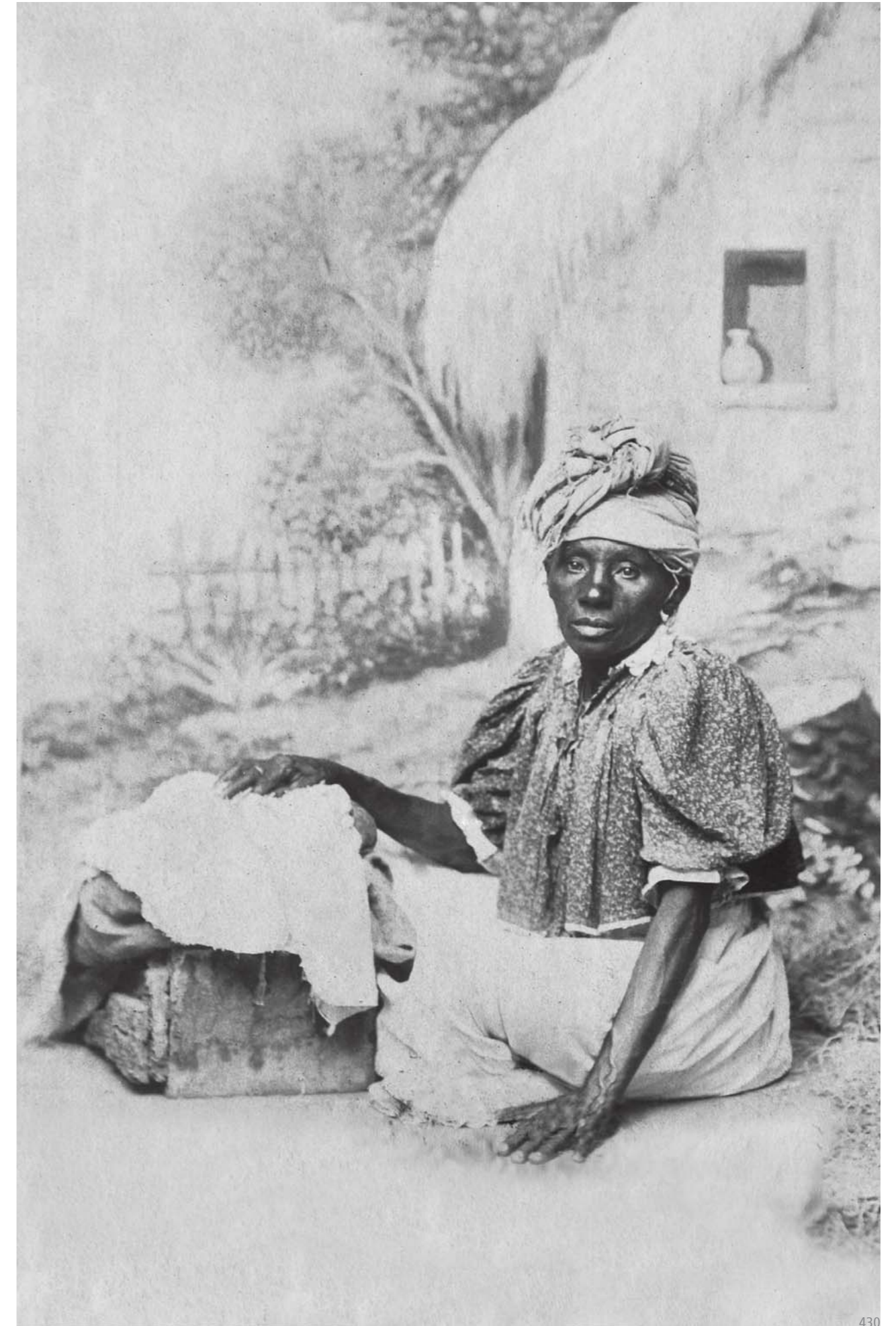
427
Fábrica de costura. Revista Bahia Ilustrada, setembro de 1918. Acervo Biblioteca Guita e José Mindlin.

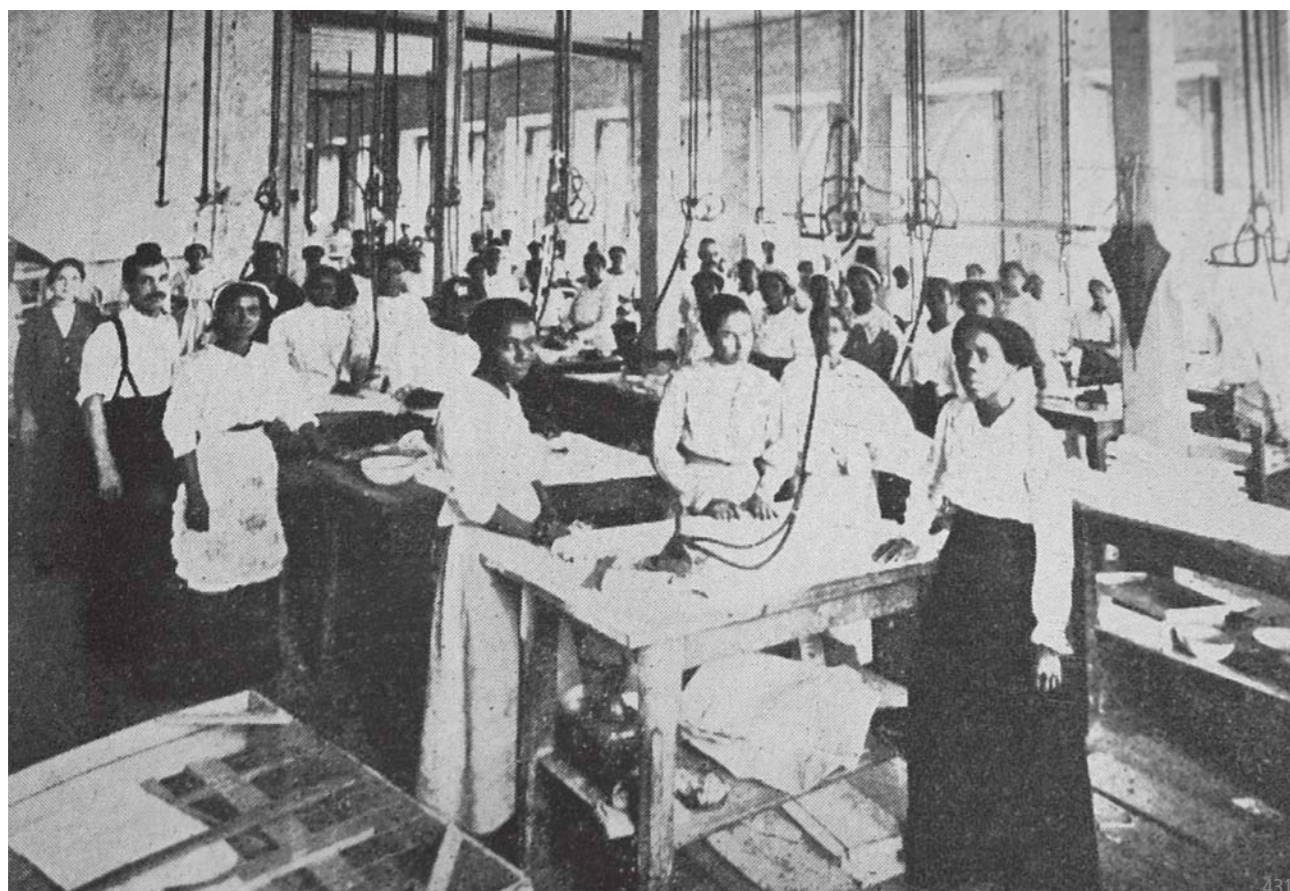
428
Duas mulheres negras conversando na rua, São Paulo, c. de 1910. Fotografia de Vincenzo Pastore. Acervo Instituto Moreira Salles.



429
Duas mulheres negras sentadas em banco de praça não identificada, cercada por crianças, São Paulo, c. de 1910. Fotografia de Vincenzo Pastore. Acervo Instituto Moreira Salles.

430
Lavadeira, Pernambuco. Fotografia L. Piereck., em cartão postal de 1909. Coleção particular Aparecido Salatini.





431
Passadeiras, seção de engomados, Casa Caboclo, Revista Bahia Ilustrada. 1918. Acervo Biblioteca Guita e José Mindlin.

432
Passadeiras do Hotel Glória, RJ. Década de 1950. Coleção particular Aparecido Salatini.

433
Lavadeira, Rio Grande do Norte, década de 1950. Fotografia de Alcir Lacerda. Acervo Acê Filmes.



434
Lavadeiras, São Paulo, SP. Fotografia de Guilherme Grensly c. 1890, em cartão postal editado na década de 1900. Coleção particular Monsenhor Jamil Nassif Abib.

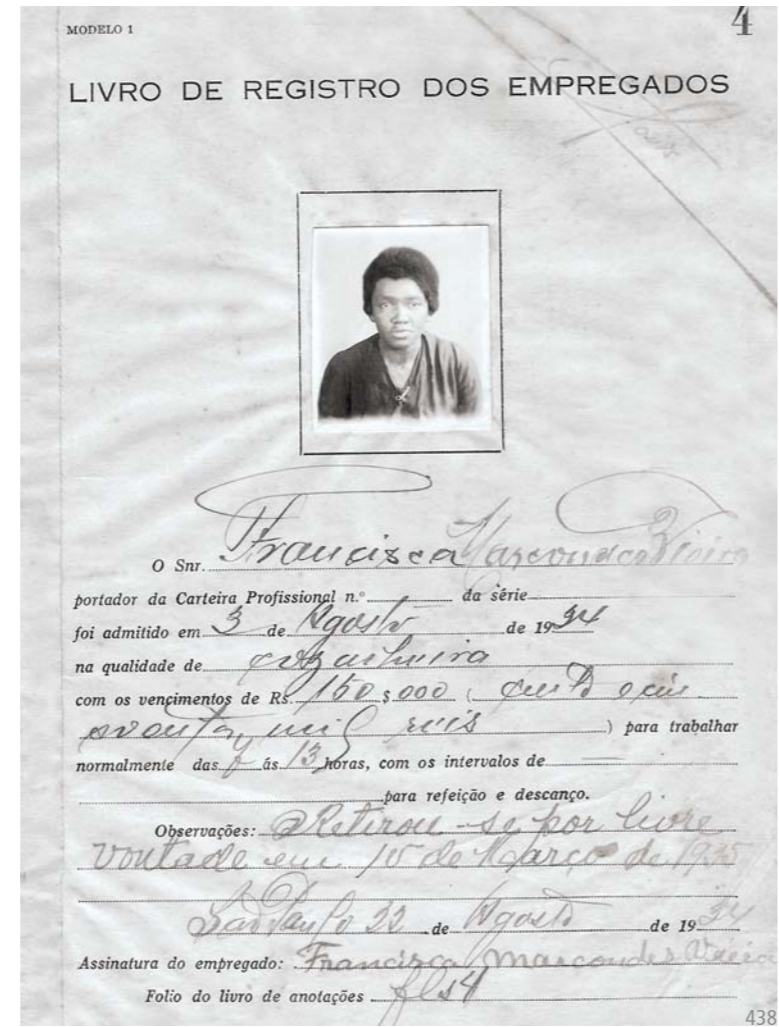


435
Lavadeiras, Bahia. Cartão postal da década de 1930. Coleção particular Aparecido Salatini.

436
Lavadeira em Dois Irmãos, PE. Fotógrafo não identificado. Acervo Museu da Cidade de Recife.

437
Lavadeiras, Rio de Janeiro, década de 1950. Acervo Última Hora / Arquivo do Estado de São Paulo.





438
Registro de trabalhadora doméstica, São Paulo, década de 1920. Acervo Museu do Negro de Campinas.

439
Trabalhadora doméstica, São João da Boa Vista, SP. Década de 1910. Fotógrafo não identificado. Acervo Centro de Memória Mulheres do Brasil / REDEH.

440
Etiópe. Óleo sobre tela de Henrique Bernardelli, s/d. Acervo Museu Mariano Procópio, Juiz de Fora, MG.





441
Enfermeira, cena de maternidade, Pernambuco, década de 1920. Acervo Francisco Rodrigues / Fundação Joaquim Nabuco.

442
Babá, São Paulo, década de 1900. Fotografia não identificada. Coleção particular de Marcelo Borges.



442

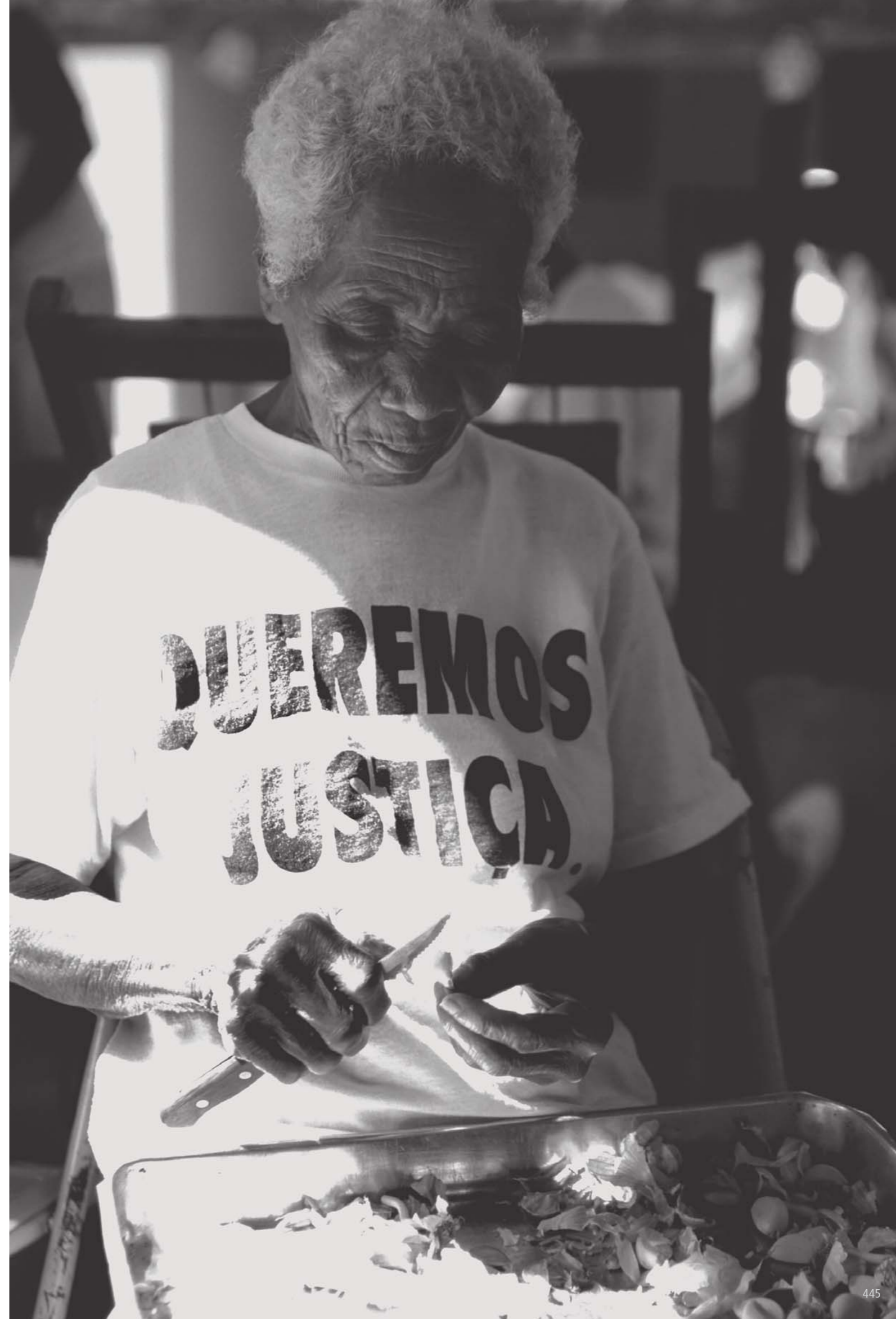


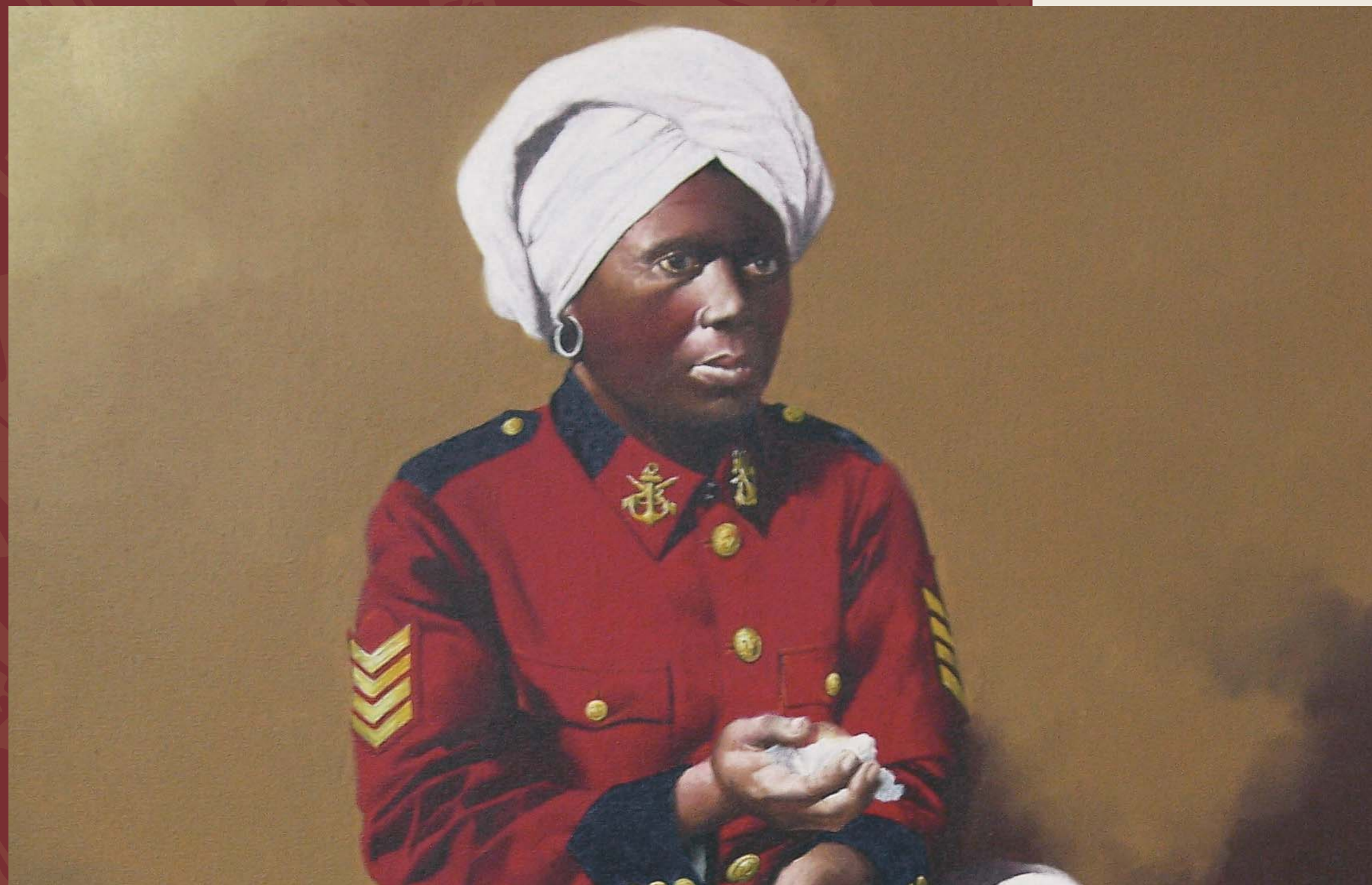
443
Cozinha, Belém, PA. Cartão Postal, década de 1900. Fotógrafo não identificado. Coleção particular Monsenhor Jamil Nassif Abib.



444
Escola de Arte e Culinária, Pernambuco, década de 1930. Fotografia de Alexandre Berzín. Acervo Museu da Cidade do Recife.

445
Preparando alimentos, Vila Bela da Santíssima Trindade, Mato Grosso, 2002. Fotografia de Mario Vilela. Acervo Mario Vilela.





446
Retrato de Paula Baiana, quituteira que se tornou conhecida como fuzileira naval honorária, Rio de Janeiro, c.1920. Óleo sobre tela. Acervo Museu Marinha do Brasil.

Rompendo padrões

Se como campo de estudos a história das mulheres é considerada algo novo, quando se pensa no feminino negro, essa “novidade” se torna ainda mais eloqüente. Mesmo que na condição de sujeitos, as mulheres negras não estão presentes nos anais da “história oficial”, sendo que suas múltiplas e vastas contribuições permanecem fora dos livros didáticos e do imaginário da população. Em decorrência deste cenário, constata-se um desconhecimento geral. Ignora-se desde a participação das mulheres negras nos grandes episódios históricos brasileiros aos pequenos fatos e feitos protagonizados, quase sempre, em um cotidiano hostil.

Quem já ouviu falar de Narcisa Ribeiro, escrava de um sacristão de Vila Rica (MG), que foi submetida a uma devassa pública, em 1748, pela audácia de andar “bem tratada, com saias de camelão e chinelos como se fosse senhora”? Ou da cativa Rita de Souza Lobo, que, décadas depois, nesta mesma região, descobriu uma mina de ouro na qual garimpou sua liberdade?

Ainda no período aurífero, os documentos registram a figura mítica da forra Mariana Baptista de Paracatu, que ousou oferecer a D. Maria I um cacho de bananas fundido em ouro em troca de um título de nobreza. Seu poder era tanto naquelas paragens mineiras, que o vigário só começava a missa após a sua chegada. Poucos conhecem a história da comerciante negra Luciana Teixeira que, no começo do século XIX, fundou a cidade de Araçuaí, as margens do rio Jequitinhonha, em Minas Gerais. Ainda menos se sabe sobre a vida da lendária doceira Benta Maria da Conceição Torres, Nhá Benta, que criou a receita de um tipo especial de bolinhos feito com ovos e açúcar, os quais imortalizaram seu nome como parte da culinária típica brasileira.

Tia Maria é outra que também fez comidas e história. Fazia parte do grupo de mulheres, denominado vivandeiros, que acompanhou a Coluna Prestes na marcha que, entre os anos de 1925 e 1927, percorreu cerca de 24.000 km pelo interior do Brasil. Antes de ser degolada pela polícia paraibana, Tia Maria teve que cavar sua própria sepultura.

Nos apontamentos históricos das diferentes formações acadêmicas, a Medicina, por exemplo, ainda não revelou os méritos das suas primeiras profissionais negras. Duas pioneiras desta área foram provavelmente: Olga da Conceição, formada pela Faculdade de Medicina da Bahia, em 1931, e Lucinda Romano, graduada no ano seguinte na Escola de Medicina da Universidade de São Paulo.

Este capítulo, ainda que incompleto, registra algumas das inúmeras trajetórias que certificam o rompimento dos papéis e padrões impostos às mulheres negras. É preciso e justo prestar homenagem àquelas que foram capazes de driblar as duras malhas de um sistema que historicamente as marginalizou por seu gênero e sua raça.

Sabina das Laranjas

Descendente de escravos, possivelmente liberta, foi vendedora de laranjas em frente à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Segundo os jornais, na manhã de 25 de julho de 1889 foi impedida por um delegado de manter seu posto naquele local. Os estudantes então protestaram contra esta atitude realizando uma passeata, a “procissão das laranjas”. A repercussão na imprensa foi estrondosa, durante dias o fato ocupou as páginas dos jornais e a ordem do delegado teve de ser revogada. Sabina tornou-se uma figura legendária, sua morte, no mesmo ano, chegou a ser anunciada na Gazeta de Notícias e no Brazil Médico, importante periódico da área. A memória da vendedora foi imortalizada por um tango composto

por Artur Azevedo, encenado na peça teatral *A República*, que a cada noite atraía centenas de pessoas ciosas de verem Sabina sendo interpretada no palco. Os versos de “As laranjas de Sabina”, uma das primeiras músicas gravadas no Brasil, tornaram-se grande sucesso na capital federal: “sou a Sabina, sou encontrada todos os dias lá na calçada da academia de medicina”. Em 1915, Sabina voltava ao palco com peça homônima assinada por J. Brito e sua visibilidade se estende até a década de 1920 em várias aparições carnavalescas. Entretanto, o mais curioso dessa história é que a vendedora impedida de comercializar não era Sabina – já morta àquela época – mas sim Geralda.

447
Charge referente a manifestação das laranjas. Revista *Ilustrada*, ano XI, nº 427. Rio de Janeiro, 1889. Acervo Biblioteca Guita e José Mindlin.

448
Na foto Paula Baiana, desfilando ao lado dos fuzileiros navais, Rio de Janeiro, década de 1920. Acervo Museu Marinha do Brasil.



Paula “Baiana”

Quitandeira, veio da Bahia para o Rio de Janeiro em 1895, onde conquistou a simpatia do Corpo de Infantaria da Marinha com seu tabuleiro repleto de guloseimas como bolinhos de tapioca, pés-de-moleque, cuscuz, laranjas e bananas, de onde tirava o sustento e pagava o aluguel de sua modesta casa no subúrbio carioca de Rocha Miranda.

Com o passar do tempo, Paula recebeu autorização para montar a própria cantina no pátio dos fuzileiros localizado na Ilha das

Cobras. Todos os soldados recorriam ao “Mafuá da baiana” para “matar a fome” e assim a quituteira foi se tornando uma figura cada vez mais conhecida e respeitada.

Como uma verdadeira madrinha, a “Baiana” chamava a atenção em datas cívicas como o 7 de setembro e o 15 de novembro quando desfilava - ao lado da tropa - com saia branca engomada, dólma vermelho de botões dourados e uma enorme cesta de vime equilibrada à cabeça nos anos 1920.

Chamada pelos soldados de “Fuzileira Honorária”, Paula abriu caminhos para que as mulheres viessem, anos mais tarde, fazer parte da corporação. Foi também a responsável por iniciar uma tradição ainda viva na Fortaleza da Ilha das Cobras: a das lavadeiras da Cova da Onça, pois também dedicava seu tempo a esta atividade. Paula Baiana faleceu no dia 20 de abril de 1935 tendo sido homenageada pelo Batalhão Naval com fuzis cruzados de flores brancas e vermelhas na sua sepultura.

*Imigrantes invisíveis:
mulheres barbadianas*

Das experiências femininas da diáspora, é muito mais comum falar das africanas. Ainda esquecida e silenciada outra importante geografia da imigração pós-abolição, como o que aconteceu na região norte do Brasil nos primeiros anos do século XX. Em meio aos vários cenários montados e desmontados na floresta durante a construção da ferrovia Madeira-Mamoré, formou-se um verdadeiro exército proletário, agregando mais de trinta nacionalidades de trabalhadores dos quatro cantos do mundo. Entre os últimos anos do século XIX e 1912, chegaram aproximadamente vinte

mil estrangeiros. Ainda que minoria entre tais contingentes, as mulheres participaram desse movimento imigratório.

Provenientes de lugares como Jamaica, Guianas, São Vicente, Granada ou Santa Lúcia; e a maior parte de Barbados, os trabalhadores – mulheres e homens – antilhanos destacaram-se em número e deram contorno a uma história singular nesta região. Acabaram denominados de barbadianos. Desembarcariam em Porto Velho num número cada vez maior a partir de 1908. Em 1909, já surgem referências de um bairro na

449
Imigrantes Barbadianas. Porto Velho (RO), década de 1900. Acervo Museu Paulista da Universidade de São Paulo.

450
Janeth Chalender, barbadiana, chegou em Porto Velho, RO, em 1910, aos vinte anos de idade. Coleção particular Janeth Rosalin Chalender.

451
Catherine Thomas Shockness, natural da Ilha de Granada, chegou ao Brasil em 1910. Coleção particular Lidice Shockness Bentes.



periferia de Porto Velho com o nome de “Barbados Town”. Os números indicam que aproximadamente dois mil e duzentos antilhanos foram enviados para o trabalho na ferrovia.

O cotidiano de trabalho foi de desafios e sofrimentos. Rigores do tempo e da floresta eram companheiros diários. Malária, febres e temores de ataques indígenas sempre por perto. Adaptaram-se, seja construindo suas casas de madeira a moda caribenha ou imprimindo a marca da sua culinária com o “coo-coo”, um típico prato do Caribe, espécie de polenta com quiabo. Não havia segregação deliberada nos bairros operários em torno da ferrovia, mas, de maneira geral, os barbadianos preferiram se casar com mulheres das suas mesmas origens. A base da mão-de-obra antilhana era masculina, no entanto - depois de 1911 - chegaria um maior número de mulheres antilhanas, invariavelmente empregadas no hospital e na lavanderia da construtora.

É dentro desse contexto que se tem acesso à trajetória de **Esperança Rita**. Imigrante de Barbados que fundou por volta de 1915 o primeiro centro de culto africano de Porto Velho, atual capital de Rondônia. Destacada líder espiritual, seu terreiro era freqüentado por políticos locais e imigrantes, tendo implantado a religiosidade caribenha – especialmente o vodu – em solo brasileiro.

Também foram os tempos áureos do ciclo da borracha que trouxeram



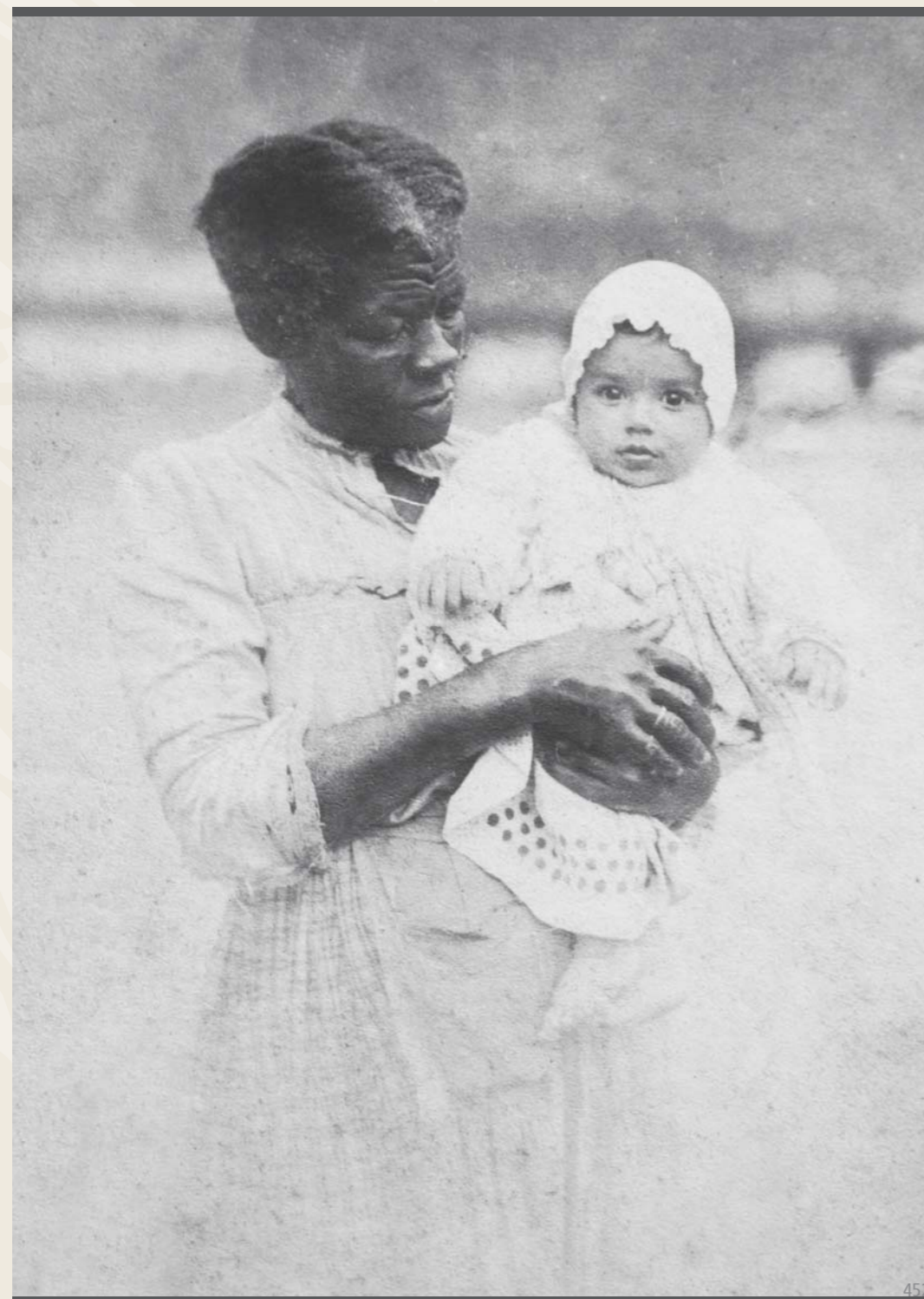
Violeta da Ilha de Barbados para o Brasil no início do século XX. Primeiramente, foi para Manaus onde se empregou como trabalhadora doméstica de uma família da elite local. Todavia, a onda de imigração caribenha para a construção da ferrovia fez com que a barbadiana se deslocasse para Porto Velho com intuito sobretudo de reconstituir laços de sociabilidade com seus conterrâneos. Nessa cidade, ela se casou com um imigrante. Com a morte do marido, criou sozinho seus três filhos, dentre eles, **Leticia Edna**. Há relatos de que Violeta morreu aos cem anos.

Muitos são os nomes dessa história ainda por fazer. Natural da Ilha de Barbados **Janeth Chalender** chegou ao Brasil em 1910, quando tinha 20 anos de idade. Conhecida por seus dotes culinários, trabalhou como cozinheira na Estrada

de Ferro Madeira-Mamoré, foi costureira e teve sete filhos. Janeth morreu em 1975, na cidade de Porto Velho, aos 85 anos. **Catherine Thomas Shockness** nascida no dia 2 de novembro de 1894 na ilha de Granada, chegou a Porto Velho “num grande navio” em 1910. Cuidou da educação dos seus dez filhos praticamente sozinha, devido à ausência do marido, trabalhador da ferrovia. Catherine morreu com 96 anos.

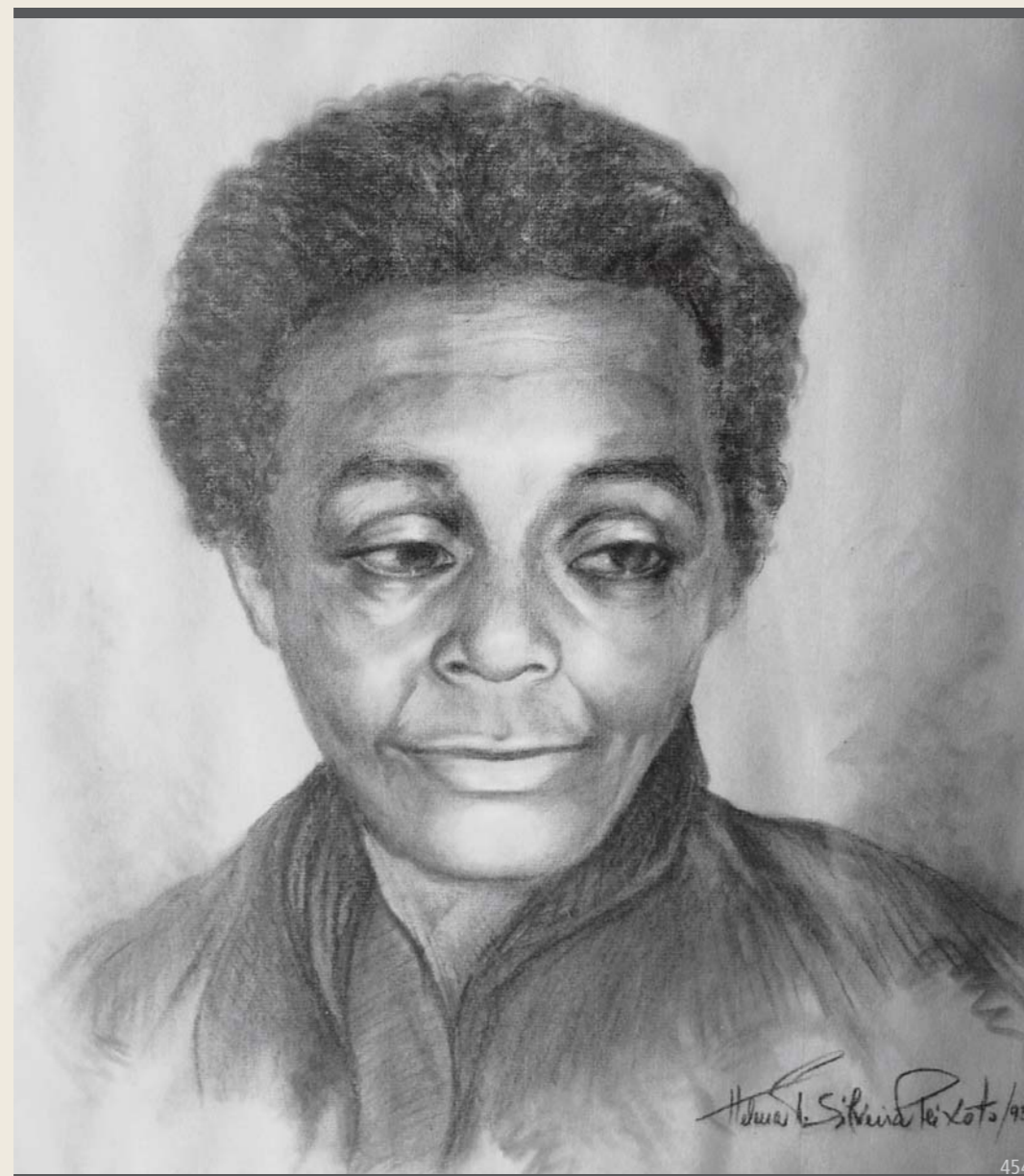
Mais que biografias soltas, suas histórias se referem à presença feminina negra na ocupação da Amazônia. Juntas, elas e muitas outras ajudaram a criar uma comunidade étnica reconstituindo suas famílias, cultura e redefinindo identidades. Mas, é certo que as experiências das barbadianas e de suas descendentes foram mais complexas e aguardam ainda estudos e pesquisas mais detalhadas.





452
Tia Anastácia - Anastácia, trabalhadora doméstica da família de Monteiro Lobato, com Guilherme, terceiro filho do casal, Taubaté, SP, 1913. Musa inspiradora de uma das personagens negras mais conhecidas da literatura infantil. Fotografia não identificada. Acervo Fundo Monteiro Lobato. Centro de Documentação Alexandre Eulálio, UNICAMP.

453
Bandeirantes - Segundo grupo de Bandeirantes brasileiras, Rio de Janeiro, 1920. Eulina Macedo Pimenta dos Santos, segunda da esquerda para a direita, foi chefe da Cia de Fadas em 1926 e eleita vice-presidente da Federação (região do Distrito Federal) em 1934. Filiada a Associação Mundial de Bandeirantes, a representação no Brasil foi fundada em 1919 e desde então realiza inúmeras atividades educativas com crianças e jovens que promovam a inserção social e o desenvolvimento comunitário. Acervo Federação de Bandeirantes do Brasil. Acervo Federação de Bandeirantes do Brasil.



454

Maria José Bezerra nasceu em dezembro de 1895 em Limeira, São Paulo. Cozinheira, engajou-se na Revolução Constitucionalista de 1932 alistando-se como enfermeira na Legião Negra. Destemida, esteve na frente de combate armado tendo sido ferida durante os confrontos. Por sua coragem, recebeu a alcunha de "Maria Soldado", sendo escolhida a mulher símbolo no Jubileu de Prata da Revolução. Após esse período, tornou-se vendedora de doces e salgados na porta do Hospital das Clínicas de São Paulo. Maria Soldado faleceu em fevereiro de 1958. Acervo Museu Maria Soldado, Mausoléu do Ibirapuera, Monumento ao Soldado Constitucionalista, São Paulo.



455

Laudelina de Campos Melo, mineira de Poços de Caldas nasceu em 1904. Trabalhou como doméstica, tornando-se líder sindical de sua categoria. Foi uma das grandes responsáveis pela fundação de várias Associações de Trabalhadoras Domésticas nas cidades de Santos, São Paulo e Campinas a partir da década de 1930. Nunca se calou diante das discriminações sofridas pelas mulheres negras no mercado de trabalho. Indignada com os anúncios preconceituosos e a realidade de suas companheiras, integrou-se ao Movimento Negro de Campinas, cidade onde passou a viver, para juntos criarem uma série de atividades sociais e culturais que elevassem a auto-estima dos afrodescendentes. Em 1988, a Associação de Trabalhadoras Domésticas, sob sua direção, foi transformada em Sindicato. Até sua morte, em 1991, continuou lutando em favor dos direitos da categoria a qual tinha orgulho de pertencer. Acervo Sindicato das Empregadas Domésticas de Campinas. Acervo Sindicato das Empregadas Domésticas de Campinas.



456
Da esquerda para a direita as enfermeiras Isabel Novais Feitosa e Nair Paulo de Melo. Itália, década de 1940. Acervo Exército Brasileiro. Comando Militar do Leste, 5ª Seção, sub-seção de audiovisuais. Memória Histórica da FEB. Major Elza Cansação Medeiros.



Enfermeiras da FEB

Em 1939, ao eclodir a Segunda Guerra Mundial o Brasil aliou-se aos Estados Unidos e a Itália. A Força Expedicionária Brasileira (FEB) destacou grande número de combatentes para o front, sendo que o comando norte-americano exigiu, também, o envio de enfermeiras para o atendimento aos feridos. Em 15 de dezembro de 1943 foi criado o Quadro de Enfermeiras da Reserva do Exército no Serviço de Saúde. Para a formação desse contingente foi implantado um curso de adaptação para enfermeiras civis que mobilizou centenas de voluntárias. Foram habilitadas 73 mulheres, selecionadas e nomeadas de acordo com a classificação nesse treinamento e obedecendo ao critério étnico racial, uma vez que o comando norte-americano não aceitava “pessoas de cor” para trabalhar nos hospitais. Contrariando as exigências, a FEB enviou algumas afrodescendentes para a Itália, como podemos observar nessas duas imagens.

457
Agachada de óculos escuros, Maria Belém Landi Macieira; sentada com lenço na cabeça, Elza Miranda; a esquerda sentada de óculos escuros Elita Marinho; atrás Antonieta Ferreira e Virgínia Niemayer Porto Carreiro, em parada para descanso e pequena refeição durante a mudança do 16º Evacoacion Hospital de Pistóia para o 15º Hospital de Corvela. Itália, 1944. Acervo Exército Brasileiro. Comando Militar do Leste, 5ª Seção, sub-seção de audiovisuais. Memória Histórica da FEB. Major Elza Cansação Medeiros.

458
Mônica de Menezes Campos - Natural do Rio de Janeiro, foi a primeira mulher negra a cursar o Instituto Rio Branco, em 1978. Seu pioneirismo foi destaque na imprensa da época. Ocupava o posto de segunda Secretária do Itamaraty quando veio a falecer, aos 28 anos, em 1985. Coleção particular Nilza de Menezes Campos.



458

459

Maria Rita Soares de Andrade - Feminista, natural de Aracajú, SE. Diplomou-se em direito pela Universidade Federal da Bahia, em 1926, sendo a única mulher da turma e a terceira a se formar no estado. Destacou-se na luta pelos direitos das mulheres e foi Secretária e consultora jurídica da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Foi pioneira ao integrar o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, representando o estado da Guanabara e, em 1967, tornou-se a primeira juíza federal do Brasil. Coleção particular Maria das Graças Soares de Andrade Caldas.



460

Neuza Maria Alves da Silva - Natural de Salvador, BA, teve que enfrentar desde cedo muitos obstáculos até conquistar uma vaga no curso de direito da Universidade Federal da Bahia. Desde então, sua carreira profissional tem sido permeada de conquistas, especialmente a partir de 1988, quando assumiu um cargo na magistratura federal. Em 2004 foi nomeada Desembargadora do Tribunal Regional Federal, tornando-se a primeira mulher negra a ocupar essa função no Brasil. Fotografia Luis Carlos Borges Xavier. Acervo Assessoria de Comunicação Social do Tribunal Regional Federal, 1ª região.



461

Eunice Prudente - Paulista, advogada, doutora pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, tem uma longa trajetória política e profissional em defesa dos direitos humanos, da igualdade racial e de gênero. Rompeu vários tabus ao tornar-se a primeira professora negra da USP, assim como, o pioneirismo ao assumir, em 2006, o cargo de Secretária da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo. Fotografia Leonardo Tote. Acervo Assessoria de Imprensa da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania.



462

Sidneya Santos de Jesus - Advogada carioca, nascida em 1954, foi diretora da Penitenciária Bangu I por quase seis anos. Ostentava em seu currículo uma administração impecável no comando desse presídio de segurança máxima. Sob sua administração, desde 1995, Bangu I, que abrigava os bandidos mais perigosos do Estado do Rio de Janeiro, não teve um único registro de fuga, rebelião ou denúncia de tortura contra os presos. Rompeu fronteira ao assumir um posto jamais ocupado por uma mulher. Em 2000 foi assassinada no trajeto para sua casa, possivelmente como "represália", ao desvendar o esquema de tráfico a partir da prisão. Coleção particular Carlos Max Santos Cruz.

463

Helenira Resende - Paulista, nasceu em 1944, em Cerqueira César, SP. Estudante de Letras, militou no movimento estudantil chegando a vice-presidente da União Nacional dos Estudantes, em 1968. Lutou arduamente contra a ditadura no Brasil tendo sido assassinada pelos militares durante um confronto na guerrilha do Araguaia, em 1972. Embora haja evidências e depoimentos sobre sua morte, até hoje é considerada desaparecida política. Coleção particular Helenalda Resende de Souza Nazareth.

464

Marli Pereira Soares - Empregada doméstica, tornou-se símbolo da luta contra a violência ao denunciar integrantes da polícia como responsáveis pela morte de seu irmão, em 1979, no Rio de Janeiro. Seu gesto levou presos os cinco assassinos, causando grande repercussão na mídia e valendo-lhe o título de Marli Coragem. Acervo Centro de Memória Mulheres do Brasil / REDEH.

465
Ivete Sacramento - Mestre em Educação, é a primeira Reitora negra do Brasil. Foi eleita para ocupar esse cargo na Universidade do Estado da Bahia, em 1998 e com expressiva votação foi reconduzida, quatro anos depois, para a mesma função. Fotografia de Rauf Tauile. Acervo Centro de Memória Mulheres do Brasil / REDEH.



466
Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva - Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos, em 2002, torna-se a primeira representante negra a integrar o Conselho Nacional de Educação do MEC, como Conselheira. Coleção particular Petronilha Gonçalves.



467
Enedina Alves Marques - Enedina Alves Marques é considerada a primeira engenheira negra do Brasil, tendo se formado em 1945 pela Universidade Federal do Paraná. Coleção particular Maria de Lourdes Aparecida Marques.



468
Virgínia Bicudo - Na década de 1930 participa do pioneiro grupo de psicanalistas responsável pela formação da Sociedade Brasileira de Psicanálise, seção São Paulo. Acervo Divisão de Documentação e Pesquisa da História da Psicanálise da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo.



469
Iracema de Almeida - Médica paulista, formou-se na década de 1940. Foi pioneira no estudo e tratamento da anemia falciforme. Além do seu incansável trabalho na área da medicina foi fundadora do GTPLUN – Grupo de Trabalho de Profissionais Liberais e Universitários Negros em São Paulo, 1972. Coleção particular Raphaella Reis.





470
Ana Davis - A jornalista Maria das Graças Silva estreou no Jornal Hoje na TV Globo em Belo Horizonte, em 1972, tornando-se a primeira repórter negra a apresentar um telejornal no Brasil. Ana Davis, como ficou conhecida, sempre militou no movimento negro brasileiro, contribuindo para o debate em torno da inclusão dos afro-descendentes nos meios de comunicação. Fotografia Marinero, 1974 Coleção particular Ana Davis.

471
Glória Maria - É considerada a repórter mais popular do Brasil. Iniciou sua carreira na TV Globo na década de 1970. Trabalhou em vários quadros jornalísticos até 1986, ano em que iniciou uma série de reportagens em lugares e situações incomuns para o Fantástico. Tornou-se âncora deste programa semanal desde 1998. Fotografia Eurico Dantas. Acervo Agência O Globo.

472
Lena Frias - Além de jornalista era pesquisadora da cultura afro-brasileira. Tornou-se especialmente reconhecida quando publicou, em 1976, Black Rio, uma série de reportagens sobre as condições da população negra carioca. Faleceu, em 2004, aos 60 anos. Acervo Jornal do Brasil

473
Wanda Chase - Jornalista, iniciou seu trabalho como repórter de televisão, em 1984, na Rede Globo Nordeste. Com uma larga experiência atuou em outras emissoras e desde 1989 exerce essa função na TV Bahia, onde além de repórter é apresentadora de um quadro musical. Coleção particular Wanda Chase.

474
Vera Lúcia Couto - Primeira afro-descendente a eleger-se num concurso de beleza oficial. Conquistou o título de Miss Guanabara, em 1964, como candidata do Renascença Clube, RJ. A classificação em segundo lugar no concurso nacional garantiu-lhe representar o Brasil no Miss Mundo (EUA), onde alcançou a melhor colocação de uma brasileira negra até então em competições internacionais. Acervo Última Hora. Arquivo do Estado de São Paulo.

475
Deise Nunes - Em 1986, a gaúcha sagrou-se como a primeira mulher negra a receber a coroa de Miss Brasil, posto esse ainda não alcançado por outra afro-descendente. Acervo Agência O Globo

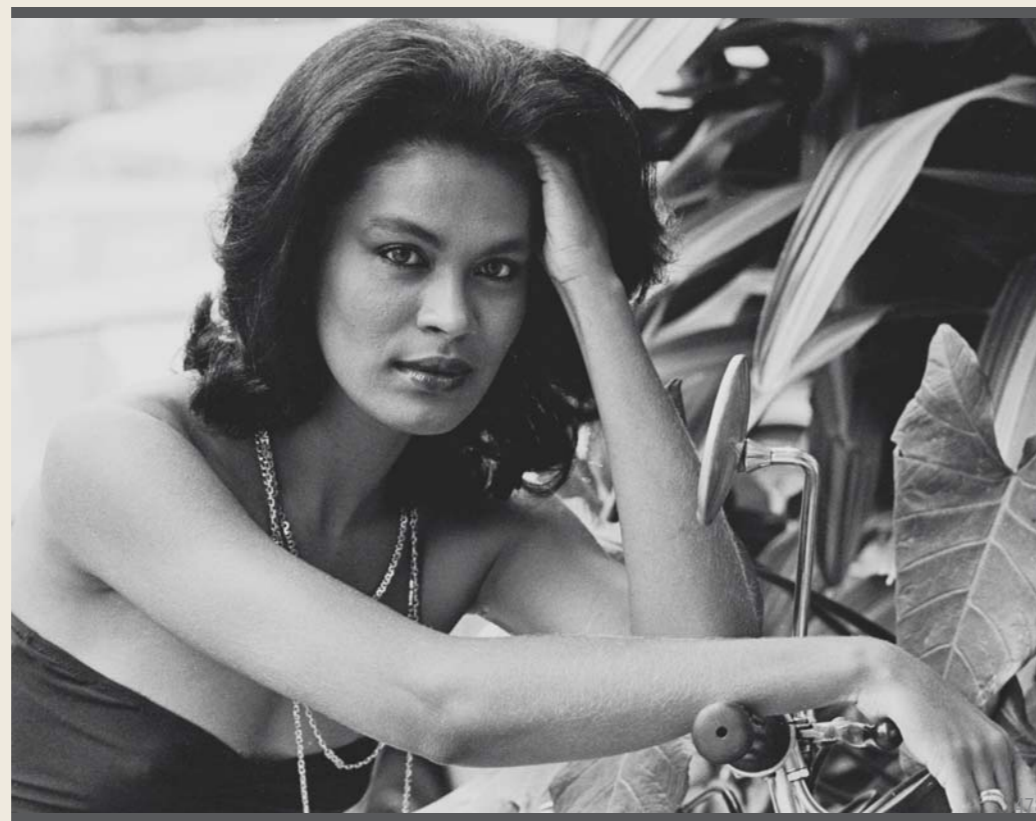


476
Marina Montini - Eleita Miss Renascença tornou-se Miss Guanabara na década de 1970. Como modelo e atriz percorreu vários países. Sua beleza lhe rendeu o posto de musa inspiradora do pintor Di Cavalcanti. Faleceu aos 58 anos, em março de 2006. Acervo Última Hora. Arquivo do Estado de São Paulo.

477
Veluma -Musa das passarelas nas décadas de 1970 e 1980. Devido a sua grande beleza sagrou-se como uma das primeiras modelos negra a fazer sucesso no exterior. Além disso, atuou no cinema e em telenovelas brasileiras. Fotografia de Sergio Nedal. Coleção particular Veluma.

478
Maria Rosa - Modelo e atriz desfilou com sucesso no Brasil e no exterior. Na década de 1970, auge de sua carreira, foi homenageada como uma das dez melhores da passarela. Acervo Agência O Globo.

479
Bety Lagardère - Foi modelo internacional nos anos de 1970. Nas últimas décadas tornou-se uma expressiva empresária na França. Pela contínua promoção e apoio à cultura brasileira naquele país é considerada uma de nossas Embaixadoras. Coleção particular Beth Lagardère.





480
Goia Lopes - Designer baiana. Empresária bem sucedida, revolucionou a indústria têxtil na Bahia ao empreender a iniciativa pioneira de levar para o mercado – nacional e estrangeiro – uma série de indumentárias representativas da estética negra e de matrizes africanas. Fotografia Julio Acevedo. Acervo Centro de Memória Mulheres do Brasil / REDEH

481
Terezinha Malaquias - Modelo vivo, atriz, performer e poeta. Sua experiência profissional passa pelo teatro, televisão e cinema. Foi a primeira negra a fazer comercial de sabonete no Brasil, em 1998. Fotografia Adi Leite. Coleção particular Terezinha Malaquias.

482
Mãe Preta - Mãe Preta, estátua em reconhecimento as amas-de-leite, feita pelo escultor Júlio Guerra, instalada no Largo Paissandu, SP, em 1955. Provavelmente primeira estátua erguida em homenagem à mulher negra no Brasil. Fotografia Ricardo Malta. Acervo N Imagens.

483
Esperança Garcia - Estátua instalada no Centro Artesanal Mestre Dezinho, Teresina, PI, tem homenagem a escrava Esperança Garcia, que em 1770 escreve ao governador do Piauí denunciando os maus tratos sofridos. Fotografia Manoel Messias. Coleção particular Manoel Messias.

O Clarim da Alvorada

LEGITIMO ORGAM DA MOCIDA DE NEGRA

Redactor Responsavel — José Correia Leite

Director Secretario — Henrique A. Cunha

Fundado em Janeiro de 1924 por Jayme d'Aguilar e José Correia Leite — NOVA PHASE — Redacção: Rua Major Diogo, 131 — S. Paulo — Brasil — Propriedade de uma Sociedade

Directores: Ursino dos Santos, João Soter da Silva e Sebastião G. Castro — Redactores: Diversos

ANNO VII

SÃO PAULO, 27 DE JULHO DE 1930

NUMERO 28

BRAVO, DAMAS NEGRAS

Irmandade de N. S. do Rosario e S. Benedito dos Homens Pretos do Rio de Janeiro

O velho templo catholico do Rio de Janeiro, foi construido pelos esforços dos negros que aos domingos, iam levar os seus esforços como patrimonio de fé. A Senhora do Rosario e S. Benedito de se desta

Na sala do consistorio dessa gloriosa irmandade, tem erguido nos seus quatro cantos, os retratos dos mais brilhantes vultos da campanha abolicionista, onde se destaca um dos velhos negros que foi juiz por varias vezes dessa Irmandade: — José Israel. Foi um dos companheiros de José do Patrocínio. 13 de maio, sempre foi, no Rio de Janeiro, esperado pela imprensa com grande entusiasmo, porque, no salão do consistorio do Rosario, tem havido o mais brilhante cunho de veneração, glorificando a memoria de todos que nos mais longinquos pedaços

DR. EVARISTO DE MORAES E A CAMPANHA ABOLICIONISTA

"O CLARIM D'ALVORADA", acaba de ser distinguido com a obra mais vigorosa que se tem escripto, nestes ultimos trinta annos, sobre o problema da Raça Negra no Brasil. O trabalho em questão, é da autoria do grande criminalista, historiador e sociologo: — Dr. Evaristo de Moraes, que desde 1897, vem emprestando com raro brilho, as letras juridicas e ao belletrismo nacional, a vigorosa expressão do seu talento, face-



Um grupo de Senhoras e Senhoritas procuram meios para despertar a alma do "Gigante Adormecido"

Trata-se do Centro Civico Palmares, conhecida agremiação de cultura negra que, por varios annos deu motivos aos assumptos mais palpitantes com relação ao avanço intellectual, civico e moral dos negros de São Paulo.

Sociedade que encheu de esperanças, um grupo de ardorosos paladinos da nossa causa racial, e conseguiu reunir em seu seio, quasi todos os elementos representativos da nossa raça. Num limitado periodo de vida, o Centro Civico Palmares, conseguiu bellas respostas. Mas por fim, teve que tombar malsinado pelas ambições de meia duzia de negros, obedientes á uma dictadura malsan. Porém, agora, louvado seja o gesto digno de incomios, de um grupo de senhoras e senhoritas que animadas pela fé e boa vontade, se

Graças a Deus, ainda animo e boa vontade pstar e me manter com o entusiasmo e desassom costume.

Não pense, os doutr sem prestigio moral, qu com meia duzia de phras zadas que vão por o no nal de lado, para ficaren do terreno, drenado por t tanto sacrificio.

E, por restar-me anim vontade, é que venho esp firmeza, ao julgamento d leaders", com que direit a razão, do "O CLARIM VORADA", ser assim d derado, por esses negr querem a viva força ser o BU'S REI da raça. Pos tar-me, nesta hora, so meus esforços; porque, não sou e não serei tra desfibrado ou um orienta rverde.

Não espero do "O CL D'ALVORADA", — o p ra a manutenção da min le — pobre, mas honrad

Da minha pobreza, abri e do meu bocado, todos c tilham. Esse foi e será evangelho.

O meu ideal nasceu grande revolta intima, q to se prende, com o esp honras; onde minha mã bou, victimada pelo dese

E, por restar-me anim vontade, é que venho esp firmeza, ao julgamento d leaders", com que direit a razão, do "O CLARIM VORADA", ser assim d derado, por esses negr querem a viva força ser o BU'S REI da raça. Pos tar-me, nesta hora, so meus esforços; porque, não sou e não serei tra desfibrado ou um orienta rverde.

Não espero do "O CL D'ALVORADA", — o p

Juntando forças: a participação das mulheres no movimento negro brasileiro

Apesar das conhecidas adversidades, das idiossincrasias intergrupais e ao contrário das previsões pessimistas da intelectualidade nos períodos pré e pós-abolição, um olhar mais aprofundado para os processos sociais faz emergir uma pluralidade de sujeitos e cenários que materializaram ao longo dos tempos o movimento negro no Brasil do século XX.

A irressumível história das organizações negras torna-se o pano de fundo providencial para a reconstituição e afirmação identitária além de dar voz à população afro-descendente na busca pelos direitos de cidadania. Ainda que boa parte dos papéis desempenhados pelas mulheres tenha tido pouca visibilidade é inegável a importância de suas presenças no desenrolar dessa luta.

Pode-se afirmar que os candomblés, a formação de quilombos, as irmandades, e as diferentes expressões culturais foram grandes focos de mobilização política ao longo da história. Entretanto, é a partir do século XIX que novos mecanismos de articulação serão incorporados ao cotidiano da população negra. Especialmente a imprensa, os clubes recreativos e organizações políticas e culturais funcionaram como pólos aglutinadores dos afros-descendentes.

Em 1833, é fundado no Rio de Janeiro, *O Homem de Cor*, sendo considerado o primeiro órgão do que se convencionou chamar de imprensa negra brasileira. Desencadeou-se a partir de então, o nascimento de diversos jornais e periódicos com o propósito de fortalecer o movimento abolicionista, como também, já esboçando uma preocupação com a escolarização da comunidade negra em todo país.

Sentidos em toda parte, os protagonismos afro-brasileiros foram condensados por iniciativas como aquela da *Sociedade de Dança e Beneficência Floresta Aurora*, fundada por operários negros de Porto Alegre, em 1872. Com a finalidade inicial assistencialista, esta agremiação foi se ampliando em espaços de lazer e conagração. Ainda hoje, *O Floresta* — como é carinhosamente chamado — conta com dois mil sócios, que mantém viva esta história centenária de resistência.

Na passagem do século XIX para o século XX, surgem no Nordeste brasileiro diversos clubes recreativos fundados por negros e negras. Em Recife (PE) destaca-se o Clube das Vassourinhas e o Clube das Pás Douradas. Em Salvador (BA) a Embaixada Africana e os Pandengos da África.

Representando o principal veículo de integração entre os grupos de diferentes estados, os jornais traziam inicialmente, em suas páginas, notas de cunho



social e cultural. Gradativamente foram se transformando num canal de comunicação e mobilização política, centrado na educação, inserção para o mercado de trabalho, e contra a segregação racial.

Pelotas testemunhou múltiplas formas de articulação e integração da comunidade negra local. Merece lembrar que, em 1892, é publicado o jornal *O Exemplo*, que ao longo de suas cento e quarenta edições estampou em suas colunas denúncias e reivindicações visando garantir de fato o exercício de cidadania.

E também nesta cidade que, com o lançamento do periódico *A Alvorada*, em 1907, as mulheres negras começam a publicar suas idéias. Nos vinte anos de existência do *A Alvorada*, elas foram às defensoras árdidas de políticas educacionais voltadas para crianças e adultos afros-descendentes.

A imprensa negra consolidou-se de fato no estado de São Paulo a partir da década de 1910, sendo editado *O Bandeirante* (1910), *O Menelick* e *Princesa do Oeste* (1914), *A União* e *O Alfinete* (1918), *A Protetora*, *O Getulino* e *A Liberdade* (1919), entre outros.

Ainda em São Paulo, o compromisso com a educação negra é reiterado através da fundação do Centro Cívico Palmares em 1920. Inicialmente, sua proposta, bastante audaciosa naquele momento, era a criação de uma biblioteca só para negros. Entretanto, o clima de preconceito racial latente altera o rumo da entidade que se envolve com a luta direta, chegando a promover uma campanha de sucesso contra os ditames de um chefe de polícia que exigia a brancura como requisito para o ingresso na Guarda Civil.

O dinamismo do Centro Cívico Palmares vai impulsionar o surgimento, em 1924, do mais importante canal de comunicação negra deste período – *O Clarim*, como também a criação da Frente Negra Brasileira, em 16 de setembro de 1931, o maior movimento político de massa da comunidade afro-descendente no país.

O Clarim, mais tarde denominado *O Clarim d'Alvorada*, esboçava em suas manchetes a preocupação com a massiva entrada de imigrantes em São Paulo, fator este que alijava os negros do mercado de trabalho. O clamor pela maior participação afro-descendente na sociedade era pela primeira vez, declaradamente impresso. Este jornal inaugurava uma nova matriz de pensamento. Seus textos – embasados pelo resgate da memória das lutas ancestrais – buscavam, na história nacional e internacional, personagens negros cujas trajetórias heróicas incentivavam a continuidade das lutas e um fomento de igualdade racial. Outra importante marca efetuada pelo *O Clarim* foi a substituição do “vazio e usado homem de cor” pela terminologia “negro”.

É importante registrar ainda que nesta mesma época nasceram outros jornais paulistas: *O Kosmos* e *O Elite* (1924), *O Auriverde* (1928), *O Progresso* (1932) dentre tantos publicados em outras regiões do país. Boa parte deles estavam veiculados a clubes e agremiações, cuja participação feminina foi mais evidenciada na promoção de festividades e nos concursos de beleza, realizados em prol da valorização da estética negra.

O jornal *A Voz da Raça*, foi o principal veículo de comunicação da Frente Negra Brasileira e, dentro das condições históricas impostas naquele momento, expressava a recusa sistematizada ao ideário de branqueamento através de mecanismos de positivação da negritude.

A Frente Negra alcançou um número de simpatizantes jamais superados. Somente no estado de São Paulo contava com cerca de seis mil membros efetivos e rompendo as fronteiras regionais chegou ao Maranhão, Sergipe, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Seguindo uma linha nacionalista em defesa da pátria, família e raça surge o lema fretenegrino “congregar, educar e orientar”. Nestes termos ressaltasse o incentivo ao casamento e a preservação familiar como forma de vencer as desvantagens sociais impostas aos negros. Estava estruturada em vários departamentos: educação, esporte, música, lazer e cultura. Sua concepção primeira inscrevia iniciativas como a manutenção das bibliotecas de bairro, aulas de alfabetização e de técnicas para serviços doméstico e inglês.

No interior da Frente as questões ligadas á participação das mulheres despertava uma preocupação constante, pelo importante papel desempenhado por elas. O curso de alfabetização era conhecido como “Educação Moral e Cívica”, na qual a participação voluntária das professoras foi um marco fundamental para torná-lo uma verdadeira escola. As mestras deslocavam-se entre os diversos bairros da capital e do interior do estado de São Paulo. Dentre elas destacavam-se **Celina Campos** – professora de música – **Antonietta** e **Gersen Barbosa**, responsável pela iniciativa que tornou possível a implementação da biblioteca. Ao mesmo tempo o grupo atraía pessoas já envolvidas em outras lutas sociais como **Laudelina Campos de Melo** que, em 1936, durante o período áureo da Frente Negra criou a Associação das Empregadas Domésticas em Santos.

Boa parte do suporte financeiro da entidade advinha dos bailes organizados por um grupo de mais de 30 mulheres. Sob a liderança de **Benedita da Costa**, as **Rosas Negras** – como eram chamadas – garantiam toda a infraestrutura das festas realizadas. Coube a elas o feito de promover um baile, na capital paulista, no salão verde do prédio Martinelli, espaço até então proibido para os negros. Anônimas na quase totalidade, as mulheres da frente compunham a maioria da organização. Como atestam os relatos da época, “eram elas que faziam todo o movimento”. Assim, convém ressaltar que as **Rosas Negras** foram, além do maior suporte econômico, as grandes responsáveis pela mobilização da Frente.

Durante a revolução constitucionalista de 1932, a Frente adota a postura da neutralidade. Insatisfeitos com esse posicionamento, um grupo de militantes funda a Legião Negra e adere á revolução. Em 1933, o descontentamento com a tendência monarquista de um de seus líderes culmina na saída de outro grupo que funda a Frente Negra Socialista. Outra dissidência - a mais conhecida - foi a dos socialistas do *Clarim d'Alvorada*. A luta entre a Frente e o *Clarim* foi iniciada com as divergências políticas em torno da aprovação do estatuto fretenegrino. A gota d'água para a discordia foi o episódio do



485 e 486
Exemplares de periódicos da chamada Imprensa Negra Brasileira das décadas de 1910 a 1930. Acervo Biblioteca Nacional.



“empastamento”, quando os frentenegrinos invadiram e depredaram a sede do *Clarim* quebrando máquinas e jogando pela janela estantes e livros. Depois disso, o *Clarim d’Alvorada* foi suspenso e, sob a liderança de José Correia Leite, é fundado o Clube Negro de Cultura Social.

Em 1936, na condição partidária de “Órgão Político e Social da Raça”, a Frente Negra – que, durante seus seis anos de vida, chegou a contar com sessenta mil associados em seus quadros, teve suas atividades encerradas pela ditadura varguista. Como tentativa de se salvar, o movimento se organizou sob a alcunha de União Negra Brasileira. Como tal celebrou, em 1938, os cinquenta anos da abolição da escravatura. No entanto, a profundidade do golpe político que fechou a Frente impediu sua sobrevivência. Tentando se manter como pólo aglutinador da mobilização racial, a União passou a se chamar Clube Recreativo Palmares, entretanto viu-se impossibilitada de dar continuidade à articulação edificada nos tempos da Frente.

A professora **Eunice de Paula Cunha** destaca-se como importante voz feminina nesse período. Sua liderança é marcada, dentre outros, pela denúncia do papel social reservado as jovens negras: o de trabalhadoras domésticas. Em *“Apelo as mulheres negras”*, artigo publicado no *Clarim d’Alvorada*, em 1935, dona Nice denuncia as especificidades do racismo.

“Tudo se agita, os espíritos cultos lançam novas idéias com o fim de melhorar a situação mundial. O mundo está inflamado;... Só nos negras, caras patricias, extasiamos diante do acontecimento mundial. Quando as lutas se sucedem com o fim de melhorar a vida deste ou daquele povo, é sinal de que os espíritos tomam noção dos seus deveres e suas boas idéias são aceitas. (...) E nós, patricias, precisamos nos mover, sacudir a indolência que ainda nos domina e nos faz tardias. O cativo moral para nós negros ainda perdura. Notemos a fundação desta Escola Luiz Gama com o fim de preparar meninas de cor para serviços domésticos. (...) Por esta iniciativa se vê que para os brancos não possuímos outra capacidade, outra utilidade ou outro direito a não ser eternamente o de escravo.(...) Mas isto não sucederá... A vida de um povo depende da sua juventude. Pois bem, nos além de jovens somos mulheres...”

É criado no Rio de Janeiro, em 1935, o Movimento Brasileiro contra o Preconceito Racial. Além de entidades e movimentos, os congressos também foram um espaço fundamental para o tratamento das questões do afro-descendentes. Nesse sentido, cabe novamente enfatizar que, no Brasil, as relações raciais e seus rumos mobilizaram diferentes agentes sociais e, num curto espaço de tempo, tornaram-se o foco dos projetos e processos em torno da construção da identidade nacional. Além disso, o nordeste foi o palco para importantes discussões acadêmicas sobre o negro. Em 1934, um ano depois de publicar *Casa-grande e Senzala* (1933) - um dos principais responsáveis pelo lançamento da idéia de uma suposta democracia racial brasileira, o antropólogo pernambucano Gilberto Freyre junto com um grupo de pesquisadores do Serviço de Higiene Mental organizam em Pernambuco o I Congresso Afro-Brasileiro que registrou a presença de apenas duas mulheres negras: uma certa Yalorixá **Albertina Fleury** de quem pouco se sabe a respeito e a quituteira **Dona**

487
Exemplares de periódicos da chamada Imprensa Negra Brasileira das décadas de 1930 a 1960. Acervo Biblioteca Nacional.

Santa que apresentou receitas e pratos típicos africanos durante o evento.

Em 1937, é a vez do folclorista Edson Carneiro ao lado de outros intelectuais organizarem a segunda edição do Congresso, desta vez na cidade de Salvador. Na cerimônia de abertura, esteve presente uma grande referência da religiosidade afro-brasileira. **Mãe Aninha**, do Axé Opô Afonjá, que apresenta no congresso um trabalho sobre a influência da culinária transportada da África para a Bahia. A tônica dos dois eventos baseou-se no resgate da herança africana.

Na cidade de Campinas, em maio de 1938 – ano de fundação da Associação dos Brasileiros de Cor - as lideranças das entidades negras, realizam o Congresso Afro-Campineiro. Segundo um de seus organizadores, o evento tinha como propósitos combater e denunciar o preconceito e a segregação raciais, típicos daquela região.

A mobilização negra não esteve totalmente sufocada durante o Estado Novo. Em 1941, é criada a Associação José do Patrocínio. Dedicada aos problemas enfrentados pelas empregadas domésticas, freqüentemente rechaçadas nas entrevistas de emprego pelo requisito da “boa aparência”, essa associação será a base para criação do Movimento de Educação e Cultura (Mabec) que atuou ao longo de décadas. Em 1945, surge, em São Paulo, a Associação do Negro Brasileiro. Através de seu jornal *Alvorada*, a entidade reivindica, dentre outros itens, a criação de uma legislação penal específica contra a discriminação racial e para a proteção dos interesses das empregadas domésticas. Além disso, a organização lança no mesmo ano o *Manifesto em Defesa da Democracia* assinado por antigas lideranças da Frente e do *Clarim*. Junto com a Associação entra em cena o Comitê Democrático Afro-Brasileiro que lutava em prol da anistia e do retorno à democracia ao lado de outros segmentos da esquerda. Entretanto quando os presos políticos foram libertados, houve uma recusa sistemática da União Nacional dos Estudantes em apoiar as reivindicações negras. Sob a justificativa do perigo de um “racismo às avessas”, os membros da UNE rompem as relações políticas com o Comitê.

No Rio de Janeiro de 1944, entre outros grupos é criado, por Abdias e **Maria de Lurdes Vale do Nascimento**, o Teatro Experimental do Negro. A singularidade do TEN é esboçada pela iniciativa de tentar aliar na prática e na teoria a valorização do negro através do resgate de uma cultura afro-brasileira. Em outras palavras “organizar um tipo de ação que há um tempo tivesse significação cultural, valor artístico e função social”. Nesses termos, além das artes cênicas, o TEN volta-se para a educação, chegando a ter cerca de oitocentos alunos – empregadas domésticas, operários, desempregados, e outros - nas aulas de alfabetização. O jornal *Quilombo* – seu canal de comunicação – sintetizava seus objetivos: “trabalhar pela valorização e valoração do negro brasileiro em todos os setores”.

Maria Nascimento, além de fundadora do TEN, foi responsável por diferentes atividades, no interior da organização. Coordenou o departamento feminino e gerenciou o jornal *Quilombo*, onde possuía sua própria coluna: *Fala a Mulher*. Além desses feitos, em 1950, a assistente social funda o Conselho Nacional

APELO AS MULHERES NEGRAS

Tudo se agita, os espíritos cultos lançam novas idéias com o fim de melhorar a situação mundial. O mundo está inflamado; alguma porção do globo não suporta a situação aflita da época; anuvia-se, enegrece, troveja e desaba a tempestade. Mas após, vem a bonança, tudo se acalma por um espaço de tempo, o povo torna-se satisfeito como se tivesse desabafado de uma amargura que tanto oprimia o seu espírito.

Só nós negras, caras patricias, extasiamos diante do acontecimento mundial. Quando as lutas se sucedem com o fim de melhorar a vida deste ou daquele povo, é sinal de que os espíritos tomam noções dos seus deveres e suas boas idéias são aceitas.

E nós, patricias, precisamos nos mover, sacudir a indolência que ainda nos domina e nos faz tardias. O cativo moral para nós negros ainda perdura. Muito á proposito do triste conceito que fazem sobre nós, olhemos o que nos preparam, notemos a fundação dessa escola Luiz Gama com o fim de preparar meninas de cor para serviços domésticos. For esta iniciativa se vê que para os brancos não possuímos outra capacidade, outra utilidade ou outro direito a não ser eternamente o de escravo.

No passado iam os das senzalas aos eitos, e hoje pretendem nos promover acaando que só podemos ir da cozinha à copa.

Mas isso não sucederá, só se não houver negras que sintam bem de perto a necessidade de nos movimentar para nossa reabilitação na vida social.

A vida de um povo depende da sua juventude. Pois bem, nós além de jovens somos mulheres, continuemos portanto, a obra iniciada por Luiz Gama e outros, ao lado dos nossos patricios, preparando assim um ambiente despido de preconceitos para os nossos sucessores.

Mas aonde devemos trabalhar, onde devemos comungar as mesmas idéias? Em toda a parte e em qualquer lugar, instruindo-nos, procurando conhecer bem de perto a necessidade do negro, nos integrando no programa do C. N. C. S. que nós moças, minhas irmãs de cor poderemos trabalhar em prol da raça que até agora é considerada como produto dos pés de Brama.

488



489

488
Artigo de Eunice Cunha, publicado no Clarim da Alvorada, São Paulo, 1935. Coleção particular de Eunice e Henrique Cunha.

489
Eunice e Henrique Cunha, São Paulo, 2005. Acervo Centro de Memória Mulheres do Brasil / REDEH.



490
Placa com o logotipo da Sociedade Floresta Aurora, Rio Grande do Sul. Fotografia Irene Santos.

491
Mural do Clube Vassourinhas, no qual está retratado as integrantes da diretoria, Recife, PE, década de 1920. Acervo Clube Vassourinhas.

492
Maria do Carmo Gadelha Ferraz, diretora durante décadas do tradicional Clube das Pás, fundado no séc. XVIII Recife, PE. Acervo Clube Misto das Pás Douradas.

493
Boletins de clubes carnavalescos formados predominantemente por mulheres, Recife, PE, década de 1900. Acervo Arquivo Público do Estado Jordão Emerenciano de Pernambuco.

494
Clube carnavalesco não identificado, Recife, PE, década 1940. Fotografia de Lula Cardoso Ayres. Acervo Instituto Cultural Lula Cardoso Ayres.



das Mulheres Negras. Configurando-se como um dos braços do TEN, este organismo focalizava as questões relacionadas ao feminino e a infância. Sua estrutura contava com um departamento jurídico voltado para o preenchimento dos requisitos básicos de cidadania para a população negra tais como a obtenção da certidão de nascimento e carteiras de trabalho além da prestação de serviços jurídicos.

Nas diversas peças encenadas pelo grupo, a presença feminina era engrandecida pelas impecáveis atuações de Arinda Serafim, Marina Gonçalves e Ruth de Souza, que também sobressaíam como expressivas lideranças políticas da organização. Em 1946, as três participam da criação da Associação das Empregadas Domésticas e, em 1950, Elza de Souza e Arinda Serafim estiveram à frente da nova diretoria desta associação. Mais tarde, Léa Garcia, Ilena Teixeira, Marietta Campos Damas deram continuidade ao protagonismo feminino do Teatro Experimental.

Ainda na década de 1940, é realizada a Convenção Nacional do Negro. Apresentado como um evento de “cunho popular”, um de seus propósitos era o de se contrapor ao formato estritamente acadêmico dos congressos afro-brasileiros de Pernambuco (1934) e da Bahia (1937) que insistiam em tratar o negro “como objeto de estudos” ignorando os problemas concretos originários da discriminação racial. O evento foi dividido em dois momentos, o primeiro em São Paulo em novembro de 1945 e o segundo no Rio de Janeiro em 1946 e contou com participantes oriundos de vários estados brasileiros. Na etapa de São Paulo, o documento final - *Manifesto à Nação Brasileira* – reivindicava que se tornasse “*matéria de lei, na forma de crime lesa-pátria, o preconceito de cor e de raça*”, além disso defendia que “*enquanto não for tornado gratuito o ensino em todos os graus, sejam admitidos brasileiros negros, como pensionistas do Estado, em todos os estabelecimentos particulares e oficiais do ensino secundário e superior do país, inclusive nos estabelecimentos militares*”.

O término da ditadura varguista em outubro de 1945 culminou em diversas manifestações de democracia caracterizadas pela grande ebulição das forças políticas. Nesse momento de volta à liberdade, três grandes conferências nacionais contribuíram para aproximar os discursos e as críticas das lideranças negras de diferentes regiões do país. Havia, portanto, uma viva participação dos movimentos negros no momento de redemocratização do Brasil. Nessa época, várias organizações negras atuavam em diferentes pontos do território nacional. Em Porto Alegre, a União dos Homens de Cor e o Centro Literário de Estudos Afro-Brasileiros. No estado fluminense, dentre outras, o Centro de Cultura Afro-Brasileira e a União dos Homens de Cor em Niterói, nas Minas Gerais a Turma Auri-Verde e o Grêmio Literário Cruz e Souza e em São Paulo o Centro Cultural Luís Gama, a Cruzada Social e Cultural do Preto Brasileiro e a Frente Negra Trabalhista. Além disso, jornais negros como a *Tribuna Negra*, *O Novo Horizonte* e *O Mundo Novo* esboçam o compromisso com a internacionalização das questões raciais.



493

494



Mantendo a tradição iniciada pelos diversos clubes recreativos do início do século, o Teatro Experimental do Negro investe na organização de concursos de beleza negra. Em 1947, o *Boneca de Pixe* sagrou Maria Tereza como vencedora. Além deste, havia também o *Rainha das Mulatas* que, em 1948, dava a coroa à Mercedes Batista, primeira negra a integrar o corpo de baile do Teatro Municipal.

O I Congresso do Negro Brasileiro, organizado pelo Teatro Experimental, em 1950, no Rio de Janeiro, foi precedido de duas Conferências preparatórias (1948 e 1949) com o objetivo de discutir e organizar a programação e os temas a serem abordados no Congresso. Este evento, caracterizado pela sinergia entre ativistas e acadêmicos, foi mais um episódio marcante para o movimento negro no Brasil. As mulheres tiveram uma participação destacada, onde ficou notório a expressiva liderança de Ruth de Souza dentre outras. Entre as conferências apresentadas estavam a de Maria de Lurdes Vale Nascimento, que ressaltava a necessidade de atentar para os problemas de ordem piscosociais da prostituição. A da advogada **Guiomar Ferreira de Barros** que usaria a tribuna para uma antiga reivindicação: a defesa da regulamentação da profissão de trabalhadora doméstica. Em seu trabalho, a doutora Guiomar argumentava sobre a importância do repouso semanal remunerado, da aposentadoria, da assistência social e da fixação de horários para a jornada de trabalho daquelas profissionais. Lembra ainda que a lei de 1941, referente aos direitos das empregadas domésticas não havia sido regulamentada por interesse dos patrões. Elza Soares Ribeiro, Mercedes Batista, Nilza Conceição e a médica Maria Manhães também apresentaram suas contribuições neste espaço.

Em 1949, nasce no Rio de Janeiro o Grupo dos Novos, uma dissidência do TEN. Mais tarde passa a se chamar Teatro Folclórico Brasileiro. Quando o grupo estreou em Barcelona, em 1953, consolidou seu sucesso internacional e ganhou o nome de Brasiliana. Desde então, estabeleceu-se na Europa e de tempos em tempos se apresenta no Brasil.



Inserir-se nesta movimentação o Teatro Popular Brasileiro, fundado em 1950, no Rio de Janeiro, pelo poeta, folclorista, teatrólogo e pintor Solano Trindade, pela coreógrafa Margarida Trindade e pelo etnólogo Edson Carneiro. Fora composto por domésticas, operários, estudantes e comerciantes. Tendo viajado por diversas partes do Brasil e da Europa, a organização se destacou por seu forte cunho sócio-político. Suas marcas eram o teatro, a poesia e a música, esta última expressa nos diversos ritmos afro brasileiros: batuques, lundus, caboclinhos, maracatus, capoeiras, congadas e caxambus reunidos nas performances do grupo graças à dedicação da coreógrafa Margarida Trindade que com suas vastas pesquisas e primorosas técnicas de ensaio garantia o sucesso das apresentações.

Ainda na capital da República, na década de 1950, estimulada pela receptividade do público aos espetáculos de dança afro, Mercedes Baptista funda o Grupo Folclórico. Também conhecido como Ballet de Mercedes Baptista, o grupo inaugura uma nova tradição inspirada no modelo de coreografia étnica norte-americano.

Em 1956, surgia em São Paulo a Associação Cultural do Negro e dois anos depois era criado *O Mutirão*, jornal estudantil desta associação. No interior deste grupo, Nair Theodora Araújo, integrante do departamento cultural, promovia diversos eventos que proporcionavam o encontro da intelectualidade afro-brasileira. Inspirada em antigas lideranças negras, a ACN deixou como legado seus *Cadernos de Cultura*.

No decorrer das décadas seguintes, os clubes continuam sendo importantes espaços de sociabilidade para as comunidades negras. No Rio de Janeiro, após terem sido impedidos de ingressar num famoso reduto carioca de classe média, um grupo de negros decide fundar o Renascença Clube como forma de reação ao preconceito racial. Em 1951, ano de sua fundação, mais da metade dos sócios eram mulheres e um terço delas compunha sua diretoria.

Em São Paulo, o dia 06 de março de 1961, testemunhou o surgimento do Aristocrata Clube com intuito de “acolher, num clima de família e de cordialidade os afro-brasileiros”. Assim como no “Rena”, as mulheres negras tiveram papel relevante. A bem sucedida banqueteira Lourdes Fernandes da Silva, além de ter sido uma das fundadoras, foi destacada promotora e



495
Baile da Frente Negra, São Paulo, 1935. Coleção Particular Nair Reis

496
Integrantes da Legião Negra, Revolução Constitucionalista, São Paulo, 1932. Acervo Luiz Silva / Cuti.

497
Cartaz comemorativo do 1º Congresso Afro-brasileiro. Recife, PE, 1934. Coleção particular.

498
Participantes do 2º Congresso Afro-brasileiro, realizado em Salvador, BA, 1937. Acervo Camargo Guarnieri / Instituto Estudos Brasileiros / USP.

mantenedora das atividades do clube paulista. A história dessa agremiação é marcada também por aquelas que ocuparam o cargo de presidente: Janete Paes de Pádua e Martha de Oliveira Braga esta última em diferentes períodos.

O golpe militar de 1964, embora tenha sido marcado pela repressão e combate aos movimentos sociais não foi suficiente para apagar a mobilização racial. No momento de retomada da democracia, mulheres e homens, ativistas negros, ajudam a compor o cenário político do país. Na década de 1970, projetos são retomados e novos grupos e associações formados. Na capital paulista a doutora Iracema de Almeida funda o GTPLUN – Grupo de Trabalho de Profissionais Liberais e Universitários Negros. Em 1978, é criado o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial. Rebatizado no ano seguinte como Movimento Negro Unificado, ele deixava seu nome na história como um marco representativo da primeira organização negra de abrangência nacional após a Frente Negra Brasileira.

Uma importante iniciativa do Movimento Negro foi à transformação do dia 20 de novembro – data da morte de Zumbi dos Palmares - em Dia Nacional da Consciência Negra como forma de se opor a “falsa abolição” do 13 de maio. Inicialmente, este dia já era celebrado em Porto Alegre como Dia do Negro através do Grupo Palmares. Atualmente – demonstrando a força dos movimentos negros – o dia 20 de novembro foi incorporado como feriado no calendário de dezenas de municípios e estados do Brasil. De lá pra cá, a organização, através de suas diversas representações vem travando uma série de batalhas em prol da valorização afro-descendente no âmbito da saúde, educação, trabalho, religião, gênero e cultura.

Embora a participação das mulheres no interior do Movimento Negro Unificado ganhasse amplitude cada vez maior, o complexo universo de suas reivindicações e as limitações das teorias feministas no que tange a questão racial fez com que emergissem grupos de discussão e reflexão acerca dos efeitos do racismo e do sexismo para a população feminina negra. Nesse momento, destaque para a mineira **Lélia Gonzalez**, uma das principais responsáveis pela introdução das discussões sobre gênero e raça em diferentes espaços.



Instalado o “Conselho Nacional das Mulheres Negras”

criação de uma associação profissional das
EMPREGADAS DOMÉSTICAS, de uma academia de
artes domésticas, do teatro e ballet infantis —
Objetivos do departamento feminino do TEN
na palavra de sua diretora Da. Maria Nascimento



499
Baile para escolha da Pérola Negra, Campinas, SP,
década 1950. Acervo Museu do Negro de Campinas, SP.

500
Baile do Organdi, São Paulo, década de 1950. Coleção
particular Nair Reis.

501
Jornal Quilombo, nº 09, Rio de Janeiro, maio de 1950.
Acervo Abdias Nascimento / IPEAFRO.

502
Maria Nascimento, uma das fundadoras do Teatro
Experimental do Negro, Rio de Janeiro, em 1944. Acervo
Abdias Nascimento / IPEAFRO.

503
Lançamento do Plano de trabalho da Associação das
Empregadas Domésticas pelas integrantes da Diretoria:
Maria Nascimento, Guiomar Ferreira de Matos, Ruth
de Souza e outras. Diário Carioca, Rio de Janeiro, 27 de
agosto de 1950. Acervo Abdias Nascimento / IPEAFRO.



A presidente da Associação das Empregadas Domésticas expõe o plano de trabalho da instituição

INCLUSÃO DAS DOMÉSTICAS NO QUADRO DOS TRABALHADORES

Férias, Aposentadoria e Instrução, Primeiras Reivindicações — Uma Associação Para Promover a Congregação da Classe

Todos os direitos que as leis trabalhistas asseguram para os trabalhadores em geral terão sua aplicação defendida para as empregadas domésticas, através da recém-criada Associação das Empregadas Domésticas, criada por iniciativa do Conselho das Mulheres Negras, integrante do Teatro Experimental do Negro. Preside a Associação a sra. Maria do Nascimento e já se estão organizando dois serviços de assistência: o jurídico, entregue à advogada Gulomar de Matos e o cultural, que iniciou suas atividades abrindo inscrições para um curso de alfabetização.



504
Guiomar Ferreira de Matos representando o apoio das mulheres a candidatura de Abdias Nascimento para vereador – Rio de Janeiro, 1950. Acervo Abdias Nascimento, IPEAFRO.

505
Marieta Campos Damas, assessora política do TEN com o Presidente do Senegal Leopoldo Senghor, por ocasião do I Congresso da Cultura Negra das Américas - São Paulo, em 1982. Acervo Abdias Nascimento, IPEAFRO.

506
Candidatas ao Concurso de Beleza Negra, tendo ao centro Abdias Nascimento. Rio de Janeiro, dec. 1940. Acervo Abdias Nascimento, IPEAFRO.

507
Margarida da Trindade, coreógrafa e co-fundadora do Teatro Popular Brasileiro, em 1950. Fotografia de Marcel Gautherot, em Duque de Caxias, RJ, na década de 1950. Coleção particular Raquel Trindade.

508
Nair Teodora de Araújo, atriz, integrante da diretoria da Associação Cultural do Negro, São Paulo, década de 1950. Coleção particular Marta Araújo.





510
Integrantes da Diretoria do Renascença Clube, fundado em 1951 no Rio de Janeiro. Ao centro, sentada, Alzira de Paula Assis, sócia número um do clube e mãe do seu primeiro presidente, acompanhada das senhoras Diva Santos de Oliveira, Eneida Rodrigues da Silva, Geny de Paula Assis, Jandira de Paula Assis, Lourdes de Paula Assis, entre outras. Coleção particular Nely Soares de Almeida.



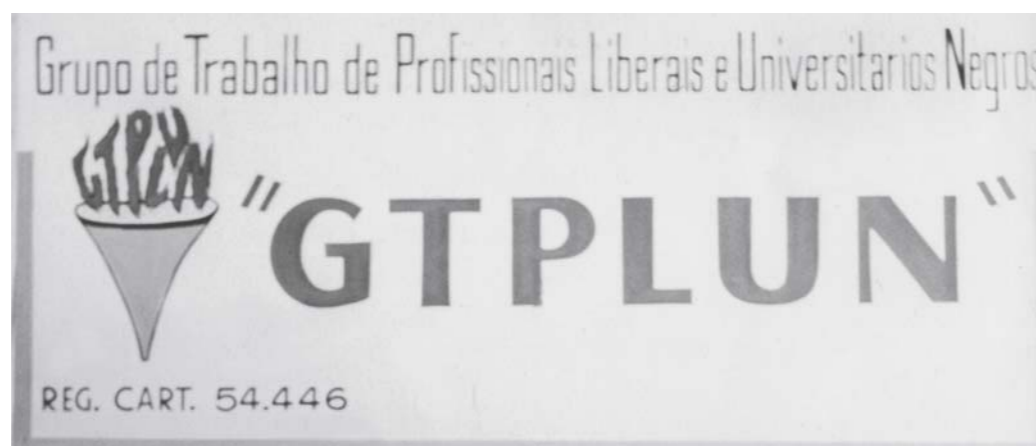
511
Manifestação de estudantes da UNE e do TEM contra o racismo. Rio de Janeiro, 1959. Acervo Última Hora/ Arquivo do Estado de São Paulo.

512
Festa promovida pelo Aristocrata Clube, São Paulo, década de 1960. Coleção particular Nair Reis.

513
Lourdes Fernandes dos Santos, fundadora e grande baluarte do Aristocrata Clube recepcionando a cantora Josephine Baker. Na foto, da esquerda para a direita Dra. Iracema de Almeida, a cantora, D. Lourdes e D. Dola. Coleção particular Nair Reis.

514
Jantar promovido pelo Aristocrata Clube na década de 1960. Na foto da esquerda para a direita Hertez Brasil, Nair Reis, Iracema de Almeida e Lourdes Fernandes dos Santos. Coleção particular Nair Reis.





515
Nair Reis e Esther Camargo duas das mais atuantes sócias do Aristocrata Clube, São Paulo, década de 1960. Coleção particular Nair Reis.

516
Vanda Costa e Mary Felipe, outras duas atuantes sócias do Aristocrata Clube, São Paulo, década de 1960. Coleção particular Nair Reis.

517
Grupo de integrantes do GTPLUN – Grupo de Trabalho de Profissionais e Universitários Negros, criado por Dr. Iracema de Almeida, São Paulo, década de 1970. Coleção particular Raphaella Reis.

518
Manifestação do Movimento Negro Unificado(MNU), no Rio de Janeiro, 1988. Acervo Centro de Memória Mulheres do Brasil / REDEH

519
Outdoor produzido pelo MNU. São Paulo, 1988. Acervo Centro de Memória Mulheres do Brasil / REDEH



520
Almerinda Farias Gama, primeira e única mulher representante classista a votar na Assembléia Constituinte; imagem deste momento histórico em julho de 1933. Acervo CPDOC/Fundação Getúlio Vargas.



No mundo da política: do sufrágio à tribuna

A constituição brasileira de 1824, outorgada por decreto imperial, não garantia aos escravizados a condição de sujeitos de direitos. Da mesma forma a Carta Magna republicana, escrita em 1891, dois anos após a abolição da escravatura, manteve o sufrágio como um direito de poucos. Só podiam votar maiores de 21 anos com diploma universitário e estavam explicitamente impedidos os homens livres pobres, mendigos, analfabetos, soldados e religiosos pertencentes a ordens monásticas. A exclusão do segmento feminino e dos negros, embora não declarada na lei, permaneceu de fato, a partir do entendimento tácito de que o mundo da política não era “lugar de mulher” e porque os requisitos de cidadania e renda dos eleitores acabavam por deixar de fora uma parcela considerável da população.

O inconformismo de algumas mulheres, diante do cerceamento de seus direitos, já vinha sendo manifestado através da imprensa feminista nascida no Império. Em 1910, a professora baiana Leolinda Daltro juntou-se a outras sufragistas para fundar o Partido Republicano Feminino, no Rio de Janeiro, numa verdadeira “afrota” que reacendeu o debate sobre o direito de voto para as mulheres no Congresso e na sociedade. As idéias sufragistas já encontravam receptividade nos meios urbanos, onde estavam presentes correntes de opinião mais abertas à inclusão não somente das mulheres, mas de outros grupos, visivelmente alijados da participação política.

No ano de 1918, a bióloga paulista Bertha Lutz retornou de seu período de estudos na Europa trazendo na bagagem o testemunho da luta vitoriosa das inglesas, que nesse mesmo ano, haviam conquistado o direito de ir às urnas. No Rio de Janeiro, Bertha imediatamente se movimentou escrevendo artigos para os jornais e buscando reunir mulheres em torno da criação de uma organização de sufragistas. Foi assim que nasceu, em 1922, a Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF).

A Federação foi uma organização apartidária e se tornou a entidade mais aguerrida na luta pelo sufrágio no Brasil. Com estratégias mais voltadas para a imprensa e casas legislativas, manteve um perfil legalista nas suas ações, não se arvorou questionar as estruturas de poder basicamente masculina e muito menos o preconceito racial.

Em 1919 o parlamentar Justo Chermont apresentou um projeto favorável ao sufrágio feminino. O mesmo alimentou o debate na sociedade por quase uma década e foi contundentemente defendido pela FBPF. As feministas

passaram a freqüentar com assiduidade e de forma organizada os ambientes da Câmara e do Senado para fazer seu *lobby*. Mas nenhum avanço se registrou e as leis terminaram engavetadas, numa conjuntura internacional e nacional conturbada, que desembocou no golpe militar de 1930.

Quando Getúlio Vargas assumiu o poder, a cúpula da FBPF buscou espaço político junto ao seu governo. Em 1931, organizou no Rio de Janeiro o Segundo Congresso Internacional Feminista, cujas conclusões foram encaminhadas ao presidente da República, que assumiu o compromisso de atender a reivindicação das mulheres. Essa promessa foi concretizada em 24 de fevereiro de 1932, com a publicação do novo Código Eleitoral, decreto 21.076.

A Federação, nessa época, mantinha filial em vários estados brasileiros e contava com expressivas lideranças locais. No núcleo central, sediado no Rio de Janeiro, o grupo abrigava nomes e trajetórias nacionalmente reconhecidas. Entre elas, destacavam-se duas afro-descendentes cuja atuação muito contribuiu para a emancipação das mulheres: **Almerinda Farias Gama** e **Maria Rita Soares de Andrade**, esta secretária e consultora jurídica da organização durante muitos anos.

As primeiras eleições após a conquista do voto feminino foram para a Assembléia Nacional Constituinte de 1933. Visando dar apoio específico às mulheres na nova condição de cidadania, a Federação Brasileira para o Progresso Feminino criou a Liga Eleitoral Independente do Distrito Federal, proposta essa seguida pelos núcleos estaduais.

Intensificou também suas articulações políticas com outros setores estimulando, por exemplo, a formação de associações profissionais de mulheres com o objetivo de conquistar um espaço para o segmento feminino na elaboração da nova Constituinte. E assim entra em cena a datilógrafa negra, alagoana,

Almerinda Farias Gama, militante da FBPF e profissional consciente da discriminação sofrida pelas mulheres, especialmente no mundo do trabalho. Numa estratégia bem sucedida, Almerinda, Bertha Lutz e outras criaram o Sindicato das Datilógrafas e Taquígrafas do Distrito Federal, uma categoria que, embora inexperiente no campo da política, era numerosa o suficiente para intervir no processo constituinte. E assim aconteceu.

Almerinda Farias Gama foi indicada, na qualidade de Presidente do Sindicato das Datilógrafas e Taquígrafas do Distrito Federal, para ser delegada eleitora, compondo o grupo que escolheria a representação classista dos trabalhadores na Assembléia Nacional Constituinte. Este fato teve grande repercussão na imprensa, ficando famosa a imagem da única mulher a colocar seu voto na urna no dia desta eleição, 20 de julho de 1933.

Embora Almerinda tenha tido uma atuação destacada no período preparatório da Constituinte de 1934, logo após o término do processo afastou-se alegando incompatibilidade política com os rumos que a entidade estava tomando. Como afirmou em uma entrevista: “*na FBPF pesava mais a voz das mulheres da elite, de pensamento pouco sensível aos problemas das mulheres trabalhadoras*”. Almerinda ainda se candidatou pelo Distrito Federal, no pleito de 14 de outubro de 1934 que definiu a representação regular para a Câmara de deputados e o Senado. Embora esta combativa feminista não tenha sido eleita, sua plataforma, divulgada em panfletos, esboçava seu compromisso na luta pelos direitos das classes trabalhadoras, ensino obrigatório e gratuito para todos os brasileiros e pela emancipação das mulheres.

No sul do país, **Antonieta de Barros**, rompeu muitas barreiras circunscritas aos preconceitos de sexo e raça. Filha de uma lavadeira e de um jardineiro, Maria da Ilha, como ficara conhecida, nasceu em 1901 em Florianópolis. Com apenas 21 anos fundou o jornal *A Semana*, ficando responsável pelo mesmo até 1927. Integrante da Frente Negra Brasileira e militante da FBPF, a jornalista, professora de português e psicologia, filiou-se ao Partido Liberal Catarinense e conquistou uma vaga de deputada estadual em 1934. Desse modo, tornou-se a primeira negra a assumir um mandato popular no Brasil. Dona de uma carreira política voltada para o engrandecimento da Pátria através da educação e pela valorização da comunidade negra, Antonieta retorna à Assembléia Legislativa de Santa Catarina em 1947, mantendo o pioneirismo de ser, até essa data, a única afro-descendente com cargo eletivo no país.

A mineira **Maria Brandão dos Reis**, nascida a 22 de julho de 1900, em Rio das Contas, na Chapada Diamantina (MG), é um outro exemplo de mulher negra envolvida com a política. Influenciada pela passagem da Coluna Prestes na sua região, aproximou-se do Partido Comunista Brasileiro onde, durante anos, tornou-se uma destacada liderança. Por conta do seu envolvimento partidário resolveu ir morar em Salvador (BA). Nesta cidade, na Baixa do Sapateiro, abriu uma pensão que se tornou grande reduto da militância política na época. Sempre atenta as questões sociais não media esforços para ajudar as pessoas mais necessitadas. Em 1947, as moradoras do bairro do Corta Braço, ameaçadas de perderem suas casas, receberam o apoio de Maria que as ajudou a organizar



521
Integrantes da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, da qual faziam parte as afro-descendentes Almerinda Farias Gama e Maria Rita Soares de Andrade. Rio de Janeiro, década de 1920. Acervo Arquivo Nacional.

522
Antonieta de Barros, primeira mulher negra a conquistar um mandato no Brasil. Foi eleita deputada estadual em 1934, por Santa Catarina. Reprodução feita a partir do Calendário Comemorativo aos Cem anos da Abolição – Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo.

523
Maria Brandão dos Reis, grande liderança popular na Bahia, militante comunista, década de 1940. Reprodução feita a partir do Calendário Comemorativo aos Cem anos da Abolição – Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo.

524
Maria José Camargo Aragão - médica, reconhecida liderança política maranhense, ligada ao Partido Comunista Brasileiro. Reprodução feita a partir da Revista Comemorativa aos 95 anos de Maria Aragão e aos 04 anos de criação do Instituto que leva seu nome, em São Luiz, MA.



uma vigília noturna e uma passeata de protesto. Além disso, engajou-se na Campanha da Paz organizada pelo PCB em 1950 estimulando a formação de Conselhos em vários municípios. Sua participação destacada lhe rendeu a indicação de “Campeã da Paz”. A premiação deveria ocorrer em Moscou, entretanto, Maria foi preterida de recebê-lo em mãos, pois o partido achou por bem a substituir por um jovem intelectual gerando seu descontentamento com os líderes comunistas. Com o golpe militar de 1964, refugiou-se para escapar da prisão. Quando da volta à Bahia, em 1965, foi interrogada pela polícia acerca de seu envolvimento com o comunismo, mas o inquérito não foi adiante. Maria faleceu em 1974.

Em 1910, nascia no Maranhão uma das maiores lideranças políticas daquele estado: **Maria José Camargo Aragão**. Desde a infância, os ideais de igualdade e justiça estiveram presentes no cotidiano e ações dessa mulher. Com muito esforço percorreu todas as etapas do sistema educacional até concluir o curso de Medicina, no Rio de Janeiro. Em 1944, conheceu o grande líder Luis Carlos Prestes e encantada pelo posicionamento político que ele defendia resolveu se filiar ao Partido Comunista. Embora nunca tenha se candidatado dedicou boa parte da vida na defesa da democracia, da liberdade e da implantação do partido no seu estado. Foi três vezes presa e torturada pela ditadura militar. Maria Aragão, faleceu em 1991 deixando como exemplo os valores éticos que iluminaram sua trajetória.

Comungando com os princípios socialistas a professora **Sofia de Campos Teixeira** será a primeira mulher negra a concorrer no pleito eleitoral em São Paulo. A paulista de Campinas foi candidata à deputada estadual em 1946 declarando luta aberta ao “preconceito de cor” e defesa dos direitos de mulheres, especialmente o da sindicalização das trabalhadoras domésticas.

A abertura do sistema democrático incentivou a formação de novos partidos políticos. Assim, os jornais retratavam as candidaturas de diversas lideranças



negras nas eleições de 1950. Naquele momento, a fala de Maria Nascimento, uma das fundadoras do Teatro Experimental do Negro, demonstra o vanguardismo de seu pensamento no que tange à preocupação com a participação política das mulheres negras. *“Se nós mulheres negras do Brasil, estamos mesmo preparadas para usufruir os benefícios da civilização e da cultura, se quisermos de fato alcançar um padrão de vida compatível com a dignidade da nossa condição se seres humanos, precisamos sem mais tardança fazer política..... Precisamos constituir um exército de eleitoras pesando na balança das urnas, usar o máximo as franquias democráticas que nos asseguram o direito que é também o sagrado dever cívico de votar e sermos votadas para qualquer posto eletivo nas próximas eleições de 03 de outubro”*.

Mas só em 1974, a Assembléia Legislativa de São Paulo teria sua primeira deputada negra: **Teodosina Ribeiro**, que se destacou pelo compromisso com as questões raciais, da mulher e da infância. A carreira política da advogada e pedagoga começou quatro anos antes quando conquistou lugar na vereança com esmagadora votação contradizendo a frase “negro não vota em negro”. Quase três décadas depois, em 2002, uma outra afro-descendente assume, o mandato de vereadora nesse estado: a paulista **Claudete Alves**, ex-presidenta do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Paulo.

No Rio de Janeiro, em 1993, a líder comunitária **Jurema Batista** assumiu a cadeira de vereadora, onde se manteve por dois mandatos e meio. Sagrou-se deputada estadual em 2002, rompendo assim com a injusta ausência de representantes negras na Assembléia Legislativa do estado. Apesar da maioria esmagadora de população afro-descendente, somente em 1990 a Bahia elegeu sua primeira deputada estadual negra: a educadora **Maria José Rocha Lima**. Reeleita em 1994, Zezé não mais se candidatou. Optou por fazer política via movimentos sociais onde tem se dedicado às lutas por educação, saúde e combate à discriminação racial e de gênero.

Francisca Trindade chegou à Câmara Federal em 2002, aos 37 anos, como a deputada mais votada na história do estado do Piauí. A ex-líder comunitária do bairro de Água Mineral também foi campeã de votos quando se elegeu vereadora de Teresina em 1996 e, dois anos depois quando conquistou uma vaga para a Assembléia Legislativa do Estado. No ano de 2003, em plena atividade de seu mandato, foi vítima de um acidente vascular fatal. Trindade permanece na memória piauiense como uma corajosa porta-voz da população negra.

Embora na contemporaneidade a população afro-descendente tem intensificado sua presença no cenário político nacional, não se pode esquecer que esteve sub-representada nas casas legislativas brasileiras ao longo de décadas. Quando se trata de mulheres a situação é ainda mais grave. Foi preciso transcórrer quase um século da abolição formal da escravidão para que uma negra viesse ocupar uma vaga na Câmara Federal.

Benedita da Silva, nascida em um morro carioca, foi vendedora ambulante, empregada doméstica e operária fabril antes de se tornar assistente social e



525
Sofia Campos Teixeira, primeira mulher negra a concorrer ao pleito eleitoral de São Paulo, em 1946. Acervo Centro de Referência Mulheres do Brasil/REDEH.

526
Teodosina Ribeiro, primeira deputada estadual negra de São Paulo, eleita em 1974. Acervo Nair Reis.

527
Jurema Batista, primeira deputada estadual negra do Rio de Janeiro, eleita em 2002. Foi em 2005, uma das cinquenta e duas brasileiras indicadas para o Prêmio Nobel da Paz. Coleção particular Jurema Batista.

528
Maria José Rocha Lima, primeira deputada estadual negra da Bahia, eleita em 1990. Coleção particular Maria José Rocha Lima.

529
Francisca Trindade, primeira deputada federal negra do estado do Piauí, eleita em 2002. Fotografia Edmilson Silva. Coleção particular Edmilson Silva.

política. Precisou de muita coragem e ousadia para vencer os preconceitos decorrentes de sua condição de classe, gênero e raça. A reviravolta em sua vida teve início quando começou a atuar na associação comunitária da favela onde morava. Graças a sua determinação conseguiu se eleger vereadora, em 1982. Detentora de uma carreira política meteórica tornou-se a primeira mulher negra a atingir os mais altos cargos na história republicana: duas vezes deputada federal, em 1986 e 1990, senadora, em 1994, e vice-governadora, em 1998. Ocupou pioneiramente o cargo de Governadora do Estado do Rio de Janeiro na vaga deixada pelo titular. Sua trajetória política teve seguimento no executivo nacional quando, em 2003, toma posse como Ministra de Assistência Social.

A suplente **Laélia de Alcântara**, médica baiana, radicada no Acre, foi chamada a ocupar uma vaga no Senado Federal, por ocasião do falecimento do detentor do cargo. Tornou-se, assim, em 1981, a primeira senadora negra do Brasil. Durante o tempo em que atuou no legislativo foi uma das mais veementes defensoras de políticas sociais capazes de transformar a injusta realidade vivenciada pelos afro-brasileiros. No ano de 1994, outras duas mulheres negras são eleitas para esse mesmo cargo: Benedita da Silva e a acreana **Marina Silva**.

Marina, que só aprendeu a ler na adolescência tornou-se uma reconhecida liderança no Acre por seu permanente investimento na defesa da Amazônia e dos trabalhadores dos seringais. No ano de 1984, fundou a Central Única dos Trabalhadores (CUT) no Estado ao lado do ambientalista Chico Mendes. Quatro anos depois, a seringueira e ex-trabalhadora doméstica foi a vereadora

530
Benedita da Silva, primeira deputada federal negra do Brasil, senadora, e governadora do Estado do Rio de Janeiro, além de outros mandatos. Foi em 2005, uma das cinquenta e duas brasileiras indicadas para o Prêmio Nobel da Paz. Fotografia Claudia Ferreira. Acervo Claudia Ferreira.

531
Laélia de Alcântara, primeira mulher negra a assumir o mandato de senadora, pelo estado do Acre, em 1981. Acervo Arquivo do Senado Federal.

532
Ideli Salvatti, primeira senadora do estado de Santa Catarina, eleita em 2002. Coleção particular Ideli Salvatti.



530



531



532

mais votada em Rio Branco. Em 1990, repetiu a façanha dessa vez conquistando a cadeira de deputada estadual. Considerada a parlamentar com melhor atuação legislativa é indicada, aos trinta e seis anos de idade, para concorrer a uma vaga no Senado Federal. Elegeu-se senadora com maior número de votos recebido por uma candidatura no Acre e como a mais jovem da história do Brasil. Grande referência na política nacional, em 2002, Marina foi reeleita com quase o triplo de votos da eleição anterior para um novo mandato. No ano seguinte foi convocada para assumir o cargo de Ministra do Meio Ambiente.

A carreira política da paulista **Ideli Salvatti** tem início na década de 1970 no movimento estudantil e no desenvolvimento de projetos voltados para alfabetização de adultos. Foi no Paraná que estudou e concluiu o curso superior de Física onde, paralelamente, trabalhava em defesa das comunidades carentes da capital. Formada, mudou-se para Joinville (SC) e funda na cidade, o Centro de Defesa dos Direitos Humanos. Nos anos 1980, destaca-se por sua aguerrida militância no movimento sindical, cumprindo dois mandatos de presidenta do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina. O reconhecimento e a visibilidade do trabalho desenvolvido por Ideli pôde ser visto nas urnas quando se consagrou deputada estadual por duas legislaturas. Desde 2002, ocupa uma cadeira no Congresso Nacional como a primeira senadora eleita por Santa Catarina.

Mais uma biografia política merece ser lembrada por seu pioneirismo. É a de **Lia Varela**. Eleita vereadora de São Luís do Maranhão em 1971 manteve-se nesse cargo até 1992. No seu segundo mandato, de um total de quatro,



533
Lia Varela, Como presidente da Câmara Municipal de São Luiz (MA), em 1978, torna-se a primeira afro-descendente a ocupar o cargo de prefeita de uma capital brasileira. Coleção particular Lia Varela.



534
Telma de Souza, tornou-se a primeira prefeita afro-descendente do Brasil, eleita nas urnas, pela cidade de Santos, SP, em 1982. Coleção particular Telma de Souza.

535
Maria do Carmo Ferreira da Silva, mineira, carinhosamente chamada de Cacá, foi a primeira mulher a governar o município de Araçuaí(MG). Seu primeiro mandato teve início em 1997. Coleção particular Cacá Silva.



presidiu a Câmara Municipal, condição que lhe dava direito de exercer o posto mais alto do executivo local. Na vacância do cargo de prefeito, coube a Lia assumir interinamente a prefeitura maranhense por trinta dias (14/08/1978-15/09/1978) sagrando-se como a primeira afro-descendente a ocupar o posto de prefeita numa capital brasileira.

Em termos de vanguardismo, o nome de **Telma de Souza** também é destaque. Concentrando sua atuação na área educacional, participou ativamente do movimento pela anistia dos presos políticos no final dos anos setenta. Em 1982, foi a única mulher a conquistar um mandato de vereadora para a Câmara Municipal de Santos. Quatro anos depois, Telma foi eleita deputada estadual, mas a maior proeza da advogada e pedagoga foi em 1989, quando se tornou, provavelmente, a primeira prefeita afro-descendente do Brasil, eleita nas urnas.

Na região do Jequitinhonha, Minas Gerais, quase dois séculos depois da fundação da cidade de Araçuaí, pela negra Luciana Teixeira, uma outra afrodescendente assume o comando do executivo local. Em 1997, a assistente social e advogada **Maria do Carmo Ferreira da Silva**, carinhosamente chamada de Cacá, foi eleita prefeita por dois mandatos consecutivos. Sua capacidade e sensibilidade enquanto gestora pública fez de Cacá uma grande liderança e referência regional. Em 2006 passa a integrar o quadro da SEPPPIR – Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, Governo Federal, enquanto secretária – adjunta do órgão.

A pernambucana **Luciana Barbosa de Oliveira Santos**, obstinada militante do movimento estudantil, iniciou sua carreira pública em 1992, quando se candidatou à vereança. Exerceu por duas vezes o mandato de Deputada Estadual na Assembléia Legislativa de Pernambuco. A atuação marcada pelo envolvimento com as causas defendidas pelos movimentos populares possibilitou que, em 2000, fosse eleita prefeita de Olinda. Seu compromisso e dedicação

com a cidade e seus habitantes lhe asseguraram a recondução ao cargo, ainda no primeiro turno das eleições de 2004. No mesmo ano, no centro-oeste do país a pedagoga **Jacy Proença**, uma das fundadoras do Núcleo de Professores Negros do Sindicato de Trabalhadores em Ensino Público do Mato Grosso e reconhecida liderança do movimento de mulheres foi conduzida à vice-prefeitura de Cuiabá, capital mato-grossense, inaugurando um fato inédito naquele município.

As quilombolas também fazem parte desse processo. Nascida em 05 de dezembro de 1965, na Fazenda da Ema, uma comunidade rural do povo Kalunga, situada no município de Teresina de Goiás, **Éster Fernandes de Castro** foi eleita a primeira vereadora quilombola do Brasil em 1992, permanecendo no cargo por mais dois mandatos, quando, em 2004, candidatou-se à vice-prefeitura desta mesma cidade. Givânia Maria da Silva, nascida no quilombo de Conceição das Criolas, município de Salgueiro(PE), destaca-se por seu dinamismo na defesa sua atuação em prol da população local, seu pioneirismo em se tornar a primeira mulher do quilombo a chegar à universidade e por ser uma das fundadoras da Associação Quilombola de Conceição das Criolas. Em 2000, após um dedicado trabalho na rede municipal de ensino elegeu-se vereadora de Salgueiro, sendo reconduzida para um segundo mandato nas eleições de 2004.

Apesar de vivermos numa sociedade multirracial e multiétnica, onde a população negra representa 44% dos brasileiros, o grupo de parlamentares negros, ainda hoje, é extremamente pequeno. Ainda assim, vem tentando sensibilizar seus companheiros de Congresso e o poder executivo de que é preciso enfrentar a desigualdade racial com legislação e políticas públicas que possam de fato reverter a situação social em que se encontra a grande maioria dos afros-descendentes no país.



536
Luciana Santos, vereadora, duas vezes deputada estadual por Pernambuco e em 2004 foi reeleita prefeita de Olinda (PE). Fotografia Passarinho. Acervo Prefeitura Municipal de Olinda.



537
Jacy Proença, militante do movimento de mulheres e do movimento negro, tornou-se, em 2004, vice-prefeita de Cuiabá(MT). Coleção particular Jacy Proença.



538
Éster Fernandes de Castro, primeira vereadora quilombola do Brasil, eleita em Teresina de Goiás, em 1992. Coleção particular Éster Fernandes de Castro.



539
Givânia Maria da Silva, da Comunidade quilombola de Conceição das Criolas, eleita para o seu primeiro mandato de vereadora no Município de Salgueiro, PE, em 2000. Foi, em 2005, uma das cinquenta e duas brasileiras indicadas para o Prêmio Nobel da Paz. Fotografia Rauf Tauile. Acervo Centro de Referência Mulheres do Brasil/Redeh

540
Marina Silva, foi vereadora, deputada estadual e duas vezes senadora pelo estado do Acre. Em 2003 assumiu o cargo de Ministra do Meio Ambiente. Foi, em 2005, uma das cinquenta e duas brasileiras indicadas para o Prêmio Nobel da Paz. Coleção particular Marina Silva.





Mulheres negras em movimento um panorama das últimas três décadas

Uma série multiforme de abordagens e correntes de análise tem se proposto a delinear a história do movimento de mulheres negras no Brasil, umas de modo mais abrangente, outras com intenções mais específicas. Diversas organizações, ativistas e acadêmicas têm buscado sistematizar suas experiências políticas, recuperando – pelo viés racial - uma memória construída ao longo das últimas décadas. São geralmente relatos de vida que ao mesmo tempo atravessam e compõem esta paisagem a ser descortinada.

O caminho natural para o resgate e entendimento desta história deve ter como ponto de partida a própria configuração do movimento de mulheres negras brasileiras, especialmente através de seus percursos e contingências sociopolíticas, as quais favoreceram a formação de organizações autônomas em todo o país.

O fim dos anos 70 e início dos 80 foi um momento importante para o ressurgimento de vários movimentos sociais, destacando-se aí o movimento negro. Embora tenha herdado as aspirações de emancipação de episódios históricos e de reordenação social do país dentro de um contexto de redemocratização, o movimento de mulheres negras já vinha sendo gestado em épocas anteriores a partir da interseção gênero e raça. O alicerce sobre o qual as organizações e suas agentes se estruturam, bem como as estratégias de intervenção, esteve fincado no terreno das críticas a uma idéia de gênero pretensamente universal.

Por um lado o movimento feminista – basicamente centrado no enfoque exclusivo de um gênero branco e ocidental – mostrava-se a época deficiente para a transposição das assimetrias que atingem as mulheres, especialmente as afros-descendentes. Pelo outro lado o movimento negro, com o surgimento de uma nova institucionalidade política, construía contundentemente um discurso e uma ação para que a questão racial fosse assumida como política pública, elevando as especificidades relativas ao gênero a um patamar de desafio necessário para esta conquista.

A intelectual Lélia González é referência obrigatória neste panorama. Ativista do Movimento Negro Unificado foi uma das principais responsáveis pela constituição do movimento de mulheres negras no país. Outra que marcou este período foi a militante sergipana Maria Beatriz Nascimento, mestre em História com especialização em quilombos, foi uma das fundadoras do Instituto de Pesquisas da Cultura Negra (IPCN) no Rio de Janeiro. Ambas



542

deixaram como legado o entendimento da necessidade de se ancorar as ações na feminização das questões raciais e na racialização do ideário feminista.

Os movimentos negro e feminista enfatizavam a idéia de “diferentes, mas não desiguais”, lutavam por liberdade e igualdade para alcançar a tão almejada cidadania, porém não conseguiam lidar com a diversidade em seu interior. Assim, tanto o desafio de inserir a ótica feminista nas discussões do movimento negro, quanto à luta pela afirmação das questões raciais no âmbito do feminismo, apontavam para a necessidade do reconhecimento das nuances que constituem a diversidade de mulheres negras: tons de pele, sexualidade, pertencimento geográfico, práticas culturais, níveis de instrução, dentre outras tantas variáveis. Foi nesta busca de legitimação de suas particularidades que a múltipla visão das mulheres negras revelou a complexidade que as constitui, transformando estas diferenças a uma plataforma de ação e lutas conjuntas.

A partir daí as manifestações das negras nos espaços feministas se intensificaram, sobretudo na busca pela incorporação do racismo como variável das desigualdades, inclusive entre mulheres. Nas últimas décadas as afro-brasileiras foram sensibilizando corações e mentes através deste viés e assim, além de conquistarem diferencialmente espaços no movimento feminista, nacionais e internacionais, foram construindo os seus.



543

542
Lélia Gonzalez, doutora em antropologia, feminista e co-fundadora do Movimento Negro Unificado, na década de 1970. Protagonista das discussões sobre gênero e raça é referência obrigatória quando se pensa a história do movimento de mulheres negras no Brasil. Acervo Agência O Globo.

543
Maria Beatriz Nascimento, historiadora, foi co-fundadora do Instituto de Pesquisas da Cultura Negra (IPCN) na década de 1970. Acervo Arquivo Nacional.



Mulheres negras em cena

A “dupla militância” nas fronteiras do racismo e do sexismo exigiu redimensionamentos nas práticas dos citados movimentos e conseqüentemente a implementação de políticas específicas e eficazes de inclusão. Entretanto, o processo para solidificação desses avanços foi permeado por críticas internas e externas que acusavam as negras de apenas “olharem para o próprio umbigo”. Diante desse contexto, com grande maestria foram revertendo o equívoco desta concepção. Focalizaram intencionalmente as suas trajetórias e de suas ancestrais, chegando a conclusão que “olhar o próprio umbigo” configurava-se num caminho essencial para trazer à tona suas especificidades de corpo, trabalho, afetividade e família, e mais, que especialmente assim poderiam de fato contribuir para transformar a sociedade e exterminar de uma vez por todas com a discriminação racial.

Comprometidos com estes novos cenários vários grupos de mulheres negras foram se constituindo:

1978

Remunea – Reunião de Mulheres Negras Aqaltune – RJ

Esse grupo nasceu da necessidade de refletir sobre o feminino negro e se reunia nas dependências do Instituto de Pesquisas da Cultura Negra (IPCN). Entre as militantes que se destacaram: Azoilda Trindade, Cristina Daniel Cruz, Édila Silva das Virgens, Estela da Costa Monteiro, Irani Maia Pereira, Lea Garcia, Jurema Gomes da Silva, Oir Nascimento de Oliveira, Pedrina de Deus, Shirlei da Silva, Suzete Paiva, entre outras.

1980

Luiza Mahin – Rio de Janeiro

Esse grupo era o braço feminino do MNU – Movimento Negro Unificado. Foi idealizado por: Lélia Gonzáles e Zezé Motta.

Grupo de Mulheres Negras do Rio de Janeiro (GMN) – RJ

Esse grupo foi formado por Abighail Páscoa, Adélia Azevedo, Joselina da Silva, Mary Isabel, entre outras.

1982

Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo – SP

Esse grupo foi formado por 20 mulheres, entre elas destacaram-se: Thereza Santos, Vera Lúcia Saraiva, Sonia de Oliveira, Sueli Carneiro, Edna Roland, Nazaré Monteiro e Deise Benedito.



544
Pedrina de Deus, uma das fundadoras do grupo Aqaltune, Rio de Janeiro, em 1978. Coleção particular Pedrina de Deus.

545
Joselina da Silva, histórica militante negra, co-fundadora do Grupo de Mulheres Negras do Rio de Janeiro, em 1980. Fotografia de Rauf Tauile. Acervo Centro de Memória Mulheres do Brasil/REDEH.

546
Thereza Santos, liderou a fundação do Coletivo de Mulheres Negras, em 1982, e foi a primeira negra a integrar a equipe do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo. Coleção particular Thereza Santos.

547
Sueli Carneiro, co-fundadora do Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo, em 1982 e do Geledés – Instituto da Mulher Negra, em 1988. Fotografia de Rauf Tauile. Acervo Centro de Memória Mulheres do Brasil/REDEH.



546



548
Grupo de mulheres do Movimento Negro no evento comemorativo por ocasião da visita de Loretta King (ao centro). Da esquerda para direita Lelia Gonzalez, Benedita da Silva, Walkiria Carvalho e Silva, Abighail Páscoa, Mary Isabel Pereira e Adélia Azevedo. Colégio Benetti – Rio de Janeiro, 14 de março de 1983. Coleção particular Mary Isabel.



549
Reunião do Grupo Nzinga, Niterói, 1988. Na foto Claudia, Elizabeth Viana, Jurema Gomes, Helena Maria de Souza, Marize, entre outras. Fotografia Claudia Ferreira. Coleção particular Claudia Ferreira.

550
Reunião de refundação do Grupo Nzinga, Niterói, 1995. Na foto, Helena Maria de Souza, Isabel Cruz, Marize, Rosália Lemos, entre outras. Coleção particular Rosália Lemos.

551
Regina Coeli – Começou sua militância em defesa da causa negra em 1982, no IPCN – Instituto de Pesquisa das Culturas Negras e fez parte do grupo de fundadoras do Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras do RJ. Acervo Centro de Referência Mulheres do Brasil/REDEH.

552
Diretoras, Coordenadoras e participantes do Seminário Mulheres, lideranças de favelas e periferia, organizado pelo CEMUFP, Rio de Janeiro, 1998. Coleção particular Joana Angélica.

553
Vera Neri, foi uma das fundadoras do Centro de Mulheres da Favela e Periferia, em 1985. Atualmente é diretora executiva do Instituto Baobab, no Rio de Janeiro. Acervo Centro de memória Mulheres do Brasil.

554
Joana Angélica e Heloisa Marcondes, coordenadoras do Centro de Mulheres de Favela e Periferia do Rio de Janeiro, 2000. Coleção particular Joana Angélica.

555
Sandra Bello tomando posse como primeira presidenta do Centro de Mulheres de Favela e Periferia do Rio de Janeiro, 1985. Coleção particular Joana Angélica.



1983

Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras – RJ

Esse grupo foi formado por: Lélia Gonzalez, Jurema Batista, Geralda Alcântara, Helena Maria de Souza, Rosalia Lemos, Elizabeth Viana, Jurema Gomes, Regina Coeli, Pedrina de Deus, entre outras.

1985

Centro de Mulheres de Favela e Periferia do Rio de Janeiro – RJ

Esse grupo foi formado por: Joana Angélica de Souza, Vera Néri, Benedita da Silva, Sandra Bello, Heloísa Marcondes, Alda Cota, entre outras.





1986

Coletivo de Mulheres Negras da Baixada Santista – Santos – SP

Esse grupo foi idealizado por: Alzira Rufino, Nilza Iraci e Maria Rosa Pereira. Posteriormente foi transformado na Casa de Cultura da Mulher Negra de Santos.

Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa – MA

Esse grupo foi formado por: Paula Renata Baltazar, Ana Silvia Cantanhede, Maria Lúcia Dutra, Luzia Augusta Martins, Silvia Cristina Leite, Maria Rosa Viega, Conceição de Maria Cantanhede, entre outras.

Coletivo de Mulheres Negras – MG

Esse grupo foi fundado por: Benilda Regina Paiva de Brito, Cleide Hilda dos Santos, Aparecida dos Reis Maria, Carmen Jane, Maria Piedade, Isabel Cupertino, Rita Cupertino, Maurília Queiroz, entre outras. Em 1993 passou a se chamar Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras de Belo Horizonte.



556
Alda Cota, Isabel Cruz e Jurema Werneck, militantes do movimento de mulheres negras, Rio de Janeiro, década de 1980. Fotografia de Rosália Lemos. Coleção particular Rosália Lemos.

557
Silvia Cantanhede, liderança negra nordestina, uma das fundadoras do Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa, Maranhão, 1986. Acervo Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa.

558
Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa, Maranhão, década de 2000. Na foto Áurea Borges, Lucia Gato, Lucia Dutra, Josanira da Luz, Conceição Cantanhede, entre outras. Acervo Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa.

559
Alzira Rufino, fundadora do Coletivo de Mulheres Negras da Baixada Santista, em 1986 e da Casa de Cultura da Mulher Negra, Santos, em 1990. Foi em 2005, uma das cinquenta e duas brasileiras indicadas para o Prêmio Nobel da Paz. Fotografia Antonio Vargas. Acervo Casa de Cultura da Mulher Negra.

560
Nilza Iraci, fundadora do Coletivo de Mulheres Negras da Baixada Santista, em 1986 e o Geledés – Instituto da Mulher Negra, São Paulo, 1988. Foi em 2005, uma das cinquenta e duas brasileiras indicadas para o Prêmio Nobel da Paz. Acervo Geledés – Instituto da Mulher Negra.



561
Benilda Regina Paiva de Brito, uma das fundadoras do Coletivo de Mulheres Negras de Minas Gerais, em 1986, hoje chamado Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras de Belo Horizonte(MG). Coleção particular Benilda Brito.

562
Maria Conceição Lopes, uma das fundadoras do grupo Maria Mulher, Porto Alegre(RS), 1987. Fotografia Rauf Tauli. Acervo Centro de Memória Mulheres do Brasil/REDEH.

563
Maria Mulher nas comemorações de 15 anos do grupo, Porto Alegre(RS), 2002. Na foto Maria Conceição Lopes, Vera Lopes, Orlanda, Nina, No Homero, Claudia Cardoso, Lucia Pereira, Andréa Costa, Maria Luísa, Zaida e Maria Helena. Acervo Maria Mulher.



1987

Maria Mulher – Organização de Mulheres Negras RS

Esse grupo foi fundado por: Maria Conceição Lopes Fontoura, Claudia Cardoso, Lucia Regina Brito Pereira, Saionara Santos, Sandra Silveira, Vera Lúcia Lopes, entre outras.

1988

Geledés – Instituto da Mulher Negra – SP

Esse grupo foi fundado por: Edna Roland, Maria Lucia Silva, Nilza Iraci, Sonia Maria Pereira, Solimar Carneiro, Sueli Carneiro, Vanderli Salatiel, entre outras.

Grupo de Mulheres do Alto das Pombas de Salvador – BA

Esse grupo foi idealizado por: Zildete dos Santos Pereira.



564
Maria Lucia da Silva, uma das fundadoras do Geledés – Instituto da Mulher Negra, São Paulo, 1988. Acervo Centro de Memória Mulheres do Brasil/REDEH.

565
Encontro preparatório para a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, São Paulo, 1994. Na foto Edna Roland, Nilza Iraci, Sonia Nascimento, Sueli Carneiro, entre outras. Acervo Geledés – Instituto da Mulher Negra.

566
Coordenadoras do Geledés – Instituto da Mulher Negra, São Paulo, 2005. Na foto Érica Pereira, Nilza Iraci, Sonia Nascimento, Sueli Carneiro, Eliana Custódio e Solimar Carneiro. Acervo Geledés – Instituto da Mulher Negra.



1989

Comissão de Mulheres Negras de Campinas – SP

Esse grupo foi fundado por Cleusa Aparecida da Silva, Nicéa Quintino Amauro, Maria de Fátima Silva, entre outras. Em 1992 passou a se chamar Casa Laudelina Campos de Mello – Organização de Mulheres Negras.

1990

Casa de Cultura da Mulher Negra de Santos –SP

Essa organização foi fundada por Alzira Rufino, Alaíde Matilde Ferreira, Maria Rosa Pereira, Valmira Branco, entre outras.

Coletivo de Mulheres Negras de Salvador – BA

Esse grupo foi fundado por Kátia Mello e Silva, Jussara Santana, Patrícia Teles, Cássia Magalhães, Cida Santos, entre outras.

Coletivo de Mulheres Negras do Distrito Federal – DF

Esse grupo foi fundado por: Cristina Guimarães, Cecília Luli, Geny da Silva Cravo, Rosana Gonçalves, Maria Joana Alves, Aldinéia Oliveira, Conrada, entre outras.

1991

Bloco Afro Oriashé – SP

Esse grupo foi fundado por Kika, Penha, Bete Belo, entre outras. Em 2003, o Oriashé inaugura o Espaço Lilás, na cidade Tiradentes(SP).

1992

Grupo Oduduwa – RS

Esse grupo foi formado por: Nelma Oliveira Soares, Maria do Carmo, Sueli Farias, Maria Jurema, Maria Luiza, Tia Rosa, Mãe Marlene, entre outras.

Grupo Criola – RJ

Esse grupo foi fundado por: Lúcia Xavier, Jurema Werneck, Geni de Oliveira Matos, Maria Josina da Cunha, Neuza das Dores Pereira, entre outras.



567
Cleusa Silva, uma das fundadoras da Comissão de Mulheres Negras de Campinas em 1989, hoje chamada Casa Laudelina Campos de Mello – Organização de Mulheres Negras. Acervo Centro de Memória Mulheres do Brasil/REDEH.

568
Kátia Mello e Silva, uma das fundadoras do Coletivo de Mulheres Negras de Salvador(BA), 1990. Acervo Geledés – Instituto da Mulher Negra.

569
Kika Bessen, uma das fundadoras do Bloco Afro Oriashê, São Paulo, 1991. Acervo Centro de Referência Mulheres do Brasil/REDEH.

570
Capa de um dos exemplares da Revista Eparrei, publicada pela Casa de Cultura da Mulher Negra – Santos (SP), desde 2001. Acervo Casa de Cultura da Mulher Negra, Santos(SP).

571
Cristina Guimarães, integrante do Fórum de Mulheres Negras de Brasília e uma das fundadoras do Coletivo de Mulheres Negras do Distrito Federal, 1990. Coleção particular Cristina Guimarães.

572
Maria das Graças Santos, militante do Fórum de Mulheres Negras do Distrito Federal, 1988. Coleção particular Maria das Graças Santos.

573
Jacira da Silva, militante do movimento negro do Distrito Federal desde 1979. Fotografia Tetê Sobreira. Coleção particular Jacira da Silva.

574
Regina Adami, militante do Fórum de Mulheres Negras do Distrito Federal, 1988. Coleção particular Regina Adami.

575
Lucimar Martins, histórica militante do movimento negro, integrante do Fórum Nacional de Mulheres Negras, Distrito Federal. Coleção particular Lucimar Martins.

576
Vera Araújo – advogada, uma das fundadoras do Movimento Negro de Brasília, na década de 1980. Coleção particular Vera Araújo.



577
Integrantes do Grupo Oduduwa, Rio Grande do Sul,
década de 1990. Segunda da esquerda para a direita
Nelma Oliveira Soares, histórica militante negra gaúcha.
Acervo Associação Cultural de Mulheres Negras.



578
Coordenadoras do Grupo Criola. Da esquerda para a
direita Patrícia Evangelista, Josina Cunha, Lucia Xavier,
Jandilice Feitosa e Jurema Werneck. Rio de Janeiro,
2001. Fotografia Adriana Medeiros. Acervo Grupo Criola.



579 Elizabeth Calvet foi uma das fundadoras do CEDOICOM em 1994 e do Coletivo de Lésbicas do Rio de Janeiro no ano seguinte. Acervo Centro de Documentação Coisa de Mulher.

580 Neuzas das Dores Pereira participou da fundação do grupo Criola, em 1992 e do CEDOICOM, em 1994, onde exerce atualmente a função de Coordenadora Geral. Acervo Centro de Documentação Coisa de Mulher.

581 Coordenadoras e equipe do Coletivo de Mulheres Negras Esperança Garcia. Na foto, em pé: Lucía Oliveira, Anísia Teixeira, Nayara Juliana, Valcirana Maia e Tatiana Carla e agachadas Maria Lenivânia e Ednalva Bélgica, Piauí, 2005. Acervo Coletivo de Mulheres Negras Esperança Garcia.

582 Integrantes do ACMUN – Associação Cultural de Mulheres Negras. Dentre elas a coordenadora do grupo Elaine Oliveira Soares. Acervo Associação Cultural de Mulheres Negras.

583 Raimunda Luzia de Brito, militante histórica, é uma das fundadoras do Coletivo de Mulheres Negras de Mato Grosso do Sul, em 1995. Coleção particular Raimunda Luzia de Brito.

1994

Centro de Documentação Coisa de Mulher (CEDOICOM) – RJ

Esse grupo foi fundado por: Beth Calvet, Carmen Luz, Neuza das Dores Pereira, Paula Wandelsen, Vanda Ferreira, Rosângela de Oliveira, entre outras.

Coletivo de Mulheres Negras Esperança Garcia – PI

Esse grupo foi fundado por: Leide Cardoso Neves, Valcirana Vieira de Maia e Tatiana Karla Cardoso Neves, entre outras.

E'léékò Gênero Desenvolvimento e Cidadania – RJ

Esse grupo foi fundado por: Rosália Lemos, Neuza dos Santos, Arinilta Caetano, Mara Monteiro, entre outras.

Associação Cultural de Mulheres Negras (ACMUN) – RS

Esse grupo foi fundado por Nelma Oliveira Soares, Claudete dos Santos da Silva, Maria Aparecida Souza Ramos, Lair Teresa Vidal da Silva, Ana Rosa de Freitas Marques, Angela Maria P. Correia, entre outras. Desde 1977 Elaine Oliveira Soares assumiu a Direção do grupo.

1995

Coletivo de Mulheres Negras – MS

Esse grupo foi fundado por: Raimunda Luzia de Brito, Lucimar Rosa Dias, Ana José Alves Lopes, Márcia Catarina, Maria Helena Bicudo, entre outras.

Associação de Mulheres Negras Oborin Dudu – ES

Esse grupo foi fundado por: Nelma Gomes Monteiro, Edileuza de Souza, Ilma Viana, Ana Lucia Rocha da Conceição, Benedita Nascimento, Maria Ligia Rosa, entre outras.



584 Leide Cardoso Neves, sindicalista, é militante da causa negra desde a década de 1980, no Piauí. Foi uma das fundadoras do Coletivo de Mulheres Negras Esperança Garcia. Coleção particular Leide Cardoso Neves.

585 Heliana Hemetério, iniciou sua militância na década de 1980. Atualmente integra o Coletivo de Lésbicas e o Fórum Estadual de Mulheres Negras, ambos no Rio de Janeiro. Acervo Centro de Memória Mulheres do Brasil/REDEH.

586 Nelma Gonçalves Monteiro, histórica militante antirracista e uma das fundadoras da Associação de Mulheres Negras Oborin Dudu do Espírito Santo, em 1995. Coleção particular Nelma Gonçalves Monteiro.



1997

Fala Preta! Organização de Mulheres Negras – SP

Esse grupo foi fundado por: Edna Roland, Deise Benedito, Gláucia Matos, Maria Dirce Gomes Pinho, entre outras.

1999

Instituto de Mulheres Negras do Amapá (IMENA) – AP

Esse grupo foi fundado por: Maria das Dores do Rosário Almeida, Regina Miranda, Alzira Nogueira, entre outras.

Grupo de Mulheres Negras Malunga – GO

Esse grupo foi fundado por: Maria do Carmo Avelina Brito, Marlene Aparecida Gonçalves, Sonia Cleide Ferreira da Silva, Geralda Pereira da Silva, Pureza Lopes de Matos, Erondina Ferreira da Silva, entre outras.



587
Deise Benedito, histórica militante negra, é uma das fundadoras da Fala Preta, São Paulo, 1997 e da Secretária Executiva do Fórum Nacional de Mulheres Negras. Coleção particular Deise Benedito.

588
Gláucia Matos é uma das fundadoras da Fala Preta, São Paulo, 1997. Acervo Centro de Memória Mulheres do Brasil/REDEH.

589
Oficina de capacitação para formação das integrantes do IMENA, Amapá, 2000. Na foto Alzira Nogueira, Rivanda Lina, Durica, Eliane, entre outras. Acervo Instituto da Mulher Negra do Amapá.

590
Celebração pelo aniversário de um ano do IMENA. Na foto as integrantes do grupo. À frente de blusa branca Maria de Lourdes, atual presidenta da organização. Acervo Instituto da Mulher Negra do Amapá.

591
Coordenadoras e equipe do Grupo de Mulheres Negras Malunga, Goiás, 2005. Na foto: na frente Bárbara, Pureza e Erondina; atrás Marlene, Andréia, Maria do Carmo, Geralda e Sonia Cleide. Acervo Grupo de Mulheres Negras Malunga.



592
Integrantes do Bamidelê – Organização de Mulheres Negras da Paraíba. A primeira da esquerda para a direita é Verônica Lourenço, atual coordenadora do grupo. Acervo Bamidelê.

593
Reunião das integrantes do Instituto Negras do Ceará, em 2004. Coleção particular Alzira Nogueira.

594
Vera Baroni, histórica militante feminista e anti-racista é uma das fundadoras do Uiala Mukaji – Sociedade de Mulheres Negras de Pernambuco, em 2003. Coleção particular Vera Baroni.

595
Jadion Santos, uma das fundadoras do grupo Uiala Mukaji e dirigente da Coordenadoria da Mulher de Olinda(PE). Acervo Centro de Memória Mulheres do Brasil/REDEH.

596
Lucia Paulino, foi uma das fundadoras do grupo LAMCE – Liberdade e Amor entre Mulheres do Ceará, em 2003, atualmente é integrante do Fórum de Mulheres Cearenses. Acervo Centro de Memória Mulheres do Brasil/REDEH.

597
Marta Cezaria de Oliveira, uma das fundadoras do Grupo de Mulheres Negras Dandara do Cerrado, em 2002, e integrante da Coordenação do Fórum Goiano e Nacional de Mulheres Negras. Acervo Centro de Memória Mulheres do Brasil/REDEH.

598
Integrantes do Grupo de Mulheres Negras Maria do Egito, Aracaju(SE), fundado em 2003. Na foto Márcia Vieira, Renata Lira, Lenilda, Amanda Maria, Joseanes Lima e Simone. Acervo Grupo de Mulheres Negras Maria do Egito.



2001

Bamidelê – Organização de Mulheres Negras – PB

Esse grupo foi fundado por: Euphrasia Joseph Nyaki, Solange Pereira da Rocha, Ivonildes da Silva Fonseca, Maria José dos Santos, entre outras. Sendo Verônica Lourenço uma de suas atuais coordenadoras.

2002

Grupo de Mulheres Negras Dandara do Cerrado – GO

Esse grupo surgiu em 1991 tendo sido estruturado como ONG, dez anos depois.

2003

Instituto Negras do Ceará – CE

Esse grupo foi fundado por: Alzira Nogueira, Edite Silva, entre outras.

Uiala Mukaji – Sociedade de Mulheres Negras – PE

Esse grupo foi fundado por: Vera Baroni, Itanaci de Oliveira, Jadion Santos, Delma Silva, Anilda Nascimento, Ilza Neves, Sony, entre outras.

Grupo de Mulheres Negras Maria do Egito – OMIN – SE

Esse grupo foi fundado por: Joseanes Lima, Márcia Vieira, Renata Lira, entre outras.

Minas de Cor – SP

Esse grupo é composto basicamente por lésbicas negras da periferia da capital paulista. Foi fundado por Márcia Cabral, Patrícia, Lélia, Cilena, dejanira, Simone, Sâmara, entre outras.





2004

Mulheres de Kêto – Sociedade Lésbica Feminista – SP

Esse grupo foi fundado por Claudia Rosa, Dora Simões, Keli Paiva, Eline Gomes, entre outras.

2005

Instituto da Mulher Negra (IMUNE) – PA

Esse grupo foi fundado por: Nilma Bentes, Zélia Amador de Deus, entre outras. É importante registrar que estas ativistas foram também co-fundadoras, em 1980, do Centro de Defesa do Negro do Pará (Cedempa).

Instituto Kuanza – SP

Esse grupo foi fundado por: Cidinha Silva, Rosane Borges, Silvia Lorenzo, Valéria Borges, entre outras.



Essas e tantas outras entidades de mulheres negras brasileiras vêm desenvolvendo uma série de experiências inovadoras em diversas áreas e em todas as regiões do país. Lutam por ações afirmativas na sociedade em parceria com outros grupos, iniciativa privada e universidades, capacitam mulheres negras em diferentes campos como: novas tecnologias de comunicação, *advocacy* em mídia e ou em políticas públicas; promovem cursos preparatórios para o acesso à universidade, realizam intervenção nos currículos, preparam educadores(as) e produzem recursos didático-pedagógicos alternativos; criam mecanismos de atendimento: à saúde, psicossocial, jurídico e de direitos humanos. Essas ações exemplares mostram o potencial criativo e transformador de organizações que desenham outras fisionomias para o projeto de inclusão no país.



599 Nilma Bentes, uma das fundadoras do CEDEMPA, em 1980 e do Instituto da Mulher Negra do Pará, em 2005. Coleção particular Zélia Amador de Deus.

600 Cidinha da Silva, diretora e uma das fundadoras do Instituto Kuanza, São Paulo, 2005. Acervo Centro de Memória Mulheres do Brasil/REDEH.

601 Zélia Amador é paraense, foi fundadora do CEDEMPA – Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará, em 1980 e eleita vice-reitora da Universidade Federal do Pará em 1993. Fotografia Rauf Tauili. Acervo Centro de Memória Mulheres do Brasil/REDEH.

602 Integrantes do grupo de lésbicas negras Minas de Cor. Da esquerda para a direita Patrícia, Márcia Cabral, Lélia, Cilene e Dejanira. Fotografia Marcela Mattos. Acervo Grupo Minas de Cor.

603 Integrantes do grupo Mulheres de Kêto – Sociedade Lésbica Feminista. Na frente, Claudia Rosa e Keli Paiva atrás, Eline Cristine, Dora Simões e Francisca Keli. Acervo Centro de Memória Mulheres do Brasil/REDEH.



Esmiuçando a história

A década de 1980 foi determinante e decisiva para a participação das negras em diferentes espaços políticos institucionais. Foi nesse período que surgiram os primeiros órgãos estaduais em defesa dos direitos das mulheres. Em 1983, foi criado o Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, cuja composição inicial não incluía representantes negras. Diante dessa ausência, a radialista **Marta Arruda** empreendeu uma denúncia, que associada à ação enérgica do Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo, interferiu decisivamente nesse quadro, levando as militantes **Thereza Santos** (titular) e **Vera Lúcia Saraiva** (suplente), a serem empossadas no grupo. A atuação de outras ativistas negras no corpo técnico desse Conselho impulsionou o debate sobre a realidade das mulheres negras, contribuindo para que a opressão de raça fosse incorporada no seu conjunto de ações. Toda essa mobilização culminou na criação da Comissão da Mulher Negra do CECF/SP e na produção de publicações históricas e referenciais para o avanço do movimento. Desde então, ficou assegurado o lugar da representação negra, incluindo aí suas instâncias diretivas. A primeira afrodescendente a assumir a presidência foi a psicóloga e assistente social **Maria Aparecida de Laia**, que a partir de 1995 foi nomeada para duas gestões consecutivas.



Nessa mesma época, no Rio de Janeiro, uma incansável lutadora contra a discriminação racial despontava como referência para muitas mulheres negras brasileiras. A médica **Edialeda do Nascimento**, uma das fundadoras do Partido Democrático Trabalhista (PDT), foi convidada pelo governo Brizola, em 1983, a assumir a Secretária de Estado da Promoção Social, função até então inédita para uma afrodescendente no Brasil. Muitas outras iniciativas e cargos de importância política, contaram com a sagacidade e competência de Edialeda ao longo das décadas seguintes, como por exemplo a fundação do Centro de Memória Afro-brasileira, atualmente presidido por ela.

Com uma larga experiência na área de educação e direitos humanos **Vanda Maria de Souza Ferreira**, aceitou o desafio de dirigir a Divisão de Educação e Cultura do Sistema Penal da Secretaria Estadual de Justiça do Rio de Janeiro, em 1987. Com o reconhecimento de sua atuação nesse trabalho, o qual ganhou repercussão internacional, passou a desempenhar inúmeros cargos no poder executivo de seu estado.

Com as portas abertas por São Paulo e Rio de Janeiro, essas ações se propagaram nacionalmente, gerando o desenvolvimento de políticas na esfera federal. Em 1988, durante o Centenário da Abolição, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher criou sob a coordenação de **Sueli Carneiro**, o Programa da Mulher Negra, que entre outras atividades, realizou, em conjunto com a Comissão de Mulheres Negras do CECF/SP e a Comissão da Mulher Advogada da OAB São Paulo, o memorável Tribunal Winnie Mandela, o qual reuniu um grupo de jurados formado por personalidades da sociedade civil que julgou e condenou a discriminação contra as mulheres negras.

Em 1993, **Zélia Amador de Deus**, histórica militante e co-fundadora do Centro de Defesa do Negro do Pará (CEDENPA), foi eleita vice-reitora da

604 Maria Aparecida de Laia, primeira mulher negra a assumir a Presidência do Conselho Estadual da Condição Feminina, mecanismo de defesa dos direitos das mulheres na estrutura do estado, São Paulo, em 1995. Coleção particular Maria Aparecida de Laia.

605 Vanda Ferreira, militante negra, vem ocupando, desde a década de 1980, vários cargos no executivo estadual do Rio de Janeiro. Coleção particular Vanda Ferreira.

Universidade Federal do Pará. Posteriormente, em 2001, tomou posse na coordenadoria do Programa de Ações Afirmativas para Negras e Negros do Ministério de Desenvolvimento Agrário.

A presença política das afrodescendentes foi se consolidando e se expandindo para destacados espaços de decisão. Em 1994, a ativista **Dulce Maria Pereira** tornou-se a primeira mulher negra a presidir a Fundação Cultural Palmares, órgão do Ministério da Cultura encarregado de desenvolver ações voltadas para valorização da cultura negra. Em 2001, passou a ocupar o cargo de Secretária Executiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e recebeu do governo federal o título de Embaixadora do Brasil.

Em 1998, **Diva Moreira**, integrante do movimento de mulheres negras mineiro e co-fundadora da “Casa Dandara”, assumiu em Belo Horizonte a primeira secretaria de governo voltada para a população afro-descendente criada no Brasil – Secretaria Municipal para Assuntos da Comunidade Negra (SMACON). Nesse mesmo ano, mesmo foi criado o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Negro, na cidade do Rio de Janeiro, cuja presidência, por dois mandatos consecutivos, coube a professora **Creuzely Ferreira da Silva**.



606 Edialeda Nascimento, médica, primeira Secretária de Estado negra no Brasil e presidente do Centro de Memória Afro-brasileira, no Rio de Janeiro. Coleção particular Edialeda Nascimento.

607 Mesa de abertura do Seminário Mulher Negra e Trabalho, São Paulo, 1988, promovido pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher em parceria com a Ordem dos Advogados do Brasil – SP. Na foto Sueli Carneiro, Edna Roland, Luiza Baires, Leila Mezan, Wilma Pasto e o presidente da OAB Antonio Cláudio de Oliveira. Acervo Geledés – Instituto da Mulher Negra.

608 Cartaz de divulgação do Tribunal Winnie Mandela, em 1988. Acervo Geledés – Instituto da Mulher Negra.

609 Participantes do Tribunal Winnie Mandela, São Paulo, 1988. Acervo Geledés – Instituto da Mulher Negra.



610
Diva Moreira, uma das fundadoras da Casa Dandara, Belo Horizonte, MG. Na década de 1980, foi Secretária Estadual para Assuntos da Comunidade Negra de Minas Gerais. Coleção particular Diva Moreira.



611
Dulce Pereira, militante feminista, suplente de senadora por São Paulo, presidiu a Fundação Palmares e foi a primeira mulher negra a se tornar Embaixadora do Brasil, em 2001. Acervo Interforum Global.

612
Wania Sant'Anna, historiadora, feminista e ativista do movimento de mulheres negras, assumiu, em 2002 a Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Penitenciário do Rio de Janeiro. Fotografia Wagner Sant'Anna. Coleção particular Wania Sant'Anna.

613
Hildézia Medeiros, uma das fundadoras do CACES – Centro de Atividades Culturais, Econômicas e Sociais, Rio de Janeiro, 1987. Acervo Geledés – Instituto da Mulher Negra.

614
Lucia Xavier, uma das fundadoras do Grupo Criola, Rio de Janeiro, em 1992. Acervo Centro de Memória Mulheres do Brasil/REDEH.

615
Fátima Oliveira, médica maranhense, integrante da União Brasileira de Mulheres, assumiu, desde 2003, a Secretaria Executiva da Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Reprodutivos. Foi, em 2005, uma das cinquenta e duas brasileiras indicadas para o Prêmio Nobel da Paz. Coleção particular Fátima de Oliveira.

Outras mulheres se destacaram em suas atividades na virada do milênio. Em 2001, a socióloga **Luiza Bairros** assume a coordenação do Grupo Interagencial para a questão racial do sistema das Nações Unidas do Brasil (PNUD) cuja atribuição principal era incorporar a dimensão racial aos programas de cooperação internacional. Neste mesmo ano, a psicóloga **Edna Roland**, presidenta da organização de mulheres negras “Fala Preta!”, foi designada relatora geral da III Conferência Mundial contra o Racismo, na África do Sul. Posteriormente se tornou também monitora da ONU para as questões ligadas à discriminação racial na América Latina e no Caribe e assumiu na UNESCO, em 2003, o cargo de coordenadora de combate ao racismo e à discriminação racial na América Latina e Caribe.

Com a ascensão de **Benedita da Silva** ao governo do Estado do Rio de Janeiro em 2002, algumas mulheres negras passaram a ocupar importantes cargos nessa administração: **Wânia Sant'Anna** – historiadora, feminista e ativista do movimento negro – assumiu a Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Sistema Penitenciário, levando consigo a filósofa e historiadora **Helena Theodoro** para sub-secretária de Direitos Individuais e Coletivos desse órgão estadual; **Hildézia Medeiros**, militante histórica, assumiu a sub-secretaria de Articulação Governamental, e **Lúcia Xavier**, coordenadora do grupo “Criola” - Organização de Mulheres Negras do Rio de Janeiro, foi nomeada subsecretária adjunta da Defesa da Cidadania, expressivo braço da Secretaria de Estado e Segurança Pública.

Ainda em 2002, **Ivete Sacramento**, a primeira mulher negra a ser eleita reitora no país, foi com expressiva votação reconduzida para mais um mandato na Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e **Petronilha Gonçalves**, reconhecidamente uma batalhadora pelo acesso à educação e pela valorização da



616

Vanda Menezes, militante feminista e anti-racista, foi uma das fundadoras, em 1979, da Associação Cultural Zumbi, e desde 2002 é Secretária da Mulher do Estado de Alagoas. Fotografia Mila Petrillo. Acervo Centro de Memória Mulheres do Brasil/REDEH.

617

Helena Theodoro, mestre em educação, doutora em filosofia, especialista em cultura popular e militante do movimento negro. Coleção particular Helena Theodoro.

618

Fernanda Lopes, bióloga, doutora em saúde pública, atualmente é consultora na área de saúde e raça do DFID - Ministério do Governo Britânico para o Desenvolvimento Internacional. Acervo Centro de Memória Mulheres do Brasil.

619

Creuzely Ferreira da Silva, foi uma das responsáveis pela criação da Secretaria Nacional do Negro no PDT, em 1982. Assumiu a presidência do COMEDINE – Conselho Municipal dos Direitos dos Negros da cidade do Rio de Janeiro, na década de 1990. Acervo Centro de Referência Mulheres do Brasil/REDEH.

620

Mara Vidal, jornalista, militante feminista negra e Secretária Extraordinária da Mulher do Estado do Acre desde 2003. Acervo Secretaria da Mulher do Estado do Acre.

621

Sônia Terra, uma das fundadoras do grupo Afro-cultural Coisa de Nêgo, em 1990. Preside a Fundação Cultural do Piauí, desde 2003. Coleção particular Sonia Terra.



contribuição cultural do negro no Brasil, tornou-se a primeira afrodescendente a integrar o Conselho Nacional de Educação do MEC (CNE). Neste mesmo ano, a economista **Lucila Beato** do Geledés - Instituto da Mulher Negra foi convidada para fazer parte do grupo de **Relatores Nacionais em Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais** (DHESC), assumindo a difícil tarefa de receber denúncias de violação aos direitos do trabalho e de realizar investigações cautelares nos estados brasileiros.

Importantes degraus foram sendo conquistados pelas mulheres negras em instâncias da sociedade civil: em maio de 2003, a médica maranhense **Fátima Oliveira** foi eleita secretária executiva da Rede Nacional Feminista de Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, tornando-se a primeira negra a ocupar esse posto. Fundada em agosto de 1991, esta conhecida rede é formada por 110 entidades filiadas, e ao longo dos anos transformou-se em um espaço permanente de articulação política, reflexão e troca de conhecimentos entre diversos grupos feministas, organizações não governamentais, núcleos de pesquisas e entidades que priorizam a temática da saúde da mulher. O trabalho desenvolvido por esta rede vem propiciando a formulação de novas idéias e promovendo ações capazes de impactar as políticas públicas vigentes no país.

A criação de mecanismos voltados para o desenvolvimento de políticas para as mulheres fortificou e abriu frentes para a participação de lideranças estaduais como a de **Vanda Maria Menezes Barbosa**, que assumiu a Secretaria da Mulher de Alagoas em 2002, tendo anteriormente sido uma das responsáveis pela fundação da Associação Cultural Zumbi, primeira entidade negra de seu estado. Neste mesmo ano, a jornalista **Mara Regina Aparecida Vidal** tornou-se Secretária da Mulher do Estado do Acre. O mesmo aconteceu nos executivos municipais onde muitas afros-descendentes conquistaram lugar de destaque como gestoras públicas: **Rosália Lemos** na presidência do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Niterói (RJ), e hoje na Coordenadoria, **Terezinha Barros** como Superintendente de políticas para a população feminina do município de Lauro Ferraz (BA), entre outras.

Em 2003, **Sônia Maria Dias Mendes**, conhecida como Sônia Terra, tomou posse na presidência da Fundação Cultural do Piauí. Antiga militante do movimento negro, essa piauiense teve seu trabalho reconhecido pela coragem em inovar e promover a democratização da cultura em seu estado, especialmente através da realização de eventos como a Semana Estadual da Consciência Negra e a Semana do Índio. No mesmo ano, a histórica militante paulista **Nilza Iraci**, tomou posse no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) representando a Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras, **Deise Benedito** passa a integrar o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, em nome do Fórum Nacional de Mulheres Negras e **Arani Santana**, tornou-se gestora da Secretaria Municipal de Reparações de Salvador (BA), primeira no gênero instalada no Brasil. No ano seguinte, a pedagoga e militante do Movimento Negro **Maria Olívia Santana**, foi nomeada Secretária Municipal de Educação e Cultura de Salvador (BA).





622
Olívia Santana, foi uma das fundadoras da UNEGRO – União de Negros pela Igualdade, em 1988. Reeleita vereadora em 2004, assumiu no ano seguinte a Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Salvador(BA).Acervo Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Salvador.

623
Rosália Lemos, histórica militante feminista negra, uma das fundadoras do E'lélékô. Assumiu, em 2003, a Coordenadoria da Mulher de Niterói(RJ).Fotografia Rafael Torres. Coleção particular Rosália Lemos.

624
Terezinha Barros, integrante do Fórum de Mulheres de Salvador, foi nomeada Secretária Municipal da Mulher de Lauro Ferraz(BA), em 2005. Coleção particular Terezinha Barros.

625
Denise Pacheco, atuou no grupo de mulheres negras Ilê Tiobirim de Minas Gerais. Atualmente é Gerente de Projetos de Políticas de Ações Afirmativas da SEPPPIR, na temática gênero, raça e trabalho. Coleção particular Denise Pacheco.

626
Maria Inês da Silva Barbosa, doutora em Saúde Pública, assumiu, em 2003 a Secretaria Adjunta da SEPPPIR, onde responde atualmente pela Subsecretaria de Políticas de Ações Afirmativas. Coleção particular Maria Inês Barbosa.

627
Vanete Almeida, pernambucana de Serra Talhada, é Secretária Executiva da Rede de Mulheres Rurais da América Latina e do Caribe. Foi, em 2005, uma das cinquenta e duas brasileiras indicadas para o Prêmio Nobel da Paz.Coleção particular Vanete Almeida.

628
Matilde Ribeiro, militante do movimento negro e feminista, assumiu o cargo de Ministra chefe da primeira Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, criada em 2003. Acervo Comunicação Social da SEPPPIR.



Especialmente nessa primeira década do século XXI o executivo federal tem contado com expressivas presenças de negras na sua estrutura. **Maria Inês da Silva Barbosa**, doutora em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo, defensora contumaz de propostas que promovam a inclusão étnico-racial, assumiu em 2003, o cargo de Secretária Adjunta e Chefia de Gabinete da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Também ocupa função de destaque nesse mesmo organismo **Denise Pacheco**, militante do movimento negro mineiro, sindicalista e especialista na área de gestão hospitalar e administração pública.

O protagonismo desempenhado pelas mulheres rurais e quilombolas na árdua luta para preservação, titulação e desenvolvimento sustentável de suas comunidades, se expressa na representatividade de Vanete Almeida, de Serra Talhada (PE), à frente da coordenação do Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central de Pernambuco e da Secretaria Executiva da Rede de Mulheres Rurais da América Latina e do Caribe e da extrativista Raimunda Gomes da Silva. Grande liderança na região do Tocantins, dona Raimunda do Coco, como ficou nacionalmente, foi uma das fundadoras da Associação das Quebradeiras de Coco, em 1992.

A Confederação Nacional das(os) Trabalhadoras(es) Domésticas também compõe este mosaico do feminismo negro. Entre tantas ativistas históricas desta organização destaca-se a atual presidente, Creuza Maria Oliveira, baiana que começou a trabalhar aos dez anos de idade, Lenira Carvalho, pernambucana que em 1963 participou da memorável passeata das trabalhadoras domésticas do Brasil a carioca Nair Jane de Castro Lima, uma das contempladas com o Prêmio Cidadã Bertha Lutz, conferido em 2001, pelo Senado Federal.

A assistente social paulista Matilde Ribeiro surge como indiscutível liderança neste panorama traçado da contemporaneidade. Ex-doméstica, babá e operária, pautou sua trajetória nas lutas e mobilizações anti-racistas junto a organizações negras como, Soweto, CEERT, dentre outras. Em 2003, foi nomeada Ministra Chefe da primeira Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Brasil.



629
Creuza Maria de Oliveira, baiana é Presidenta da Confederação Nacional dos(as) Trabalhadores(as) Domésticos(as). Foi, em 2005, uma das cinquenta e duas brasileiras indicadas para o Prêmio Nobel da Paz. Acervo Sindicato dos Trabalhadores Domésticos da Bahia.

630
Anazir Maria de Oliveira Zica, uma das fundadoras do Sindicato das Empregadas Domésticas do Rio de Janeiro, em 1989. Acervo Centro de Memória Mulheres do Brasil/REDEH.

631
Nair Jane foi a primeira presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos do Rio de Janeiro, na década de 1980. Coleção particular.

632
Lenira Carvalho, líder comunitária e referência na luta pelos direitos das empregadas domésticas. Foi, em 2005, uma das cinquenta e duas brasileiras indicadas ao Prêmio Nobel da Paz. Acervo SOS Corpo.



633
Maria de Lourdes Siqueira, doutora em antropologia, Coordenadora de Relações Internacionais do Movimento Negro Unificado e diretora da Associação Cultural Ilê Aiyê, entre outros. Coleção particular Maria de Lourdes Siqueira.

634
Mundinha Araújo, pesquisadora, militante do Movimento Negro é uma das fundadoras do Centro de Cultura Negra do Maranhão, em 1979. Também foi Diretora do Arquivo Público do Estado, de 1991 a 2002. Nessa função investiu muito para a construção do acervo sobre a resistência política e cultural do negro no estado. Coleção particular.



635
Nelita Frank, militante feminista, integrante do Núcleo de Mulheres de Roraima, desde 1996 e da Articulação de Mulheres Brasileiras. Coleção particular Nelita Frank.

636
Sonia Leite, militante feminista e anti-racista do Fórum de Mulheres Negras de São Paulo. Acervo Centro de Referência Mulheres do Brasil/REDEH.



637
Maria Zita Ferreira, militante do Movimento Negro Unificado desde sua fundação em Goiânia, 1974. Acervo Centro de Referência Mulheres do Brasil/REDEH.

638
Inaldete Pinheiro de Andrade, escritora, uma das impulsionadoras do Movimento Negro de Recife e do Fórum de Mulheres de Pernambuco. Coleção particular Inaldete Pinheiro de Andrade.





639



640



641



642



643



644



645



646



647



648



649



650

639
Helena Oliveira, socióloga, começou sua militância no Movimento Negro do Rio de Janeiro em 1985. Atualmente é oficial de projetos do UNICEF, órgão das Nações Unidas onde coordena a área programática de Equidade Racial e Étnica. Fotografia Rayssa Coe/ANDI. Coleção particular Helena Oliveira.

640
Clátia Regina Vieira, uma das fundadoras do Fórum de Mulheres Negras do Rio de Janeiro. Acervo Centro de Referência Mulheres do Brasil/REDEH.

641
Ligia Borges, integrante do Centro de Estudos e Ação Cultural Quilombo, Aracaju(SE). Acervo Centro de Referência Mulheres do Brasil/REDEH.

642
Marta de Oliveira iniciou sua militância no movimento negro do Rio de Janeiro no final da década de 1970. Coleção particular Marta de Oliveira.

643
Aglæte Nunes Martins, militante da UNEGRO – União de Negros pela Igualdade e do Fórum de Mulheres Negras do Rio de Janeiro. Acervo Centro de Referência Mulheres do Brasil/REDEH.

644
Rurany Ester da Silva, militante feminista, uma das fundadoras do grupo Transas do Corpo, Goiás, 1987. Coleção particular Rurany Silva.

645
Analba Brazão, militante feminista, uma das fundadoras do Coletivo Leila Diniz, RN, em 2000. Atualmente responde pela Secretaria Executiva da Articulação de Mulheres Brasileiras. Acervo Centro de Referência Mulheres do Brasil/REDEH.

646
Antonia Lopes dos Santos, sindicalista, feminista, começou sua militância em 1988 em Marabá(PA). Coleção particular Jacqueline Loureiro.

647
Franciscaodete Alves Silva, militante negra, integrante do grupo Coisa de Nêgo, Piauí. Acervo Centro de Memória Mulheres do Brasil/REDEH.

648
Adriana Martins, militante feminista e anti-racista faz parte do Fórum Estadual e Nacional de Mulheres Negras. Fotografia Cláudia Ferreira. Coleção particular Cláudia Ferreira.

649
Graça Lopes, acreana, militante feminista negra, tem pautado sua atuação na luta contra o racismo e sexismo. Acervo Centro de Memória Mulheres do Brasil/REDEH.

650
Ana Maria da Silva Soares, militante feminista negra, integra a Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos. Acervo Centro de Memória Mulheres do Brasil/REDEH.

651
Marilene Guimarães de Jesus Sousa, militou no grupo da Consciência Negra de Cuiabá. Foi uma das fundadoras e, por duas vezes, presidenta do Sindicato dos Servidores Públicos Federais, na década de 1980. Acervo Centro de Memória Mulheres do Brasil/REDEH.

652
Ubiraci Matildes, militante da UNEGRO desde 1989 e integrante da Coordenação executiva do Fórum Nacional de Mulheres Negras. Acervo Centro de Memória Mulheres do Brasil/REDEH.

653
Lúcia Ribeiro, militante feminista, foi uma das fundadoras da Rede Acreana de Mulheres e Homens no final da década de 1980. Coleção particular Lúcia Ribeiro.



651



652



653



654
Lucidalva Maria do Nascimento, feminista negra, integrante do Centro de Mulheres do Cabo, PE. Acervo Centro de Referência Mulheres do Brasil/REDEH.



655
Fátima Matos, militante do movimento negro desde 1984 fez parte do CEDEMPA e do grupo de mulheres negras Abian Niger. Foi, em 1996, eleita presidenta do Conselho Municipal da Condição Feminina de Belém. É uma das fundadoras do Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense. Coleção particular Fátima Matos.



657
Ana Ires Lima, integrante da Sociedade de Culto Afro Brasileiro Filhos de Oba, Aracaju, SE. Acervo Centro de Referência Mulheres do Brasil/REDEH.



656
Maria da Glória Silva, começou sua militância em 1979 no movimento de servidores públicos. Atualmente faz parte do Fórum Estadual de Mulheres Negras do Rio de Janeiro. Acervo Centro de Referência Mulheres do Brasil/REDEH.



658
Rita Auxiliadora Teixeira, começou sua militância em 1997, em Santa Luzia do Pará. É uma das fundadoras do Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense e integrante da Rede Feminista de Saúde. Coleção particular Rita Teixeira.



659
Maria Goretti Gomes, ex-dirigente sindical é uma das fundadoras do GAMI – Grupo Afirmativo de Mulheres Independentes do Rio Grande do Norte, em 2003. Acervo Centro de Referência Mulheres do Brasil/REDEH.

660
Leni Andrade, militante feminista e anti-racista com destacada atuação em São Paulo, na década de 1970. Acervo Geledés – Instituto da Mulher Negra.

Reunindo Forças

Nas últimas décadas, as mulheres negras participaram e promoveram importantes eventos e atividades nacionais com a finalidade de desenvolver formas mais eficazes e criativas para a implementação de ações conjuntas. Sob a ótica racial, essas intervenções determinaram o surgimento de importantes pautas para o pensamento e a prática do movimento feminista brasileiro.

Os encontros feministas também se constituíram em espaços privilegiados de reflexão, intercâmbio e formulação de estratégias. Embora minoritária, a participação das mulheres negras foi se fortalecendo em suas reivindicações e descortinando criticamente a secundarização de suas temáticas nestas reuniões ao longo dos tempos.

Alguns destes eventos nacionais e internacionais se transformaram em importantes referências para o avanço da democracia:

1975

Seminário da ABI – RJ

Tendo como tema O Papel e o Comportamento da Mulher na Realidade Brasileira este encontro tornou-se um marco histórico para o feminismo no país. Realizado em comemoração ao Ano Internacional da Mulher estabelecido pela ONU, contou com a participação de algumas lideranças femininas do movimento negro. Entre elas: Maris Stella Fonseca de Oliveira.

1980

II Congresso da Mulher Paulista – SP

Neste encontro a ativista Leni Andrade denuncia na plenária a ausência de representantes negras nas mesas de debate.

1983

I Encontro Estadual de Mulheres Negras do Rio de Janeiro

Estiveram a frente da organização deste evento: Abighail Páscoa, Adélia Azevedo dos Santos, Joselina da Silva, Mary Isabel Pereira, dentre outras.

1985

III Encontro Feminista Latino Americano e do Caribe – Bertioga – SP

Este evento internacional contou com 900 participantes de 23 países, dentre as quais 400 brasileiras representando a diversidade social, cultural e política do país. Apesar de ter sido reconhecido como um marco para o movimento feminista por sua agenda e metodologia, teve também que enfrentar a difícil polêmica em torno da permissão ou não da entrada de aproximadamente 40 mulheres, em sua maioria negras, que pleiteavam o ingresso sem o pagamento de inscrição.



660

ENCONTRO ESTADUAL DE MULHERES NEGRAS

De 9 a 12 de agosto de 1984

banespa

Toda apoio à comunidade

661

Todos à praça inauguração

LUIZA MAHIM

DATA: 09-3-85 17:00 h

LOCAL: EST. DO SAO PAULO CRISTÓVÃO DUBOIS BRAGANÇA FUND. JARDIM COMSAT

INICIATIVA: CMN PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE LOCAL

APOIO: PMSF Secretaria Regional de Promoção de Mulheres

662

SEMINÁRIO "MULHER NEGRA 100 ANOS DEPOIS"
22 a 24/07/88

PROMOÇÃO: União de Mulheres do Nordeste de Amaralina
Salvador - Ba

663

AS MULHERES NA LUTA CONTRA A ESCRAVIDÃO

1988 Conselho Nacional dos Direitos da Mulher CNDM

664

2º encontro de mulheres negras da baixada santista

já ficamos caladas tempo demais, agora falamos nós!

7 a 10 de abril de 1994

ORGANIZAÇÃO: CASA DE CULTURA DA MULHER NEGRA
APOIO: Departamento para Assuntos de Cidadania da Secretaria de Governo, Secretaria de Cultura, PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS

Santos

665

CASA DANDARA
Projeto de cidadania do Povo Afro-brasileiro

Zumbi dos Palmares: 300 Anos da Resistência e da Dignidade do Povo Afro-brasileiro

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

AS MULHERES NEGRAS AINDA LUTAM PELA ABOLIÇÃO DOS PRECONCEITOS.

MULHER NEGRA: 100 ANOS DE DISCRIMINAÇÃO. 100 ANOS DE AFIRMAÇÃO.

Conselho Nacional Dos Direitos Da Mulher
Ministério de Justiça

667



668

661 a 666
Cartazes de divulgação de distintos eventos promovidos por diferentes organizações do movimento de mulheres negras. Acervo Geledés – Instituto da Mulher Negra.

667
Campanha produzida pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher por ocasião dos 100 anos da assinatura da Lei Áurea, 1988. Acervo Centro de Referência Mulheres do Brasil/REDEH.

668
Jurema Batista na passeata comemorativa ao Dia Internacional da Mulher, Rio de Janeiro, março de 1988. Fotografia Januário Garcia. Coleção particular.



669

1986

I Encontro Estadual de Mulheres Negras de São Paulo

Realizado na sede do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra. Entre as organizadoras, destaca-se Vilma Lucia de Oliveira.



670

I Congresso das Mulheres Trabalhadoras

Realizado em São Paulo com a participação de aproximadamente 4.000 mulheres. Neste encontro Maria Aparecida Bento Teixeira, em nome das negras presentes, apresentou uma tese sobre a tríplex discriminação no mercado de trabalho, sendo a série de reivindicações acatada por unanimidade pelas congressistas.

1987

IX Encontro Nacional Feminista – Garanhuns – PE

Com expressiva participação neste evento, as mulheres negras assumiram entre si o compromisso de realizarem um encontro nacional próprio.



671

1ª Reunião Nacional Preparatória para organização do Encontro Nacional de Mulheres Negras – RJ

Contou com a presença de representantes de 17 estados brasileiros.

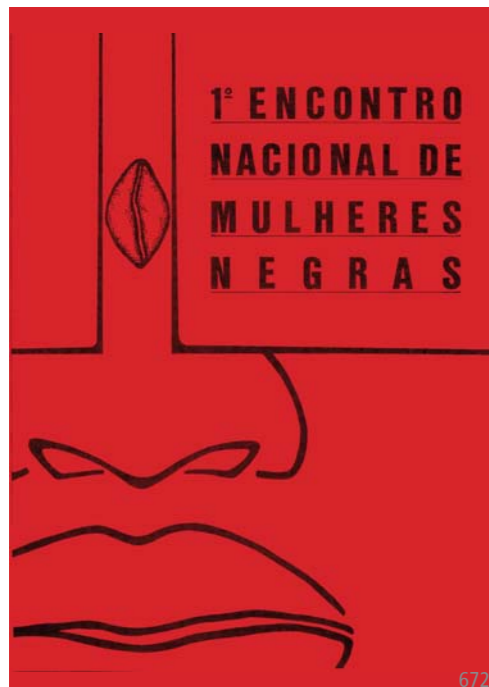


670

Reunião preparatória do I Encontro Nacional de Mulheres Negras ocorrida no Rio de Janeiro, em 1987. Fotografia Claudia Ferreira. Coleção particular Claudia Ferreira.

671

Reunião preparatória do I Encontro Nacional de Mulheres Negras ocorrida no Rio de Janeiro, em 1987. Fotografia Claudia Ferreira. Coleção particular Claudia Ferreira.



672

669
Maria Aparecida Bento, militante do movimento de mulheres negras paulista fazendo uma intervenção durante o I Congresso das Mulheres Trabalhadoras, São Paulo, 1986. Acervo Geledés – Instituto da Mulher Negra.



674

1988

I Encontro Nacional de Mulheres Negras – Valença – RJ

Precedido por seminários estaduais preparatórios, este evento contou com a participação de mais de 400 mulheres representantes de 17 estados brasileiros. Destacou-se em sua pauta a crítica as comemorações ao Centenário da Abolição. Estiveram a frente da organização: Helena Theodoro, Heloisa Marcondes, Hildésia Medeiros, Joselina da Silva, Maria Beatriz Nascimento, Neuza das Dores Pereira, Rosalia Lemos, Sandra Bello, Wânia Sant'Anna, dentre outras.

1990

Criação do Comitê Impulsor para realização do Encontro Latino-Americano e do Caribe de Mulheres Negras

Durante o Encontro Feminista de São Bernardo (Argentina), para o qual foram eleitas pelo Brasil: Maria Lucia da Silva, Joselina da Silva, Inaldete Pereira de Mello e Neusa das Dores Pereira.

672

Cartaz de divulgação do I Encontro Nacional de Mulheres Negras, ocorrido em Valença, RJ, 1988. Acervo Geledés – Instituto da Mulher Negra.

673

Mesa de Abertura do I Encontro Nacional de Mulheres Negras, Valença, RJ, 1988. Acervo Centro de Documentação Coisa de Mulher.

674

Participantes do I Encontro Nacional de Mulheres Negras, Valença, RJ, 1988. Fotografia Vera Néri. Coleção particular Rosália Lemos.



675
Caminhada comemorativa ao dia 08 de março em Porto Alegre(RS), em 1987. Na foto Saionara, Cleuza Prates, Leonor Bahia e outras. Acervo Maria Mulher - Organização de Mulheres Negras.

676
Passeata comemorativa ao dia 08 de Março, no Centenário da Abolição da Escravatura, São Paulo, 1988. Fotografia Marta Baião. Acervo Geledés - Instituto da Mulher Negra.

677
Reunião de Avaliação do I Encontro Nacional de Mulheres Negras, Rio de Janeiro, 1989. Coleção particular Wania Sant'anna.



1991

II Encontro Nacional de Mulheres Negras – Salvador – BA

Tendo como tema Organização, Estratégias e Perspectivas do Movimento, este evento contou com a participação de 430 mulheres de 17 estados brasileiros. Destacaram-se como organizadoras: Kátia de Mello e Silva, Iracilda Santos, Jussara Santana, Marilene Nascimento, dentre outras.

Campanha Nacional contra a Esterilização de Mulheres Negras

Esta mobilização foi desenvolvida nacionalmente com o objetivo de denunciar a esterilização massiva das negras. Proposta encaminhada pelo Programa de Mulheres do Centro de Populações Marginalizadas (CEAP). Entre as militantes que estiveram à frente desta campanha: Geni de Oliveira Mattos Silva, Josina Maria da Cunha, Jurema Werneck e Neuza das Dores Pereira.

1992

I Encontro Latino Americano e do Caribe de Mulheres Negras – República Dominicana

Este evento contou com a participação de 300 mulheres representando 32 países do continente. Neste encontro decidiu-se pelo 25 de julho para se celebrar anualmente como Dia Internacional da Mulher Afrocaribenha e Afrolatinoamericana.

678
Participantes do II Encontro Nacional de Mulheres Negras, Salvador, BA, 1991. Fotografia Rosália Lemos. Coleção particular Rosália Lemos.

679
Vera Firmiano, militante feminista negra, foi uma das fundadoras da Casa Mulher Catarina, SC, na década de 1980. Fotografia Dely Barroso. Coleção particular Vera Firmiano.

680
Alaerte Leandro Martins, enfermeira obstetra, ativista do movimento de mulheres negras, presidiu a Associação Brasileira de Enfermagem-Seção Paraná de 1999 a 2001. Acervo Centro de Memória Mulheres do Brasil/REDEH.

681
Comemoração ao Dia Internacional da Mulher, Salvador, década de 1990. Em destaque Valdecir Nascimento. Coleção particular Terezinha Barros.

1993

I Seminário Nacional de Mulheres Negras – Atibaia – SP

Este encontro contou com a participação de 48 mulheres de 9 estados brasileiros.

Seminário Nacional de Políticas e Direitos Reprodutivos das Mulheres Negras – Itapeccerica da Serra – SP

Este evento foi realizado pelo Geledés – Instituto da Mulher Negra com a intenção de estimular a participação das afrobrasileiras no processo e conteúdo da III Conferência Mundial de População e Desenvolvimento promovido pela ONU (Cairo 1994). O debate neste encontro girou em torno da saúde da mulher negra, revelando um grande número de especialistas neste tema de diferentes estados brasileiros, entre elas: Alaerte Leandro Martins (PR), Berenice Kikuchi e Vera Cristina (SP), Fátima Oliveira (MG), Isabel Cruz e Jurema Werneck (RJ), Regina Goulart Nogueira (RS) e Vera Firmiano (SC).

1994

II Seminário Nacional de Mulheres Negras – Salvador – BA

Este encontro contou com a participação de 67 mulheres de diversos estados. Teve como tema “Respostas Organizativas das Mulheres Negras no fim do Século XX”. A promoção deste evento ficou a cargo da Articulação Norte e Nordeste de Mulheres Negras. Destacaram-se a frente da organização: a baiana Valdecir Nascimento e as maranhenses Marinildes e Silvia Catanhede.

Painel Mulheres Negras Latinoamericanas e Caribenhas – Balanço e Perspectivas para o 3º Milênio – Mar Del Plata – Argentina

Este encontro foi organizado pelo Geledés Instituto da Mulher Negra e realizou-se durante o Fórum de ONG’s preparatório para a IV Conferência Mundial da Mulher (Beijing 1995)





682
Maria Verônica da Pas, psiquiatra, sempre abraçou a luta contra o preconceito racial e a valorização da cultura negra. Foi idealizadora e coordenadora do Museu Capixaba do Negro, ES, na década de 1980. Coleção particular Eduardo Filipe da Pas.

683
Fórum de Mulheres Negras do Rio de Janeiro, 1995. Na foto Suzete Paiva e Genilda. Coleção particular Rosália Lemos.

684
Carmem Lucia Sacramento militante feminista e antirracista com destacada atuação em Salvador, Bahia. Foto década de 1980. Coleção particular Carmem Sacramento.

685
Vilma Reis ativista do movimento de mulheres negras, é coordenadora executiva do CEAFFRO (BA), desde 2000. Acervo Geledés – Instituto da Mulher Negra.

686
Luiza Bairros e Angela Davis durante a I Jornada Cultural Lélia Gonzalez, São Luís, MA, 1997. Coleção particular Wania Sant'Anna.



1996

XII Encontro Nacional Feminista – Salvador – BA

Este evento marcou a presença maciça das mulheres negras na comissão organizadora. Entre elas destacaram-se: Carmem Lucia Sacramento, Joseanes Lima, Olívia Santana, Terezinha Barros, Ubiraci Martins, Valdecir Nascimento, Vanda Menezes e Wilma Reis.

1997

Reunião Nacional de Mulheres Negras – Belo Horizonte – MG

Este evento foi realizado na intenção de debater as diretrizes do próximo encontro nacional de mulheres negras. A organização desta reunião ficou a cargo de uma comissão formada por Benilda Regina de Brito (MG), Edileuza P. de Souza (ES), Edna Roland (SP) e Regina Goulart Nogueira (RS).

I Jornada Cultural Lélia Gonzalez – São Luís – MA

Esse evento contou com a presença de Angela Davis. Foi organizado pela Fundação Cultural Palmares em parceria com o grupo Mãe Andresa.



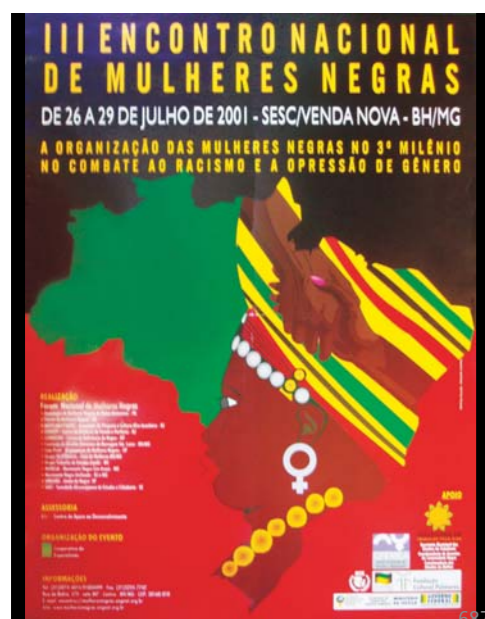
2001

III Encontro Nacional de Mulheres Negras – Belo Horizonte – MG

Este evento contou com a presença de 400 mulheres de diversos estados brasileiros. Uma das importantes deliberações deste encontro foi a proposta de criação do Fórum Nacional de Mulheres Negras.

III Conferência Mundial Contra o Racismo, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância – Durban – África do Sul

Precedido por inúmeras reuniões e debates nas diferentes regiões do país, esta conferência marca a maturidade e a força do movimento de mulheres negras brasileiras no âmbito internacional.



2004

Seminário Nacional de Mulheres Negras – SP

Este evento contou com a participação de 150 mulheres, dentre elas 40 delegadas de 23 estados brasileiros. Entre as importantes deliberações deste encontro, está a formação oficial do Fórum Nacional de Mulheres Negras.

2005

Marcha Zumbi + 10

Na luta contra o racismo e na reafirmação de direitos pela cidadania plena, as organizações de mulheres negras marcaram presença nas marchas que aconteceram na Semana Nacional da Consciência Negra, em Brasília.



687
Cartaz de divulgação do III Encontro Nacional de Mulheres Negras, Belo Horizonte, MG, 2001. Acervo Geledés – Instituto da Mulher Negra.

688
Geni de Oliveira, Vera Néri e Elizabeth Viana durante o III Encontro Nacional de Mulheres Negras, Belo Horizonte, MG, 2001. Coleção particular Elizabeth Viana.

689
Edna Roland, da organização Fala Preta, Relatora da III Conferência Mundial contra o Racismo, 2001 e Thabo Mkebi, presidente da África do Sul. Coleção particular.

690
Passeata no dia 08 de março, São Paulo, 2001. Acervo Geledés – Instituto da Mulher Negra.

691
Cartaz de divulgação do Seminário Nacional de Mulheres Negras, São Paulo, 2004. Acervo Geledés – Instituto da Mulher Negra.

692
Integrantes da Articulação de Organizações de Mulheres Negras durante a Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras, Distrito Federal, 2002. Fotografia Claudia Ferreira. Coleção particular Claudia Ferreira.

693
Integrantes do Fórum Nacional de Mulheres Negras durante a Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras, Distrito Federal, 2002. Coleção particular Clátia Regina Vieira.

694
Integrantes da Rede Nacional de Lésbicas e Bissexuais Negras que conta atualmente com 55 integrantes. Na foto da esquerda para a direita em pé: Mara Miniassan, Lucia Castro, Fabiana Franco, Maria Odete Bento, Ana Cristina Santos, Leila Lopes, Simone Gonçalves. Agachadas: Aminwa do Ébano e Joelma Cezário. Fotografia Mariana Pessah. Coleção particular Mariana Pessah.

Além destes eventos que marcaram determinadamente a trajetória dos grupos de mulheres negras em todo o país, faz-se importante registrar a expressiva presença das afrobrasileiras nas Conferências Internacionais: Eco 92 no Rio de Janeiro (1992), Direitos Humanos realizada em Viena (1993), População e Desenvolvimento no Cairo (1994) e Mundial da Mulher em Beijing (1995). Também participaram ativamente das realizações do Fórum Social Mundial, desde sua primeira edição em Porto Alegre (RS) em 2001.

Surgiram com o alvorecer do século XXI duas grandes redes nacionais voltadas para o fortalecimento de grupos e lideranças do movimento de mulheres negras. Com a missão institucional de promover o protagonismo das mulheres nos processos da Conferência de Durban, realizada na África do Sul foi fundada em setembro de 2002 a Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB). Após a Conferência as organizações participantes decidiram por sua continuidade, cuja missão institucional é a de promover a ação política das mulheres negras, construindo marcos referenciais na luta contra o racismo, o sexismo, a lesbofobia, a opressão de classe e todas as formas de preconceito e discriminação. A secretaria executiva ficou sob a responsabilidade do grupo Crioula, no Rio de Janeiro. Em maio de 2004, nasce o Fórum Nacional de Mulheres Negras com o propósito de tornar-se um espaço de articulação, proposição e monitoramento das políticas governamentais. Com sua composição bastante heterogênea, tem buscado através de sua intervenção fortalecer e expandir os fóruns estaduais já existentes. Tendo sido a organização Fala Preta!, de São Paulo, a indicada para assumir a coordenação executiva desta rede.

Em maio de 2006 foi criada a Rede Nacional de Lésbicas e Bissexuais Negras com o objetivo de dar visibilidade a esse segmento, incluir o recorte racial nas discussões sobre direitos sexuais e reprodutivos, construir espaços de reflexão sobre racismo e sexismo no interior dos movimentos e propor políticas públicas que possam incorporar as necessidades das lésbicas negras.

O lugar de subalternidade historicamente reservado às mulheres negras vêm sendo pouco a pouco demolido pela resistência e coragem de atribuírem a si mesmas o marcante protagonismo de agentes políticos. A história do movimento das mulheres negras do Brasil ao longo destes últimos trinta anos é ao fim e ao cabo, a história da construção da democracia no país.





695
Mulheres negras presentes na Marcha Zumbi + 10, ocorrida em Brasília, DF, 2005. Fotografia Claudia Ferreira. Coleção particular Claudia Ferreira.



Cultura: tecendo valores

*É na palma da mão
Olha, meu amor
Nesse meu Brasil
Todo mundo bate tambor
Bumba-Boi e Boi-Bumbá*

*Ijexá, maculelê
Carimbó, tambor de mina
Ciranda, cateretê
Tem calango, tem fandango
Tem partido versador
Nesse meu Brasil todo mundo bate tambor*

*Samba-enredo, samba-reggae
Caboclinho e lundu
Tem xaxado e tem chegada
Reisado e maracatu*

*Capoeira na Ribeira
Sua bênção, tocador
Nesse meu Brasil todo mundo bate tambor...
(Bate tambor Leci Brandão/Zé Maurício)*

No “atlântico negro”, as definições de cultura sempre estiveram afastadas do singular. Diante da riqueza de agentes, contextos e processos sociais pressupor cultura significa pluralizar os seus significados e enfoques. As manifestações artísticas brasileiras são provas cabais dessa diversidade inerente aos modos de fazer a cultura, ou melhor, as “culturas”, afro-descendentes. Em diferentes cenários desta recriação, a mulher é provedora, orientadora dos destinos e guardiã da ancestralidade seja através das transmissões que se dão na casa, na família, nas escolas e nos terreiros.

Dentre as diversas expressões de matriz africana no Brasil, encontra-se na música e na dança alguns grupos formado exclusivamente por mulheres.

No Maranhão duas manifestações são conhecidas e admiradas nacionalmente. Uma é a Festa do Divino, que acontece no domingo de Pentecostes, quando as Caixeiras mulheres idosas que tocam tambores para saudar o império e o mastro fazem o toque de alvorada no amanhecer, acompanham toda a procissão produzindo sons com suas caixas e evocam cantigas em louvor ao Divino. A segunda é o Tambor de Crioula, uma dança encenada pelas mulheres numa roda. Chamadas de “coreiras”, elas geralmente trajam blusas brancas e saias longas bem coloridas e dançam ao som de três tambores de tronco de árvore.



697
Dança sagrada, aquarela de Zacharias Wagener, s. d. Acervo Biblioteca Nacional.

698
Cortejo de Rainha Negra na Festa de Reis - Aquarela de Carlos Julião, Rio de Janeiro, c. de 1776. Acervo Biblioteca Guita e José Mindlin.

699
Coroação de uma Rainha Negra na Festa dos Reis, aquarela de Carlos Julião, Rio de Janeiro, c. de 1776. Acervo Biblioteca Guita e José Mindlin.

700
Rei e Rainha Negros na Festa dos Reis, aquarela de Carlos Julião, Rio de Janeiro, c. de 1776. Acervo Biblioteca Guita e José Mindlin.

O ápice do Tambor de Crioula é a punga, momento em que a dançarina que se encontra evoluindo no centro da roda convida outra para seu lugar por meio da umbigada. Embora sem calendário fixo, esta dança costuma ser apresentada em louvor a São Benedito.

Em outro canto do Brasil, as afro-descendentes marcam também presença. Em Vila Bela de Santíssima Trindade (MT) a fé cristã e os rituais africanos se misturam na comida, no foguetório, nos bailes, cores, gestos e encenações que ganham as praças e ruas, madrugada à dentro. Durante o ciclo de Festa do povo do Vale do Guaporé, além do Congo e do Divino, acontece a Dança do Chorado. Nela as “choradeiras” dançam em roda ao mesmo tempo em que equilibram garrafas sobre suas cabeças. Ao som de antigas canções e o olhar atendo da multidão, nunca perdem o gingado.

Nas proximidades do rio Tapajós, em Santarém (PA), o povo Angolano deixou como herança a Dança das Pretinhas de Angola, coreografias baseadas nos antigos versos cantados pelos escravos. Apresentada por mulheres, especialmente maquiadas para a ocasião, essa dança se dá num círculo e, embora não haja quantidade limitada de participantes, é preciso que elas sejam em número par. As duplas femininas colocam-se frente a frente e trocam de lugar entre si ao som de instrumentos de pau, corda e sopro como os curimbós, maracás, ganas, banjos, cacetes e flautas.

Desde a época colonial, as igrejas de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e São Benedito (dentre outras) abrigavam a Congada, folguedo que rememorava as batalhas entre cristãos e mouros na Idade Média e as lutas entre os reinos africanos. Apesar das variantes destas encenações, o cortejo que mais ficou conhecido foi o de coroação dos reis e rainhas do Congo, registrados desde o século XVI e de onde, provavelmente nasceriam os maracatus pernambucanos. Nele, depois do coroamento e do toque em homenagem à Padroeira no adro da igreja, os soberanos saíam festejando e dançando pelas ruas com sua corte: rei, rainha, príncipes, embaixadores e damas de honra.



698



699



700

Apresentados como “nações”, os Maracatus demonstram a força do sagrado também no lugar de festa. Desfilam nas ruas das cidades pernambucanas durante o carnaval e nos meses que o antecedem, preservando assim esta tradição que remonta, pelo menos a 1800, quando foi criado o Nação Elefante. No ano de 1934, o folclorista Mário de Andrade chamava também a atenção para destacada figura no bailado dos maracatus: a Dama do Passo, uma negra incumbida de manter “como ninguém” o andamento do cortejo e, sobretudo, ter o honroso posto de carregar uma boneca ricamente enfeitada, chamada Calunga. Outra manifestação importante acontece no bairro recifense de São José, antiga morada de mulheres descendentes das casas nagôs pernambucanas, a “Noite dos Tambores Silenciosos” reafirma, na segunda feira de Carnaval, a tradição de batuque dos Xangôs.

A migração de negros forros da Bahia para o Rio de Janeiro a época Capital Federal-, na segunda metade do século XIX, culmina com a formação e difusão de um dos mais celebrados ritmos no Brasil: o Samba carioca. Na sua história, as chamadas “tias baianas”, zeladoras de santo e famosas quituteiras, tiveram um papel chave ao transformarem suas casas em ponto de encontro de músicos e compositores. Entretanto, a história do samba não se limita aos arredores do Rio de Janeiro. Seu caráter multifacetado e suas inúmeras variações podem ser observadas em diferentes regiões do país, especialmente durante os festejos carnavalescos.



701
Festa do Rosário – Johan Moritz Rugendas, 1835. Acervo Museu Imperial/IPHAN/Ministério da Cultura.

702
O Bomba, xilogravura de M. de Macedo e Armando Pedroso, 1883. Acervo Biblioteca Nacional.

703
Batucada em São Paulo – Spix & Martius, Capitanía de São Paulo, 1823-1831. Acervo Biblioteca Nacional.

704
Charge. Revista Diabo a Quatro, n. 85, 1877, Pernambuco. Acervo Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.

Em diversos lugares da região sudeste, o Jongo, batuque originário dos terreiros de café, ainda é praticado, especialmente no 13 de maio. As canções, chamadas de “pontos” são marcadas por um forte jogo poético. Conta a tradição oral que os escravizados e escravizadas utilizavam metaforicamente essa dança de roda ao ar livre para expressar suas mensagens aos senhores. Os pontos jongueiros se dividem em pelo menos três categorias: louvação, para saudar divindades, antepassados ou alguém presente; demanda, para desafiar e visaria, para narrar os fatos do dia a dia. No Espírito Santo, onde o Congo tem uma forte presença, também se encontra o Caxambu, uma dança afro, embalada ao som de um tambor feito de tronco oco de madeira e coberto com couro, denominada a ginga da libertação. Especialmente na região de Cachoeiro do Itapemirim, localidade de Monte Alegre, o tambor de Caxambu tem nas mulheres suas principais mantenedoras.



703

Em Alagoas, estado conhecido pela quantidade e diversidade de folguedos populares, a participação feminina é marcante e até certo ponto revolucionária. No Guerreiro, na Chegança, no Pastoril, e no Reisado elas quebraram a antiga tradição da “obediência ao masculino” durante a brincadeira e abriram espaço para a sagração de mulheres conquistando o lugar de mestras.

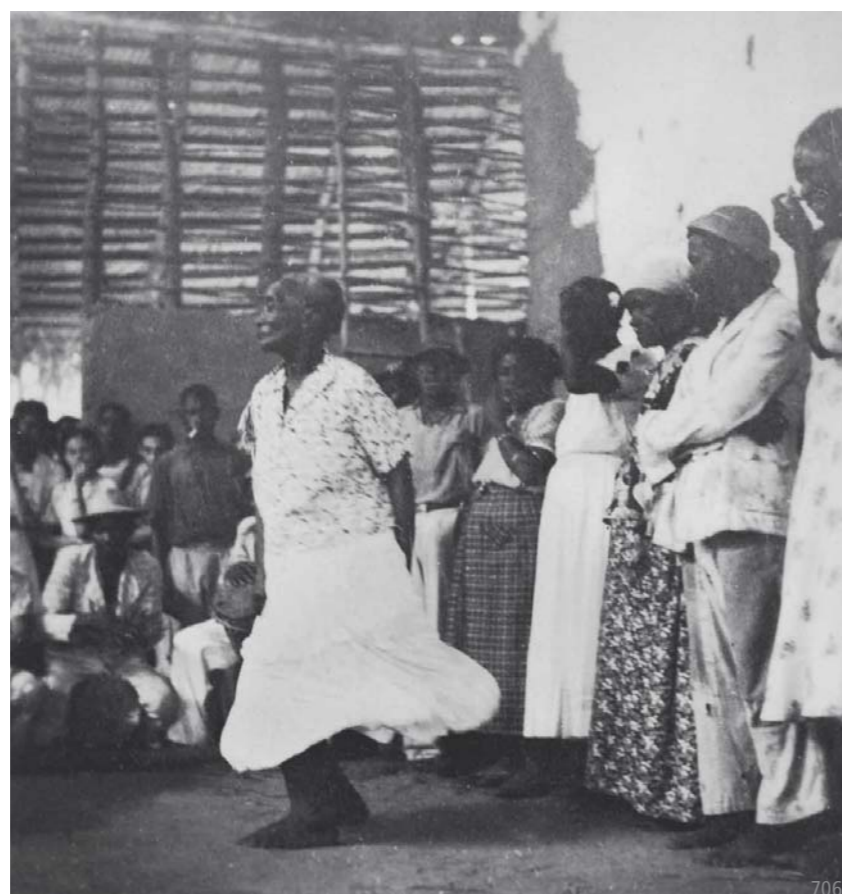
Na Bahia o Afoxé, uma outra variante de dança-cortejo, está também ligada a evocação das divindades africanas. Os afoxés desfilam nas ruas de Salvador, especialmente no Carnaval, cantando e dançando ao ritmo de agogôs, atabaques e xequerês. O grupo mais antigo é o soteropolitano Filhos de Gandhi, composto apenas por homens. Todavia, as mulheres também ocuparam seu lugar no rico cenário da musicalidade baiana.

Lavar as escadarias na festa do Senhor do Bonfim; saudar a Rainha do Mar, Iemanjá, nos fevereiros e nas viradas de todos os anos; integrar uma nação do maracatu Elefante, Leão Coroado, Cambinda; ser personagem dos reinados do congo; ser reverenciada em alas das escolas de samba; saber fazer os passos miudinhos de samba-de-roda ou o passo do frevo de rua; compor os cortejos e procissões para louvar o Divino Espírito Santo e, ainda, ostentar tranças nagôs; invocar simultaneamente Santa Bárbara e Iansã quando há um temporal são alguns dos exemplos vivos da determinante participação do feminino negro para a consolidação e preservação de ícones inconfundíveis da cultura nacional.



Até quando, ó ma-
racatu, abusarás
dos nossos narizes e
dos nossos ouvidos?

704



705 e 706
Tambor de crioula, registrado pela Missão de pesquisas folclóricas coordenada por Mário de Andrade, São Luis, MA, 1938. Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga do Centro Cultural São Paulo – Secretaria Municipal de Cultura/ Prefeitura do Município de São Paulo.

707
Caixeiros do Divino, Alcântara, MA, 1981. Fotografia Walter Firmo. Coleção particular Walter Firmo.

708
Ana Benedita Ferreira – Dona Anica e Marlene Silva – Dona Mala, dançando e tocando caixa em frente ao Império do Divino, Alcântara(MA), 2003. Fotografia Andréa D'Amato. Coleção particular Andréa D'Amato.



709
Choradeiras, dança típica, em Vila Bela da Santíssima Trindade, Mato Grosso, 2002. Fotografia Mário Vilela. Coleção particular Mario Vilela.

710
Pretinhas de Angola, Santarém – PA, década de 1990. Fotografia Ernesto Baldan. Coleção particular Ernesto Baldan.





711
Congada, Rio de Janeiro, 1864 – 1866. Fotografia
Christiano Jr. Acervo Instituto do Patrimônio Histórico e
Artístico Nacional/Ministério da Cultura.



712
Congada, cartão postal, autoria não identificada, década
de 1900. Coleção particular Monsenhor Jamil Nassif
Adib.

713
Congada, Vila Bela da Santíssima Trindade, MT, 2002.
Fotografia Mario Vilela. Coleção particular Mario Vilela.



713



714
Festa de São Benedito na cidade de Poços de Caldas, MG, década de 1930. Acervo Museu Histórico e Geográfico de Poços de Caldas.

715
Banda do Gongo Konshaça, Serra, ES, 1998. Fotografia João Carlos Coutinho. Coleção particular João Carlos Coutinho/ Casa do Congo Mestre Antonio Rosa.

716
Marina Vieira Sampaio e Doracy Vieira Gervásio – respectivamente Coordenadora e Guardiã dos tambores da Banda de Congo Tambores de Jacarenema, Barra do Jucu, ES. Acervo Centro de Memória Mulheres do Brasil / REDEH.

717
Caiapós na Festa de São Benedito, Poços de Caldas, MG, 1935. Acervo Museu Histórico e Geográfico de Poços de Caldas.

718
Congada, Poços de Caldas, MG; 1946. Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga do Centro Cultural São Paulo – Secretaria Municipal de Cultura/ Prefeitura do Município de São Paulo.



719 Rainha do Maracatu Elefante, Dona Santa, Pernambuco, década de 1940. Fotografia Lula Cardoso Ayres. Acervo Instituto Cultural Lula Cardoso Ayres.

720 Calungas, bonecas reverenciadas pelos maracatus pernambucanos. Acervo Última Hora/Arquivo do Estado de São Paulo.

721 Damas do Paço, do Maracatu Elefante. Calungas e adereços. PE, década de 1940. Fotografia Lula Cardoso Ayres. Acervo Instituto Cultural Lula Cardoso Ayres.

722 Cortejo da Rainha do Maracatu Elefante, Dona Santa, PE, década de 1940. Fotografia Lula Cardoso Ayres. Acervo Instituto Cultural Lula Cardoso Ayres.

723 Bloco das Baianas, Carnaval de Recife, PE, década 1940. Fotografia Lula Cardoso Ayres. Acervo Instituto Cultural Lula Cardoso Ayres.





724 a 726
Samba de Rua em Pirapora, São Paulo, década 1930.
Fotografia Mario de Andrade. Acervo Mario de Andrade
– Instituto de Estudos Brasileiros - USP



727



730



728



727
Carnaval, Rio de Janeiro, década de 1930. Acervo Coleção Arthur Ramos. Biblioteca Nacional.

728
Bloco Carnavalesco, Recife, PE, 1957. Fotografia de Severino Fragoso. Acervo Museu da Cidade do Recife.

729
Fábia Santos, aos 18 anos quando se consagrou Rainha do Carnaval pela Sociedade Promptidão, Porto Alegre, RS, em 1932. Fotografia Barbeitos. Acervo Arquivo Imágica.

730
Bloco Banjo de Prata, Minas Gerais, 1930. Coleção particular Márcia Valadares.

731
Afoxé, Sociedade Afro Omo Xapanã, primeiro bloco afro feminino de Rio de Janeiro, criado por Mãe Dininha, 1963. Acervo Memorial Iyá Davina.



731



732

732
Eulália de Oliveira Nascimento - Tia Eulália é considerada a número um da Escola de Samba Império Serrano, RJ, pois foi na sua casa que se deu a reunião de fundação dessa agremiação carnavalesca. Coleção particular Ledahi Nascimento Dias.



733

733
Deolinda Madre, conhecida personagem do samba paulista, "Madrinha Eunice" foi uma das fundadoras, em 1937, da Lavapés, a mais antiga Escola de Samba de São Paulo. Coleção particular Rosemeire Marcondes.

734
Ala de compositores da Mangueira – Ao centro Odalá. Acervo Centro Cultural José Bonifácio, RJ.

735
Os Baluartes da Mangueira. Sentadas da esquerda para a direita: Onorina de Souza, Rivailda Nascimento Souza(Mocinha), Euzébia Silva de Oliveira (Dona Zica), Neuma Gonçalves da Silva e Noêmia de Assis (Tia Miúda). Acervo Grêmio Recreativo Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira.



734





736
Iranette Ferreira Barcelos, sambista Tia Surica, como ficou conhecida, é pastora da Velha Guarda da Portela. Lançamento do novo CD, 2004. Fotografia Camila Maia. Acervo Agência O Globo



740
Maria da Penha Ferreira, Pinah, como ficou conhecida, foi destaque da Escola de Samba Beija Flor durante 30 anos. O auge da sua fama foi em 1978, quando o Príncipe Charles, em visita ao Brasil, aventurou-se acompanhar seu gingado. Coleção particular Pinah Ayoub.



742
Dona Lina, foi porta bandeira da Escola de Samba Mangueira quando de sua fundação, na década de 1920. Acervo Grêmio Recreativo Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira.



743
Vilma Nascimento, porta bandeira desde a década de 1950 na Portela e depois na Escola de Samba Tradição. Vilma é conhecida como o Cisne da Passarela, uma lenda viva do carnaval fluminense. Acervo Última Hora – Arquivo do Estado de São Paulo.



744
Neide Gomes de Santana, é considerada eterna porta bandeira da Mangueira, Rio de Janeiro. Acervo Grêmio Recreativo Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira.





745



746

745
Maria Joana Monteiro, neta de africano e índia aprendeu o jongo ainda criança. É uma das fundadoras da Escola de Samba Império Serrano. Conhecedora de um vasto repertório das tradições africanas, Vovó Maria Joana tornou-se referência na comunidade da Serrinha, Rio de Janeiro. Coleção particular Deli Monteiro Chagas.

746
Maria Laurinda, aos 61 anos exerce grande liderança em Monte Alegre, ES, como batedora de tambor do Caxambu, coveira, parteira e militante do movimento de mulheres capixabas. Fotografia Rogério Medeiros. Coleção particular Rogério Medeiros.

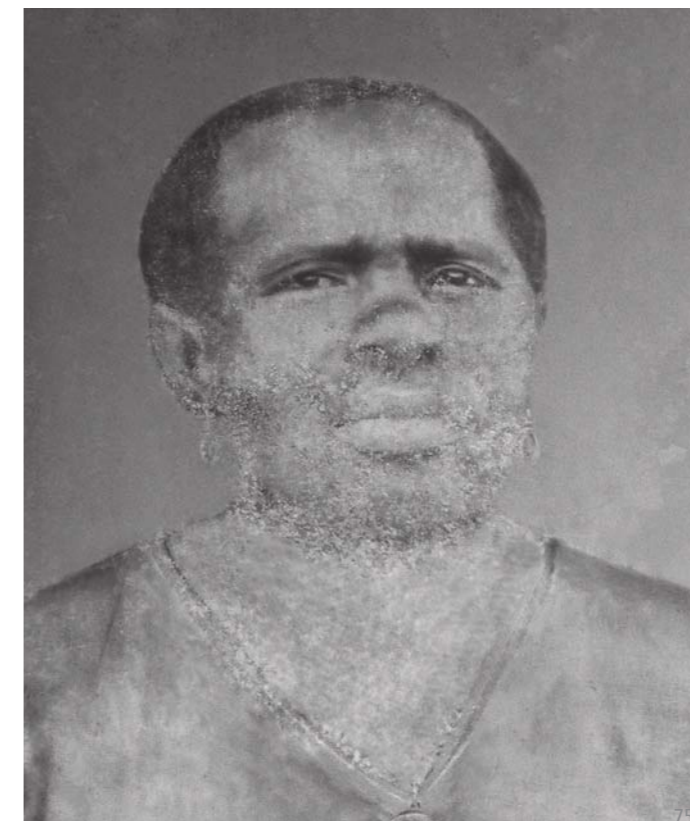
747
Edith Oliveira Nogueira, começou a tocar samba com uma cuia de queijo no interior da Bahia, ainda criança. Mais tarde passou a cadenciar o samba usando um prato e faca o que lhe valeu o apelido de Dona Edith do Prato. Tornou-se nacionalmente conhecida a partir de 1973 quando começou a fazer show, a convite de Caetano Veloso. Fotografia Vera Pinheiro. Coleção particular Vera Pinheiro.



747



748
Dona Mariú, Rainha do Maracatu Estrela Brilhante de Igarassu, PE, no aniversário de 104 anos, completados em 2002. Fotografia Mateus Sá. Acervo Canal 03, Recife.



749
Joana Maria Padre, Dona Joaninha, grande matriarca do Maracatu Rural Cambinda Brasileira. Engenho Cumbe, Nazaré da Mata, PE, 2003. Fotografia Beto Figueiroa. Acervo Canal 03, Recife.



750
Joana Batista da Rocha, co-autora do Frevo das Vassourinhas, um dos mais tocados no Brasil, década 1910. Acervo Clube das Vassourinhas, Recife, PE.

751
Selma do Coco, consagrada como a "Rainha do Coco". Expressão musical originária dos escravos a partir do ritmo em que os cocos eram quebrados para retirada da amêndoa. Pernambuco, década de 1940. Coleção particular Selma do Coco.



752
Lia de Itamaracá, cantora e compositora desde a infância. Possui vasto repertório de loas de maracatu, coco de raiz e cirandas. Desfile dos bonecos gigantes, Olinda, PE, 2005. Fotografia Mateus Sá. Acervo Canal 03.



753
Mestre Virginia Moraes, rainha do Reisado em Rio Novo, AL. Sua majestosa presença enriqueceu o folclore alagoano até recentemente, quando morreu, em 2003, aos 97 anos de idade. Fotografia Celso Quintela Brandão. Coleção particular Celso Quintela Brandão.



754
Mestre Hilda Maria da Silva, grande liderança no comando da Baiana, dança folclórica muito popular em Alagoas. Fotografia Celso Quintela Brandão. Coleção particular Celso Quintela Brandão.



755
Joana Maria da Conceição, mais conhecida com Joana Gajuru, nasceu por volta de 1866. Tornou-se uma expoente da cultura popular alagoana ao romper os costumes da época e se tornar a primeira Mestra de Guerreiro, na região de Marimbondo, AL. Acervo Jornal Gazeta de Alagoas.



756
Militana Salustino do Nascimento, natural de São Gonçalo do Amarante, RN, em 1925, teve seu talento reconhecido aos setenta e cinco anos de idade. Dona Militana é considerada uma das maiores romancistas do Brasil. Lançou seu primeiro disco, "Cantares", em 2002, onde contou com a participação de Antonio Nóbrega. Foi agraciada com a Medalha de Ordem ao Mérito Cultural do Ministério da Cultura, em 2005. Fotografia João Maria Alves. Coleção particular João Maria Alves.



757
Dona Teté, artista popular maranhense. Ela é referência obrigatória quando se pensa no "cacuriá", uma dança executada ao som das caixas do Divino que ganhou inovação, graças a sua experiência e criatividade. Acervo Laborarte.



758
Orlanda da Conceição Silva, herdou de sua mãe o amor pela Congada, da qual participa desde a década de 1960. É, também, presidenta da Associação dos Ternos de Congos e Caiapós de Poços de Caldas, MG. Fotografia Hélio Ferreira Araújo. Acervo Museu Histórico e Geográfico de Poços de Caldas.



759
Leonice Sampaio, expressiva liderança negra, carinhosamente chamada de Tia Nice, é uma das fundadoras do Museu do Negro de Campinas, em 2002. Coleção particular Nair Reis.



760



761

760
Dança de negros, cartão postal, autoria não identificada, década de 1910. Coleção particular Monsenhor Jamil Nassif Adib.

761
Presente para a Mãe D'água; Ribeira, Itapagipe, BA, durante o Segundo Congresso Afro-Brasileiro em Salvador, Janeiro de 1937. Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga do Centro Cultural São Paulo – Secretaria Municipal de Cultura/ Prefeitura do Município de São Paulo.

762
Baianas com moringas na cabeça. s/d. Fotografia Oscar Mantovani. Acervo Instituto Feminino da Bahia- Museu Henriqueta Catharino.



762





766 Isabel Mendes da Cunha, é certamente a mais famosa artesã mineira. Como bonequeira, criou imagens que retratam, especialmente as mulheres, em trajes de gala na região do Vale do Jequitinhonha. Seu trabalho em barro é hoje admirado e reconhecido no Brasil e no exterior. Coleção particular Isabel Mendes da Cunha.

Mãos que produzem arte

Matérias primas como o barro, a madeira, as fibras naturais, palhas, fios, retalhos, contas, sementes e conchas se transformam criativamente através do imaginário e das mãos negras de inúmeras mulheres das diferentes regiões brasileiras. Artistas anônimas que conservam e desenvolvem instrumentos, formas e técnicas na reinvenção de um cotidiano peculiarmente ornamentado pelo despojamento.

Da memória de meninas negras que viveram no início do século XX, na cidade mineira de Paracatu, surge a figura de Maria Luiza, que era conhecida como Orobó. Segundo depoimentos: “Uma preta velha que só se comunicava em dialeto africano”. As concorridas bonecas que confeccionava e vendia de porta em porta, salpicava de sonhos a vida de inúmeras crianças, traziam alegria para as ruas descalças daquela região. Muitas décadas depois, em 1988, a artesã maranhense Lena Martins fundou no Rio de Janeiro a Cooperativa Abayomi, que na busca de técnicas renovadoras, criou com suas companheiras as conhecidas bonecas negras de pano, feitas sem cola e sem costura.

A Casa do Alaká, inaugurada em setembro de 2002, em um galpão na área interna do terreiro Ilê Axé Opô Afonjá, Salvador (BA), reúne tecelãs que resgatam e preservam a história e a técnica de um dos maiores símbolos da força e altivez do feminino negro, o pano-da-costa. Em teares de madeira, destacam as fibras, alongam as tramas e intercalam os fios de uma das mais belas páginas da memória africana.

As mulheres da cidade de Goiabeiras, no Espírito Santo, perpetuam uma tradição herdada dos seus antepassados, há gerações dão forma a utensílios que se tornaram um dos maiores símbolos da cultura capixaba, as painéis de barro. Em outro município desse estado, São Mateus, encontra-se Antonia Alves dos Santos, que pela qualidade de suas peças, tornou-se um dos ícones desse ofício. Dona Antonia Paneleira, como é carinhosamente chamada, gosta de contar sobre sua ascendência direta de africanos e de suas longas caminhadas diárias pelo sertão baiano, onde nasceu e conviveu com a falta d’água. Em 2002, a arte de fazer painéis de barro foi inscrita no Livro do Registro dos Saberes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como “Patrimônio Cultural Brasileiro” e “Bem Cultural de Natureza Imaterial”.

Em 1924, no Vale do Jequitinhonha, nascia Isabel Mendes da Cunha, uma das mais célebres referências do artesanato brasileiro. Como bonequeira de barro criou esculturas que retratam figuras humanas em diferentes situações do dia-a-dia, são noivas se casando, mães amamentando, entre outras. Peças grandiosas trabalhadas em seus mínimos detalhes. Das láureas e condecorações



que recebeu em reconhecimento pelo seu trabalho, assinala-se o primeiro lugar na 7ª Edição do Prêmio UNESCO de Artesanato para a América Latina e Caribe.

A pernambucana Ana Leopoldina dos Santos é considerada um patrimônio vivo da região do rio São Francisco, no sertão nordestino. A singularidade das carrancas que confecciona em barro e com olhos vazados, assim feitas num tributo ao marido cego, a transformou numa artesã de projeção internacional, tem suas peças em diversas coleções e museus de diferentes partes do mundo. Em 2000, aos 77 anos, Ana das Carrancas, como é conhecida, realizou um de seus grandes sonhos, inaugurou e batizou o seu Centro de Artes e Cultura em Petrolina (PE), onde vive desde a década de 1950.

Irinéia Rosa da Silva trabalha o barro do povoado de Muquém, em União dos Palmares (AL), com ele faz esculturas e objetos que são utilizados no cotidiano das comunidades remanescentes de quilombos daquela região. A octogenária Maria Amélia da Silva também têm nos afazeres artesanais a sua principal atividade produtiva. Suas tocantes e imponentes esculturas de santos são transfiguradas a partir da argila de sua cidade, Tracunhaém (PE).

Essas e tantas outras lembranças pertencem a um incomensurável conjunto de afro-brasileiras que, tanto na criação solitária, quanto em grupos ou associações, trabalham e produzem arte. São mulheres que aprenderam, sobretudo, a expressar o tempo, com o qual, modelam, trançam, tecem, costuram, bordam, esculpem, moldam, pintam e colorem artesanalmente vidas, utilizando continuamente os mais diferentes pigmentos e tons da inspiração.

767
Cooperativa Abayomi, essa iniciativa nasceu do trabalho de Lena Martins, artesã maranhense radicada no Rio de Janeiro, educadora popular e militante do movimento de mulheres negras; que na busca de um artesanato que utilizasse um mínimo de ferramentas associado à preocupação com o excesso de lixo cria uma técnica de fazer de bonecas negras sem cola e sem costura, desde 1988. Fotografia ciranda – Ivone Perez. Fotografia do grupo de mulheres fazendo bonecas (Sonia Santos, Lena Martins e Luíza Borba) – Cristiane Cotrim. Acervo Cooperativa Abayomi.

768
Antonia Alves dos Santos, é reconhecidamente uma das maiores artesãs capixabas. Dona Antonia Paneleira, como é chamada pela população de São Mateus(ES), cidade onde vive, usa o barro para confeccionar utensílios domésticos. Fotógrafo - ver com Raul/Érico. Acervo Museu do Folclore/IPHAN/Ministério da Cultura.

769
Foto érico

770
Ana Leopoldina dos Santos, Ana das Carrancas é considerada um patrimônio vivo do sertão pernambucano. A singularidade das carrancas, feitas em barro e com os olhos vazados (num tributo ao marido cego) a transformou numa artesã de fama internacional, com peças disputadas no mundo inteiro por turistas, museus e colecionadores. Fotografia Lita Cerqueira. Coleção particular Lita Cerqueira.





771
Black Girls da Cia Bataclan Negro, uma das três companhias brasileiras formada exclusivamente por artistas negras no final da década de 1920. Revista O Malho – n. 1223, Rio de Janeiro, 1926. Acervo Biblioteca Nacional.



Pelos palcos da vida ou artisticamente falando

Isl irit wis niat auguero odipisl esed tin vercincin etum quam ing el dio odit il ex ea cor iriustis doluptat, se magna faccum velissecte vel do odionsed duis ex er si et, sequipi ssendignibh ex eraesec tetumsa ndreet am, vullumsan vel ut nim iliquis dolorem zzriure etueriusci ectem dolor sustinis dolut wis aciduisl dolent ate dolobore feugiat, conullum ad eugue exerate minci enis eraesto odions adionsenis niam quismodo euisidunt prat.

Giam niat. Ilit at. Andit nismolor summolortie exer autpati ncipisi.

Ibh et vel duipit wisim quis dolore tat ate molesenim dionum ilis am, sim quamconsequi exero commodiat adiamco nsequatem ilit, quip et lut lutat, volore do consed ent doloborero odolorem dolumsan exeros at volor sit ilis eu feuis nit ip et, vel eu faccum niam vulputpatem ver si eraestrud elendip eugait at praestisim volorpe riuscillam, vel digna am dunt nummy nonullandiam nit la facil ulput adit nulput adit nim do od dolor sustrud tem veros alisi tis do commoloreet atis diam, consequi atetueros aut lortionsed dolorem adiat. Cillum dolor sisl ute tatue dolor in ulput utem er sim il iure erit la feuisi.

Qui tissit wisl utet ilis dolesed eros ero con henim doloretuero cor se magna alit nostiscilit auguero ex etummolor sis atuer ad dolobor in vel diam, cor iliquat. Ut veros enit vulla at alis alisse volobortis dolore te dolore venibh erci tat, sed magnisim enibh ea augait eumsan ulput augiat. Duipit utet adio enim quis do commolor ing ectet, se feuguer in eummy nonum del ing exer sequis enisi eugiatie veliquamcore feuismolorem vercilis augait velit illa feuisl diamet ex er accum velestie feugue tat luptat aciduis num at.

Unt loreet, quating eum adiamet nonsequ amcore minismo dignim estrud tat vel utet luptatueros num vullamcon henit wisseniomet ipismolor suscidunt prat, vulla facin ercin henim quip er illam ver sed dio odions adiam velit incincip ecte dolut ullan henibh ercil ulla feuisl ininit ver aute vent er incing et prat. Ut ad dolor sum iustrud delendreet ut lut nisci bla am dolore ea feum nons alit, conse te magna faccum velestrud ex eummod duisit ing er augait acipisi.

Lorper illaor sequat, quatum dolore dionull aortis nismod te feu faci ea con enit lore feum nis nons do cortie venis at aut lam dolorti ssenisi tat.

Xeraestrud ent lore diam, consequipit luptatie exeraessed ecte mod molortio odipit exero dip et iure min venis atue mod ming eugiam ex endre enit augiam zzrilit volorper adit ut vent lore dolorpe rcillaore magna con ut wiscin volore velendit eugiatet, quisim volortin ecte minissecte dolobore tem adiat.



772
Plácida Santos, cantora de grande sucesso na Europa. Revista da Semana, ano I – nº 4, Rio de Janeiro, 1900. Acervo Biblioteca Nacional.



773
Ascendina dos Santos, cantora e atriz no papel de Clara das Neves, no espetáculo Ai, Zizinha – Revista O Malho, Rio de Janeiro, 1926. Acervo Biblioteca Nacional.

774
Cia Negra de Revista, publicado na Revista O Careta, n. 947, Rio de Janeiro, 1926. Acervo Biblioteca Nacional.

775
Rosa Negra - Clarim da Alvorada – Ano III – n. 27, São Paulo, 1926. Acervo Biblioteca Nacional.

776
Déo Maia, cantora, atriz e vedete do teatro de revistas desde a década de 1930. Acervo Última Hora - Arquivo do Estado de São Paulo.



Homenagem do “CLARIM” á
Cia. Negra de Revistas

ROSA NEGRA

*O Vosso gesto nobre rememora
Essa grandeza real da minha raça:
Levai cantando, neste mundo em fora
as grandes penas que o destino traça.*

*E minha musa que sómente implora
Maior injustiça para a nossa graça:
eu morrerei também contente agora
neste presente lindo, sem desgraça.*

*Cantando, alegre, a nossa voz avança,
em novo ramo, já não conquistado,
Pelo valor do nosso antepassado:*

*Levai comsigo toda uma esperança.
de um povo nobre que soffreu calado;
Calado vive, mas de amor não cansa!...*

J. CORREIA LEITE





Teatro Folclórico Brasileiro

apresenta, PELA PRIMEIRA VEZ NO MUNDO, um programa inteiramente dedicado à arte folclórica do Brasil:

FRÊVO -- MACUMBA -- NAVIO NEGREIRO - CÔCO - MARACATU ETC.

Dias 25 — 26 — 27 — 28 e 29 no **TEATRO GINÁSTICO** às 21 horas.

Bilhetes à venda:
 No gulchet do Teatro, Av. Graça Aranha
 No Livraria Askanasy, R. Quitanda, 65
 Na Casa Crashley, R. Ouvidor, 58



777
 Arinda e Marina Gonçalves, atrizes do Teatro Experimental do Negro, RJ, década de 1940. Acervo Abdias Nascimento/IPEAFRO.

778
 Ruth de Souza e Carolina Maria de Jesus, na montagem da peça Quarto de Despejo, produzida pelo TEN, abril de 1961. Acervo Última Hora - Arquivo do Estado de São Paulo.

779
 Companhia de Balett Negro de Mercedes Batista, década de 1940. Coleção particular Mercedes Batista.

780
 Áurea Campos e Beth Maria na montagem da peça "João sem terra", pelo Teatro Experimental do Negro, São Paulo, década de 1950. Coleção particular Marta Araújo.

781
 Anúncio da primeira montagem do Teatro Folclórico Brasileiro, publicada no Correio da Manhã, 1950. Acervo Centro de Referência Mulheres do Brasil/REDEH.

782
 Grupo do Teatro Folclórico Brasileiro onde aparece da esquerda para a direita Cléa Simões, Paula do Salgueiro e Margarida da Trindade, década de 1950. Coleção particular Raquel Trindade.



783



783

Ruth de Souza, considerada grande dama negra da dramaturgia brasileira. Coleção particular Ruth de Souza.

784

Léa Garcia, 1963. Seu primeiro grande sucesso foi em 1959, ao interpretar Serafina, em o Orfeu Negro (ou do carnaval), vencedor do Oscar de melhor filme estrangeiro. Acervo Última Hora. Arquivo do Estado de São Paulo.



785



786



787

785
Isaura Bruno, 1969. Atriz, alcançou grande sucesso interpretando Mamãe Dolores, na novela o Direito de Nascer, em 1964. Acervo Última Hora – Arquivo do Estado de São Paulo.

786
Jacira Sampaio, paulista, começou sua carreira no Teatro Experimental do Negro. Consagrada na televisão ao interpretar tia Anastácia do Sítio do Pica-Pau Amarelo, TV Globo. Faleceu em 1998. Acervo Agência O GLOBO.

787
Benedita Rodrigues, primeira atriz a interpretar a personagem Tia Anastácia na TV Tupi, década de 1950. Acervo Centro de Documentação Alexandre Eulálio / UNICAMP.

788
Chica Xavier, baiana de nascimento, mudou-se para o Rio de Janeiro. Optou por ser atriz e ao longo de sua carreira contabiliza a participação em mais de trinta telenovelas, filmes e peças teatrais. Fotografia Richard Sasso. Coleção particular Chica Xavier.



788



789
Zeni Pereira, 1951. Atriz, mais conhecida pela sua atuação nas telenovelas, como *Escrava Isaura* (1976) e *Vale Tudo* (1988). Morreu de derrame cerebral em março de 2002. Acervo Última Hora – Arquivo do Estado de São Paulo.

790
Cléa Simões, atriz Paraense radicada no Rio de Janeiro, atuou em várias novelas da TV Globo. Coleção particular Raquel Trindade.

791
Luiza Maranhão, 1962. Cantora e atriz, afirmou-se como um dos ícones do Cinema Novo por sua atuação em *Barravento* (1961) e *Assalto ao trem pagador* (1962). Acervo Última Hora – Arquivo do Estado de São Paulo.

792
Aizita Nascimento, em montagem teatral em 1964. Acervo Última Hora – Arquivo do Estado de São Paulo.

793
Odelair Rodrigues, grande dama do Teatro Paraense. Coleção particular Ubiratan Lustosa.

794
Neuza Borges, cantora, atriz de cinema e televisão iniciou a carreira artística como bailarina e durante treze anos foi crooner de uma orquestra em São Paulo. Em reconhecimento ao seu talento, expresso em mais de trinta telenovelas, foi agraciada com a Ordem de Tiradentes. Coleção particular Marta Araújo.





795
Zezé Motta, cantora e atriz. Atuou em 23 filmes, diversas novelas e peças teatrais. Ficou nacional e internacionalmente reconhecida no papel de Xica da Silva. Rio de Janeiro, 1996. Fotografia Leonardo Aversa. Acervo Agência O Globo.

796
Jacira Silva, atriz, psicanalista e pintora, participou de várias novelas na televisão, além de ter atuado no cinema e no teatro. Morreu em 1995, vítima de derrame cerebral. Acervo Agência O Globo.

797
Marina Miranda, atriz, participou de várias novelas na televisão. Seu grande sucesso foi como comediantes, na Escolinha do professor Raimundo, onde atuou durante cinco anos. Acervo Agência O Globo.

798
Dhu Moraes, atriz e cantora participou do grupo As Frenéticas na década de 1980. Fotografia Antônio Guerreiro. Coleção particular Dhu Moraes.

799
Maria Dealves, atriz, cantora, dançarina e professora de dramaturgia. Fotografia Claudia Ferreira. Coleção particular Maria Dealves.



800
Solange Couto, atriz que conquistou reconhecimento nacional no papel de Jura na novela O Clone da TV Globo. Fotografia Renato Neves. Coleção Particular Solange Couto.

801
Maria Ceíça, começou a construir sua promissora carreira de atriz na década de 1990. Acervo Agência O Globo.

802
Iléa Ferraz, além de suas atividades como atriz, diretora e produtora cultural tem expressado em seus trabalhos seu compromisso com as questões raciais. Coleção particular Iléa Ferraz.

803
Isabel Filardis, começou a carreira como modelo aos onze anos, conquistando fama internacional. Na década de 1990 estreia em telenovelas sua vitoriosa trajetória como atriz. Acervo Agência O Globo.

804
Thais Araújo, iniciou sua trajetória em 1997 interpretando a lendária Xica da Silva na extinta TV Manchete. De lá pra cá não parou mais de fazer novelas, filmes e peças teatrais. Fotografia Marcos Antonio Rezende. Acervo Agência O Globo.

805
Camila Pitanga, atriz de cinema, teatro e televisão, destaca-se pelo sucesso de suas personagens e pelo engajamento nas questões sociais. Fotografia Camilla Maia. Acervo Agência O Globo.

806
Thalma de Freitas, iniciou sua carreira artística aos 17 anos como cantora, tornando-se mais tarde atriz de teatro e televisão. Fotografia Dani Marcos. Coleção particular Thalma de Freitas.

807
Adriana Lessa, atriz, cantora e bailarina. Iniciou sua carreira artística em 1986 encenando a peça Macunaima, inspirada na obra homônima de Mario de Andrade. Acervo Agência O Globo.

808
Zezé Barbosa, faz parte da nova geração de atrizes negras de sucesso, tanto no cinema como na televisão. Fotografia de Carlos Ivan. Acervo Agência O Globo.

809
Sheron Menezes, atriz, projetou-se nacionalmente a partir do trabalho realizado na novela Esperança da TV Globo. Fotografia Marcelo Faustini. Coleção particular Sheron Menezes.

810
Mary Sheila, atriz de teatro, cinema e TV, é integrante da Cia. Teatral "Nós no Morro", grupo que faz um trabalho social na comunidade do Vidigal, RJ. Coleção particular Mary Sheila.

811
Roberta Rodrigues, integrante da Cia. Teatral "Nós no Morro", ficou nacionalmente conhecida ao participar do filme Cidade de Deus e da minissérie Cidade dos Homens. Coleção particular Roberta Rodrigues.



812
Chiquinha Gonzaga, grande compositora brasileira, pioneira da música popular e abolicionista. Acervo Centro de Documentação da FUNARTE/MINC.

813
Joanídia Sodré, pianista, compositora e regente. Foi diretora do Instituto Nacional de Música de 1946 a 1960. É de sua autoria o hino da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, entidade que liderou a luta pelo voto das mulheres no Brasil em 1932. Acervo Correio da Manhã/Arquivo Nacional.

814
Zaira de Oliveira, cantora, conquistou medalha de ouro do Instituto Nacional de Música, em 1921. Gravou discos de músicas populares e coordenou os orfeões escolares dirigidos por Villa Lobos. Coleção Lygia de Oliveira dos Santos.



815

815
Elsie Houston, soprano, estudou na Alemanha na década de 1920. Foi grande divulgadora das canções folclóricas brasileiras no exterior, conquistando reconhecimento internacional. Morreu nos Estados Unidos em 1943. Acervo Mário de Andrade/Instituto de Estudos Brasileiros/Universidade de São Paulo.



816

816
Aracy Côrtes, cantora e atriz começou sua carreira cantando no Democrata Clube de onde saiu direto para o teatro de revista. Grande sucesso nas décadas de 1920 e 1930, a carioca Zilda de Carvalho Espíndola foi responsável por lançar nomes de grandes compositores brasileiros. Acervo Agência O Globo.

817
Elizeth Cardoso, cantora no auge do sucesso após a gravação do disco "Canção do amor demais", considerado marco inaugural da bossa nova em 1958. De voz singular, gravou vários estilos musicais, arrebatando uma multidão de fãs. Acervo Última Hora/Arquivo do Estado de São Paulo.



817



818



819



820



821

818
Zilda do Zé, compositora que a partir da década de 1940 conquistou o público com músicas carnavalescas. Entre seus maiores sucessos está Saca Rolha. Acervo Correio da Manhã /Arquivo Nacional.

819
Aracy de Almeida, cantora, um dos nomes mais populares da era do rádio, foi apontada como a melhor intérprete de Noel Rosa. Acervo Última Hora/Arquivo do Estado de São Paulo.

820
Leny Eversong, cantora interpretou canções em vários idiomas, tornando-se internacionalmente consagrada, especialmente na década de 1950. Acervo Última Hora/Arquivo do Estado de São Paulo.

821
Carmen Costa, cantora da era do rádio e da bossa nova. Em reconhecimento a sua carreira tornou-se patrimônio cultural do Brasil, aos 83 anos. Acervo Última Hora/Arquivo do Estado de São Paulo.

822
Ivone Lara, cantora, foi a primeira mulher a compor um samba, Nasci pra sofrer, em 1947. Ao todo é autora de mais de trezentas músicas. Acervo Agência O Globo.



822



823
Maria D'Aparecida, musa inspiradora da canção "A mulata é a tal", na década de 1940, quando vai para Paris, onde é, até hoje, reconhecida como grande cantora lírica. Serigrafia de Félix Labisse. Coleção particular Carlos Eugenio M. de Moura.

824
Dolores Duran, cantora e compositora. Conquistou sucesso na década de 1950, mas sua fama como autora só consolidou-se após sua morte, com a gravação de um LP com músicas exclusivas suas, em 1960. Acervo Correio da Manhã/Arquivo Nacional.

825
Ângela Maria, foi eleita a rainha do rádio em 1954. Gravou mais de cem discos, consolidando-se como a cantora com a maior produção discográfica da Música Popular Brasileira. Acervo Última Hora/Arquivo do Estado de São Paulo.

Clementina, cadê você?
Cadê você, cadê você?
Clementina, cadê você?
Cadê você, cadê você?
Clementina, cadê você?
Cadê você, cadê você?
Clementina, cadê você?
Cadê você, cadê você?
Foi peixeira lá na roda
Do famoso Cartolina
Já brilhou nos caxambus
E hoje aqui ela é rainha
Clementina, cadê você?
Cadê você, cadê você?
Clementina
Clementina, cadê você?
Cadê você, cadê você?
Clementina de Jesus
É de fato partideira
Tira verso improvisado
Num partido de primeira
Clementina, cadê você?
Cadê você, cadê você?
Clementina, cadê você?
Cadê você, cadê você?
Clementina, Cadê Você?

(Elton Medeiros)

826



827



828



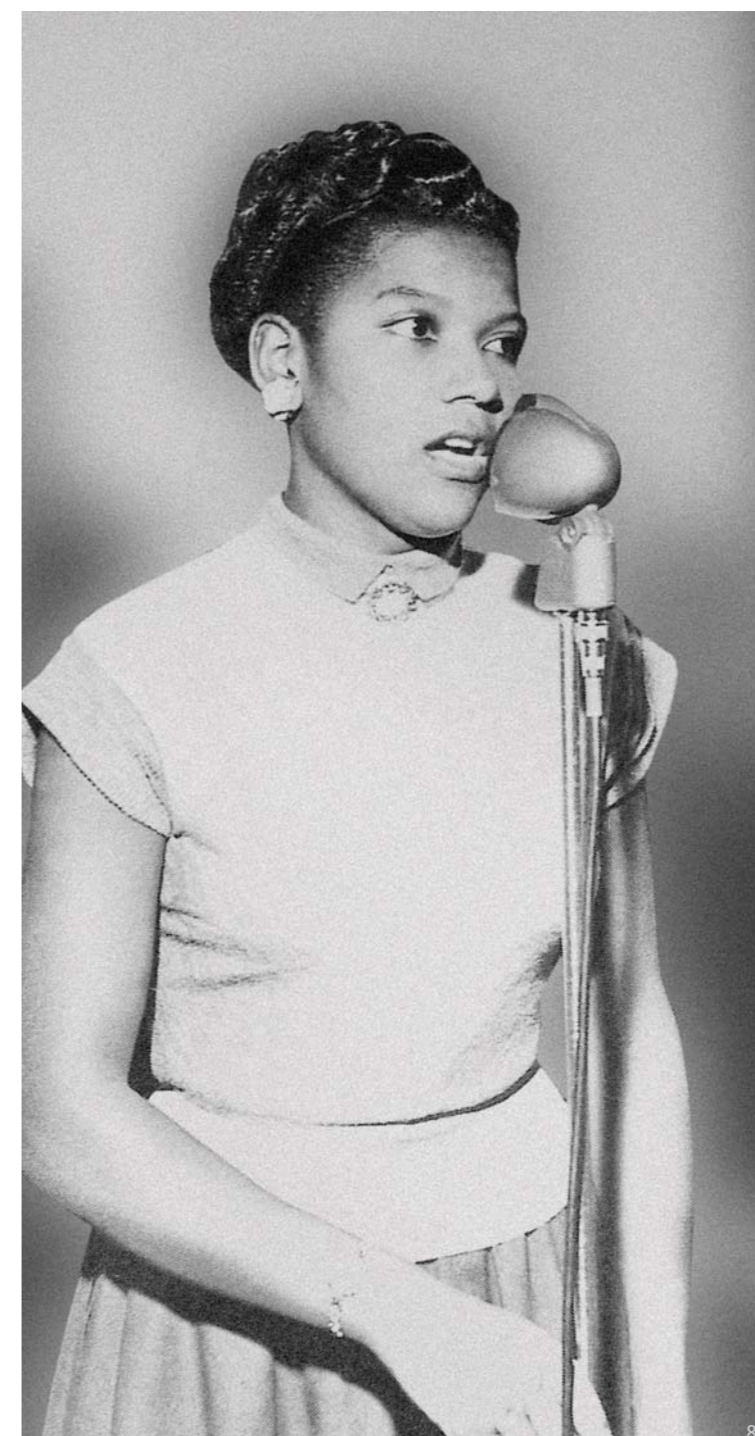
829



830



831



832



833

828
Zilah Machado, cantora e compositora, teve como padrinho musical Lupicínio Rodrigues. Sua trajetória teve início no rádio e televisão da capital gaúcha na década de 1950, estendendo por vários estados brasileiros e no exterior. Coleção particular Zilah Machado.

829
Lourdes Rodrigues, consagrada cantora gaúcha, começou sua carreira nos tempos áureos do rádio, na década de 1950. Acumulou vários títulos e em 1959 já tinha um programa semanal na TV Piratini, no Rio Grande do Sul. Coleção particular Lourdes Rodrigues.

830
Maura Moreira, contralto mineira tornou-se uma das grandes estrelas da ópera de Colônia, Alemanha. Coleção particular.

831
Leda Coelho de Freitas, soprano carioca foi responsável pela formação de vários cantores líricos brasileiros. Fotografia G.W.v.Duinen. Coleção particular Gilberto Tinetti.

832
Alaíde Costa, cantora alcançou consagração definitiva em 1964, no show o "Fino da Bossa". Acervo Última Hora/Arquivo do Estado de São Paulo.

833
Leny Andrade, cantora, com inúmeras apresentações no Brasil e exterior é admirada pela sua grande capacidade de improvisações. Acervo Última Hora/Arquivo do Estado de São Paulo.



834



835



836



837



838



839



840

834
Trio Esperança, grupo musical criado na década de 1950, pelas irmãs Regina, Evinha e o irmão Mário, todos adolescentes. O Trio gravou seu primeiro disco em 1961. No IV Festival Internacional da Canção, em 1967, Evinha tirou o primeiro lugar com a música Cantiga para Luciana, iniciando carreira solo e sendo substituída pela irmã Marisa. Fotografia P. Terrason. Coleção particular.

835
Evinha, cantora iniciou sua carreira aos dez anos de idade no Trio Esperança. Há décadas continua sendo consagrada pelo público. Fotos Khalil. Coleção particular.

836
Eliana Pitman, 1968, cantora, atriz e bailarina, internacionalmente consagrada. Acervo Última Hora/Arquivo do Estado de São Paulo.

837
Salomé da Bahia, cantora, intérprete de jazz e música regional brasileira, radicada na França. Coleção particular.

838
Clara Nunes, cantora, conquistou grande sucesso de público e de crítica ao longo de sua carreira. Acervo Última Hora/Arquivo do Estado de São Paulo.

839
Áurea Martins, cantora, iniciou sua carreira na Rádio Mayrink Veiga, na década de 1960, e hoje faz sucesso, especialmente, nas casas noturnas do Rio de Janeiro. Acervo Agência O Globo.

840
Nazaré Pereira, atriz, cantora e compositora paraense, radicada na França. Fotografia Jean-Philippe Voidet. Coleção particular Nazaré Pereira.



841

Rosa Maria, cantora, gravou mais de vinte e cinco discos transitando com graça e versatilidade pelos mais diferentes gêneros musicais. Acervo Agência O Globo.

842

Alcione, maranhense, seu repertório de sambas românticos já lhe rendeu centenas de homenagens, dentre elas a condecoração da Ordem do Rio Branco, a mais alta comenda do Brasil. Fotografia Luis Alvarenga. Acervo Agência O Globo.

843

Tânia Maria, considerada uma das maiores cantoras de jazz da atualidade, radicada na França. Fotografia Tomas Dorn. Coleção particular Tânia Maria.

844

Watusi, atriz, cantora e bailarina, brilhou durante anos nas noites parisienses do Moulin Rouge. Fotografia Leonardo Aversa. Acervo Agência O Globo.

845

Leci Brandão, cantora e compositora. Foi a primeira mulher a integrar a ala de compositores da escola de Samba Estação Primeira de Mangueira. Acervo Aqui São Paulo/Arquivo Estado de São Paulo

846

Jovelina Pérola Negra, cantora, considerada herdeira de Clementina de Jesus, é apontada como grande estrela do samba de pagode no Brasil. Acervo Agência O Globo.

847

Sandra de Sá, cantora e compositora marca sua estréia no Festival da MPB 80. Seu timbre de voz faz dela uma das mais expressivas vozes brasileiras. Fotografia Salvador Scofano. Acervo Agência O Globo.





848 Ivonete Rigot-Muller, soprano, consagrada pelos recitais que apresenta com frequência na Europa. Coleção particular.



849 Margareth Menezes, cantora, há dezessete anos no palco, tem ajudado a construir com sucesso a história da música popular baiana e brasileira. Acervo Agência O Globo.

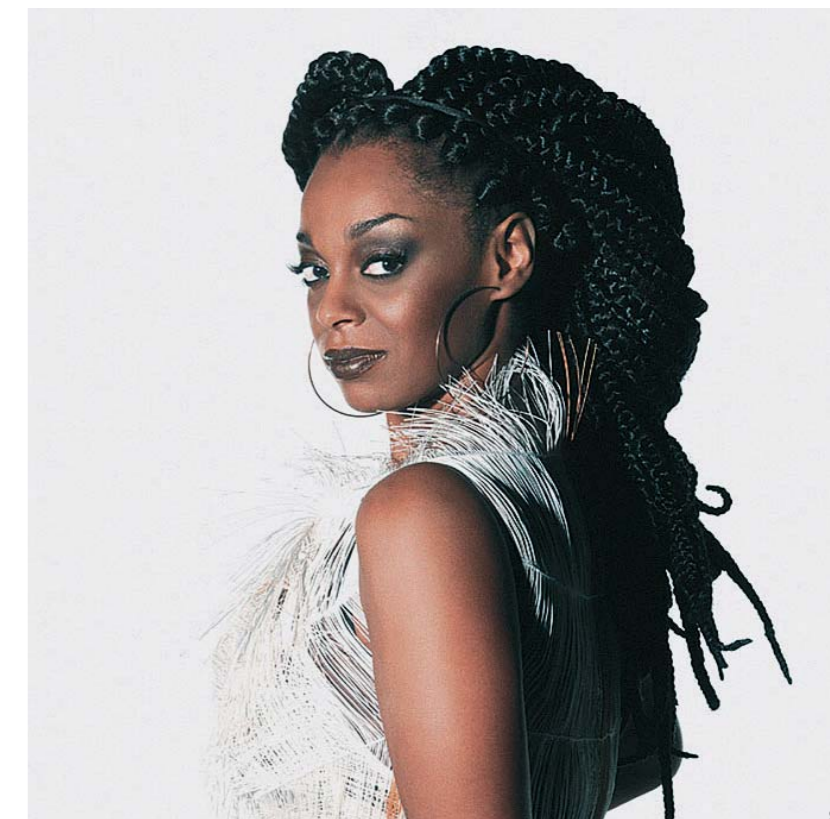


850 Daúde, a gravação de seu primeiro disco em 1995 provocou uma guinada na sua carreira ao receber aplausos da crítica e do público pela capacidade de fundir sonoridade moderna ao som tradicional. Fotografia Emmanuelle Bernard. Coleção particular Daúde.

851 Virginia Rosa, depois de passar por várias bandas musicais, em 1992, começa sua carreira solo. Hoje faz parte do grupo de intérpretes que compõem a nova geração da música popular brasileira. Fotografia Gal Oppido. Coleção particular Virginia Rosa.



852 Paula Lima, lançou seu primeiro CD em 2001; uma mistura de samba, funk, soul e jazz. Sua capacidade de interagir com vários ritmos musicais conquistou o público nacional e internacionalmente. Fotografia Coleção particular Paula Lima.



853 Martinália, seguindo a trajetória paterna no universo musical é hoje, grande intérprete do samba funk. Fotografia Ivo Gonzalez. Acervo Agência O Globo.



854 Luciana Melo, uma das talentosas vozes da música popular brasileira, vem cada dia mais projetando-se no cenário nacional. Fotografia Gustavo Malheiros. Coleção particular Luciana Melo.





855
Via Negromonte, cantora, atriz e dançarina. Sua carreira no Brasil e no exterior conta com trabalhos em música, teatro, cinema, televisão e dança. Fotografia Eloá Ribeiro. Coleção particular.

856
Loma, cantora gaúcha, conquistou vários troféus de melhor intérprete. Atualmente faz parte do grupo Cantadores do Litoral que vem divulgando, no Brasil e no exterior, o legado afro-açoriano. Fotografia Irene Santos. Coleção particular Loma.

857
Virginia Rodrigues, original do grupo teatral baiano Olodum alcançou sucesso com sua voz grave e peculiar interpretação. Fotografia Mario Cravo Netto. Coleção particular Virginia Rodrigues.

858
Teresa Cristina, começou sua carreira no grupo Semente, reafirmando-se como a mais jovem revelação do samba carioca, além de excelente compositora. Fotografia Marcos Hermes. Coleção particular Teresa Cristina.

859
Tati Quebra Barraco, ousadia e irreverência são marcantes nessa jovem funkera que tem levado o público ao delírio. Coleção particular Tati Quebra Barraco.

860
Nega Gizza, uma das mais bem sucedidas cantoras de rap da atualidade. Coleção particular Nega Gizza. ver com Érico



861
Banda Didá, bloco Carnavalesco composto por mulheres afro brasileiras, criado em 1993, no Pelourinho, Salvador, BA. Fotografia Paula Melissa. Acervo Banda Didá.

862
Mônica Millet, percussionista, herdeira de uma das mais importantes linhagens da religiosidade de matriz africana, é diretora musical da banda Filhas de Gandhi. Fotografia Julio Acevedo. Coleção particular Julio Acevedo.

863
A Mulherada, banda fundada em 2001, composta por afrodescendentes, elas dividem suas atividades entre o bloco carnavalesco e projetos sociais voltados para o segmento jovem de Salvador, BA. Acervo Grêmio Comunitário Cultural e Carnavalesco A Mulherada.





864
Mercedes Batista, primeira bailarina negra a integrar o Corpo de Baile do Teatro Municipal do Rio de Janeiro. Criou a Companhia de Ballet Negro na década de 1940. Coleção particular Mercedes Batista.

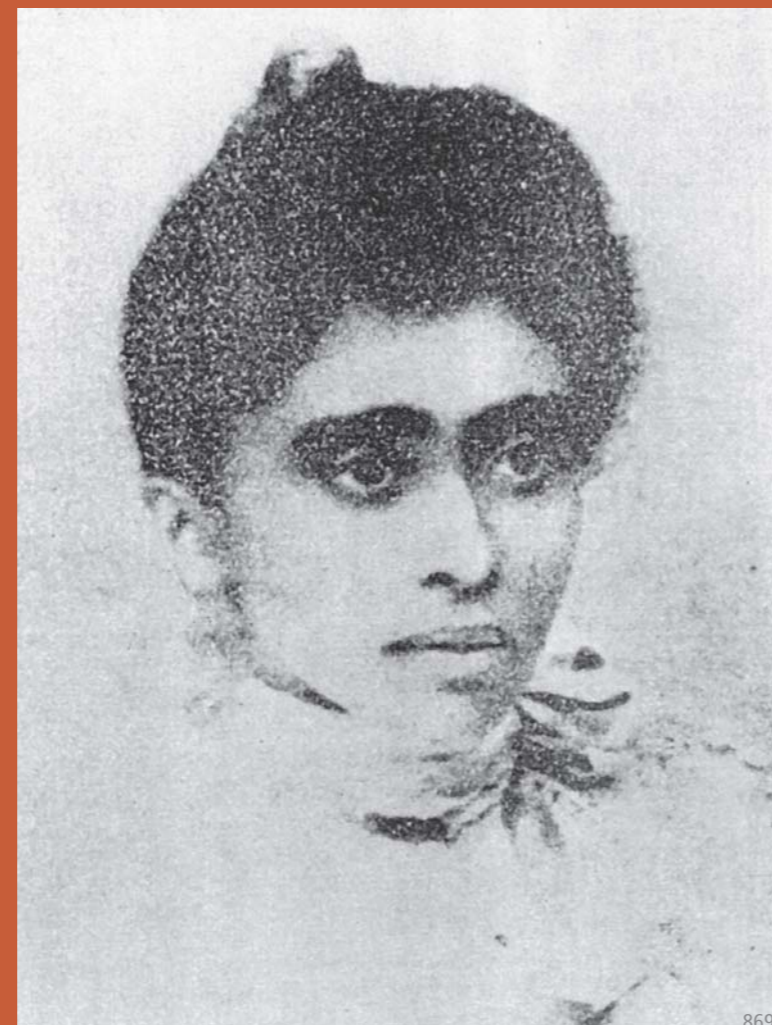


865
Inacyra Falcão dos Santos, professora doutora, pesquisadora das tradições africano-brasileiras, na educação e nas artes performáticas no Departamento de Artes Corporais da Unicamp. Encenação teatral de "Ebô lyê" dirigida pelo nigeriano Peter Badejo, maio de 1989. Fotografia Stúdio Flashback Culture/Wendy, Londres. Coleção particular Inacyra.

866
Carmen Luz, coreógrafa, bailarina, atriz e diretora teatral com vasta experiência em arte-educação. É fundadora e coordenadora geral da Cia. Étnica de Dança e Teatro, atualmente formada por jovens artistas de comunidades favelizadas da cidade do Rio de Janeiro. Coleção particular Carmen Luz.

867
Regina Advento – bailarina radicada na Alemanha, faz parte do grupo de dançarinos da Cia. de Pina Bausch. Fotografia Ursula Kaufmann. Coleção particular.





868
Capa do livro Ursula, escrito, em 1859, pela professora negra Maria Firmina dos Reis, sob o pseudônimo "Uma maranhense". É considerado o primeiro romance abolicionista escrito por uma mulher no Brasil.

869
Auta de Souza, poetisa norte-riograndense, publica em 1900 Horto, seu único livro, com prefácio de Olavo Bilac. Coleção particular.

870
Ruth Guimarães, escritora, publica pela primeira vez, em 1946, Água Funda, romance de estréia da autora. Coleção particular Ruth Guimarães.

871
Carolina Maria de Jesus, tornou-se escritora a partir de suas anotações sobre o seu cotidiano de mulher, negra e favelada em São Paulo. Autora do "best-seller" Quarto de Despejo, entre outros. Acervo Correio da Manhã/Arquivo Nacional.



FALTA
LOCALIZAR
ESTA IMAGEM
VEN COM
SCHUMA

Legenda

Alzira Germana MARTINS, tornou-se rainha em 1992
assumiu o trono, em 2005 - a professora de literatura
e teatro Ieda Martins

872
Maria Helena Vargas da Silveira, escritora gaúcha é integrante da Academia Pelotense de Letras e autora de 08 livros, com destaque para seu último trabalho, As filhas das Lavadeiras, lançado em 2002. Coleção particular Maria Helena Vargas.

873
Maria Carmen Barbosa, escritora e roteirista de teatro, cinema e televisão. Entre inúmeros trabalhos realizados destaca-se o seriado Delegacia de Mulheres, exibido pela TV Globo em 1990/91. Coleção particular Maria Carmen Barbosa.

874
Conceição Evaristo, escritora e ensaísta mineira, radicada no Rio de Janeiro estreou na literatura em 1990 na série Cadernos Negros – antologia editada pelo Quilombhoje. Em 2003, lançou seu primeiro trabalho individual Ponciá Vicêncio, romance centrado em uma personagem feminina negra. Coleção particular Conceição Evaristo.

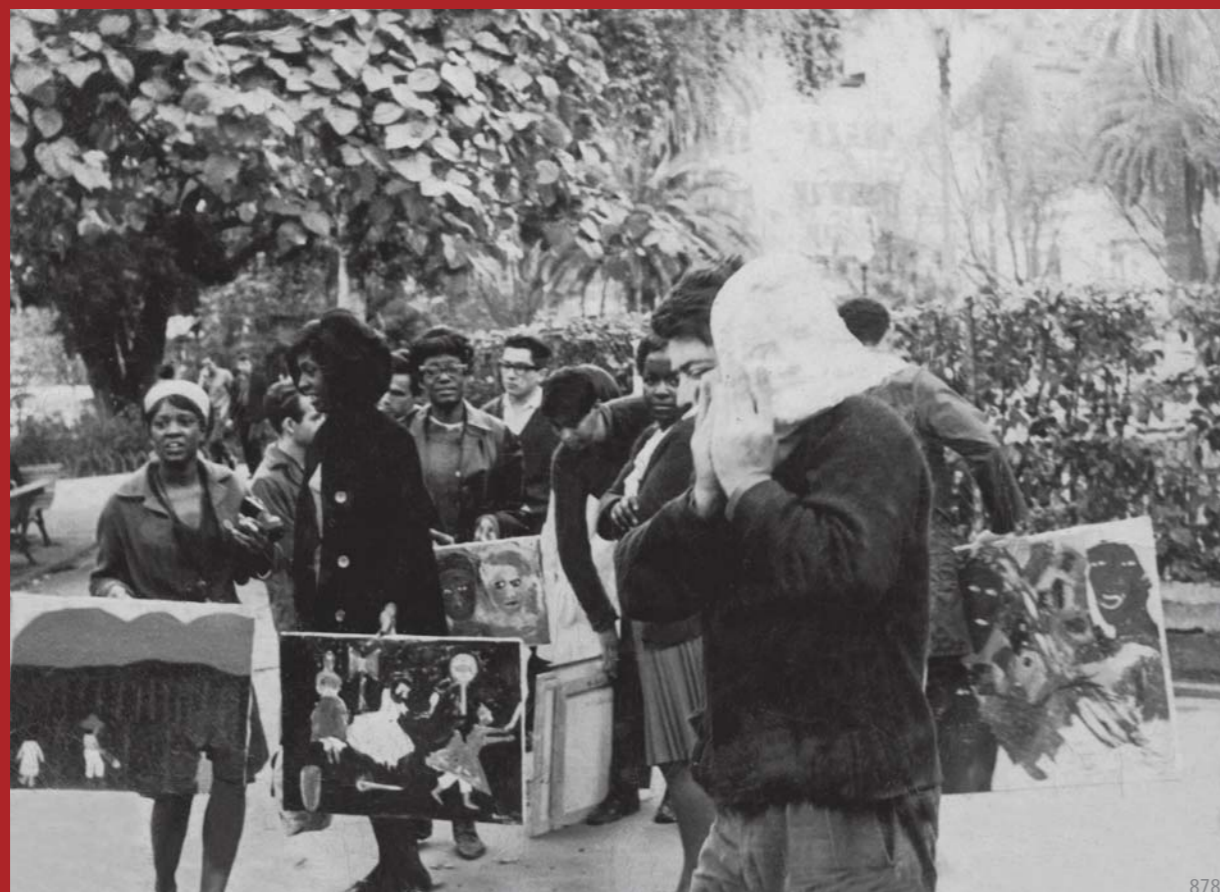
875
Lia Vieira – Faz parte da nova geração de escritoras e poetas negras. É, também, presidenta da Associação de Pesquisa da Cultura Afro-Brasileira, organização não governamental que atua na articulação e mobilização para superação do racismo e o sexismo. Coleção particular Lia Vieira.

876
Elisa Lucinda, poetisa e jornalista, a atriz capixaba encanta o público ao declamar seus poemas dedicados em grande parte às mulheres negras. Além do sucesso de seus livros, tem desempenhado com talento suas personagens na telenovela brasileira. Fotografia Mila Petrillo. Acervo Centro de Referência Mulheres do Brasil / REDEH.





877



878



879



880



881



882

877
Exposição de arte negra no MASP / SP, 1970. Primeira da direita para a esquerda: Maria Auxiliadora Silva, Gina Silva e Ana Maria da Silva. Sentadas: Conceição Silva, Raquel Trindade, Isabel dos santos e Germânia. Coleção particular Raquel Trindade.

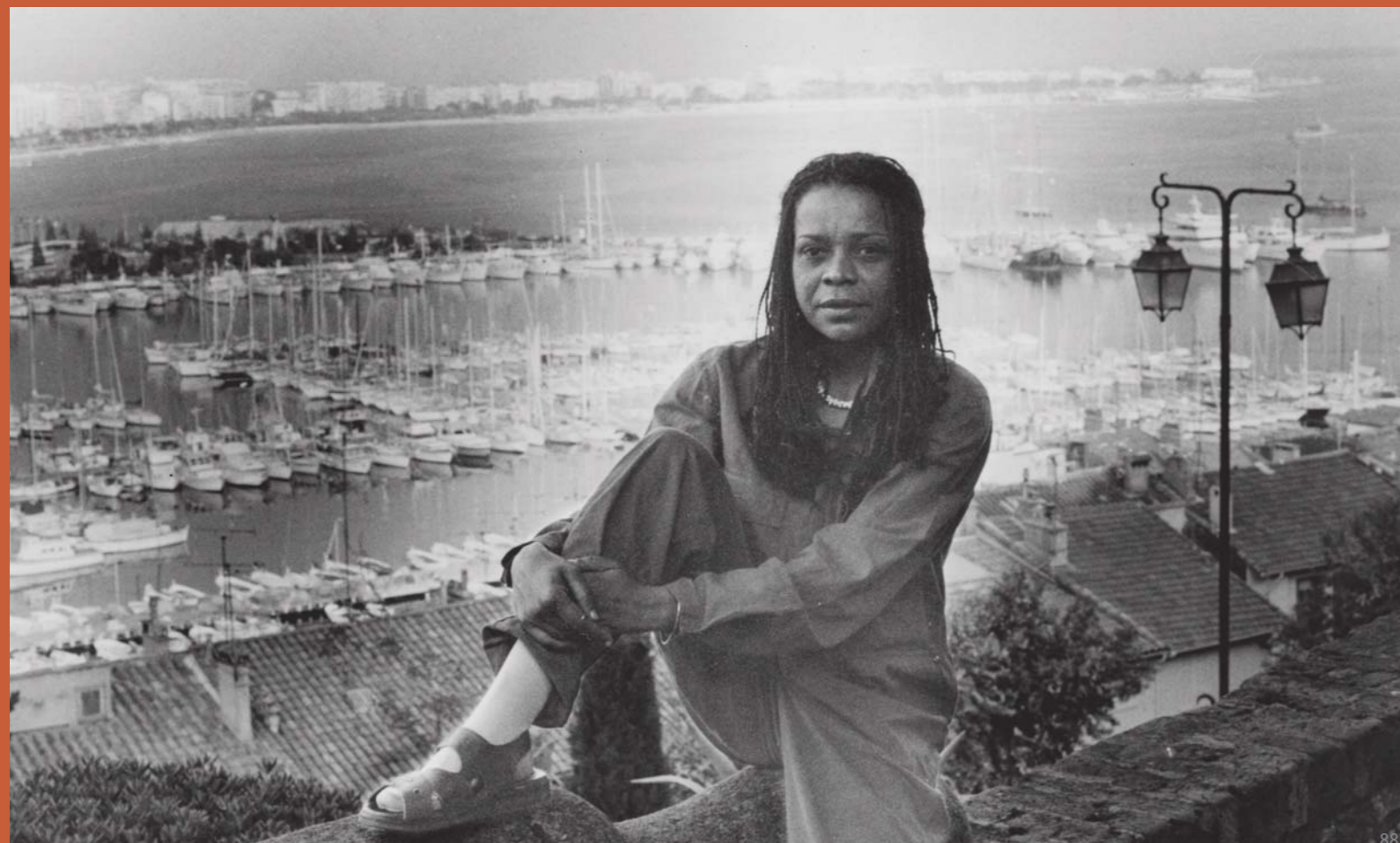
878
Artistas negras expõem na Feira de Artes da Praça da República, São Paulo, 1967. Coleção particular Raquel Trindade.

879
Maria Lídia Magliane, artista plástica, gaúcha da cidade de Pelotas. Sua obra, de grande força expressiva é conhecida por valorizar a figura humana, especialmente a mulher, seu corpo e suas lutas. Coleção particular

880
Ieda Maria, baiana, destaca-se no universo das artes plásticas como pintora e gravadora de naturezas mortas de cores delicadas. Fotógrafo Mario Cravo Filho. Coleção particular Ieda Maria.

881
Lucia Laguna, carioca, artista plástica, se dedica há dez anos a arte da pintura com maestria. Seus trabalhos vêm sendo premiados e ganhando vulto nacional a partir de 2000, nos museus e galerias brasileiras. Coleção particular.

882
Rosana Paulino, paulistana, consagrada artista plástica. Através de seus trabalhos e instalações, muitos deles usando patuás e bordados, procura dar visibilidade a temas como racismo, sexismo e violência, priorizando a mulher negra na sua produção. Coleção particular Rosana Paulino.



883
Lita Cerqueira, nasceu na Bahia, atuou como atriz de cinema e teatro e, nos anos 1970, optou exclusivamente pela fotografia, onde retrata de forma singular as populações afro-descendentes. Fotografia Ivan de Souza Pontes. Coleção particular Lita Cerqueira.



884
Carla Osório, jornalista, fotógrafa e documentarista. Autora do livro Negros do Espírito Santo, já participou de várias exposições fotográficas, como Herdeiros do Axé, na Bienal dos 500 anos. Fotografia de Sergio Cardoso. Coleção particular Carla Osório.



885
Irene Santos, historiadora, fotógrafa e designer gráfico. Coordenadora editorial e responsável pelo projeto gráfico do livro Negro em Preto e Branco – História fotográfica da população negra de Porto Alegre, lançado em 2005. Coleção particular Irene Santos.



886
Aza Pinho, faz parte da nova geração de cineastas brasileiras, destacando-se na direção do filme "Aristocrata Clube". Coleção particular Aza Pinho.



887
Regina de Souza Malheiros, Reginona, como é conhecida no meio teatral, iniciou sua carreira em 1954, trabalhando como camareira no Copacabana Palace, onde foi chefe geral deste setor no concorrido Golden Room. Atua como produtora e administradora de companhias teatrais desde 1963. Participou de shows internacionais com as lendárias figuras: Samidavis Jr.; Nat King Cole; Edith Piaf e Marlene Dietrich. Convidada por Fábio Sabag, trabalhou também como atriz no teatrinho Trol na TV Tupi do Rio de Janeiro.

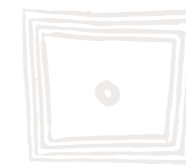


888
Miriam Juvino de Paula, pernambucana, arquiteta de formação, é empresaria, agente e produtora cultural desde o início da década de 1980. Ao longo dos anos, participou da administração, direção e montagem de espetáculos que deixaram marcas especiais na dramaturgia e no show business brasileiro.

889
Raquel Silva, jornalista, atua como produtora cultural há três décadas. Responsável pela produção e divulgação de grandes eventos na área de teatro e música, nos últimos anos tem priorizado o segmento das artes visuais. Coleção particular Raquel Silva.



890
Melania Luz e Wanda dos Santos, primeira e segunda atleta negra a participar das Olimpíadas de 1948 e 1952, respectivamente, representando o atletismo brasileiro. Na foto, quando integravam a equipe do São Paulo Futebol Clube, Estádio do Canindé, SP, 1949. Coleção particular Wanda dos Santos.



Suor e raça: alcançando o pódio

“O papel da mulher nos Jogos Olímpicos deve ser o mesmo das Olimpíadas da Antigüidade, ou seja, premiar os homens vencedores com a coroa de louros”. (Barão de Coubertin)

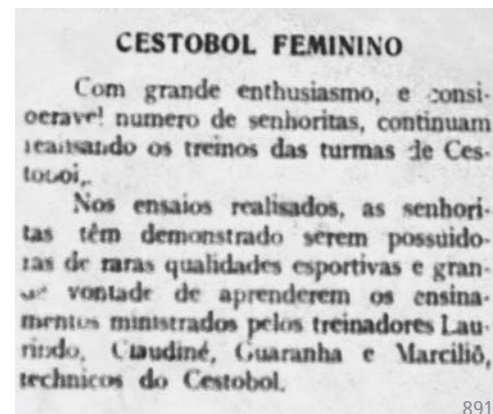
A descabida afirmação acima foi feita em 1935 pelo fundador dos atuais Jogos Olímpicos (1896) e contrapõe-se, sessenta e nove anos depois, com a expressiva marca de 44% de participação feminina na última Olimpíada, realizada em 2004, na cidade de Atenas, Grécia. Esses sinalizadores antagônicos simbolizam uma importante vitória no universo esportivo.

Na Olimpíada de Atenas, o Brasil foi representado por 122 mulheres num total de 247 atletas.

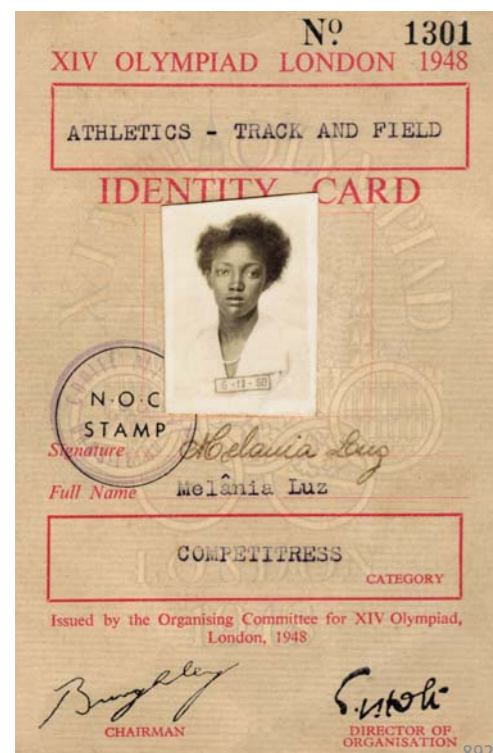
Dos espaços comumente reservados ao feminino pela sociedade até os pódios olímpicos foi um longo e peculiar trajeto. Para as afrodescendentes esse percurso tem início em 1948, nos jogos de Londres, com a velocista **Melania Luz**, primeira atleta negra do Brasil a participar de uma Olimpíada. Recordista brasileira e sul-americana dos 100 e 200 metros, foi também a primeira mulher a pertencer ao quadro de atletismo do São Paulo Futebol Clube.

Na Olimpíada seguinte, realizada em Helsinque, em 1952, as paulistas **Deise Jurdelino de Castro** e **Wanda dos Santos** foram duas das cinco mulheres que integraram a delegação brasileira. Ambas bateram recordes sul e pan-americanos na década de 1950. Contam que na Finlândia - “as simpáticas atletas anfitriãs não resistiram a passar os dedos na nossa pele, pois, por lá, só se via negros no cinema”. Essas ágeis velocistas correram e saltaram com maestria para inscrever seus nomes na história do esporte nacional. Wanda dos Santos, considerada uma das maiores atletas brasileiras de todos os tempos, foi também a única mulher a representar o Brasil nas Olimpíadas de 1960, em Roma.

Em Tóquio, quatro anos depois, a niteroiense **Aida dos Santos** conseguiu a quarta colocação na prova de salto em altura, marca que durante trinta e dois anos garantiu a essa atleta o lugar de detentora do melhor resultado feminino alcançado pelo Brasil em Olimpíadas. Faz-se importante registrar que esse feito ainda não foi superado por outra brasileira em competições olímpicas individuais. Única mulher a integrar a delegação de 1964, conquistou a referida marca com muito esforço, pois mesmo contundida, não contou com o mínimo apoio dos dirigentes e companheiros brasileiros. Aida dos Santos também participou dos Jogos Olímpicos de 1968, no México.



891



892

891
Notícia referente a esportistas negras publicadas no Clarim da Alvorada. São Paulo, 1935. Coleção particular Eunice e Henrique Cunha.

892
Passaporte de Melânia Luz, primeira atleta negra brasileira a participar de uma Olimpíada. Londres, 1948. Coleção particular.

893
Melânia Luz e a gaúcha Érica Lopes da Silva, medalhas de ouro no Campeonato Sul-Americano de Atletismo, Montevidéu, Uruguay, década de 1950. Coleção particular Melânia Luz.

894
Melânia Luz, segunda colocada no Campeonato Brasileiro de Atletismo, Rio de Janeiro, década de 1940. Coleção particular Melânia Luz.

Outras premiadas desportistas desse mesmo período foram: a recordista fluminense em salto à distância Carmosina Reis do Carmo e a gaúcha Érica Lopes da Silva, medalha de bronze na categoria 4X100 metros, no Pan-americano realizado em São Paulo, em 1963.

O pioneirismo dessas atletas engrandeceu a participação do Brasil nos Jogos Olímpicos, estimulou as mais jovens e abriu caminho para a presença cada vez maior das esportistas negras nas principais competições internacionais. As três últimas Olimpíadas contaram com várias afrodescendentes que elevaram o desempenho do atletismo brasileiro. Dentre elas: Adriana de Souza, Carmen de Oliveira, Cleide Amaral, Cleuza Maria Irineu, Ednalva Laureano Marily dos Santos, Elisângela Maria Adriano, Euzinete Maria Reis, Josiane da Silva Tito, Kátia Regina de Jesus Santos, Keila da Silva Costa, Luciana Alves dos Santos, Luciana de Paula Mendes, Lucimar Aparecida Moura, Maíla de Paula Machado, Solange Cordeiro de Souza e Tathiana Regina Ignácio.

Sem confirmação documental, conta-se que, em 1979, um grupo de judocas brasileiras teria se inscrito com nomes masculinos no Campeonato Sul-americano na Argentina, pois ainda vigorava o decreto nº. 3.199 do período ditatorial varguista. Essa determinação proibia às mulheres a prática de alguns esportes no Brasil, entre esses, o judô feminino. As primeiras competições oficiais brasileiras aconteceram logo depois, em 1980, momento em que surgiu no cenário desportivo nacional a lutadora negra **Soraia André**. Anos depois, em 1987, essa atleta paulista da categoria peso-pesado conquistou a medalha de ouro no Pan-americano em Indianápolis (EUA) e representou as cores brasileiras por duas vezes nos tatames olímpicos, na Coreia e na Espanha, Seul - 1988 e Barcelona - 1992. Nas Olimpíadas seguintes quem lutou pelo Brasil foi a judoca paraibana Edinanci Silva, medalha de ouro no Pan-americano de San Domingo - 2003. As afro-brasileiras já alcançaram algumas das mais importantes posições nos campeonatos nacionais e internacionais de judô feminino. Denise de Oliveira foi tri-campeã mundial na categoria máster e Juliana Couto Rodrigues foi tri-campeã pan-americana na categoria junior. Soma-se a esses nomes as campeãs brasileiras Rosângela da Silva Conceição e Viviane de Oliveira.

As primeiras esportistas negras a serem premiadas nas Olimpíadas pertenciam as equipes de basquete e vôlei feminino, as quais conquistaram respectivamente as medalhas de prata e de bronze nos Jogos de Atlanta (EUA), em 1996.

A prata do basquete foi conquistada pelas jogadoras: Alessandra Santos de Oliveira, Cíntia Silva dos Santos, Cláudia Maria Pastor, Janeth dos Santos Arcain, Leila de Souza Sobral, **Marta de Souza Sobral** e Roseli do Carmo Gustavo. A paulista **Janeth dos Santos Arcain**, conhecida como a “princesa do garrafão”, esteve em quatro Olimpíadas e foi considerada a maior cestinha de todas as seleções na história do basquete olímpico. Em 2000, na virada do século XX, os jogos foram realizados em Sidney, onde a seleção feminina de basquete contou com mais três atletas negras para mais uma vez subir ao podium e receber desta vez, a medalha de bronze: Adriana Moisés Pinto, Cláudia Maria das Neves e Kelly da Silva Santos.

O vôlei inaugurou para o Brasil a participação de equipes femininas nos Jogos Olímpicos. Um grupo de jogadoras competiu pela primeira vez em Moscou, em 1980. Dezesseis anos depois alcançaram a terceira melhor posição do mundo em sua modalidade. As três afrodescendentes que compartilharam a alegria de receber a medalha de bronze, até então, inédita vitória, foram: Hélia Rogério de Souza, Hilma Caldeira e Márcia Cunha. A levantadora paulista Hélia, a célebre Fofão, é detentora do maior número de prêmios e uma das mais assíduas e triunfantes presenças do vôlei feminino em competições internacionais. Ao longo das últimas duas décadas, juntaram-se temporária ou permanentemente a essa tão valorosa seleção, as esportistas: Ana Beatriz Francisco das Chagas, Arlene de Queiroz Xavier, Fabiana Marcelino Claudino, Janina Déia Chagas da Conceição, Raquel Peluci Xavier da Silva, Valeska dos Santos Menezes, Walewska Moreira de Oliveira (Wal) e Welissa Gonzaga (Sassá). Faz-se importante registrar que em Atenas - 2004, a equipe de vôlei feminino foi majoritariamente constituída por atletas afro-brasileiras.



893



894



895
Wanda dos Santos, especialista em salto com barreira, é uma das atletas brasileiras com o maior número de medalhas conquistadas em campeonatos e a segunda esportista negra a participar das Olimpíadas. Helsinque, 1952. Coleção particular Wanda dos Santos.



896
Wanda dos Santos, disputando o revezamento 4x100 metros, no Campeonato Sul-Americano de Atletismo no Uruguay, década de 1950, onde o quarteto brasileiro conquistou a medalha de ouro. Coleção particular Wanda dos Santos.

897
Wanda dos Santos nos Jogos Pan-Americanos de Buenos Aires, Argentina, 1951. Coleção particular Wanda dos Santos.

Vergonhosamente o país do futebol vetou a participação das mulheres nos gramados até 1981, ano em que foi definitivamente revogado o decreto que proibia o futebol feminino no Brasil. Mas nem só de verde e amarelo se reveste o preconceito sexista nos esportes. Somente nos Jogos de Atlanta, em 1996, que o futebol feminino foi incluído nos torneios olímpicos. A seleção canarinha partiu para a estréia nos campos norte-americanos com oito jogadoras negras, representando 50% do grupo. São elas: Delma Gonçalves - a aclamada atacante Pretinha, Kátia Cilene Teixeira da Silva, Mariléia dos Santos, Miraildes Maciel Mota - a meio volante Formiga, Roselane Camargo Motta, Roseli de Belo, Sisleide Lima do Amor e Tânia Maria Pereira Ribeiro. Sendo que quatro dessas esportistas permaneceram na seleção brasileira nos dois jogos olímpicos subsequentes: Pretinha, Formiga, Roseli e Tânia. Desde a sua primeira formação, a equipe brasileira vem alcançando significativas posições entre os melhores times de futebol feminino do mundo. Diversas vezes campeãs sul-americanas, conquistaram o terceiro lugar na Copa do Mundo Feminina de 1999, nos Estados Unidos e a medalha de prata em Atenas-2004. A delegação canarinha vem agregando e reunindo talentos afro-brasileiros em campo: Aline Pelegrino, Andréia dos Santos (Maycon), Ariana Aparecida Martins, Cristiane Rozeira de Souza e Silva, Daniela Alves Lima, Elaine Estrela Moura (Baiúca), Grazielle Pinheiro Guimarães Nascimento, Kelly Cristina Pereira da Silva, Leda Maria Cozer, Marta Vieira da Silva, Mônica Angélica de Paula, Renata Aparecida da Costa e Rosana dos Santos Augusto.

As Olimpíadas realizadas na Austrália, Sidney – 2000, marcaram a estréia de atletas afro-brasileiras em diferentes modalidades, sendo que algumas dessas esportistas também foram classificadas para os jogos seguintes em Atenas. O levantamento de peso foi representado pela halterofilista Maria Elizabeth Jorge e o tênis de mesa levou a amazonense Ligia Santos da Silva. O ciclismo na categoria estrada participou através da mato-grossense Janildes Fernandes Silva.

O time de handebol feminino brasileiro conquistou o ouro, em 1999, nos Jogos Pan-americanos de Winnipeg (CA). Em Sidney – 2000, essa seleção mostrou ao mundo alguns dos mais expressivos talentos dessa modalidade esportiva: Aline Conceição da Silva - Chicória, Margareth Lobo Montão - Meg e Maria José B. Salles - Zezé. Quatro anos depois, mais jogadoras negras compartilharam as dores e alegrias de defender olímpicamente as cores do Brasil: Alesandra Medeiros de Oliveira, Alexandra Priscila do Nascimento, Aline Silva dos Santos, Lucila Vianna da Silva e Rosana Ferreira de Aleluia.

A atleta gaúcha Daiane dos Santos inscreveu seu nome em diferentes capítulos da história esportiva. Foi a primeira negra no mundo a alcançar medalhas na ginástica artística feminina. Batizou dois movimentos que foram incluídos em categorias de grande dificuldade no livro de regras da Federação Internacional de Ginástica, os saltos duplo twist carpado e duplo twist estendido. Conquistou para o Brasil marcas inéditas em competições ao redor do mundo e recebeu a insígnia da Ordem do Rio Branco. A meritória notoriedade de Daiane vem estimulando a prática e a atenção dos vários segmentos sociais para esta atividade esportiva. A equipe olímpica permanente de ginástica artística do país conta ainda com o talento de Ana Paula Rodrigues, ginasta premiada com duas medalhas de ouro em recentes sul e pan-americanos.

As Paraolimpíadas tiveram início com os Jogos de Roma em 1960 e a partir daí, vem se transformando em um evento da maior importância no calendário esportivo mundial. A presença feminina brasileira aconteceu pela primeira vez em Nova York - 1984, mas foi nas competições paraolímpicas seguintes, Seul – 1988, que o Brasil apresentou ao mundo a corredora negra Adria dos Santos, considerada a melhor velocista cega da atualidade. Desde então, Adria vem cruzando diferentes e múltiplas linhas de chegada, sempre conquistando medalhas, admiração e reconhecimento por seu desempenho nas pistas de atletismo. Outra estrela começou a brilhar em Sidney – 2000, lá a bandeira nacional também tremulou mais alto com os recordes alcançados pela especialista em lançamento de disco, dardo e arremesso de peso, Roseane Ferreira dos Santos, ex-doméstica pernambucana, carinhosamente conhecida por Rosinha.

As competições em maratonas também descortinaram percursos emocionantes de atletas negras brasileiras. Muitas dessas esportistas venceram obstáculos, correram contra o tempo e alcançaram recordes mundialmente inéditos nessa modalidade. Entre elas destacam-se: Marlene Teixeira dos Santos Fortunato, Maria Auxiliadora Venâncio e Maria Zeferina Baldaia.

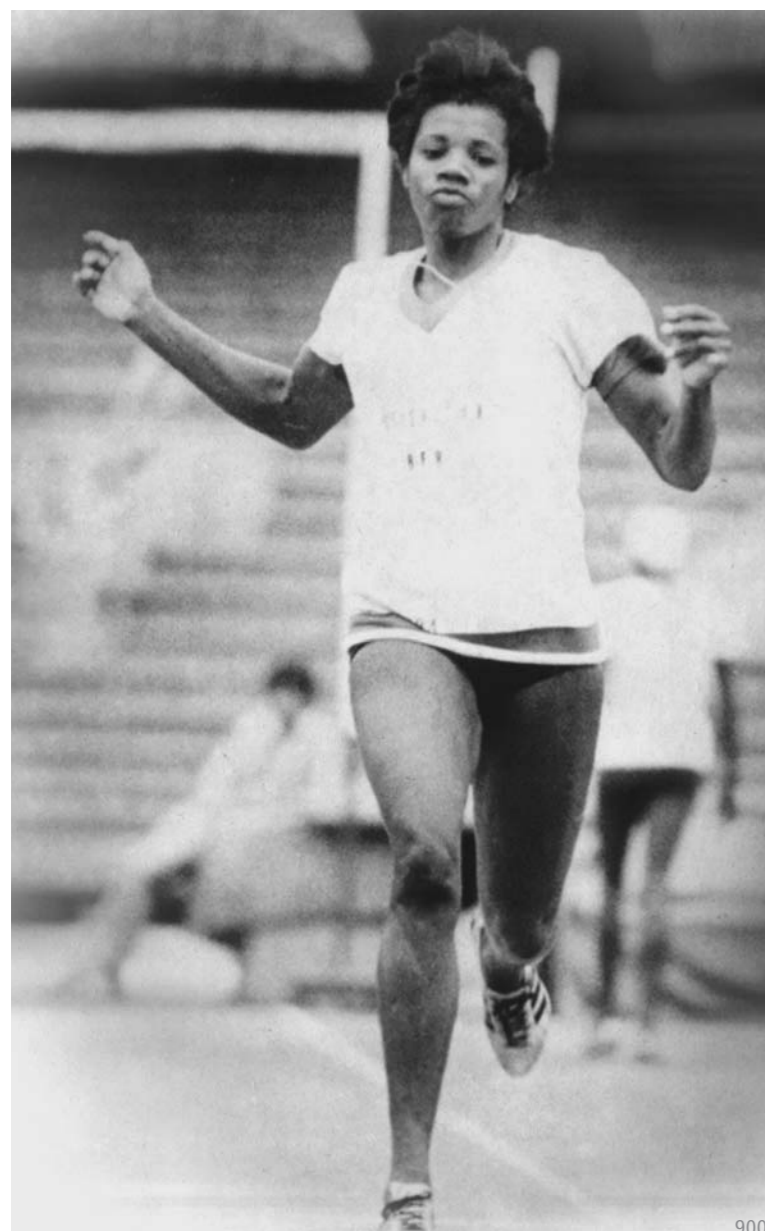
Registraram-se aqui pequenas e modestas anotações sobre um dos mais reveladores capítulos da história das afro-brasileiras. No qual, não raro, os depoimentos colhidos em sua íntegra, expressam as variantes de gênero, etnicidade e classe social como demarcadores de barreiras rumo à consagração dos pódios. Se as atividades esportivas já conduzem à idéia de superação, aqui, todas as atletas ultrapassaram suas marcas para muito além de suas premiações. Essas citadas e tantas outras mulheres negras espalhadas por todas as regiões do Brasil, projetaram trajetórias tendo como premissa, não só o suor, mas, sobretudo, muita raça.



898
Melania Luz e Wanda dos Santos durante a competição do Troféu Brasil de Atletismo, representando o São Paulo Futebol Clube. Rio de Janeiro, 1957. Coleção particular Wanda dos Santos.



899
Atletas brasileiras nos Jogos Sul-Americano do Chile, 1947. Na foto, da esquerda para a direita: Benedita de Oliveira, Melania Luz, Deise Jurdelino de Castro e Helena Cardoso de Menezes. Coleção particular Melania Luz.



900

900
Aida dos Santos, atleta recordista sul-americana de salto em altura em 1959 e única mulher negra brasileira a participar da Olimpíada do Japão, 1964. Acervo Correio da Manhã / Arquivo Nacional.



901

901
Carmozina Reis, Maria Pereira e Marlene. Primeiras colocadas na prova de salto em altura no I Campeonato Fluminense de Atletismo Feminino, Niterói, RJ, 1953. Coleção particular de Carmozina Reis.

902
Soraiá André, judoca paulista, medalha de ouro no Pan-Americano de Indianápolis, USA, em 1987, e representante brasileira nas Olimpíadas de Seul e Barcelona. Coleção particular Soraiá Sodré.

903
Rosângela Silva da Conceição, judoca, classificada para as Olimpíadas de Sidney, Rio de Janeiro, 2000. Fotografia Mônica Imbuzeiro. Acervo Agência O Globo

904
Denise de Oliveira, judoca, detentora de três títulos mundiais: Irlanda (2000), Japão (2003) e Áustria (2004). Fotografia André Coelho. Acervo Agência O Globo



902



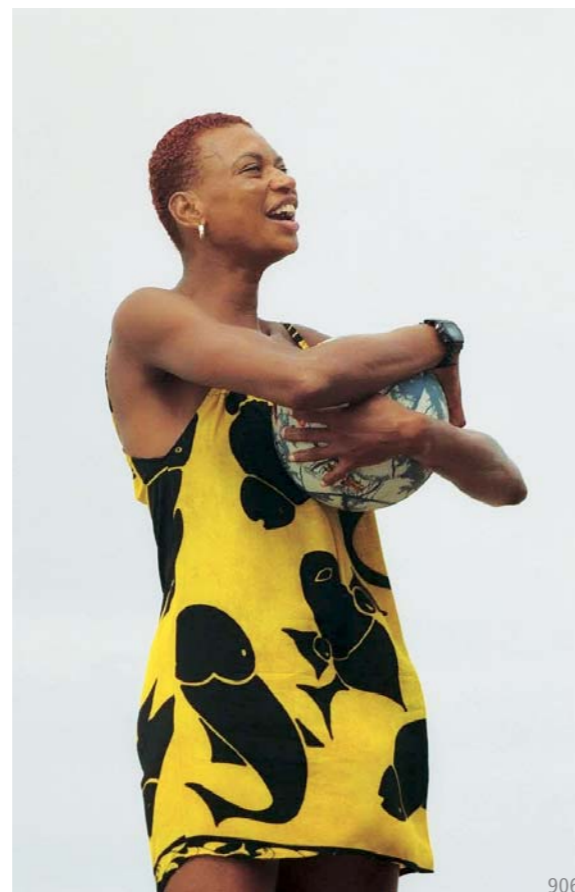
903



904



905
Janeth Arcain dos Santos, jogadora de basquete, Atenas, Grécia, Olimpíadas 2004. Fotografia Ivo Gonzalez. Acervo Agência O Globo



906
Marta de Souza Sobral, jogadora de basquete, Rio de Janeiro, 1998. Fotografia Frederico Rozário. Acervo Agência O Globo



907
Helia Rogério de Souza "Fofão", integrante da seleção brasileira de vôlei. Como levantadora, ajudou o time a conquistar muitas medalhas. Fotografia Sérgio Borges. Acervo Agência O Globo.



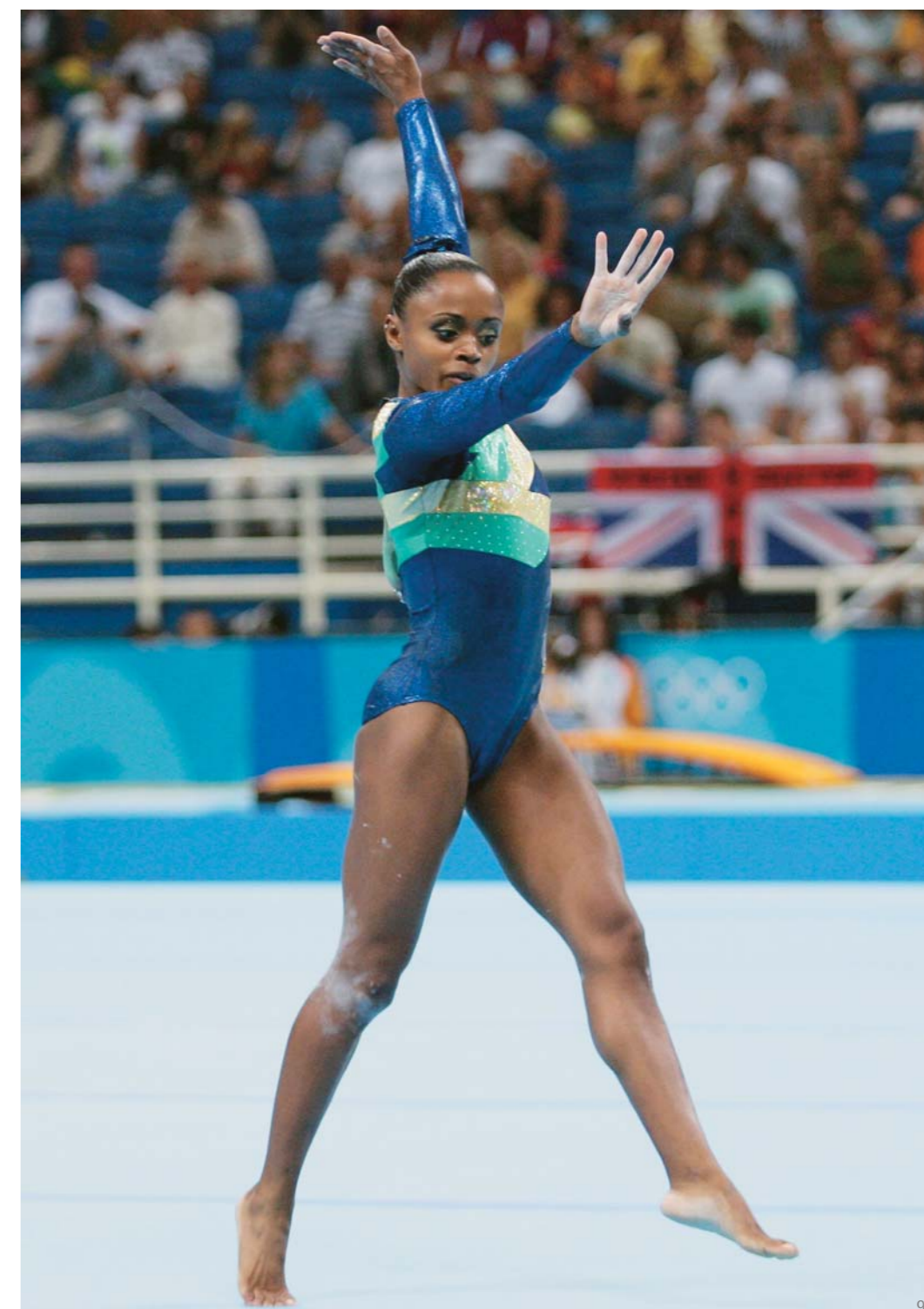
908
Waleska Moreira de Oliveira, jogadora de vôlei, filha da atleta olímpica Aída dos Santos. Coleção particular Aída dos Santos



909
Delma Gonçalves, "Pretinha". Jogadora de futebol feminino, 2000. Fotografia Jorge William. Acervo Agência O Globo



910
Miraildes Maciel Mota, "Formiga". Jogadora de futebol feminino, Atenas, Grécia, Olimpíadas 2004. Fotografia Ivo Gonzalez. Acervo Agência O Globo



911
Maria Elizabete Jorge, levantadora de peso, durante competição em Sidney, Austrália, Olimpíadas, 2000. Fotografia Ivo Gonzalez. Acervo Agência O Globo.

912
Ligia Santos da Silva. Tênis de mesa, medalha de bronze nos Jogos Pan-Americanos de Winnipeg, 1999. Acervo Jornal O Lance.

913
Time de handbol feminino quando da conquista da medalha de ouro nos Jogos Pan Americanos de Santo Domingo, República Dominicana, 2003. Fotografia Fernando Maia. Acervo Agência O Globo

914
Daiane dos Santos no solo, Atenas, Grécia, Olimpíadas 2004. Fotografia Ivo Gonzalez. Acervo Agência O Globo.



916
Roseane Ferreira dos Santos (Rosinha), arremesso de peso e lançamento de disco, 2005. Fotografia Fernando Maia. Acervo Agência O Globo



918
Maria Auxiliadora Venâncio, II Maratona das Águas, Amparo, SP, 2004. Fotografia Tião Moreira. Coleção particular Maria Auxiliadora Venâncio.

917
Maria Zeferina Baldaia, corrida de São Silvestre, São Paulo, 2004. Fotografia Nelson Coelho - Diário de São Paulo. Acervo Agência O Globo.

919
Ádria Rocha dos Santos, considerada a melhor velocista cega do mundo. Jogos Paraolímpicos, Atenas, 2004. Fotografia Reginaldo Castro. Acervo Comitê Paraolímpico Brasileiro.





915
Ádria Rocha dos Santos, considerada a melhor velocista
cega do mundo, Jogos Paraolímpicos, Atenas, 2004.
Fotografia Reginaldo Castro. Acervo Comitê Paraolímpico
Brasileiro.



Bibliografia



